

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

**A política das falas e o tempo das
imagens: narrativas governamentais no
Ceará (2010-2012)**

MÁRIO HENRIQUE CASTRO BENEVIDES

FORTALEZA

FEVEREIRO DE 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

A política das falas e o tempo das imagens: narrativas governamentais no Ceará (2010-2012)

Tese produzida como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em Sociologia, orientada pelo professor Dr. César Barreira do Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFC.

MÁRIO HENRIQUE CASTRO BENEVIDES

FORTALEZA

FEVEREIRO DE 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

Título: A política das falas e o tempo das imagens: narrativas governamentais no Ceará (2010-2012)

Autor: Mário Henrique Castro Benevides

Defesa em: 26/02/2014

Banca Examinadora

Prof. Dr. César Barreira (Orientador)

(Universidade Federal do Ceará)

Prof^a. Dr^a. Marilde Loiola de Menezes (Examinadora)

(Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Geovani Jacó de Freitas (Examinador)

(Universidade Estadual do Ceará)

Prof. Dr. Jawdat Abu El Haj (Examinador)

(Universidade Federal do Ceará)

Prof. Dr. Assuero Ferreira (Examinador)

(Universidade Federal do Ceará)

Para meus pais.

e para Você, Fa.

“Esta é a Era da Epopeia. Não é a falta de sentimento ou a segurança do ser que revestem homens em contornos jovialmente rígidos (o absurdo e a desolação das vicissitudes do mundo não aumentaram desde o início dos tempos, apenas os cantos de consolação ressoam mais claros ou mais abafados), mas sim a adequação das ações às exigências intrínsecas da alma: à grandeza, ao desdobramento, à plenitude”.

- György Lukács.

AGRADECIMENTOS

Por onde começar?

Este trabalho e todo o estudo, pesquisa, leitura e aprendizado que construí nos últimos cinco anos de minha vida, não teriam sido possíveis sem o apoio das pessoas e lugares que amo.

Começo pelas forças acadêmicas que permitiram o trabalho existir e que me deram a chance de aprender mais, a cada ano e dia.

Um obrigado muito sincero ao professor César Barreira, meu orientador deste e de outros tempos, pelos ensinamentos do passado e do presente e pelas paciências todas. Seu aceite e sua ajuda me deram força para reconstruir muitas ideias e crescer.

Agradecimentos ferrenhos aos professores da pós-graduação em sociologia da UFC, em especial a Andréa Borges Leão, Neyára Araújo, Cristian Paiva, Domingos Sávio e Irllys Barreira, por tudo o que me ensinaram nessa e em outras jornadas.

Agradeço também à banca, composta pelos professores Assuero Ferreira, Marilde Loiola, Jawdat Abu elHaj e Geovani Jacó de Freitas, pelas contribuições, apontamentos e correções.

Um obrigado com reverência e amor à Sulamita Vieira, minha professora-amiga de todos esses anos e pelo resto da vida, pelas gentilezas e pela sabedoria e pela sagacidade.

Agradeço, então, à minha Fátima, esposa, namorada, amiga e parceira intelectual de todas os minutos. Por todos esses anos ela esteve lá, vivendo comigo as emoções e lutas, como epopeia que esses anos todos foram. O amor e a ajuda dela foram a base de todas as coisas. Uma tese não representa o todo de desafios que um doutorado convoca. E essas palavras pequenas não representam o Amor que sinto aqui – e que vai além de qualquer obrigado no papel.

Como não poderia deixar de ser, agradeço a minha mãe, Fátima Maria Castro, a quem devo, sem dúvida, tudo: o homem que sou, o leitor que sou, o pensador que sou. Ela, minha primeira professora, literalmente. Agradeço, com força, a meu pai, Maurício Albuquerque Benevides, pelo amor e pelo humor: o primeiro contador de histórias da minha vida. Sem ele, talvez eu não tivesse

conhecido a paixão por aprender sobre como os outros contam histórias sobre o mundo. Agradecimentos mais que especiais vão para meu tio-irmão, Evandro Castro, por toda a companhia na caminhada, às vezes perto, às vezes longe. Um obrigado e um abraço enorme a meu avô, Newton Castro, o primeiro leitor que meus olhos de criança um dia viram. Agradeço a minha sogra querida, dona Gleides Farias, por toda a confiança e por um mundo de coisas boas. Agradeço a todos meus familiares que o tempo tem deixado mais longe – distância de minha responsabilidade, por conta desses anos de muito trabalho e busca. Sei que vocês sempre estiveram comigo.

Obrigados de braços abertos a Secundo Neto, Radamés Rogério e Carlos Henrique Lopes, meus grandes amigos destes tempos e dos anos que virão, por toda a partilha, toda a fé, toda a energia. Vocês são meus irmãos e é uma honra lutar essa luta com vocês.

Agradecimentos a mais a Vinícius Limaverde, Gerciane Maria, Sandra Lima, Elisângela Rogério, Jane Meyre, Éden Rabelo, Natália Pinheiro, Vivian Matias, Igor Monteiro, Paula Maia e Rosalette Lima, por toda a torcida, oração e apoio. E um abraço viajante, seguindo a costa nordestina, rumo à João Pessoa, para Allana Miranda, minha amiga de muitas horas, a quem devo muito pelo carinho e pelas conversas malucas.

Aos colegas e amigos professores da Faculdade Cearense, onde atuei em parte desses anos, indo e voltando quando possível, meu obrigado fraternal. Em especial às professoras Flaubênia Girão e Eliane Nunes, pelas compreensões e apoios, pelo voto de fé e pela torcida sincera. À Instituição, na forma de sua gestão e de seus funcionários, pelos anos de acolhimento, por me fazerem sentir-se em casa.

Aos meus mais do que queridos e queridas alunos e alunas da Faculdade Cearense, da Universidade Federal do Ceará, da Faculdade Vale do Jaguaribe e da Universidade Estadual do Ceará, por tudo o que me ensinaram, em todos esses anos. Vocês foram uma força extra para mim, todos os dias. Um obrigado singelo, em meio a isso, às minhas orientandas do curso de Serviço Social da FAC, por entenderem a dupla luta que travávamos, elas e eu, na conclusão de trabalhos finais. Aprendi junto com seus caminhos.

Agradecimentos finais e não menos importantes, a Robson Carvalho, Saul Araújo, Julhierme Aquino, Diego Silva e Davyd Moura, pela amizade de

mais de dez anos, em meio a dados e livros. E abraços fortes para Amanda Queiróz, Myrele Araújo, Kelton Viana e Cris Xavier, por serem minha eterna Sociedade Secreta de risadas e vida.

Fundamental encerrar agradecendo o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo apoio financeiro para a realização deste trabalho. Mas o CNPq representa, mais do que isso: é um exemplo de vitória social da pesquisa científica e merece todo o crédito por permitir e incentivar o pensamento no Brasil de hoje. Meu muito obrigado.

RESUMO

Observando a realidade textual da notícia como objeto sociológico, o trabalho em questão discute os modos pelos quais um governo estadual produz uma imagem de si e de seu papel por meio de narrativas oficiais de noticiamento. Tomando um *corpus* de informes e documentos publicados pelo Executivo do estado do Ceará, entre os anos de 2010 e 2012, a pesquisa atravessa o conjunto de estratégias de tratamento do imaginário político e analisa a importância da produção do *feito*. Por *feito*, entende-se aqui a descrição pública e oficial de uma ação governamental, valorizada e difundida como forma de legitimação das práticas do poder do Estado e de uma gestão específica. Percebe-se, assim, que o segundo governo de Cid Ferreira Gomes, no Ceará, opera uma noção de modernidade como bandeira do desenvolvimento, criando, ao mesmo tempo, um novo formato de exposição das realizações administrativas no sentido de um sistema perito – um saber codificado para todos os que estão fora de sua produção imediata. Compreende-se, também, que a notícia, como ação institucional, constrói os *feitos* sempre como fatos positivos, criando uma espécie *decurriculum* para o Estado e para o governo e apropriando-se de uma cultura política fundada na relevância da imagem, da validação por meio da comunicação massiva.

Palavras-chave: comunicação pública, imaginário político, discursos de desenvolvimento.

ABSTRACT

Observing the textual reality in the news as a sociological purpose, the study in question discusses the way of the state government produces its own image through the officials narratives of the reports. Using a *corpus* of informs and documents, published by the Executive of the state of Ceará between the years 2010 and 2012, this research passes the conjunct of strategies of the imaginary treatment political and analyzes the importance of production of the *feat*. The *feat* is understood here how the official public description of the governmental action, appreciated and diffused as a form of legitimation, and practice from the power of State and a specific administration. We realize that the second government of Cid Ferreira Gomes in state of Ceará operate a notion of modernization how a standard of development, creating at the same time a new shape of exposition of administrative realizations in the direction and adept system a codified lore to all that are out of a imediate production. We also understand that the news, as an institutional action, construct the feat always as positive facts, creating a short of *curriculum* for the State and the government and appropriating the politic culture based in the image's relevance and validation through the mass communication.

Keywords: public communication, political imaginary, discourses of development.

SUMÁRIO

Introdução	13
I. Comunicação, política e pesquisa social	13
II. Cenários e Personagens	23
Capítulo Primeiro: Informação, comunicação e imagem pública: contextos da modernidade e deslocamentos do discurso no Estado	32
1.1. Interpretações da modernidade	32
1.2. Tratamentos conceituais	38
1.3. Comunicação e pensamento	42
1.4. Contextos brasileiros da imagem política	47
1.5. A política simbólica no Ceará	53
Capítulo Segundo: Meios de produção da definição – desenvolvimento, regionalização e poder	64
2.1. Estado e desenvolvimento	64
2.2. O Governo Lula e o processo de reaparecimento dos imaginários desenvolvimentistas	67
2.3. Uma semi-história da ideia	71
2.4. Desenvolvimento e ciências sociais	76
2.5. Desenvolvimento e região	83
2.6. A Era das Mudanças e as raízes da modernização no Ceará	89
Capítulo Terceiro: Imagens políticas e publicidade informacional: estratégias e escolhas do discurso da mudança	100
3.1. Comunicação como sistema	100
3.2. Notícia e desenvolvimento: política e sistema perito.	102
3.3. Espaços e sentidos	115
Capítulo Quarto: A transformação da intimidade política e a massificação dos feitos	134
4.1. As redes sociais e a metamorfose do noticiamento público	134
4.2. Entre sigilos e expressões públicas	138
4.3. O feito e a organização da imagem	142
4.4. O Estado no Ceará: elenco e dramas simbólicos	153
Capítulo Quinto: Notícia, documento e contexto: ferramentas para uma sociologia do texto em rede	161
5.1. Desenvolvimento e documento virtual	161
5.2. A notícia	165

5.3. Digressão: dos sentidos de contar histórias no Ceará	168
5.4. A notícia no Ceará	173
5.5. Os instrumentos primários de uma análise da notícia estatal: a etnografia do texto e o <i>habitus</i> da publicação	175
5.6. O sistema perito	179
Considerações Finais	185
Bibliografia	193

Introdução

“Nada se parece mais com o pensamento mítico que a ideologia política”

- Claude Levi-Strauss, *Antropologie Structurale*.

I. Comunicação, política e pesquisa social

A “Era da Informação”, que convencionalmente vem sendo estabelecida como o momento de transição técnica e cultural do pós-Guerra até o presente momento (CASTELLS, 1998), interpola a criação de novos modelos de observação das relações humanas e dos elos entre conceitos clássicos das ciências sociais – como Estado, sociedade civil, democracia e público. Essa inovação semântica, que responde a uma série de rompimentos históricos no que toca o modo de comunicar e de fazer política no século XX e no século XXI, tem encaminhado a sociologia para a investigação de elementos antigos em novas formas: como a própria cultura comunicativa ou, ainda, as relações de poder que o universo democrático incorpora. Assim, ficam perguntas. Como o Estado, na forma do governo, produz definições sobre a sociedade e sobre si através das formas de publicação modernas de suas ações? Como ele participa desse processo de *falar a mudança*, de definir a transformação ou o desenvolvimento dos territórios e espaços sociais? Qual o seu papel público, de acordo com essas falas? Como o desenvolvimento como ideia e promessa ganha lugar nesse jogo social de produção de imagens institucionais e políticas?

O estudo presente discute, a partir dessas perguntas, o contexto de produção do Estado, na esfera estadual, no Ceará, por meio de discursos do *governo*, na forma de notícias produzidas e disseminadas pelo mesmo por meio da Internet. De um lado, a pesquisa fala dos modos pelos quais um conjunto de aparatos comunicativos e políticos cria imagens culturais e as usa. Do outro, aborda os sentidos deste jogo de narrativas no contexto de interesses governamentais e de suas ações na própria definição do Estado como máquina geradora de representações. A frase de Claude Lévi-Strauss,

que aqui nos serve de epígrafe, registra as semelhanças clássicas que foram e ainda podem ser traçadas entre os embates do espaço político e as imaginações de poder, os artefatos conceituais e as forças de memória de todos os grupos que a história e a antropologia decidiram por nomear como *mitológicas*. É precisamente sobre a *lógica dos mitos* que cruzamos o território dos discursos sobre *mudança* e capital político.

A mudança social, como objeto de análise da sociologia, figura entre os temas que povoam o decurso de conteúdos e de formação metodológica deste amplo ramo de pesquisas. Estava presente ainda na elaboração da auto-imagem da disciplina e de sua configuração como “ciência positiva”. Era tópico da própria definição e função social deste campo de investigação. Mais tarde, no longo decorrer do século XX, ela retornará sob formas diversas, a fim de ser novamente observada como fenômeno latente dos processos de integração e desintegração das sociedades ocidentais ou, como de outro modo eram caracterizadas: as sociedades modernas.

As leituras de realidade referendadas pela historiografia e pelas correntes mais historicistas do pensamento teórico – fundadas em Marx ou não – provocaram debates e investigações recorrentes sobre as transformações das sociedades, gerando exames retrospectivos dos movimentos políticos, econômicos e culturais, sobretudo desde as revoluções europeias dos séculos XVII e XVIII. As correntes inspiradas no materialismo histórico foram fundamentais nesse quesito: tomaram a mudança como fenômeno elementar para a compreensão dos universos sociais. Mas, como já foi dito, mesmo fora da influência mais direta de Marx, a pesquisa social caminhou pela análise do passado e de suas circunvoluções como instrumento de auto-referência – vide a historiografia mais afilada à História das Personalidades ou a História Natural determinista que dominou o século XIX com Hippolyte Taine, Friedrich Ratzel e outros.

Neste interim, a mudança social recebe desdobramentos e redesenhos: o *desenvolvimento* surgirá como um dos termos especialmente atribuídos ao complexo movimento de transformação dos grandes grupamentos humanos – uma substituição lenta e não universal da ideia de “evolução social”, tão cara ao já citado positivismo fundador. Esse novo termo, aliás, representará uma

nova dinâmica de definição das ciências sociais em seus quadros europeu e americano (em especial dentro da economia do crescimento e do materialismo histórico). A sociologia será convocada a oferecer respostas e soluções para os problemas estruturais do crescimento econômico, tanto por seus praticantes como por seus financiadores. Essa retomada ou continuidade dos padrões de sua criação enquanto ciência, fornecem uma considerável visibilidade retroativa para aqueles que analisam a trajetória disciplinar. Pode-se dizer, guardando as devidas precauções ontológicas e esquivando-se de essencialismos improdutivos, que o desenvolvimento, essa forma alternada de pensar a mudança, está historicamente entranhado no *corpus* dos instrumentos sociológicos; cruza-os e movimenta-os segundo uma nem sempre refletida cadeia de hierarquias conceituais: relevância temática, relação extra-científica e conexão com os problemas “originais” de todo um arcabouço acadêmico.

É preciso explicar melhor toda esta importância. Mesmo porque o imaginário desenvolvimentista contemporâneo e local – objeto da presente tese – precisa ser vinculado a uma dupla arqueologia de noções: o passado das problemáticas sociológicas e a realidade dos discursos políticos; ambos campos extremamente porosos e mutuamente tributários de um arcabouço cultural que abriga o termo. O estudo em questão, nesse sentido, e tendo em vista essa realidade de relações, se divide em duas tarefas: pensar um conjunto muito específico de falas e definições e compreendê-lo à luz e à sombra do mosaico multicausal da história política brasileira recente.

Agregado a esses canais interpretativos da ideia de desenvolvimento, está toda uma nova lógica de publicização das ideias: a Internet vem, nos últimos vinte anos, modificando severamente a estrutura de divulgação de informações e noções. No que toca a política, essa mudança técnica tem criado espaços inovadores de exposição partidária, luta eleitoral e transparência pública dos órgãos que compõem o governo (CASTELLS, 2009). A dinâmica das falas sobre ação política, sobre o papel transformador das instituições e sobre a modificação das estruturas sociais com vistas a melhoria das condições de vida têm vivenciado, no *ciberespaço*, um novo campo de apresentação e difusão.

Assim, é imperativo para os fins de uma avaliação mais completa deste conteúdo, articular as falas recentes sobre desenvolvimento com as *formas públicas* pelas quais este se manifesta, em pleno contexto de “modernização da ação comunicativa” nos dias da Internet e da propagação dos *websites*. Contextualizando ambos os universos temáticos e pensando em aprofundar o debate em uma dimensão local, o propósito deste trabalho é tentar responder a pergunta: *como as ideias de desenvolvimento e mudança tem se relacionado em um contexto de exposições técnicas e comunicativas do campo político, por parte do governo, no Ceará?*

Entendendo que tratamos de um universo de produção social que vincula um importante repertório de questões políticas, suas respectivas urgências práticas e seus marcos no campo eleitoral, o trabalho observa a emergência pública de personagens que são construídos neste jogo de difusão de ideias e programas para o mundo real. A tônica dessa produção, conectada a uma estrutura de necessidades constantemente criadas pelas novas possibilidades tecnológicas, agrega um par de valores que carece de ser destrinchado na análise da sociologia política: de um lado os recursos semióticos, mas de fundo cultural, que a estratégia de publicação e divulgação vincula; de outro, a composição de uma ideia de desenvolvimento que trabalha o local a partir de premissas nacionais e que com ele dialoga, guerreia e comercializa – seja em seu espectro simbólico, seja nas nem sempre declaradas esferas do material.

Cabe destacar que tal estudo, levado a cabo ao longo destes cinco anos, tem, como objetivo fundamental, compreender a formação de um *ideário de desenvolvimento* dentro do *discurso público* do governo, a partir das falas na esfera estadual, no Ceará, observadas no contexto da teia de significados e do arcabouço de representações construído no período de Governo Cid Gomes, tendo como pano de fundo o Governo Lula, no plano federal – quando mudanças de cunho técnico e prático têm afetado a forma de *publicação* das ideias por parte do poder. Por *discurso público*, portanto, entendo a produção de falas dirigidas a ouvintes/leitores/expectadores difusos; um discurso *publicado* em meios de comunicação de fácil acesso presumido.

Um dos focos subjacentes a este debate e que se soma a esse objetivo geral é a reflexão acerca da “interiorização do desenvolvimento” e as alegações de um “desenvolvimento regional” para o estado como elemento da agenda pública. Como ela vem externalizando definições acerca deste aspecto? De que forma e com que matizes o poder público desenha o regional, o interiorano, e como os articula dentro das referências a crescimento econômico e partilha das novas aquisições sociais a ele atreladas?

Para responder a estas perguntas tem sido útil a construção de dois *círculos temáticos ou conceituais*, dentro dos quais tento respondê-las. E antes que a metáfora geométrica seja interpretada como uma visão restritiva da metodologia de pesquisa, aviso que faço uso da mesma em seu sentido social: assim *círculos sociais*, como conjuntos de sujeitos que ora se delimitam em termos de interdependência e graus de intimidade, ora se abrem para novas ligações, há de ser possível pensar os conceitos e os espaços reais da realidade social como redes de relações que se dividem entre conexões internas e contatos externos. Os círculos temáticos delimitados a seguir, respeitam, portanto, essa dimensão de relativa autonomia e consequente entrelaçamento e intersecção –, variação definida pelas perspectivas que temos ou elaboramos acerca de seus conteúdos.

Estes dois grandes eixos que aqui interessam dizem respeito a um duplo fenômeno (que embora não seja, de forma alguma, circunscrito aos anos aqui analisados, vem assumindo novas formas na última década): *a ampliação da imagem pública do Estado no Brasil e a retomada do desenvolvimento regional* como *lócus* das ações estatais no discurso político recente. Partes complementares de uma mesma hipótese, estes dois aspectos parecem promover a ideia de região e a ideia do “regional por desenvolver” como bandeiras sociais dos grupos no poder. Recentemente, através de mudanças na própria forma política de acesso ao mundo dos eleitores e da dimensão pública em geral, as falas sobre papel do Estado e desenvolvimento vem ganhando novos matizes. A lógica da Internet e da imprensa que dela se utiliza, tem aberto novas perspectivas da comunicação de massa e, paralelamente, do comportamento dos agentes públicos e suas instituições. É nesse palco que novas ideias sobre localidade, região, desenvolvimento e

mudança social tem aparecido. Observando, assim, a década que engloba a ascensão do Governo Lula e de grupos políticos a ele ligados no Ceará, passamos a imaginar uma série de outras perguntas e, conseqüentemente, um conjunto de possíveis respostas.

Sem pretender sustentar a ilusão linear de que este trecho do estudo representa o “começo real” das indagações e não um “começo fabricado”, é interessante seguir a ordem clássica desta apresentação. Primeiro, porque ela permite uma compreensão maior das etapas do próprio trabalho. Segundo porque, mesmo conscientes da impossibilidade de uma linearidade heurística, tanto os leitores como eu podem muito bem incorporar as facilidades e os sabores que a narrativa – conceito-base deste trabalho –, em sua dimensão comunicativa e simbólica, constrói.

Assim, o primeiro círculo temático a se discutir diz respeito ao espaço metodológico do estudo – mas que também é um aspecto de conteúdo do mesmo. Não porque a metodologia seja definida de forma inicial, mas porque ela é o elemento que tende a *sobreviver* após os primeiros impulsos da tarefa de pesquisar. Ao menos, até as revisões e reestruturações tão comuns à prática sociológica.

A realidade *pública* do governo é o centro deste círculo. As maneiras pelas quais a máquina pública dialoga com a sociedade, as ferramentas de que faz uso, o tom de sua fala, os personagens que dela participam e o contexto no qual se inserem estão na primeira fila das curiosidades que movimentam esta tese. A base primária de dados, aqui trabalhada, sobre o discurso do desenvolvimento, são notícias produzidas e disponibilizadas pelo governo cearense em seu *website* entre 2010 e 2012 – anos de transição eleitoral e de renovação de mandatos nas esferas do Estado. Este material, que corresponde a 762 notícias ligadas a Secretaria de Desenvolvimento Agrário e 353 notícias ligadas à SEPLAG, selecionadas em um conjunto de mais de três mil pequenos textos veiculados nos sistema de sites e subsites governamentais, constitui um *corpus* inicial da pesquisa. A eles soma-se o estudo de outros textos, documentos, discursos e relatórios, produzidos e disponibilizados abertamente pelo governo no período de 2006 a 2011 e ligados a órgãos diretamente marcados como partes diretas de um braço de incentivo ao desenvolvimento

regional (como os Ministérios da Integração e da Agricultura, como contexto nacional, e as Secretarias de Desenvolvimento Rural, das Cidades, e de Planejamento e Gestão) no mesmo período.

O segundo círculo temático envolve algumas das discussões sobre desenvolvimento e planejamento no Brasil contemporâneo, essencialmente enquanto conteúdo e forma do discurso político. Sabemos que este é um ideário que, sob diversos formatos, atravessou o século XX como parte das falas do poder, tanto em sua expressão autoritária como no campo de suas encarnações democráticas. O presente trabalho busca entender como esta dimensão ressurge no âmbito do governo estadual e em suas relações com o poder federal. Pensando os grupos políticos que atualmente gerenciam a máquina e lhe dão desdobramento, é válido considerar que uma constante atualização da compreensão sobre tais discursos é relevante. Somada a isso, a compreensão das trilhas de ressignificação desta fala e deste projeto constitui uma tentativa de mapear as mudanças, permanências e diálogos entre a longa herança de imaginários políticos e sua reconstrução dentro do campo de interesses e de desenho da coisa pública.

As noções de desenvolvimento no Ceará e de *desenvolvimento regional* são estudadas aqui com mais atenção. Elas representam parte das falas públicas mencionadas e reaparecem como um subdiscurso interligado àquele que atribui ao Estado um papel decisivo na organização da mudança e da “evolução” sócio-econômica da sociedade civil. Herdeiros, por sua vez, das estruturas imaginárias que durante décadas amarraram conhecimento técnico e demandas locais, estes discursos vem à lume em um momento histórico de ampla conexão das realidades distantes por meio de novas tecnologias de comunicação e troca de ideias. Nesse sentido, o estudo específico de relatórios e notícias vinculadas pelas secretarias de Desenvolvimento Agrário e pela Secretaria de Planejamento e gestão merece destaque como material prioritário. Eles expõem uma parcela da seleção midiática que o governo estimula e conduz no tocante a apresentação de projetos e caminhos de ação para o setor “regional” (uma expressão, que, por si só, convoca uma necessidade de análise). O conjunto de materiais em questão aparece como um conjunto separado de textos (em termos de disponibilidade no *site*

governamental), mas também reaparece no conjunto de documentos publicamente disponíveis, sendo assim necessário situar o mesmo como parte das pretensões da análise comparativa antes mencionada.

O trabalho em questão não trata – e isso será retomado sempre que possível – de uma travessia exaustiva das formulações sobre desenvolvimento ao longo de todo o percurso formativo do país. Ainda assim, toma os elementos considerados “chave” ao longo da trajetória histórica abordada, para compreender um fenômeno extremamente recente: a *virtualização do discurso do desenvolvimento* e seus mecanismos de exposição.

A pesquisa foi dividida, textualmente, em quatro interesses e análises que se intercalam com o objetivo final de pensar os usos locais da ideia de desenvolvimento dentro da esfera de atuação do Estado no caso da esfera estadual cearense: 1) o papel e os contornos da virtualidade na vida política moderna; 2) a análise dos discursos propriamente ditos, produzidos pelo Executivo acerca do desenvolvimento e do papel do Estado na confecção do mesmo; 3) as estratégias público-virtuais de consolidação das falas estatais e seus usos para a construção da “região” no discurso; e 4) um exame das possibilidades metodológicas e os desafios a elas aparentados no que toca a análise da publicação política digital.

A prática de pesquisa nas ciências sociais é definida, mais de uma vez, como um processo interpretativo que coloca o pesquisador diante da tentativa de decifrar códigos não explícitos de interação e autocompreensão do mundo por parte de agentes sociais inseridos em contextos próprios (ELIAS, 1998; GEERTZ, 2003; BOURDIEU, 2002; GOFFMAN, 2008; CASTORIADIS, 1987). É, ainda, um conjunto de aproximações, de negociações cognitivas e de reinterpretções historicamente referenciadas, do jogo e das regras de relação que tais contextos produzem. Assim, quando a pesquisa social assume o desafio de entender também o processo de consolidação das bases políticas de uma dada prática ou de um dado discurso – literário, geográfico, técnico ou de memória – ela se estende a uma “entrevista” ou conjunto de “entrevistas” com os elementos constituintes de um dado *imaginário*.

A formação do contexto público de divulgação de metas e papéis do Estado, dentro da *World Wide Web*, o “palco visual” da Internet desde seu

princípio, é um exemplo de processo sócio-cultural capaz de fazer da ação política um espaço de produção-recepção de imagens em tempo real (CASTELLS, 2009). Essa relação com a temporalidade é importante na medida em que é parte do quadro de ruptura que a Internet tem provocado (como também lembra Castells [*id. ibidem*] e Lemos [2010]) nas relações entre sociedade civil e a imagem do poder público. Como lugar de (re)produção da auto-imagem de instituições e sujeitos políticos, ela proporciona como principal desafio investigativo a tarefa de compreender as singularidades e os elos comparativos dentro de um grande número de publicações, falas e objetos visuais não desprovidos de enunciados implícitos ou explícitos.

A alocação de falas promotoras de imagem e devotadas a compor um “retrato” administrativo provoca, neste ponto, a prática metodológica para um interrogar das causas e dos formatos desta gestão cultural da imagem pública. A primeira parte, envolve a aproximação que tem, por sua vez, sua dimensão etnográfica: quais os espaços “principais” da divulgação? Como é a estrutura do “campo” que se observa? Longe de se estabelecer uma garantia ontológica, é possível fazer uso de alguns recursos para pensar não só a virtualidade, mas também o texto, como instâncias para a observação das ciências sociais. O primeiro passo é a aceitação de que, ainda que uma produção deliberada, a comunicação se vale de não-ditos e estratégias de convencimento que se completam com a ocultação de significados ou, como diria Bourdieu, através do *recalque* da verdade de seus propósitos (BOURDIEU, 1992). Em segundo lugar, parto da ideia de Eco (1992), ao supor que o texto contém uma carga de sentido que vai além mesmo das necessidades e projetos daqueles que o produziram, ganhando em seu movimento uma dinâmica própria, cuja inteligibilidade se concretiza na forma de um fenômeno dotado de *poder* e *exterioridade* – não coincidentemente, características durkheimianas do fato social (2003). Sob este ponto, o texto (virtual ou não) assume uma autonomia interpretativa e comunicativa sobre as vontades individuais, entrando no universo cultural e se conectando a ele tal qual um objeto ou mercadoria cujo uso pode ser reinventado por aqueles que o encontram. Aqui somos levados à terceira base de uma “travessia” da comunicação como objeto de análise social: a relação comparativa entre as comunicações explicitadas e outras

fontes. Relação essa que acaba por gerir e complexificar o poder textual enquanto categoria de autonomia relevante. A comparação ou a contextualização comunicativa do desenvolvimento das falas nos permite, dessa forma, compreender as forças de entrada e saída de uma legitimidade cultural produzida na repetição, na elevação ou nos silêncios acerca de um dado tema e de seus personagens.

Seguindo, então, a concepção de “objeto construído” como parte da prerrogativa epistemológica da sociologia (BOURDIEU, 1989) e seguindo também este último aspecto da análise, se faz necessário compreender o contorno teórico da noção de *imaginário*, núcleo do tratamento geral que o presente estudo dará ao conjunto de ações e produtos “materiais” (semióticos) da aventura de divulgação política. Cabe, de início, compreender que o pensamento sociológico apresenta, *grosso modo*, duas vertentes principais acerca do imaginário como perspectiva e elemento metodológico. De um lado temos a linha teórica, reforçada pelo materialismo histórico e pelas correntes dele derivadas (cuja proximidade com o próprio Marx nem sempre é fácil de presumir), que entende a produção de sentido que a cultura constrói *como parte de discursos e convencimentos de grupos em luta*. Em outras palavras, a expressão que talvez melhor designaria o imaginário a partir deste ponto é a ideia de *ideologia* e seu vínculo com uma leitura conflitiva dos processos de manutenção e mudança sociais. Por outro lado, a escola francesa – via Durkheim e seus estudos sobre a objetivação das vivências sociais – nos traz uma segunda leitura do imaginário, aproximando o imaginário à ideia de *representação coletiva*, para fazer desta um fruto mais caótico e menos determinado das ações e relações de vulto que se estabelecem no seio da sociedade. Pode objetar-se, sem dúvida, que tal polarização limita de forma abissal o debate sobre o conceito. A única ressalva defensiva que julgo prudente manter, neste caso, é de que as teorias ambíguas e os espaços de confrontação que vem se criando, durante todo o século XX, guardam tantos parentescos e similaridades com as correntes em questão que é possível pensá-las não como dependentes dos autores-chave mencionados, mas sim como caminhos de reflexão que atingiram, ao longo da história, semelhantes conclusões, marcadas por uma priorização diferenciada – seja o entendimento

de uma disputa velada, seja a dimensão sócio-cognitiva das imagens em sua elaboração. Buscando estabelecer instrumentos úteis, sem forçar os sistemas de interpretação em jogo a um artificialismo incongruente, o imaginário poderia ser compreendido, para os fins deste estudo, como *o conjunto de estratégias, recursos discursivos e passados simbólicos utilizados pelos agentes políticos para ratificar sua validade no jogo social ou para invalidar a legitimidade de seus oponentes*. Se, de um lado, essa definição vai além da separação de classes em sua leitura mais clássica, do outro ela nega a representação como elemento não-conflitivo no curso de seus usos socioculturais. Dessa forma, procuro uma ferramenta que aponte o objeto teórico aqui elaborado como instância de aproximação com uma realidade empírica que se mostra, constantemente, povoada de separações, oposições e choques.

II. Cenários e personagens

Pensando a realidade política produzida pelos dois governos Lula e as conjunções locais do campo político na forma dos governos de Cid Ferreira Gomes (de 2006 até hoje, meados de 2012), o trabalho se dedica a discutir estes pontos como uma tentativa de pensar as relações de imaginário que são articuladas entre esse histórico nacional e suas implicações no estado.

A chamada “era Lula” que, sob a forma de rascunho analítico, compreende os dois mandatos deste presidente (2003-2006 e 2007-2010), vem tradicionalmente associada ao período de ascensão política do Partido dos Trabalhadores (PT) e de sua cúpula no campo político brasileiro – no que toca a vitória eleitoral de Lula, mas também da contínua expansão do partido nos espaços estaduais. A conquista dos pleitos de 2002 e 2006 não se limitou ao Executivo, trazendo mudanças na composição das bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, ampliando assim a margem de negociação e de liberdade da presidência e enfatizando uma alteração no comportamento eleitoral da sociedade brasileira. O uso da imagem do torneiro mecânico que conquista a presidência, assim como as constantes referências ao PT como

partido ético e capaz de promover mudanças estruturais no processo de organização social do Brasil, eram o centro da primeira campanha vitoriosa. Em 2006, crises políticas e denúncias de diversos tipos surgiram como possíveis ameaças a reeleição. Em contrapartida, as declarações de sucesso no projeto de geração de empregos e de melhoria das condições de renda e consumo serviram aos aliados do governo como ferramentas de contra-ataque, proporcionando a derrota da oposição. Por fim, o mesmo conjunto de imagens de sucesso e construção do *desenvolvimento* econômico e social retornou nas eleições de 2010 para movimentar a campanha de Dilma Rouseff, pelo PT. Tais movimentos e contramovimentos das metáforas e símbolos de disputa eleitoral podem ser observadas como momentos de recuperação do uso do sucesso econômico e social – como instrumentos centrais da conquista política. Não se trata, obviamente, de negar o uso do desenvolvimento como instrumento de propaganda em épocas anteriores. Muito pelo contrário, ele se pronunciou como ótica e ferramenta de promessa transformadora durante todo o século XX – em substituição a *modernização*, palavra extremamente relevante no século anterior. Mas, no caso das eleições presidenciais da década imediatamente passada, é preciso notar a retomada de sua expressão a partir de um histórico recente de elevação das taxas de crescimento do consumo e de aceleração da produção.

Da mesma forma que na esfera nacional, o desenvolvimento é assunto político local também há décadas. Ao menos enquanto fórmula discursiva que vingou dentro da constituição do urbano como centro político desde os anos 1980 (FERREIRA, 2005). Nos últimos vinte anos, contudo, ele assume nova dimensão de disputa: o surgimento de um grupo político conhecido como “jovens empresários”, ligados ao Centro Industrial do Ceará (CIC) (COSTA, 2005) traduz a emergência de uma oposição ao conjunto de poder representado pelo coronelismo cearense. A crescente tomada de espaço por parte dos jovens empresários, situada em torno de figuras como Tasso Jereissati e Sérgio Machado terá profunda participação na formação do quadro político dos anos 1990 e 2000. É com Tasso que a ideia de um desenvolvimento urbano de tipo capitalista-competitivo será introduzida no ideário local, criando uma “trincheira ideológica” a ser usada pelos

representantes de um governo pautado pela promessa de “mudanças”. (LEMENHE 1995, CARVALHO, 2001).

Redefinidos os espaços de determinação em termos de grupos de poder na nova figuração “pós-coronelista”, o Ceará assistiu a conversão da leitura agrária do potencial do estado para uma ênfase na divulgação do “empreendedorismo” e da capitalização do urbano por meio de iniciativas produtivas; nova dimensão de vocação econômica da sociedade cearense. De inspiração profundamente paulistana, este ideário urbano-industrial assume com o grupo político do PSDB um veículo propagandístico poderoso, capaz de encontrar no interior de base agropecuária um respaldo eleitoral relevante. Tem ascensão, neste ponto, a construção da imagem de Tasso como benfeitor das massas, através de uma figura de linguagem específica, permeada de simplificação e de caráter aparentemente inofensivo: o “galeguim dos zói azul”. A sequência de instrumentalização desta personagem com o projeto mais complexo de reestruturação da realidade econômica serão os desafios enfrentados e vencidos pelo partido tucano.

A atual construção política, presente no Executivo do governo de Cid Ferreira Gomes, não foge a este passado discursivo, elaborando novos elementos para as mesmas criações: desenvolvimento como destino das intervenções públicas e como causa dos acordos entre um poder público incentivador e uma iniciativa privada ativa.

Figura pública de rápida ascensão política no cenário local, Cid Ferreira Gomes, natural da região norte, membro de família tradicional sobralense e filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB)¹, passou de deputado estadual para de prefeito da cidade de Sobral, e então, para o *status* de uma das mais presentes personagens no cenário geral dos aliados do Partido dos Trabalhadores no Nordeste. Ainda que sua influência efetiva seja assunto de outra análise, é inegável a presença pública do governador cearense nos eventos ligados a eleição da nova presidente Dilma Rousseff e dos dois senadores da base aliada (José Pimentel e Eunício Oliveira, eleitos pelas legendas do PT e PMDB, respectivamente). Tal relevância pública precisa ser

¹ Criado originalmente em 1947, a partir da antiga Esquerda Democrática, foi extinto em 1965 e recriado vinte anos depois, em meio à redemocratização.

observada, também, dentro do contexto de sua emergência dentro das velhas relações de poder. Assim como seu irmão Ciro Ferreira Gomes, Cid surge como parte do mesmo grupo de apoio de Tasso Gereissati, rompendo, mais tarde, com este. Ainda assim, é precoce dizer que esta ruptura tenha fundo prático no sentido das propostas e determinações do Executivo como interventor público ou, dito de outra forma: não é prudente afirmar que este rompimento indique um rompimento ideológico de vulto – com a notória exceção da escolha das alianças e do “lado” do novo espectro de poder que se forma na década.

Produzido, portanto, dentro de um quadro de alianças tradicionalmente associadas a uma ruptura com o tradicional, bem como com o universo de forças políticas mais tarde surgidas no campo (i.e. o Partido dos Trabalhadores), falamos de um grupo de poder que carrega os opostos dentro de si. Esta afirmação reforçada por falas do próprio governador. Obviamente, como veremos adiante, esta condição não se perpetuará sem alterações. Ainda assim, sua base formativa serve como objeto de contextualização para a compreensão efetiva da conjuntura a ser discutida.

Com os sucessos político-regionais conquistados em Sobral, Cid, protagonista (ao menos, publicamente) das novas alianças que emergem no Ceará, lança-se governador com o uso de duas estruturas propagandísticas: o apoio local e nacional do Partido dos Trabalhadores e a promessa administrativa de aperfeiçoamento da área de Segurança Pública (com o programa *Ronda do Quarteirão*, como criação de uma política comunitária e eficiente). Sua defesa do aprimoramento da gestão e suas falas acerca da *interiorização do desenvolvimento* também são agregadas ao espectro, no sentido de uma ampla divulgação destas metas relacionadas ao interior – ações públicas que são reproduzidas nos discursos do governador e de aliados:

(...) quero dar meu muito obrigado ao governador Cid Gomes e a todos que compõem sua equipe pela construção dessa estrada que representa a realização do sonho de gerações de beberibenses. A chamamos de Estrada da Integração porque vai permitir a interiorização do processo de desenvolvimento do município que hoje está bem consolidado no litoral. Nós seríamos eternamente injustos

se não fizéssemos com que esse processo de desenvolvimento fosse distribuído para todas as regiões do município, até para aproveitar todo o potencial produtivo de nossa terra e toda força de trabalho que temos no nosso sertão.²

No caso da reeleição estadual de 2010, o lugar do PSB cearense junto às políticas e alianças federais é confirmado. A vitória de Dilma no mesmo pleito e a relação entre as campanhas reitera um contato público entre o Partido dos Trabalhadores e esse novo conjunto de lideranças locais, pautada no apoio público declarado. No mesmo espaço, a definição das oposições fica mais obscura, com agentes políticos individuais e os próprios partidos assumindo lugares diferentes ao longo do tempo de mandato.

Por seu turno, a imagem de desenvolvimento retorna atrelada a definição de um governo *itinerante* e a repetida defesa da interiorização do desenvolvimento regional, alicerçada, por exemplo, no conjunto de ações e promessas para o semiárido cearense; compromisso, aliás, debatido e retomado também na esfera federal na era Lula. As principais campanhas relacionadas a estes projetos e falas estão ligadas tanto ao discurso de infraestrutura como nos programas e ações que massificam a intervenção estatal nas localidades mais distantes das capitais. O semiárido é um destes espaços construídos como parte do discurso de mudança, tomado, aqui, como parte das intenções publicadas de eliminação da miséria.

A visibilidade desse desenvolvimento aparecerá registrada no uso das esferas de publicação do Estado, articulando o jogo imagético dos ideários neo-desenvolvimentistas com a função informativa do poder público. Esse encaixe dinâmico do processo de tratamento do projeto social e político como eco dos interesses empresariais representados por Cid Gomes, mesclados à responsabilidade propagandística do PSB, confluíram para um tratamento intenso e sistemático das atividades estatais como tópicos cotidianos (dimensão reforçada pela característica de “tempo-real” das ferramentas digitais em uso): na forma de um noticiamento regular e multicanalizado das inúmeras ações e programas movidos ou apoiados pelo Executivo no Ceará,

² Retirado de <http://www.beberibe.ce.gov.br/secretarias/seinfrasecretaria-de-infra-estrutura/205-estrada-da-integracao-garantia-da-interiorizacao-do-desenvolvimento-de-beberibe.html>

por meio dos sites oficiais do governo na Internet. O reforço constante dessas publicações coloca questionamentos próprios, tomados aqui desde o início, mas também desdobráveis: qual os pontos-chave das falas públicas no espaço virtual? Como eles dialogam com a realidade de comentários e replicações em outras esferas textuais de análise (tais como blogs e redes sociais)? Quais os formatos pelos quais o desenvolvimento, enquanto proposição política e personagem midiático, é difundido?

A *questão Nordeste* tem sido um ponto de partida institucional para o tratamento de toda sorte de circunstâncias e desafios analíticos do desenvolvimento regional brasileiro desde meados do século XX, quando sua “invenção” se concretizou de modo mais arguto e material e quando o aparato econômico planejador – representado pelo Bando do Nordeste do Brasil (BNB), pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) entre outras ferramentas estatais de difusão de recursos – era criado. As perguntas “Como minimizar a miséria nordestina?” ou “Qual a vocação econômica dessa região?”, polos de intenções políticas diversas, instrumentalizaram modos de operação que circularam constantemente entre a dimensão política das decisões administrativas e a percepção teórico-prática das análises de conteúdo do problema regional abordado. Seguindo este fio condutor e tomando as leituras de cunho clássicas de um lado (como os herdeiros de Marx e das interpretações marxianas de nossa formação colonial) e as motivações de um nacionalismo ambíguo e modernizante de outro (amparadas por uma elite exportadora posta em desafio), o pensamento político e a ação estatal engendraram uma história de mudança social específica, na qual a medida de melhoria econômica, de capitalização e diversificação produtiva de um bom percentual do território brasileiro, estava em jogo.

No Ceará, de modo ainda mais específico, o desenvolvimento recente da estruturação do desenvolvimento como problema e ação, pode ser apontado nos desdobramentos do aparato antes citado, sendo a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, dois lugares-chave (mas não únicos) de compreensão das ações públicas para o estado. Em paralelo com os ecos das decisões tomadas na esfera federal, o Ceará testemunhava uma mudança de suas elites no correr

dos anos 1970-1980, com o surgimento de uma elite empresarial politicamente envolvida e que tinha como representantes nomes como Sérgio Machado, Tasso Jereissati, Benedito Clayton Veras (Beni Veras) e, mais tarde, Ciro Gomes. Em um campo de batalha ideológico movimentado pela ascensão da mídia televisiva, esta nova elite política viria se consolidar através do princípio de modernização e busca por industrialização acelerada do estado, um mote que pode ser observado, como base das falas institucionais, como veículo de reprodução de poder e legitimidade dentro da máquina.

Dentro, portanto, do Nordeste inventado e posto em prática, temos uma reformulação do interior como parte vinculada das investidas públicas, das tomadas de posição e da definição do papel do Estado. A ocupação dos territórios traz, assim, perguntas retomadas: como o espaço é remarcado por este poder definidor? Onde estão as bases desta nomenclatura e atribuição de valores ao regional?

Diante das categorias antes mencionadas e reiterando a ideia de que dividir o trabalho de investigação em partes e “tópicos” é uma forma de organizar a reflexão, pontuando ainda, de forma mais clara, as “etapas” da exposição – mais que as da reflexão – a pesquisa será dividida em quatro capítulos.

No Capítulo Primeiro - *Informação, comunicação e imagem pública: contextos da modernidade e deslocamentos do discurso do Estado* – estão a contextualização da modernidade e algumas de suas cadeias de sentido na literatura sociológica. Situando a presente análise como herdeira de problemáticas e conceitos relacionados à ideia de modernidade e modernização – tanto nos termos de Weber (2004), da análise da racionalização contemporânea, como nos termos de Giddens (1990), de uma leitura das alterações políticas, sociais e culturais do mundo presente, – faz-se necessário expor e desvelar as relações que as ciências sociais constroem em torno da ideia de modernidade. A revisão deste conceito, seus alcances e limitações explicativos, sua disposição e flexibilidade teórica, permitirão uma melhor visão da dinâmica da teoria social sobre o lugar e os movimentos do Estado. Assim, a pretensão do capítulo inicial é construir um recorte por meio do qual o Estado pode ser analisado e pensado – como conceito e como

fenômeno. Como em tudo o mais que esta tese pretende tratar, o imaginário conceitual se torna dado empírico, com o propósito de pensar o mapa ideológico dos termos e noções ligados ao desenvolvimento como discurso.

A segunda parte do estudo – *Meios de produção da definição – desenvolvimento, regionalização e poder* – envolve o centro das preocupações do mesmo: a compreensão das estruturas de noticiamento das ações estatais dentro do contexto maior do desenvolvimento como tema político e de ação institucional. Neste ponto, o desenvolvimento regional aparece como personagem importante, analisado como “caso de linguagem”. O desenvolvimento, a produção de sentido do mesmo, como carga política e elemento social, é foco da leitura dos discursos em xeque. Através das falas sobre desenvolvimento local no Ceará, a pesquisa procura entender espaços de atuação do discurso sobre a tentativa de “modernização” do universo social local.

O Capítulo Terceiro – *Imagens políticas e publicidade informacional: estratégias e escolhas do discurso da mudança* – é uma tentativa de mapeamento das estruturas de reprodução política na Internet cearense – ou, mais precisamente, nas *interwebs*, as redes de leitura e circulação de textos e informação audiovisual. Em outras palavras, serão examinadas as mecânicas digitais dos *websites* políticos e das estratégias gerais da “ciberpolítica”, assim como sua linguagem dominante, através do noticiamento da Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Serão descritas e analisadas a constituição das imagens partidárias – como PT e PSB –, mas sobretudo, o mecanismo de produção da definição do agrário/rural por meio das notícias. Aqui, é relevante compreender tanto o contexto geral da linguagem na Internet como universo social específico, como os usos práticos do mesmo que a cultura política tem tomado. Longe de ter intenções em uma varredura impossível – e de todo infrutífera – dos meios e espaços virtuais, a pesquisa neste ponto procura organizar uma leitura da pragmática comunicativa presente no campo virtual no Ceará – observando seus conteúdos imagéticos e adentrando, mais precisamente, na lógica da notícia digital como instrumento de ação e exposição pública.

No Capítulo Quarto, cujo título é *A transformação da intimidade política e o massificação dos feitos* proponho uma análise do planejamento e de suas formas em notícia, passando por uma rápida observação das páginas de redes sociais do Estado – como Twitter e Facebook, tendo como objetivo uma compreensão “etnográfica” dos instrumentos de sociabilidade digital implementados e utilizados por estes agentes sociais. O foco são as notícias da SEPLAG e dos modos pelos quais o Estado produz um sentido de autoafirmação nos meios de exposição dos feitos na mesma. A ideia de *feito* como conceito fundamental é aqui elaborada, servindo de ferramenta para a interpretação.

Por fim, o *Capítulo Quinto: notícia, documento e contexto – ferramentas para uma sociologia do texto em rede* – reexamina o campo metodológico do discurso público, trabalhando suas estratégias mais comuns e relendo a dinâmica de seu funcionamento no contexto das falas sobre mudança social e ação estatal. É uma forma de pensar a própria análise do discurso como prática de pesquisa nas ciências sociais, por meio de um estudo específico. O intuito, aqui, é compreender a relação entre as singularidades da publicação nas *interwebs* e o esforço no papel do Estado de informar acerca dos programas e ações do governo. Este último aspecto visa contemplar, basicamente, a lógica de funcionamento do discurso público e a imagem geral que a máquina estatal produz de si mesma.

Capítulo Primeiro

Informação, comunicação e imagem pública: contextos da modernidade e deslocamentos do discurso do Estado

1.1. Interpretações da modernidade

Entre os usos institucionais e históricos da ideia de mudança e progresso – presentes na teoria social e nos jargões políticos que orbitam os eixos da mesma – a palavra *modernidade* mantém sua presença e recorrência. No caso específico do Brasil, no longo intercurso entre o processo de formação do Estado nacional e as reformas pelas quais o mesmo passou ao longo do século passado, a caça pelo moderno se instituiu como tentativa de equiparação a propostas e imagens de desenvolvimentos importadas, sobretudo, da Europa em agitação. Assim, tomando fragmentos da sociogênese da modernidade em sua apreensão política, aproximamo-nos, um pouco mais, da relação entre desenvolvimento como projeto e desenvolvimento como anteparo cultural. É aqui, neste ponto que nos interessa algumas perguntas: a que nos referimos, no tocante às observações e reflexões que articulam a realidade comunicativa contemporânea – encarnada na imprensa, por exemplo – quando usamos a palavra *modernidade*? Qual o sentido de seu uso para os fins de uma análise que situa comunicação pública, Estado e estratégias de tratamento do imaginário do desenvolvimento? No ajustamento da observação das formas dessa expressão pública de agentes e instituições, grupos e indivíduos, é necessário que se faça a inclusão de problemáticas contextuais, de universos de sentido e conceito que auxiliem em uma compreensão mais sistemática e menos atomizada das urgências, liberdades e capacitações que a ação comunicativa possui e induz. Os trabalhos que colocam comunicação, cultura, política e temporalidade na mesma esteira, remontam aos começos do século XX, dando vazão a uma série de perguntas que exigem releitura perene.

Assim, o valor empírico e metodológico da modernidade como conceito tem sido nublado pela presença de uma insistente dicotomia que aparta teoria e prática nas ciências sociais (BECKER, 2007). Observada de perto, como recurso de aproximação histórica, a modernidade se revela mais do que uma constatação generalista de mudanças e tendências, passando a compor uma leitura de processos transversais que auxiliam a compreensão das gamas sociais e transformação econômica e cultural em curso no mundo real (BAUMAN, 2004, GIDDENS, 1990). Afastada a premissa de que a modernidade precisa ser tratada como definição histórica datada, como resposta teórica vaga, resta-nos a validade do exercício de situar realidades locais dentro de mudanças macrossociais no mundo onde processos irregulares de industrialização, mecanização, informatização e deslocamento de tradições e práticas estão em curso.

Os instrumentos de difusão da informação no Brasil e no mundo da última década devem sua existência a redes de transformações na produção e comércio da informação global (CASTELLS, 2009) e, correlativamente, à mudanças anteriores na produção e comércio de um modo mais amplo. Além disso, pensados em sua multilocalização (no sentido de uma existência profissional que os coloca em contato com realidades distantes geograficamente), os agentes envolvidos nos processos de criação e divulgação do texto-notícia (redatores, editores, repórteres e jornalistas de um modo geral) se movimentam e se articulam segundo contextos e determinações extremamente difusas, compreendidas apenas como sendo parte das regras do jogo de um campo influenciado por interesses e práticas produzidas de forma global. É aqui, neste ponto da inferência acerca do cenário mais amplo da ação de noticiamento, que as definições clássicas e contemporâneas de modernidade se fazem úteis. Partes da constituição de uma ferramenta comparativa e conceitual, elas podem ajudar a compreender melhor a dinâmica que permite e estimula a notícia em suas formas locais e recentes, em um movimento sincrônico de ganhos e quebras de conteúdo, estratégia e interesse.

No retorno aos clássicos das ciências sociais, podemos cruzar o pensamento alemão na direção de Georg Simmel, para quem

Se a sociologia quisesse formular a contradição da época moderna, especialmente em oposição à época medieval, então poderia tentar como se segue: Na Idade Média, o homem encontrava-se encadeado numa relação com uma comunidade ou com uma propriedade feudal, com uma associação ou com uma corporação; sua personalidade era incorporada nos círculos de interesses práticos ou sociais. O caráter destes círculos era formado pelas pessoas que os constituíam de maneira imediata. Esta unidade foi destruída pela época moderna. Por um lado, ela possibilitou a autonomia da personalidade e deu a ela uma liberdade de movimentos interna e externa incomensurável. E deu, por outro lado, em compensação, um caráter objetivado incomensurável aos conteúdos práticos de vida. Na técnica nas organizações de cada tipo, nas empresas e nas profissões impõe-se cada vez mais o domínio das próprias leis das coisas, que separam tudo isso das nuances de personalidades singulares - como, tendencialmente, a nossa imagem da natureza perde mais e mais os traços humanos em favor de uma legislação objetiva. Assim, a época moderna conseguiu separar e autonomizar o sujeito e o objeto, para que ambos realizassem o próprio desenvolvimento de forma mais pura e mais rica. (SIMMEL, 1998).

A modernidade ou uma de suas definições prévias, estava ali presente como demarcação dos próprios desafios da ciência sociológica. Simmel não deixa de tratar *modernidade* como um ponto de mudança objetiva: a separação entre os estatutos pessoais e estruturais da realidade; mas ao mesmo tempo e já naquele ponto da história do pensamento, deixava margem para uma leitura do contemporâneo que procurasse marcas interrelacionais (e conjunturais) das ações dentro dele.

Em outro ponto, mas ainda ligado à máxima das elaborações histórico-filosóficas alemãs do século XIX, que consideravam ação e estrutura como elementos coligados, teremos a modernidade também abordada no pensamento weberiano, como um largo processo de organização das lógicas produtivas tanto culturais como materiais de um Ocidente racionalizante (WEBER, 2002). Em Max Weber, como uma resposta crítica e nem sempre opositora ao pensamento de Marx, temos uma redefinição da noção de capitalismo como sistema econômico. Como *capitalismo moderno*, o sistema de relações abordadas pelo materialismo alemão, antes de Weber, será concebido como movimento social marcado por novos caracteres – por exemplo, a partir da racionalização de seus movimentos no mundo recente.

Mas a modernidade é, ali, tratada não como mera elaboração do capitalismo envolvente, do drama singular de uma luta de classes materialmente definidas e cerradas, mas como uma teia de significados oscilantes, produzidas na história de modo extremamente plural, tendo como mote e destino os caminhos de uma transição religiosa (ligada a reforma protestante e ao *ethos* que ela conjurava), de uma reinvenção de postulados éticos e práticos. A modernidade weberiana é o eixo de uma racionalidade em vias de matematização, calculabilidade e referência interligada aos processos de valorização da *ratio* como motor da humanidade.

Weber (idem, ibidem) retroalimenta discussões apresentadas e desenvolvidas por toda uma tradição historicista que o precedeu (desde Hegel), retomando o debate social marxiano por meio de uma lente esculpida a partir do pensamento de outro de seus matizes intelectuais: Friedrich Nietzsche (COHN, 1993), para quem o mundo moderno era a irrupção de contradições morais veladas. Em toda essa tradição, a modernidade é uma noção transversal e não diretamente analisada, que vem como anteparo de questionamentos culturais das “ciências do espírito” e da filosofia perspectivista e desconstrutora dos padrões clássicos. Ela surge como aporte da descrição do mundo europeu e de seus dilemas morais, em um período de mudanças políticas encetadas por reestruturações materiais dos sistemas de poder pós-revolucionários (herdeiros de 1789 e das inovações tecnológicas do período, assim como de inversões na própria Alemanha destes autores). Nesse panorama, Weber toma o moderno como forma de compreender os canais da mudança que produziram, instrumentalizaram e aparelharam o *modus operandi* dos grupos dominantes e da ética que estes divulgaram por toda a sociedade ocidental. Assim, em sua instância seguinte, a modernização é sinônimo de uma razão capaz de depurar, do todo o invólucro de dogmas e preceitos, uma ética a-religiosa capaz de instaurar uma nova *práxis* econômica e cultural no Ocidente.

É na esteira das discussões sobre racionalização e rompimento com o passado que essa corrente do pensamento sociológico alemão continuaria a produzir explicações para os movimentos que vivenciava – não apenas nos limites nacionais de sua existência política, mas também nas linhas de sua

relação com o desenvolvimento das forças sociais na Europa. Assim, os trabalhos de Karl Mannheim (1972) e Norbert Elias (1998) surgirão como iniciativas de explicação do processo histórico da mudança no continente, trabalhando desde a ideia de sociedade e sua relação com a história e com a regulação de seus desdobramentos nos âmbitos cultural e institucional político (i.e. o Estado e sua formação), até a ideia e as implicações da *planificação* ou planejamento social como condição *sine qua non* para a plena racionalidade e equilíbrio dos poderes político-sociais do mundo de então.

Outros leitores dos fins dos séculos XIX e começo do XX darão vazão, contudo, a outras dobras e brechas comparativas na caracterização da modernidade³. Não apenas por terem contemplado novas mudanças e vivenciado novas realidades produtivas (materiais ou simbólicas), mas por revisitarem a própria história recente dessas alterações como parte necessária da compreensão do que é *ser moderno*. Assim, *grosso modo*, a concepção mais aceita é a de que a modernidade “surgiu” entre os artistas como expressão de uma vontade de classificar o presente (BERMAN, 1986). Não se trata de estabelecer uma sociogênese final ao termo ao ou ao conceito, mas pensá-los como produto de injunções culturais que ganharam terreno e solidez simbólica no campo de trocas dos pensadores posteriores à Idade Média e contemporâneos do movimentado século XVIII. De uma maneira extremamente processual e descentralizada, Marshal Berman nos lembrará que ela tomou parte da definição de novas tendências de representação e/ou entendimento do mundo “iluminado” do “Setecentos” e das transformações tecnológicas do século XIX. Tentativa de explicação e determinação daqueles tempos, a palavra virá se transformar, com o passar do tempo e dos sujeitos, em recorte histórico e movimento intelectual. O modernismo, como corrente de conteúdos artísticos e filosóficos, nascido na Europa latinizada das ruas de Paris, Milão, Florença e tantas outras, cruzará o Atlântico para reaparecer nas Américas como estímulo a concatenação de novas zonas de desconforto e revolução cognitiva – buscas diversas por identidades culturais e comunidades de sentido capazes de romper com cânones e tradições até então hegemônicos.

³ De intelectuais neokantianos como Georg Simmel, à intérpretes marxistas como Lukács, passando por Freud, Dilthey e pelas hermeneuticas em ascensão, a modernidade, como a mudança histórica na direção de novas ordens de sentido de espaço, tempo e linguagem, estava lá, como desafio de observação.

Olhando, por outro lado, o campo de formação das discussões modernas na França de Auguste Comte e seus discípulos – tomado como campo fundamental para a compreensão da modernidade enquanto lógica cultural e categoria intelectual, vislumbramos mais trechos do quadro de sua constituição. De início, nos contornos do século XIX, a modernidade transitava entre os campos da arte e das ciências humanas com grande facilidade, dada seu parentesco com vontades e discursos produzidos no contexto não-delineado dos pensadores iluministas e seus herdeiros simbólicos. Em ambos os campos teórico-práticos franceses (na França ou em países diretamente influenciados por seu crivo) ela possuía valor de projeção temporal; isto é, ajudava a classificar um conjunto cultural específico – o mundo em rápida industrialização e urbanização – e as consequências e envolvimento das mudanças atreladas. É nesse sentido que se pode dizer que ela se portou como organização conceitual posterior do espaço filosófico e criativo do Iluminismo do século XVIII. Cabe ainda frisar, que esta mesma modernidade transitória, polivalente em termos de lugares de produção teórico-discursiva, era também tomada como *propulsor* e argumento incentivador das mudanças no continente como um todo. Esse quadro completava seu grau de projeto cultural-intelectual, que refez o imaginário do Renascimento e foi estabelecendo relações diferentes, mas ainda próximas, em países como Alemanha, Inglaterra e Itália. Era, assim, um projeto multifacetado e presente mesmo em correntes não simplesmente “modernistas”, como o Futurismo Italiano, bastando conhecer um pouco de seu Manifesto, publicado em Paris no *Le Figaro*:

Nós cantaremos as grandes multidões agitadas pelo trabalho, pelo prazer ou pela sublevação; cantaremos as marés multicores e polifônicas das revoluções nas capitais modernas; cantaremos o vibrante fervor noturno dos arsenais e dos estaleiros incendiados por violentas luas elétricas; as estações esganadas, devoradoras de serpentes que fumam; (...) as oficinas penduradas às nuvens pelos fios contorcidos de suas fumaças; as pontes, semelhantes a ginastas gigantes que cavalgam os rios, faiscantes ao sol com um luzir de facas (...) as locomotivas de largo peito, que pateiam sobre os trilhos, como enormes cavalos de aço enleados de carros; e o voo rasante dos aviões, cuja hélice freme ao vento, como uma bandeira, e parece aplaudir como uma multidão entusiasta.” (Manifesto Futurista de 1909).

Os primeiros anos de expressão das ideias futuristas italianas construíram um movimento de repulsa ao museu e de tratamento do futuro como objeto de reflexão e especulação estéticas. Aqueles artistas estabeleciam um contato aberto com algumas das mudanças materiais do momento – desde a industrialização em passo largo até a consequente mudança no mundo do cotidiano que ela implementava na península itálica e no resto da Europa. Era uma das encarnações do tratamento do moderno como interesse reflexivo.

Retornando para o território francês (geográfico ou cultural), durante a formação do positivismo como corrente teórica, podemos notar que o moderno encontrará espaços novos e uma ratificação de seu caráter de projeto. A modernidade latente do cientificismo teórico positivista retornará, para além das ideias iluministas, como discurso técnico. Essa forma de enxergar os conteúdos do presente, irá, contudo, além da fala direta de Comte e seus discípulos imediatos. Se em sua primeira encarnação ela era o produto de uma vontade filosófica de legitimação das mudanças industriais – ao mesmo tempo que um olhar crítico sobre as necessidades humanísticas do novo processo – em sua forma nos anos 1930, ela se desvinculará de sua matriz prosaico-reflexiva para ser ferramenta matematizada de uma economia das transformações da indústria ocidental. Neste ponto histórico, a “modernização” começa a ter seu peso alterado para uma racionalização ainda mais radical do planejamento social. O Ocidente moderno, diante da chance de ampliar as possibilidades de acúmulo de capitais e mercados, tomará a base da racionalização e acelerará seu ritmo as raízes do intermitente.

1.2. Tratamentos conceituais

O fim do século XX trouxe, por mais de uma via, balanços teóricos destes elementos. Mas as análises dos anos 1990-2000 divergem. Duas grandes matrizes podem ser tomadas para ilustrar os tratamentos da modernidade do século XX como questão. Elas implicam em divergências de graus diversos, mas, ainda assim, canais distintos de interpretação da ordem secular que o moderno redefiniu.

A primeira análise se refere à corrente de Anthony Giddens (1991) que compreende a modernidade como reorganização das forças produtivas e a consequente reordenação dos eixos sociais de seu entorno. Nessa análise, a modernidade se registra como uma oposição clássica às formas ditas *tradicionais* de organização do mundo. A oposição específica ao tradicionalismo se resumiria em uma disposição cultural e socializante para a indústria, para com o militarismo racionalizado, para as formas flexíveis de mercado e para com o dinamismo específico de novos sistemas de conhecimento e perícia.

Dentro desta análise, a modernidade do século XX é a alta modernidade das promessas atendidas – a modernidade construtora da velocidade prometida por duas gerações do passado. Para Giddens, a modernidade aqui é o movimento oscilante e a tendência poderosa de “desencaixe” das velhas estruturas, quando novos formatos de produção material articularam novos modos de comunicação e vivência, criando setores culturais capazes de trabalhar a confiança na vida cotidiana em termos de *instrumentos de medição dos riscos*. Essa modernidade ordenada, essa modernidade construtora é a função pela qual se estimula o projeto de controle da realidade natural e humana. Em Giddens, o século XX especificamente traduz o espírito de um episódio histórico severo, de surgimento e consolidação de mecanismos de racionalização e reflexividade.

A segunda leitura, oriunda de correntes que se dividem em *pós-modernas* e *modernas* e da qual emergem os trabalhos de Zygmunt Bauman (2000), entendem que a modernidade precisa ser entendida em dois polos: a inicial concepção moderna, pautada pela solidez de seus processos produtivos (tanto materiais como simbólicos) e o segundo momento, signo de uma liquefação ou disjunção das conjunturas e estruturas sociais, levando o mundo industrializado a um período de valorização do consumo e da ultraflexibilização das instituições. Essa ampla mobilidade, longe de ser uma prática racionalizada dos planejadores, ocorreria ao largo de todo controle, conjunrando uma cultura massiva de despreendimentos e desvalorização das regras. Neste ponto, a tônica de que a modernidade clássica findou, dando lugar a um segundo momento, pautado no desconstrutivismo perene e na desapropriação das

pretensões do “projeto moderno” inicial, ganha termos e elaborações específicas diferentes, onde a “pós-modernidade” é constantemente invocada (ainda que, em Bauman e outros autores, a expressão seja abandonada, como forma de evitar que se confunda análise com militância). De todo modo, esta segunda e fragmentada corrente se caracteriza pelo entendimento de que os tempos, mais uma vez, mudaram, desmontando velhas lógicas do funcionamento social da mudança global.

Embora existam semelhanças gerais e conclusivas em todas essas tentativas de explicação nascidas na teoria social, é relevante lembrar que elas não entram em pleno acordo. Destarte, em seu desacordo e distanciamento que nasce uma problemática fundadora para os efeitos de nossa discussão: qual é a modernidade dos meios comunicativos e como ela tem participado (ou vem sendo feito partícipe) do conjunto plural de revoluções na sociabilidade da informação? Seguindo a linha histórica das concepções alemãs do tema, os trabalhos de T. W. Adorno e J. Habermas são tão clássicos quanto inventivos, fornecendo, um primeiro passo para o debate sobre modernidade como novo dimensionamento da prática comunicativa no mundo. Começamos, pois, a compreender alguns dos marcos relacionais entre “modernização” e “informação”.

No Brasil, encaramos o modernismo a partir das inovações agitadas pela Semana de Arte Moderna⁴, pelas clássicas figuras de Mário e Oswald de Andrade, de Víctor Brecheret e de tantos outros produtores de uma ruptura artística e cultural que tinham por objetivo redimensionar o papel da arte na construção da nação. Mas a modernidade, que se espalhou pelo século XX e continuou a criar esforços de desconstrução de paradigmas da cultura e da comunicação da arte nacional, cruzando tendências na literatura, por exemplo, para redistribuir as noções de linguagem da prosa e do regionalismo (como na obra de João Guimarães Rosa), já se fazia clara dentro do projeto político de reestruturação e internacionalização dos capitais e do espaço social brasileiro, ainda no século XIX. Mediante a já mencionada importação de ideários, o

⁴ A organização do evento, em 1922, na cidade de São Paulo, trouxe artistas do Rio de Janeiro e movimentou intelectuais paulistas em uma celebração de novos estilos de poesia, pintura, música e literatura. Os desdobramentos da Semana são tomados pelos estudiosos das mais diversas formas, mantendo-se o consenso de que ela foi um marco simbólico de consideráveis revoluções na linguagem artística brasileira.

Estado português trouxe alterações e premissas de reordenamento urbano e administrativo que não tinham outros interesses que não o da atualização dos padrões da nova sede da Coroa em relação às expectativas de uma Europa cultural e politicamente “modernizada” (OLIVEN, 2001). Ainda assim, é fundamental lembrar que este projeto de cosmopolitismo da Corte não se lançou muito além do próprio Rio de Janeiro e, salvo algumas poucas medidas de ampliação de estradas e sistemas de abastecimento ligados ao interior, em nada modificou a relação entre Estado português e território brasileiro (idem, ibidem).

Só nos anos 1930, na instauração de um novo formato de Estado gestor e interventor – movido em parte pela oposição aos sistemas de relação da República Velha e, por outro lado, pela modificação no quadro das elitistas do eixo Rio-São Paulo -, a modernidade entrará como planificação dos espaços nacionais ou agenda imaginativa do serviço público – ainda mais tomando a referência do positivismo de Getúlio Vargas. Quase ao mesmo tempo, a partir dessa conjuração da modernidade como marca de quebra conceitual, juntamente com os debates produzidos na Europa e nos Estados Unidos, a palavra ganhará sentido de reflexão científica no quadro das ciências sociais, em uma configuração internacional. A modernidade já usada como *modelo filosófico* e *conceito explicativo*, ganhará nuances de reforma espacial, institucional e administrativa. Estavam firmadas as bases de uma redefinição que cruzaria décadas. No correr do século e com a renovação intrincada dos processos de acumulação tecnológica que culminarão com a informatização da economia e a explosão da Internet no final dos anos 1990, temos um cenário reformulado, adaptado a novos parâmetros teóricos que chegam mesmo a opor à modernidade e seu projeto, uma leitura de tempo-seguinte, configurada nas defesas de *pós* ou *hiper* modernidades (BAUDRILLARD, 2007).

No Brasil, essas novas encarnações modernas continuaram girando como formas de oposição a modelos tradicionais, partes de uma modificação das bases de poder e de projeto nacionais – que se antes se dirigiam a um plano agrário, de fundo latifundiário, aos poucos se converteu em uma dimensão de produção industrial, de marca urbana e voltada aos interesses de um capital financeiro internacionalizado (IANNI, 1984). É essa referência, encarnada na

reforma estatal presente no governo FHC (organizada em torno da prática e construção de um Estado regulador), que remodela nossa modernidade local, nossa forma de lidar com as modificações que ela configura. A realidade moderna brasileira, longe de se converter em uma formatação plena de suas intenções, se realiza no confronto contraditório entre elites tradicionais e grupos de poder que retiram sua legitimidade da oposição a esta esfera – ainda que, em grande, os sujeitos sociais ligados aos últimos estejam profundamente relacionados à história dos primeiros.

1.3. Comunicação e pensamento

É possível datar a proximidade entre sociedade e informação como objeto da atenção sociológica? Os já mencionados trabalhos da escola de Frankfurt (de Adorno e *Horkheimer*, em especial) constituem uma curiosa revisão da questão da formação ideológica na Europa das revoluções tecnológicas da “distribuição informativa”. Tomando a leitura de Marx sobre os desprendimentos e ações de classe na construção de ideologias divulgadas por diversos meios (jornal, escola, arte), Adorno costura um novo conjunto de problemas destacados – a saber, as formas por meio das quais a informação e a cultura em seu sentido mais amplo, são difundidas e replicadas no mundo da massificação e mercantilização dos discursos e dos produtos. Seu conceito de “indústria cultural” trará a reboque uma crítica contundente aos caminhos políticos da produção cultural moderna, instituindo uma linha de pesquisa e reflexão sobre o tema da informação (e da desinformação) típica do corolário burguês mecanizado e globalizado do momento histórico vivido pelo autor (ADORNO, 2009).

As possibilidades técnicas de reprodução massiva da cultura como mercadoria, alicerçadas nos interesses econômicos da indústria e das elites industriais-financeiras, impulsionou, nos fins do século XIX e começo do XX, uma nova etapa de conformação e estabilização da ideologia do consumo, aponta o mesmo Adorno. A cultura – onde a arte e o imaterial em geral pode ser aglutinado – passa a ser tratada, com cada vez mais “profissionalismo”,

como mais uma mercadoria no todo produtivo das forças sociais de então. Como tal, passam a ser julgadas e valorizadas mediante a capacidade de manutenção de seu próprio sistema de valores e trocas, atuando como mecanismo adicional de *semi-informação* (“*hallbildung*”). A premissa de que a arte contemporânea e a cultura de forma mais ampla estava sendo gestada e operacionalizada por um mercado de difusões plenamente interessado na venda irrefletida e semi-informante de conteúdos superficiais e apartadores do real, marca a lógica interpretativa e as conclusões dos teóricos alemães desta linha. Eles invocaram, ali, a máxima de uma dialética renovada: uma aplicação do materialismo invertido, onde as relações de produção cultural também carecia de ser observada através das lentes de exame da dominação, da exploração e da socialização alienante.

A noção de que os movimentos da modernidade industrial tem profunda ligação com a industrialização e massificação de produtos culturais se expressa como uma crítica ao cinema, à música e a inúmeras outras formas de produção e comercialização de artigos voltados para o entretenimento não-reflexivo e, através dele, para a formação de uma massa desatenta para suas próprias circunstâncias políticas. No âmbito de uma realidade onde a capacidade técnica permite a rápida massificação do imaterial – por meio dos novos formatos da comunicação via rádio e mais tarde televisão, a informação passa a ser analisada como parte do largo processo de dominação, própria de uma realidade onde forças sociais disputam o controle do cenário de produção da vida material – e das relações envolvidas nesta produção. Adorno virá representar essa dinâmica crítica, transformando a comunicação e a própria arte, em objeto de estudo de uma sociologia da cultura moderna. É a partir de sua compreensão da lógica do tratamento da informação, na modernidade do século XX, que outros intérpretes (inclusive do mesmo universo teórico) tomarão a comunicação como potencial recorte para a compreensão dos movimentos culturais daquele espaço de mudanças conjunturais e estruturais do capitalismo caminhante. Habermas, Marcuse, Walter Benjamim, Foucault, Baudrillard, estariam entre eles, abrindo caminho para uma visão do público atrelada a um exame de suas linguagens. O que estava em discussão, de modo fundante, era a conexão entre o aparato cultural que estava mudando e

as condições de sua mudança. A escola de Frankfurt, mas também a sociologia francesa advinda dos estudos da linguagem e da formação do conhecimento como realidade social, exploravam experiências de dúvida. Dúvida sobre os elementos componentes da ideologia, conceito tão complexo e de encarnações diversas. Nesse caminho, os estudos sobre poder, informação, percepção do mundo, produção de conceitos e reafirmação de identificações humanas, terá espaço para um recorte muito próximo dos estudos políticos. Parte do jogo de consumos de estilo e definição representados pela modernidade e suas novidades no quadro de “quem somos”, o Estado surgirá no mercado de bens simbólicos que a indústria cultural tem fomentado (*id. ibidem*). Ele emerge como agente, objeto e processo de ocupação de imaginários e passará a ser tratado como acesso empírico às reflexões sobre os modos de determinar o que são pessoas, grupos e necessidades. Foucault talvez seja um dos expoentes mais significativos desse espectro, uma vez que seus estudos sobre história e poder, apontam as políticas de controle e as reformas médicas e psiquiátricas, como um aparato renovado de separações e hierarquizações. E apesar destas não terem (na leitura do filósofo) uma vida limitada ao Estado, encontram nele uma forma de legitimação e permanência, na medida do mar burocrático e das chancelas documentais que a modernidade passa a produzir e exigir.

A industrialização da cultura e dos modos de comunicação foi inúmeras vezes compreendida ao longo do século XX, por estes e outros autores, como um movimento de acúmulos e de massificação dos signos (BAUDIRLLARD, 2007), atravessado por interesses de produção e por uma fragilidade de reflexão (ADORNO, 1985). Das publicações massivas da imprensa ao advento do rádio e mais tarde da TV, o sentido da cultura como ferramenta de determinação do mundo, da sociedade, do valor e da história passa a ser problematizado, questionado e colocado dentro de um renovado grupo de perguntas: a quem interessa essa nova forma de comunicação e conteúdo? Quem controla a forma cultural moderna? Quais as pautas destas revoluções de produção imagética?

Novamente, o Estado não desaparece aqui, uma vez que ele próprio é alterado pelas novas regras da comunicação e de seu controle. Centro de

operação de tecnologias, uma vez que ligado às vontades e dramas industriais, o poder público aprende rápido a se valer desses recursos e de imprimir, ao jogo político, uma nova face.

Adentrando, assim, o diálogo imbricado e desigual deste palco e avançando para mais outro momento de desenvolvimento comunicativo observamos a *Internet*. Ela e, mais precisamente, a representação gráfica das *interwebs*, produzidas pela popularização dos programas de navegação, como o Netscape e Internet Explorer, passa a compor, como já dissemos, mais uma ferramenta de divulgação da imagem pública institucional já nos anos 1990 (LEMOS, 2010). Com a rápida difusão deste meio comunicativo, tanto empresas comerciais como organismos políticos (governamentais ou não) passam a ter posições em sua dinâmica, representadas, basicamente, pelo *site*. Em uma definição genérica o *site* (“sítio”, “local”) pode ser considerado tanto como uma versão pseudogeográfica de um endereço específico e identificado, como um “cartão de identidade” das instituições, empreendimentos ou órgãos sociais (idem, ibidem). Dessa forma, o advento da adaptação gráfica da linguagem virtual, cria uma nova ambientação para a sociabilidade em termos de divulgação: os *sites* se configuram, no correr dos anos 1990 e 2000 como a encarnação de uma rede de informações, acessos e definições institucionais variadas (LIMA, 2008).

As transformações da Internet, no sentido de uma maior velocidade de transferência e maior armazenamento digital, configuraram novas formas de socialização do conhecimento no sentido de um conjunto de novos formatos de aquisição da informação pública. A reviravolta tecnológica que precisa ser observada como centro deste campo é a composição de sistemas de bancos de dados capazes de compartilhamentos múltiplos. Ao lado desse dispositivo informacional está o mapeamento facilitado dos “sítios” virtuais e a linguagem não-especializada das orientações de acesso; um esquema pedagógico de exposição dos dados e de exposição das próprias estruturas nas quais estes se alocam que surgiu na forma de um software diferente: o navegador. O aprimoramento da visualização e da iconização das páginas da *interwebs* reforça este segundo elemento, criando identificações mais facilitadas para o “navegante” leigo.

Nos começo dos anos 1990 o único navegador (*web browser*) disponível para o público era o *Mosaic*, criado em 1992. Em 1994, com a percepção de que a *World Wide Web* poderia ser um recurso de uso global, por pessoas desprovidas de interesses científicos ou de algum modo dispostas a usar a Internet para outros fins, grupos de engenheiros da computação começaram a trabalhar no desenvolvimento do software que daria “rosto” ao mundo on line, aprimorando a relação com a linguagem gráfica desenvolvida alguns anos antes. A empresa americana *Netscape*, situada no Vale do Silício (proximidades de San Francisco, Califórnia), dá o ponta-pé inicial neste processo de inovação com o lançamento do *Navigator* um programa capaz de transformar a experiência de acesso a WWW como uma experiência audiovisual mais intuitiva. Estava fundada a dinâmica do “aponte e clique” nos termos da Internet que se tornaria padrão no tratatamento das conexões e conteúdos das redes digitais ao redor do mundo.

Um ano mais tarde a jovem empresa abre seu capital para investimento, tornando-se um dos negócios de mais rápido crescimento financeiro da história ocidental e uma empresa cujo valor de mercado estimado ultrapassava os dois bilhões de dólares. Diante deste crescimento a Microsoft, de Seattle, começa a visualizar a Internet e a WWW como investimento válido e urgente – em termos de capital financeiro e de disputa criativa pelo controle do espaço virtual. O *Internet Explorer* é lançado em 1995, juntamente com uma nova versão do *Windows* e começa uma rápida escalada para a tomada do mercado antes dominado pela empresa californiana. A disputa por este espaço, contudo, não desapareceria. Como parte integrada dos sistemas de negócios da área de CTI, novos *browsers* surgiam para competir com a criação de Bill Gates, criando disputas diversas pelas fatias de consumo de um mercado-raiz (uma vez que era por meio da crescente expansão da WWW que outros negócios surgiam, em rápido crescimento dos montantes envolvidos. Ainda assim, a nova era de comunicação estava fundada, e apesar das diversificações técnicas dos novos programas de navegação, os últimos dezoito anos não romperam com a cultura trazida pelo Navigator e o IE: uma rede de conteúdos audiovisuais interativos em uma interface gráfica menos esotérica. É nesse emaranhado de mudanças de acesso que negócios e instituições passam a

interagir, modificando suas formas de publicação e entrando nos movimentos informativos e de consumo de dados por parte de uma população crescente de usuários das redes em atuação.

É ali, na reinvenção dos acessos de mídia global, que a política passa a incorporar novas demandas e atendimentos, concentrando, tais como as empresas privadas e os grupos civis, um território de exposição que surge com os primeiros sites públicos em meados dos anos 1990 (nos EUA) e no fim daquela mesma década (no Brasil).

1.4. Contextos brasileiros da imagem política

Nesse mesmo caminho, a reestruturação dos “lugares de fala” do Estado (os modos, equipamentos e táticas pelos quais o poder público redige e comunica suas afirmações) não é um processo linear, muito menos um objeto estático, uma vez que, obviamente, depende das relações políticas externas ao mecanismo comunicativo digital – já que a comunicação é apenas um dos aspectos da máquina; uma máquina gerida por interesses, forças, pessoas e organizações. Apesar disso, além de contextualizar seu caráter labiríntico, sua dimensão de “pulso”, de inversão e desdobramento (para usar metáforas mais caóticas e, possivelmente, mais práticas) cabe uma observação cronológica que, ao menos no início, é simplista: no correr dos anos 2000, a mudança no panorama dos grupos de poder locais e nacionais repercutiu de modo a misturar discursos e opositores. Como já mencionado por teóricos clássicos como Bobbio (2004), as divisões entre esquerda e direita apenas ganham mais tons cinzentos a despeito das escolhas de cores que os partidos tem feito recentemente. Mais do que isso, tal confusão de ideários tem sido usada como parte da própria estratégia política de identificação com o maior número possível de eleitores potenciais, fazendo uso, portanto, de faces transitórias, mediante a posição dos agentes no jogo situação-oposição. Em meio a este contexto e retornando à especificidade da política brasileira, a ascensão do Partido Socialista Brasileiro (PSB) como aliado do Partido dos Trabalhadores,

registra com mais profundidade o deslocamento contínuo das imagens partidárias e das propostas gerais, sob a bandeira da democracia e da política como instâncias da “concessão”. Esta tendência, representada por atuações diversas associadas a palavra “governabilidade” ou a “pactos federativos” conjunturais se depara com alterações ainda mais jovens do que estes processos – que, de qualquer modo, deitam raízes nos anos 1980 e na redemocratização. Falo aqui dos novos módulos de ensaios públicos, da transformada relação público-instituição que apenas começa a ser desenhada por instrumentos e tecnologias não apenas físicas, mas *políticas*.

Exemplos dessas tecnologias políticas são, retornando ao tópico anterior, o debate intenso da publicação das ações como forma de transparência e popularização da informação (ainda que, como veremos, não *apenas isso*). Como já foi dito, no fim dos anos 1990 os três campos do Poder Público têm se rendido aos potenciais da comunicação em rede. A criação de *websites* por parte de órgãos públicos e partidos se mostrou uma tendência inalterada em direção, mas ampliada em ritmo, naquele período e no seguinte. A disponibilização de relatórios, atas, dados, programas e contabilidades vem crescendo pressionada por campanhas de “transparência pública” e motivada pelo aumento de internautas no país. Ao que parece, a dinâmica das instituições públicas percebeu os usos diversos deste campo e passou a se “aprimorar” na apropriação da tecnologia como forma de publicação para a sociedade, formulando sua imagem geral dentro de um número maior de ferramentas comunicativas desta área.

Mas novos instrumentos não pararam de ser agregados. Desde 2010 redes sociais como o *Twitter* (sistema de *microblogging* baseado em curtas publicação de 140 caracteres, criado em 2006 a partir do uso de serviços de mensagens via celular – o SMS) ou o *Facebook* (uma rede de perfis individuais que passou também a agregar páginas institucionais, criado em 2004, como desenvolvimento de uma rede universitária de páginas pessoais dos estudantes), têm integrado o sistema de contato entre agentes públicos e eleitorado. O que antes parecia mais uma ferramenta de *mass media*, voltada para a promoção de interesses de mercado, mostrou-se um artefato inovador no jogo de produção de pessoas públicas e de personalidades com influência

imaginada. O governo brasileiro entrou, como veremos a diante, nesta vereda técnica e cultural, buscando caminhos de exposição. Conectado a ele, candidatos, deputados, governadores e senadores adaptaram-se a tais espaços e seguem como figuras destacadas na aquisição de “seguidores” (i.e. observadores). Estes personagens aprenderam a converter seus conhecimentos de auto-imagem em novas ferramentas. A própria dinâmica de exposição da nova mídia informatizada e das ferramentas aqui discutidas, reconstrói, assim, o *habitus* político e o tratamento da *representação em lugares públicos*, nos termos de Bourdieu (2002) e Goffman (2011) – autores essenciais para este análise. Na esteira de tais transformações tanto o governo Lula e o novo governo Dilma como os mandatos de intersecção de Cid Gomes (entre os dois governos petistas) parecem compor uma visão (ou revisão) do público como arma de combate contra oposições e críticos. Ao mesmo tempo, esses agentes se expõem mais, quando expõem a máquina que gerem, no espaço social crescente dos escândalos políticos como um extremo jogo de noticiabilidades e como um caótico mercado de ações simbólico cuja moeda é credibilidade pública.

Se é verdade os anos 1990 aceleraram o processo de “modernização tardia” do Ocidente, materializando os processos de velocidade e abrangência comunicativas e relacionais dos intentos modernistas do Oitocentos (GIDDENS, 1990), é também verdade que esta década provocou novas acelerações na organização da informação, por meio de novas tecnologias e por meio de novos modos sociais de lidar com elas (CASTELLS, 2009). A conversão das possibilidades comunicativas em uma ampla teia de trocas de informação em tempo real – não a sua possibilidade técnica simplesmente, mas sua popularização e assimilação pelo grande público e pela imensa maioria das nações com algum nível de desenvolvimento industrial – deu forma a uma *rede* internacional de novos produtos e incontáveis estratégias de produção (idem, *ibidem*). Junto a isso – e também por conta de tais inovações – os anos seguintes testemunhariam a renovação do público dentro das questões de Estado, fazendo deste conjunto real e conceitual um eixo de diálogos entre poder e sociedade, seja por meio dos interesses políticos em assegurar vantagens eleitorais e a manutenção do controle dos cargos, seja por meio da dinâmica social dos *escândalos*, elemento comunicativo também aprimorado e

dotado de nova agilidade nos tempos da difusão digital da informação via Internet.

Eventos recentes aprofundaram a relevância deste campo. Em 2009 o vazamento de informações diplomáticas dos Estados Unidos a partir do site *Wikileaks*, de Julian Assange, teve repercussões internacionais⁵. A quebra do sigilo estatal em um meio de acesso público de larga expressão pode ser um marco de transformações no contato poder-sociedade. Em outro ponto do debate, em 2011, o presidente Barack Obama (EUA) participa de uma “entrevista” via Twitter com o público⁶. A análise geral de que a atuação do presidente americano tem relação com a nova campanha eleitoral e seu projeto de reeleição só reforça a importância da ferramenta no contexto da comunicação política. Em caso semelhante, as proximidades entre a empresa *Facebook* e a figura de Obama adicionam mais reforços a questão. Além do mais, reintera a capacidade *aparente* de manutenção de canais ativos entre sociedade e instâncias do poder antes consideradas inacessíveis. Tal prática, como já o dissemos, entrou na agenda do Estado brasileiro e já é parte da prática política local há alguns anos. Mas o mais relevante destas ocorrências e de sua ampliação é o reconhecimento estatal e político do poder destes espaços como ferramentas não só de comunicação como de divulgação; uma atualização cultural por parte dos aparelhos do Estado e daqueles que jogam o jogo de seu interior.

É nesse ponto que as notícias divulgadas pela internet aparecem como um quadro das ações públicas. O executivo atualiza constantemente suas páginas de notícia, aferindo o consumo em tempo real deste material e presumindo seu poder de fala. No caso do Governo do Ceará, a atualização do segundo mandato de Cid Gomes segue um ritmo interessante, com uma média de três atualizações diárias. O sistema público do *ste* governamental sintetiza notícias e informes de secretarias e órgãos e cria um modelo seletivo de divulgação principal. Ao mesmo tempo, em suas próprias “páginas”, as secretarias e órgãos constroem suas próprias cadeias de prioridade de divulgação. Quando lembramos da necessidade de *sigilo* do Estado (WEBER,

⁵<http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL1392917-6174,00-SITE+PUBLICA+QUASE+MIL+MENSAGENS+TROCADAS+NO+DE+SETEMBRO.html>

⁶<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/07/barack-obama-usa-twitter-para-responder-perguntas-de-eleitores.html>

2004) e comparamos com a igual necessidade da política em trabalhar em prol da manutenção de seus capitais comunicativos (CHARAUDEAU, 2006), fica mais fácil tratar a realidade da notícias oficiais como um campo menos óbvio de meras divulgações desinteressadas. A relação entre um sistema de seleção de notícias e seu enquadramento em determinados espaços dentro da lógica pública de *website* é um exemplo desse processo. No fundo, ele orienta e desafia uma *sociologia da publicação*.

Como já foi demarcado, a última década viu acelerar o processo de publicização por meio desta série de mecanismos de divulgação e associação, *com e pelo* virtual. Instauradas em torno de um projeto de conexão de indivíduos em escala global, sistemas como Facebook e seu concorrente *Orkut* integraram um novo panorama de discursividades, ora movimento pela dimensão do “compartilhamento de conteúdo”, ora estruturado sobre uma narrativa global das práticas individuais. Em 2011, por exemplo, de forma sistemática e gradual, o *Facebook* modificou a interface de exposição dos perfis de seus usuários na forma de uma *timeline*, um recurso de organização carregado de simbolismo biográfico, organizando de modo cronológico a apresentação das informações das pessoas vinculadas à rede. A título de curiosidade e contextualização desta dinâmica de sistemas de exposição, é válido registrar as definições desta mudança por meio dos *slogans* usados pela empresa gestora, entre 2011 e 2012:

“Você na capa

Preencha esse espaço amplo com uma imagem única que represente o seu melhor. Essa é a primeira coisa que as pessoas irão ver quando visitarem sua linha do tempo.”

“Seus aplicativos

Os filmes que você cita. As músicas que você ouve sem parar. As atividades que você ama. Agora temos novos aplicativos sociais para mostrar *quem você* é em todas as suas atividades no site.”

“Suas histórias

Compartilhe e destaque as melhores lembranças, fotos e eventos cotidianos na sua linha do tempo. *Aqui é onde você pode contar sua história do começo até agora.*”

(retirado de www.facebook.com em 10 de fevereiro de 2012, grifos meus).

A personalização e ênfase na fabricação de imagens individuais, contudo, não dissociou o *Facebook* do papel de exposição institucional. Ao contrário, apenas construiu um novo espaço de exposição política dos agentes individuais presentes no jogo sistêmico das falas de entidades, partidos e empresas.

Ao mesmo tempo em que a difusão dos instrumentos de comunicação proporcionados por tais redes se dá na forma da resignificação de sistemas criados em outros contextos – como as mensagens instantâneas e o uso integrado de *hiperlinks* – um novo aparato de dinâmicas rituais surge, acoplado a um simbolismo de *materialização* representativa das práticas usuais de relação social – espelhadas no atos de contato como nos casos de *poke* (*cutucar*) e *like* (*curtir*) nas produções de conteúdos seguidos no *Facebook* ou equivalências como os sistemas de *Retweets* e *Favorites* do *Twitter* e ainda as ações “+1” incorporadas pela Google em seu *Google+*. Ou seja, cada uma dessas ações virtuais é disponível aos usuários das redes mencionadas e representam formas de interação valorativa e não verbal por parte dos leitores das publicações. No *Facebook* o ato de curtir um *post* (um texto, imagem ou vídeo de alguém) marca uma posição de relevância para o leitor. As metáforas podem ir do “tapa nas costas” ao literalmente gráfico (naquela rede social) polegar “para cima”. No *Google+* a ação equivalente é o +1, que tem semelhante papel. No *Twitter* o *Retweet* ou RT é a replicação da postagem, mantendo o crédito do autor original e o *favorite* é a marcação, com um símbolo de estrela, das postagens consideradas relevantes pelo leitor. Em todos os casos os números dessas marcas (que são cumulativas) informam certa notoriedade da postagem, atuando, como explicaremos, como uma economia de apreciações.

As novas regras de tais aparelhagens parecem criar e ordenar uma cultura do consumo de discursos e compartilhamentos, tornando o ambiente virtual preñado de uma dinâmica visual e valorativa das ações e reforçando o papel dos “palcos” destas redes na instauração de hierarquias globais (vide os *Trending Topics* ou *TTsdo Twitter*, uma espécie de ranking publicamente disponível dos assuntos mais comentados em um país específico ou *no mundo*, naquela rede social) e retomadas na forma de gestão dos perfis

institucionais (com a criação e administração em tempo real das páginas de empresas e governos em várias destas redes).

Completa o quadro de inserção ritualística o metacommentário sobre as funcionalidades e objetividades das ferramentas e seus usos, com uma disputa visível, em atividade, acerca do valor intrínseco de cada rede no plano de uso e aproveitamento das *interwebs*. Assim, as redes são criticadas e por seus usuários nativos e por instâncias informais de usuários nômades, que habitam mais de uma interface e estabelecem sistemas comparativos que, pela própria natureza dinâmica dos sistemas em jogo, se processo em tempo real e por meio de rápida disseminação.

A respeito dos canais de efetivação e socialização dos usos das ferramentas nas redes, cabe dizer que eles se processam em conjunto ao mecanismos das críticas, sendo estas, inclusive, incorporadas à rede de acessos e revisão empresarial das próprias empresas que vinculam os empreendimentos de Internet aqui mencionados. Nesse contexto, a própria arena de uso e valorização (flutuante) das redes se encaixa como jogo autocrítico e permeado de um mercado de aceitações subjetivas da objetivação eletrônica.

1.5. A política simbólica no Ceará

Pensando a realidade local, o uso das chamadas “redes sociais”⁷ pelo governo no estado do Ceará tem despertado curiosidades acerca de seu formato e elaboração. A prática de divulgação das agendas oficiais e dos conjuntos de ações públicas parece seguir o processo de ratificação de personagens-ícones, através dos quais a imagem política dos agentes possa ser preservada e recriada dentro de um laboratório midiático-cognitivo. O tom de valorização dessas mídias e de tecnologias a ela associadas reaparece nestas páginas e em algumas das escolhas da assessoria de imprensa do Governo, como na “entrevista coletiva” concedida por Cid Gomes em

⁷ O governo do Estado possui contas no *Facebook* e *Twitter* e o governador mantém perfis pessoais nas duas redes (@cidfgomes e @cidgomes40, no caso da segunda).

21/04/2010⁸. A ocasião permitiu um duplo enfrentamento: o do reforço da acessibilidade política de uma personalidade pública, base do governo, e a capacidade de resposta e reação às críticas formuladas. Pela própria dinâmica do Twitter, as perguntas escolhidas eram respondidas – criando um registro dessa resposta na página – enquanto as demais não eram computadas no perfil de Cid Gomes, eliminando eventuais “registros negativos” à pessoa pública. O contato com a ferramenta não escapou à imprensa:

Cid Gomes fez um histórico da avanço da tecnologia da informação no Ceará e de seu interesse pelo assunto. Foi quando disse que se mantinha “*up to date*”. Para ele, a informática é um misto de “lazer e trabalho”.

Contou como, a partir de um GPS instalado no seu *Iphone* passou a fazer o georreferenciamento das obras do Estado, anotando-as no *Google Earth*.

Foi quando tomou conhecimento do *Twitter*, pelo uso que o presidente americano, Barack Obama, fez durante a sua campanha. Disse ter observado que o *Twitter* era uma “ferramenta extraordinária” para comunicar-se com as pessoas. Assim, o governador passou a fazer posts no *Twitter* com link para o *Google Maps*, onde aponta o local e publica uma foto da obra em construção.

Afirmou que ele mesmo faz suas atualizações, diferentemente de muitos políticos que repassam a atribuição a assessores. Para ele, a ferramenta “perde o valor” se não for o próprio autor do *microblog* a preocupar-se com a atualização. Garantiu que não existe um único post que não tenha sido feito por ele mesmo.

Contou que todas as vezes que se encontra com o presidente Lula incentiva-o a criar um endereço no *Twitter*, mas que não tem conseguido sucesso⁹.

As pistas sobre a face de valorização de tecnologias comunicativas apresentadas por Cid Gomes remonta a uma trajetória de usos estratégicos da comunicação na ascensão dos grupos empresariais no Ceará dos anos 1980. Vinculadas ou não as duas realidades apontam para uma semelhança de identificação política com a transição dos meios de publicação de cada período (antes o rádio e a TV, agora os conjuntos de redes da Internet). É prudente lembrar, ainda, que nenhuma dessas valorizações acontece fora de uma

⁸ “Cid dá ‘coletiva’ via twitter”: <http://blog.jangadeiroonline.com.br/to-na-janga/cid-gomes-da-coletiva-no-twitter-5070/>

⁹ Retirado de <http://blog.opovo.com.br/pliniobortolotti/cid-gomes-usa-twitter-com-instrumento-de-governo-e-conta-com-o-microblog-lhe-deu-uma-manchete-no-o-povo/> em 13 de junho de 2011.

cultura política do *novo* e que reververa, como veremos mais a frente, em uma cultura da *transformação*, pensada como mudança sob as regras de uma racionalização das realizações do Estado e de sua publicação.

A modernidade cearense, produzida na esteira de uma industrialização tardia, de um abandono de estruturas tradicionais – e de elites tradicionais – passa a ser cooptada no plano da reformulação dos projetos e do papel do poder público nos mesmos. Se recontada ao largo, tal modernidade vem como fruto indistinto de nosso passado colonial de imitação e da margem de referência que a *belle époque* ou um de seus simulacros conjurou por estas terras. O passar do tempo e a capitalização própria do florescimento da indústria urbana em Fortaleza virá modificar, aos poucos, a auto-imagem econômica do cearense, abrindo portas para projetos que já durante o segundo governo de Virgílio Távora, no fim dos anos 1970, ganharão notoriedade na forma de uma expansão do desenvolvimento de novas orientações e práticas de mercado locais.

Uma década depois, o governo Tasso articulará uma defesa centrada da racionalização da dinâmica de acumulação do capital, na forma do incentivo empresarial dos moldes paulistas. É com Tasso que a lógica do discurso modernizador passa a ser configurado como bandeira decisiva e programa político parcial – na medida em que a defesa do fortalecimento da empresa cearense é tomado como centro de qualquer mudança histórica de vulto. Aqui, as falas públicas estavam atreladas a uma dupla necessidade: legitimar a ascensão de um novo programa – que representava um novo grupo de poder – e tornar a modernidade racionalizada uma bandeira de ingresso do Estado em uma lógica de produção e negociação já em curso no Brasil e no mundo.

Na sequência, o PSDB traz, na gestão Lúcio Alcântara, uma continuidade burocratizada, com obras estruturais já imaginadas anteriormente. O afastamento de Lúcio da liderança do partido, ao longo do segundo mandato, encerrará o controle psdbista de décadas, trazendo à baila um conjunto de alianças externas ao partido, mas internas ao círculo de poder de Tasso: a família dos Ferreira Gomes, na figura do então prefeito de Sobral (Cid Ferreira Gomes), virá retornar à cena política cearense como fórmula de ressignificação dos antigos planos de modernização do estado. Em um cenário conturbado

pela ausência de uma identidade simbólica renovada, Cid Gomes assumirá o manto da “competência administrativa” como receita de alocação no panteão de poderes no plano cearense. Essa vinculação, ampliada por um projeto-chefe de racionalização da segurança pública, garantirá ao novo personagem um lugar decisivo na corrida eleitoral.

Como veremos a seguir, a relação de Cid Gomes com a tecnologia e as redes sociais está longe de significar mera sugestão caricata à modernidade – ela representa um modelo novo (pelo menos localmente) de exposição da máquina e dos agentes atrelados a ela. Ainda que, sem dúvida, exista enquanto uma marca pessoal do homem político, reverbera como prática de comunicação, como mecanismo de publicidade e como caução simbólico do interesse em codificar a ação pública na direção de uma modernidade visível. Não é o caso de atestar, neste ponto, a concordância entre projeto, discurso e realização – mas de observar a sua existência enquanto conjunto simbólico. A inserção das falas, promessas e imagens evocadas já na primeira gestão do governador, aponta para uma tríplice apropriação do moderno: 1) como instrumento de execução prática do desenvolvimento imaginado, 2) como arquétipo de Estado atuante e ciente dos contextos extra-locais (na forma das “tendências” e ações realizadas em outros lugares por outros poderes públicos) e 3) como movimento de legitimação, de incorporação das relações de governo como “aquele que age, que faz” e que, conseqüentemente, reproduz-se na modernização dos meios de fala sobre a modernização.

Algumas notícias podem ilustrar o contato moderno com a materialidade e sua participação no discurso governamental. As políticas de infraestruturas são muito recorrentes e demarcam uma pauta inicial e central: a importância das ações públicas na criação de recursos de vida e recursos produtivos.

Governo destina R\$7 milhões para implantação de cisternas e quintais produtivos



Sex, 30 de Novembro de 2012 13:19

O Governo do Estado, através da Secretária do Desenvolvimento Agário (SDA), assina ordem de serviço para construção de cisternas de placas, cisternas de enxurrada e barragens subterrâneas nos municípios de Novo Oriente, nos Inhamuns, e Ipu, no Norte do Estado. A ação tem a parceria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). As ordens serão assinadas pelo secretário da SDA, Nelson Martins.



Neste sábado (01), às 09 horas, será assinado em Novo Oriente será assinada ordem de serviço superior a R\$ 3 milhões para construção de 1.219 cisternas de placa e 86 quintais produtivos, sendo 63 quintais com cisternas de enxurrada e 23 com barragens subterrâneas. Serão beneficiadas mais de 1.300 famílias. O convênio será firmado com o Instituto para o Desenvolvimento da Economia Familiar (IDEF) e o Centro de Estudos e Assistência às Lutas do Trabalhador (Cealtru).

Às 15 horas, em Ipu, Nelson Martins assina ordem de serviço superior a R\$ 4,5 milhões para construção de 2.043 cisternas de placa e 89 quintais produtivos, sendo 65 quintais com cisternas de enxurrada e 24 com barragens subterrâneas. A ação beneficia mais de duas mil famílias. O convênio será assinado com o Cealtru e o Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador e a Trabalhadora (Ceat).

O secretário Nelson Martins ressaltou a importância social das cisternas de placa para garantir água de qualidade para o Semiárido. Ele destacou que o Programa de Universalização das Cisternas do Ceará apresenta resultados satisfatórios e até o final de 2014 a meta é a universalização do abastecimento d'água no Estado. "O Ceará é o estado que mais investiu na construção de cisternas de placa no Nordeste e um dos que mais construiu o equipamento", frisou.

De acordo com a coordenadora do Programa de Cisternas da SDA, Neyara Araújo, as famílias beneficiadas serão selecionadas pela comissão do Programa de Ação de Convivência com a Seca. (PACS). "A comissão do PACS vai auxiliar na localização das famílias a serem beneficiadas com as cisternas de placa e na identificação das famílias com aptidão para receber as barragens subterrâneas", informou.

É preciso chamar a atenção para alguns dos descritores que serão comuns neste campo de noticiamento. Em primeiro lugar, o tom dos detalhes, da aplicação de recursos e da contabilidade de sua destinação, como em "R\$ 3 milhões para construção de 1219 cisternas" ou em R\$ 4,5 milhões para a construção de 2043 cisternas" ou ainda em "serão beneficiadas mais de 1.300 famílias" ou "a ação beneficia mais de duas mil famílias". Não se trata de apontar isso como exclusividade deste personagem-governo, mas de ressaltar, por meio dele, todo um novo artesanato de linguagem que os conteúdos e interesses modernos virão respaldar e alimentar. Segue novo exemplo:

Governo investe mais de R\$ 241 milhões em rodovias no primeiro semestre



O Governo do Estado investe cada vez mais na melhoria das rodovias estaduais, somente no primeiro semestre de 2013 aproximadamente 290 quilômetros da malha rodoviária estão em obras, entre duplicação e pavimentação, em trechos como Pacajus-Acarape (CE-253), Pacatuba-Redenção (CE-060), Variante da Refinaria (CE-085), Miraima-Caracará (CE-176), entre outros. Visando proporcionar uma maior segurança aos motoristas que circulam diariamente pelas CEs. Foram investidos nestas ações cerca de R\$ 241.002.537,44.



Outros 153 Km estão concluídos, são eles: Tarrafas-Assaré (CE-375), Palmácia-Pacoti (CE-065), Jaguaribe-Entr. CE-153 (CE-275), Entr. CE-187 Tauá-Aeroporto Regional (CE-176), Cedro-Vázea da Conceição (CE-574), Cedro-Santo Antônio (CE-284), e Catarina-Cachoeira de Fora (CE-277). De acordo com o superintendente do Departamento Estadual de Rodovias – DER, Sérgio Azevedo, o Governo do Estado investiu R\$ 71.276.548,11 nestas obras.

Ceará IV

Atualmente o Governo estadual tem à disposição cerca de R\$ 1 bilhão para obras de implantação e restauração de rodovias cearenses. O Programa Viário de Integração e Logística – Ceará IV consiste na ampliação e melhoria da malha rodoviária do Ceará, desenvolvimento de planos de fortalecimento institucional e, capacitação de servidores do DER e pretende melhorar a integração regional e a logística econômico-produtiva, através de intervenções previstas na malha viária, proporcionando maior acessibilidade aos Polos de Desenvolvimento e integração dos grandes eixos viários de escoamento da produção, portos e aeroportos do Estado.

O valor destinado é de US\$ 504.116.667, sendo US\$ 400 milhões financiados pelo BID e US\$ 104.116.667,00 de contrapartida do Estado, valores estes referentes a primeira etapa do programa.

Serão pavimentados 587,10 km de novas rodovias em todo o Ceará. As obras irão beneficiar cerca de 35 municípios, além da redução dos custos operacionais de transporte e a melhoria da integração regional entre as diversas regiões do Estado, as obras gerarão durante a sua execução três mil empregos diretos e mais de dez mil indiretos. O Governo irá restaurar 1.417,50 km, previstos também no programa. A ação beneficiará diretamente 50 municípios em todas as microrregiões do Ceará, gerando 3.500 empregos diretos na fase de obra.

19.07.2013

A numeração, a listagem e a exibição fotográfica das realizações são elementos que discutiremos neste trabalho. Eles aparecem com frequência e centralidade na pesquisa e merecem o destaque de sua busca por destaque e referência. A esta altura o exame nos leva ao reconhecimento da apropriação da modernidade para outro ambiente: o de uma sintetização das orientações pelas quais o poder estatal manifesta seu interesse concretamente nulificado – desprovido de forma ou rosto (“O Ceará investiu” ou “O Ceará investe”). A ideia de que o interesse público é a única forma de interesse do Estado, provê a manutenção das expectativas entre a sociedade civil e a máquina (“as famílias beneficiadas”, “As obras irão beneficiar”). No Ceará, contudo, essa manutenção vivencia, nos últimos anos, um conjunto de crises de imagem, alternadas pelas

brechas na película que oculta os interesses dos envolvidos no campo político. Isso pode ser representado pela forma como as lideranças políticas vem sendo expostas e como, em torno delas emerge a máxima do escândalo – um movimento público que Castells (1998) já apontava como característico da política internacional já nos fins do século XX. Aqui temos o “outro lado” que reforça este: a conexão ampla entre auto-imagem de governo e de Estado e as relações práticas que o noticiamento, como problema sociológico, convoca.

Imagens provam relação de Cid Gomes com escândalo

Governador aparece ao lado de Raimundo Morais Filho, preso por organizar esquema de corrupção conhecido por "Integração Cearense"



O empresário Raimundo Morais Filho (de camisa amarela) aparece ao lado do governador Ceará, Cid Gomes

Na edição impressa desta semana, VEJA revela uma investigação da Polícia Federal que compromete a reputação do deputado Ciro Gomes (PSB-CE) e de seu irmão, o governador do Ceará, Cid Gomes. Seus nomes aparecem nos arquivos de um computador que pertencia ao empresário Raimundo Morais Filho. Neles, Morais Filho descreve o funcionamento de um esquema de corrupção chamado de "Integração Cearense", que teria desviado 300 milhões de reais das prefeituras cearenses para as campanhas de Ciro o deputado e de Cid o governador. No computador, há, entre outras provas, uma cópia de um texto que Morais Filho pretendia negociar com o Ministério Público Federal a título de delação premiada (leia a íntegra do documento).

Em nota distribuída no dia 18, Cid Gomes afirma textualmente: "Nunca tive relacionamento com a pessoa mencionada pela matéria." Fotografias obtidas por VEJA mostram Cid e Morais Filho juntos em duas ocasiões. Capturada em 2006, a primeira imagem registra Cid em um comício eleitoral na cidade de Madalena (veja foto abaixo). Morais Filho aparece atrás de Cid de camisa vermelha. O segundo registro foi feito em 17 de novembro do ano passado, na mesma cidade de Madalena. Na foto, Cid, Morais Filho e o deputado estadual Zezinho Albuquerque (PSB-CE), acusado de operar o esquema, aparecem juntos na cerimônia de assinatura da ordem de serviço da construção de um açude. Apenas vinte e um dias depois dessa solenidade, Morais Filho seria preso preventivamente pela Polícia Federal, que investiga o esquema.



O empresário Raimundo Morais Filho, de camisa vermelha, participa de comício do governador do Ceará, Cid Gomes, em 2006

Notícia de 20 de outubro de 2010¹⁰

¹⁰ Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/escandalo-da-integracao-cearense> e acessado em 18 de abril de 2011.

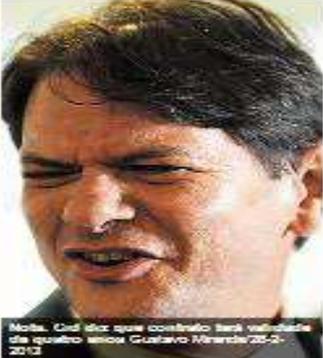
A notícia acima e as notícias a seguir, ilustram o jogo de produções da definição da política como um eixo de reformulações contínuo, ligado ao processo ritual da eleição, mas vivendo também seu conteúdo próprio, cheio de referências e adjetivações. O uso de imagens marcadas, dotados de valor cultural (positivo no caso nas ações do Estado, negativo, no caso das exposições de denúncia ou de tentativas de elaborar o ridículo), remete a essa complexidade subjacente ao campo em discussão.

Cid Gomes contrata buffet de R\$ 3,4 milhões no Ceará

Serviço no gabinete e na residência oficial inclui bombinhas de escargot e de salmão com caviar, camarões ao sol nascente, crepe de lagosta e sushi tropical, entre outras iguarias

Recomendar 13 it. 1 Tweet 430 2 +1 287 COMENTAR 101

MARIA LIMA (EMAIL - FACEBOOK - TWITTER)
Publicado: 15/08/13 - 22h00 Atualizado: 15/08/13 - 22h07



BRASILIA - Em mais um discurso para cobrar providências dos órgãos de fiscalização em relação ao que chama de escalada de denúncias de mau uso de recursos públicos pelo governador do Ceará, Cid Gomes (PSB), o deputado estadual Heitor Ferrer (PDT-CE) voltou à tribuna esta semana para pedir explicações sobre o que batizou de "farrá do caviar": um contrato publicado no Diário Oficial do estado detalhando a contratação de um buffet, no valor de R\$ 3,4 milhões, para abastecer a cozinha da residência oficial e o gabinete do governador com iguarias que incluem centenas de quilos do que há de mais fino na culinária internacional.

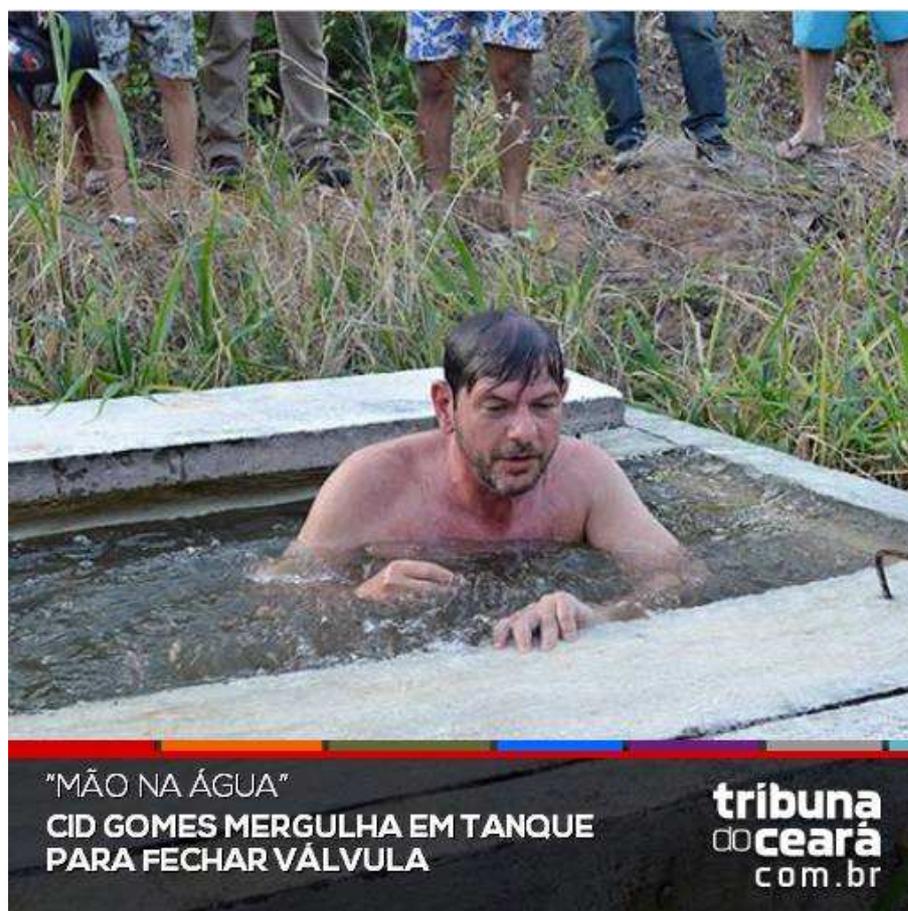
O edital publicado dia 1º de agosto diz que o contrato — que prevê também decoração e fornecimento de taças de cristal, arranjos com orquídeas, 700 garçons, 500 garçonetes e 15 chefs de cozinha — tem validade de um ano. Mas o governador, em nota, disse que "a nova licitação com o buffet Anira Serviços de Alimentação Ltda, com vigência iniciada no dia 1º de agosto, não corresponde ao período de um ano. O prazo deve ser aditivado — até o período de quatro anos —, da mesma maneira como aconteceu no contrato anterior, de 2010 a julho de 2013". A nota diz ainda que "os valores são pagos conforme a demanda e não existe um valor fixo mínimo mensal a ser pago e o cardápio é feito de acordo com o evento ou autoridade a ser recepcionada".

De 2010 a julho de 2013, o mesmo buffet recebeu do governo do Ceará R\$ 3,5 milhões para garantir a boa mesa a Cid Gomes, sua família e convidados.

Heitor Ferrer, único deputado estadual que faz oposição a Cid Gomes, lista todas as suspeitas que já rondaram o governador no uso do dinheiro público: de gastar R\$ 81 milhões com contratação de bandas e megashows de estrelas como Plácido Domingo e Ivete Sangalo; de pagar R\$ 67 milhões com frete de aeronaves para levar a sogra e a família para passar em capitais da Europa, do Caribe e dos Estados Unidos; e de pegar carona em jatinhos e tates de empresários.

Notícia de 15 de agosto de 2013¹¹

¹¹ Disponível em <https://www.google.com.br/search?q=cid+gomes+escandalo&og=Cid+Gomes+escan&ags=chrome.1.69i57j0.8826j0&sourceid=chrome&ie=UTF-8> e acessado em 16 de agosto de 2013.



Assim, entendendo os usos de “vilanização” ou “enobrecimento”, presentes no discurso de notícia, podemos, talvez, entender o modo pelo qual os critérios são operados e as narrativas são criadas. É nesse sentido que a relação entre o moderno e os usos do poder inserem-se, de modo diverso, como discutiremos, nas falas e concepções sobre realização e imagem das ações. Elas emitem mensagens de validação, polimento e refinamento do Estado como agente e personagem da mudança. Uma mudança que, aqui, não está sob o exame de sua realidade concreta, mas sim sob análise no que diz respeito ao concreto de seus simbolismos e codificações; de suas exposições como imagem, de suas estratégias de reprodução.

É nesse movimento de significação e uso de aparelhos práticos de exposição – dos quais o poder também pode ser alvo – que está presente o *deslocamento do discurso*. Ele poderia ser chamado de “metamorfose”, de “conversão” ou de “reordenação”, mas a ideia de deslocamento convoca uma duplo de referências: a noção de que o modo de apresentação das realizações por parte do Estado tem passado de ambientes limitados e especializados para

ambientes massivos e, supostamente, sem caráter especializado para sua decodificação; assim como a noção de que o mesmo Estado faz valer uma condição que lhe é patente, enquanto estrutura política, há bastante tempo. O deslocamento refere-se a algo que se mantém, mas ao mudar de lugar muda suas nuances e suas exigências, porque mudam as regras e as economias de que faz uso.

Capítulo Segundo

Meios de produção da definição – desenvolvimento, regionalização e poder

2.1.Estado e desenvolvimento

A já mencionada e pensada ideia de *modernidade*, fundamental problemática da sociologia contemporânea, vem à tona na temática estatal como sinônimo frágil das definições de desenvolvimento e das definições de comunicação ágil. Dessa forma, a compreensão do conceito de modernidade, em seu passado teórico como ferramenta explicativa é outro ponto que merece atenção para a compreensão mais completa do objeto que aqui pensamos. A modernidade é tratada nos clássicos como um tempo de promessas de melhoria nas condições de existência humana provocadas por um aprimoramento da gestão social dos problemas coletivos. Mais ainda: é tratada, no passado mais distante, como lugar temporal dos aprimoramentos técnicos em seus sentidos materiais e no sentido de uma reinvenção dos saberes administrativos – é Max Weber quem ressaltará este segundo ponto, admitindo a modernidade como parâmetro para a compreensão das revoluções econômicas que fundam a sociedade ocidental de seu tempo e argumentando que a calculabilidade e o controle matemático dos empreendimentos é parte central de seu corpo (WEBER, 2004). Por fim, a modernidade, como será necessário analisa-la, rescinde com os preceitos de uma vida tradicional governada por qualquer dinâmica que não seja própria de uma *racionalização das práticas sociais, políticas, econômicas*. É o tempo da elevação de ideais clássicos de domínio da *ratio* e de conquista de suas premiações presumidamente inerentes.

Mais tarde, na produção de sua consolidação, a modernidade se verá atrelada a diversos *modernismos*, sejam movimentos culturais locais ou nacionais, que como atributo principal, ensejam a vontade de situar sociedades ou grupos no jogo maior das reinvenções do mundo de então. O modernismo

brasileiro, como exemplo ótimo de tais tendências, pautou-se em uma tentativa de romper com a tradição erudita da arte em prol da compreensão indentitária otimizada de aspectos ignorados de nossa cultura. Era, nesse sentido, também uma racionalização da arte na medida da instauração da urgência política de se afirmar como autônomo e, como tal, parte do todo internacional igualmente convicto de suas autonomias – aparente contradição lógica, mas verdade sustentada pelo poder da doutrina liberal tão forte, para a qual a igualdade era fruto de igualdade de potenciais e disposição espiritual.

Nas ciências sociais e nos campos intelectuais correlatos, a modernidade tornou-se objeto de dissecação e crítica ainda nos fins do século XIX, com o próprio Weber e suas indicações ao “desencantamento” do mundo perante as novidades. A tônica de um tempo de acelerações e renovações incertas já estava presente nas análises desta linha nietzschiana de interpretação dos processos. A modernidade era *tematizada* sem pudores. Ainda nos começos do século, o questionamento de suas possibilidades efetivas e de suas consequências reais motivou a produção de antigos e novos clássicos literários como *Admirável Mundo Novo, 2001: uma odisseia no espaço, 1984* e *Laranja Mecânica*, entre outras obras questionadoras das implicações deste “novo tempo”.

Antes mesmo, a oposição a seus contornos já estava presente em trabalhos como os de Edgar Allan Poe ou Eça de Queirós. Nietzsche já explorava os aspectos dissonantes e perturbadores do moderno – exercício que a Escola de Frankfurt conduziria sob outra vertente. Mas, como essa modernidade se configura no quadro político observado? Como este conceito chegou aqui, em meio ao debate sobre dinâmicas da publicação das intenções da máquina de governo?

A premissa da *mudança social* como progresso pode estar presente nas primeiras filosofias do século XIX, mas não nasceram ali. Ainda que seja uma profunda ingenuidade determinar a origem absoluta dessa orientação interpretativa sobre o mundo, é possível pensar os indícios de sua *sociogênese* ou, em termos mais diretos, de sua consolidação enquanto categoria do pensamento social ocidental. Assim, a noção de que o “desenvolvimento” na forma de progresso é, incluindo sua dimensão linguística, um fruto das

vontades positivistas. Como tal, deita raízes no Iluminismo do século XVIII e na concepção modular de que o homem, como ser político e centro da vida humana, pode desvelar os problemas de sua realidade e aprimorá-la enquanto existência terrena. Sob diversos aspectos – entre eles o da interpretação de uma nova economia das ações e projetos da humanidade – o Iluminismo delineou as bases de uma “utopia laica”. Revivendo os anseios de Tomas More sem desfazer-se por completo de uma compreensão do mundo situada por Maquiavel, os revolucionários franceses e a base ideológica a eles atrelada sonhava e trabalhava com a realização de uma sociedade que pudesse ter a justiça e as demais virtudes-slogan da Revolução como núcleo. Não se trata aqui de negligenciar os movimentos e conflitos internos de 1789 e além – ou ainda de tomar uma leitura ingênua dos próprios iluministas como “seres de vontade e virtude”. Cabe, ao contrário, reiterar e relembrar as bases imaginárias dos discursos por eles produzidos para melhor compreender como a ideia de “evolução social” será vendida nas décadas seguintes, em meio ao conturbado e acelerado curso político das transformações na Europa (DARNTON, 1990).

Se situarmos ainda que a própria Revolução será revista e alterada pelas ambições bonapartistas, seremos capazes de reconhecer que o produto imaginário da geração anterior ao Império Francês surgiu por sobre as marcas de solidez e poder que Napoleão conjurava sobre si e sobre a sociedade que pretendia modificar. O “progresso” não foi abandonado na lógica do Imperador. Ao contrário, foi sob suas vistas e interesses que a França testemunhou uma defesa resoluta da racionalização institucional e social. Mesmo sob a guarda carrancuda de um sistema político nada democrático – oposto ao esperado pelas elites revolucionárias – a França de Napoleão mantinha projetos de mudança voltados para destruir a ainda viva raiz tradicionalista francesa, abrindo assim caminho para a legitimação do próprio Império e seu passado violento. Necessário finalizar este ponto acrescentando que o resto da Europa virá se alimentar de fragmentos diversificados e relativamente saborosos dos discursos de aprimoramento nacional. Aqui estará, resoluta, uma nova raiz: a do nacionalismo republicano em desenvolvimento. É nele, através de suas próprias pretensões enquanto vontade de grupos e novas elites, que a mudança social permanecerá um ideal alardeado universalmente e uma ação

limitada a “harmonização” social – desejo de tantos dirigentes e de tantas oligarquias.

O começo do século XX trouxe suas próprias redefinições da modernidade. As revoluções e acelerações do processo industrial virá a reboque de uma intensa valorização da velocidade como máxima do aprimoramento social e econômico. A defesa da tecnologia e da racionalização das várias esferas da sociedade também é reforçada – assim como é retroalimentada pela defesa de uma pacificação profunda dos espaços ainda conturbados da vida coletiva e urbana. Mas a maior alteração será, sem dúvida, a consolidação do modelo republicano/parlamentar de governo, que instituirá, tanto na França, na Alemanha, na Inglaterra (com sua monarquia parlamentar) como nos Estados Unidos, um paradigma de administração pública cuja racionalização se dará por “saltos” constantes. A necessidade de órgãos e ministérios integrados, atrairá a responsabilidade social da mudança conjuntural para dentro da Máquina Pública, instituindo a lógica do *planejamento* como elemento central do processo de organização das estruturas gestoras.

2.2. O Governo Lula e o processo de reaparecimento dos imaginários desenvolvimentistas

A mudança geral dos discursos de gestão do Estado no período da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva pode ser enquadrada dentro de quatro aspectos fundamentais: 1) a instauração inicial de uma “ética” administrativa – que sofrerá duros abalos nos anos de mandato; 2) a definição da relatividade sociocultural como marca exemplificada no slogan “Brasil, um país de todos”; 3) o combate imagético da desigualdade extrema e da miséria como bandeiras de ação; e 4) a defesa constantemente comparada da criação de infraestruturas negligenciadas ou desmontadas nas gestões anteriores (apontada “como fórmula política” do PSDB). Para os fins desta tese, o terceiro e quarto ponto são centrais, por que inspiram curiosidade sobre a oferta do imaginário contemporâneo.

A crítica a privatização é o primeiro princípio deste aspecto. Ela retrata a base conjuntural das falas do Partido dos Trabalhadores sobre o tratamento da máquina pública. Não é, como facilmente se pensa, uma referência direta ao modelo de desenvolvimento em si, mas constitui certamente, um dos invólucros de uma contraproposta. Em março de 2010, Lula retoma a recorrente crítica:

Tentaram privatizar o Banco do Brasil. Tentaram até mudar o nome da Petrobras e quebraram o seu monopólio. Ferrovias não foram nem privatizadas, foram dadas a determinados grupos empresariais que fizeram os investimentos necessários.¹²

Longe de pautar-se como “novidade”, a crítica a privatização estava presente já nos anos 1990, como parte da pauta do PT como oposição. Ela registrava uma das características ideológicas de um partido que nasce alimentado por oposições ao neoliberalismo que emergia na América Latina há mais tempo. Ao mesmo tempo, tal crítica será parteira de uma defesa de uma ampliação de investimentos públicos na organização tanto de uma infraestrutura que permitisse o crescimento de um mercado interno como ampliasse o que se convencionou chamar de “qualidade de vida” da maior parte possível da população. Este apontamento é importante na medida em que descreve a complexa separação aparente entre os discursos dos grupos que governaram o Brasil entre 1994 e 2010. Analisando o plano geral de ambas as “eras administrativas”, é possível duvidar de uma separação tão simples, sendo mais plausível a observação que os discursos de oposição eram produzidos dentro das lacunas deixadas pela situação. Fica patente que nenhuma das forças em disputa (o Partido da Social Democracia Brasileira e o Partido dos Trabalhadores; ambos com alianças em constante negociação) se definia pelo rompimento com uma política econômica industrial e ligada ao capital financeiro, separando-se nos anos 1990, quando muito, dentro de temas como papel e formato do Estado e estrutura geral das prioridades políticas em termos de público-alvo. Ainda assim, é na produção deste campo discursivo que percebemos a emergência de falas que, colocadas em prática ou não, pautavam-se em uma reordenação imaginária do Estado enquanto

¹² Retirado de <http://www.tribunatp.com.br/modules/news/article.php?storyid=4914> em junho de 2010.

personagem político. Uma reordenação, como sugiro antes, baseada na oposição e reescritura dos vazios narrativos do grupo no poder.

A partir de 2003, o cenário nacional contempla um novo modelo de apresentação da máquina pública e um conjunto de “*slogans*” que a reconstroem aos olhos dos observadores. Essa “nova” máquina, tomará de empréstimo a antiga discussão sobre desenvolvimento industrial-nacional como transformação da sociedade – especialmente forte no Brasil dos anos 1930 ao final do 1950 –, incutindo em seu significado atual a premissa de que a União e, mais especificamente o Executivo, tem decisivo lugar na solução das desigualdades e carências da realidade brasileira. Como veremos a diante, essa concepção de um Estado planejador e gerador de demandas produtivas por meio de antecipações infraestruturais se fazia presente na Era Vargas, na concepção de intelectuais como Roberto Campos (FERREIRA, 2005) e no pensamento isebiano de Hélio Jaguaribe, ainda nos primórdios do Governo JK. É, aliás, a imagem deste governo e seu presidente, que o Partido dos Trabalhadores e seus aliados buscaram, ao longo dos anos, vincular a imagem do presidente Luís Inácio: "Devemos seguir o exemplo de Juscelino Kubitschek, que soube transformar seus sonhos em conquistas e benefícios para o Brasil."¹³ Tal comparação, usada em diversas outras ocasiões, passa a fazer parte de um subtipo discursivo recorrente nos dois lados do espectro político, reiterando a impressão de que a memória pública do desenvolvimento e de seus personagens, estava em uso. Mais tarde, é o candidato à presidência, José Serra (PSDB) que evocará Juscelino para criticar o então presidente no pleito de 2010: “(...) nunca vi o Juscelino numa campanha atacando pessoalmente adversários. Esse era um exemplo de conduta boa de um presidente da República”¹⁴.

Somadas às disputas eleitorais que funcionam como contexto imaginativo dos mais recentes anos de mandato (tanto de Lula como da nova presidente Dilma Rousseff) está o grande debate acerca dos vácuos estruturais

¹³ Declaração de 2006, proferida em 03 de março daquele ano, durante almoço oferecido ao primeiro-ministro da República Tcheca. Fonte: <http://www.clicrn.com.br/noticias,38248,7,lula+se+compara+a+jk+e+diz+que+sonhos+devem+virar+conquistas.html>

¹⁴ 24 de setembro de 2010. Fonte: <http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes2010/mat/2010/09/24/serra-evoca-juscelino-kubitschek-para-criticar-lula-921153226.asp>

que, alegava a então oposição petista, assolavam a gestão de Fernando Henrique Cardoso – entre os quais, aqueles ligados aos problemas de fornecimentos elétricos de 2001 e 2002, chamado à época de “Apagão”, bem como os problemas enfrentados pela nova administração no âmbito dos transportes aéreos, quatro anos mais tarde. O segundo, também apontado como de responsabilidade dos governos anteriores, retorna como debate acerca das condições estruturais do país tendo em vista proximidade de dois eventos internacionais de vulto a serem aqui sediados: a Copa do Mundo de Futebol, em 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016.

A resposta administrativa e política a tal vácuo estrutural veio na forma das duas etapas do alardeado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), apresentado em 2007 e cuja segunda encarnação surge em 2010. O PAC e o PAC 2 foram exercícios de investimento em larga escala, voltados, sobretudo, para as áreas de infraestrutura, buscando elaborar uma resposta tanto prática quanto simbólica ao período administrativo anterior. Mas nos interessa aqui entender, sobretudo, seu primeiro sentido. Ainda em 2010, Lula afirmava

O que nós estamos querendo é dar fôlego para que este país possa pensar o futuro, em que um presidente da República venha a fazer um discurso e ele não tenha que ficar falando mal de quem saiu, e que ele tenha que apresentar propostas à frente, propostas para os nossos netos, para os nossos filhos.

E é isso que eu acho que nós fizemos, com todas as mudanças. Vocês estão lembrados que em 2007 eu disse, no começo do segundo mandato: é preciso destravar este país.

(Discurso de 29 de março de 2010, quando no evento de lançamento do PAC 2)¹⁵

Ainda no mesmo discurso:

Na medida em que o Brasil aprendeu a se planejar, na medida em que nós estamos construindo... eu considero isso, Dilma, uma carteira, uma carteira de obras. (...)

Então, o que nós estamos construindo no Brasil é uma prateleira de projetos nas prefeituras, nos estados e no governo federal para que quem vier a governar este país, em qualquer momento, não pegue o país como vocês pegaram as prefeituras, como vocês pegaram os governos dos estados e como nós pegamos aqui, em que você não tinha projeto. Tudo, você tinha que começar praticamente do zero

¹⁵ Disponível em blog.planalto.gov.br/wp-content/uploads/2010/03/pr1766-2@.doc

Sobre a relação dos investimentos com determinados espaços regionais outro discurso convoca ideias:

Nós estamos fazendo... Eu... Se o Celso Furtado fosse vivo, ele seria convidado a ir fazer uma visita ao Canal do São Francisco. Ele iria ver o que pode significar para o Nordeste um sonho acalentado desde 1847, por Dom Pedro e que nós só conseguimos fazer em 2005, depois de muita briga, depois de muito debate, depois de muita ação judicial, depois de muita luta, nós agora, finalmente, estamos com mais ou menos 50% em um eixo e 70% em outro eixo. Eu penso que a companheira Dilma Rousseff vai poder inaugurar uma coisa que significará quase um milagre para o estado do Rio Grande do Norte, para uma parte da Paraíba, de Pernambuco e do Ceará. Ou seja, são praticamente 12 milhões de brasileiros e brasileiras que vão, pela primeira vez, estar mais próximos da água, e eu espero que a gente consiga fazer bom uso dessa água, para justificar todo o investimento que nós fazemos.

(Discurso de 1º de dezembro de 2010, por ocasião da entrega do Prêmio Nacional de Desenvolvimento Regional)¹⁶.

O que essas declarações implicam, além da prática de disputa em um campo permeado por agendas e armas discursivas? Em que ponto o desenvolvimento reapareceu como foco do debate e como incontáveis símbolos históricos passaram a ser usados dentro da atual encarnação do jogo de definições?

É fundamental examinar um pouco o histórico de significados que o desenvolvimento relaciona. Compreender alguns dos elementos que constituem sua produção, talvez nos aproxime mais da referência da expressão, em particular, dentro do pensamento social e de suas fundações.

2.3. Uma semi-história da ideia

Quando pensamos o desenvolvimento como uma questão de gestão de recursos, o pensamos também como potencialidades de um Estado executor. A história do desenvolvimento no Nordeste, como veremos a seguir, é uma história de criação de instituições e projetos nacionais – ou apenas como parte de promessas dos agentes de governo ou como ações diversas nesse sentido. É a história de um sistema de financiamentos e gerenciamentos dos problemas

¹⁶ Disponível em <http://www.geodireito.com/?p=3348>

e de seus gargalos, que tomará forma na criação do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), na reestruturação de aparelhos públicos como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e em instâncias mais jovens, partícipes do quadro de intenções de pesquisa acerca da “questão nordeste” como o Instituto Nacional do Semiárido (INSA). Este leque de sujeitos e funcionalidades não poderia ser analisado em sua totalidade sistêmica por um trabalho menor que uma investigação de décadas. Dessa forma, eles surgem aqui, como personagens a se conhecer e como relações a se compreender no contexto já delineado do estudo proposto: partes de um histórico de publicidades estatais.

A validade, importância e problematização do desenvolvimento têm raízes bem díspares, multiplicadas pela vastidão de suas causas. Como toda ideia ampla, sua “origem” se perde no sistema das polissemias e da arqueologia de suas possíveis acepções. Mas não é sem sentido retornar na esteira histórica do capitalismo industrial para examinar a sua ordenação nos termos da maioria de suas definições modernas. O desenvolvimento “aparece”, portanto, já no século XVIII, como sinônimo de crescimento econômico e acúmulo de ativos, já na base inicial da discussão sobre riqueza e amadurecimento dos meios de produção como mecanismos de garantia dos interesses de determinados grupos (porque não dizer, de uma burguesia urbana, fixa, aliada ao já estruturado sistema financeiro-bancário da Europa nos estertores das Revoluções do período). (HOBSBAWN, 2005; LIMA, 2011)

Se for verdade que a Economia Política Clássica já sondava o problema do enriquecimento como caminho de inquietação, foi o positivismo que aderiu a problemática no sentido de planejamento social, incorporando o desenvolvimento como fragmento das intenções de intervenção. Estado e sociedade eram encaixados como peças – ou dois jogos de quebra-cabeça, para aprimorar a metáfora – de uma sistema imaginário de identificação e resolução mecânica das desarmonias da existência coletiva avaliadas pela ciência positiva. Entre a ascensão napoleônica e a retomada da monarquia amparada por setores conservadores da burguesia industrial da primeira metade do século XIX, temos uma revisão do desenvolvimento como estudo-e-

ação sobre a pobreza, a insegurança, a insalubridade urbana e a defasagem competitiva que a França do período encarava ao jogar o jogo da revolução produtiva. Aos poucos, submetida a lógica de reinvenção inglesa, a classe dirigente no universo dos positivistas interventores era lentamente obliterada pelo crescimento de grupos de investidores e de estratégias econômicas anglo-saxãs. (HOBSBAWN, 2005). Não irá demorar para que a amplitude proporcionada pelos mercados coloniais no novo mundo abaixo do Equador venham a tornar o império britânico o novo modelo de crescimento, deixando para a França o eco ainda duradouro de uma potência cultural, e influente no campo simbólico das elites europeias e americanas, mas cada vez menos determinante na definição do papel do Estado no que diz respeito ao modelamento das economias de intervenção pública. O liberalismo, transitando dos ingleses para os norte-americanos, vencerá a longa algazarra, pondo em xeque, junto às esferas práticas e imediatas, o próprio entendimento do planejamento e da intromissão estatal no mundo do vivido. (*idem ibidem*)

A sequência simplificada da mudança tanto no formato do Estado como na correlata discussão de seus “usos” está na crise final do mundo colonial: a independência em larga escala e o surgimento de repúblicas burguesas completar-se-á na falência da escravidão na segunda metade do Oitocentos. O entendimento do livre mercado e a semente dos debates sociais por liberdade plena criam dois nichos políticos no sistema de relação Estado-Capital e na reorganização dos Estados-Nação como forças de transformação social: é como se a identidade do Estado moderno, cada vez mais burocratizado e racionalizado, aderisse a uma dependência para com os ideários de responsabilidade que o republicanismo reforçava nas décadas de 1880 e 1890. O século XX começará sob o signo da produtividade e das tentativas de *ordenamento das promessas sociais*.

Um movimento que segue com o aprimoramento produtivo e as transformações no mundo do trabalho nas primeiras décadas (urbanização acelerada, atração de mão-de-obra das periferias econômicas para os centros de crescimento). (ELIAS, 1998). A Primeira Guerra iniciará, em paralelo aos interesses de expansão da economia norte-americana e manutenção do esfacelado poderio britânico, um novo conjunto de apelos técnicos: o espasmo

ou salto tecnológico que ganha sentido industrial no período virá traçar o desenho de um modelo diferenciado de crescimento, baseado na inventividade acelerada. Esta linha-mestra de concepção ontológica do que é acúmulo de riqueza, capital e mudança, desdobrar-se-á no signo do desenvolvimento tal como o ouvimos.

Mais tarde, o discurso de Harry S. Truman¹⁷, em 1949 (FAÉ, 2009) aloca uma carga de sentido inesgotável ao termo, através de um discurso que tornou-se famoso (*idem, ibidem*). Entre outras coisas, ele conjura novos significados para o desenvolvimento, que antes tinham relação semântica com as ciências cognitivas (MELLO, 2009). A sequência de aparatos e valorações que o desenvolvimento no sentido econômico-social receberá nas décadas seguintes tem sua própria história dentro das preocupações estatais das potências americana e europeias: elas lidarão com a aflição estrutural da retomada do crescimento e dos preços da mesma para a máquina pública. O tom da intervenção estatal fora transmutado. A relevância do abstrato aspecto financeiro e monetário obtinha uma vitória esmagadora contra as antigas políticas de incentivos simplificados – dito de outro modo, o controle fiscal e as ações de envolvimento público intermitente serão atreladas de maneira definitiva às práticas de subsídio ao capital privado. Truman associa o crescimento fixo à noção de enriquecimento societário e humano e, com isso, deixa um marco discursivo em uma prática já ativa.

É importante entender que o Estado, refratário em sua natureza a qualquer continuísmo sistemático de intervenção, adentra no caminho de produção de desenvolvimentos modificados pelo mercado e pela base industrial cada vez mais complexa que pós-guerra estabeleceu e alimentou. A nova era de tecnologias mutáveis do século XX foi não somente criada pela nova face econômica do capitalismo massivo: ela o afetou, integrando ao sistema de produção de mercadorias e desenho de mercados o ônus da inovação e da necessidade de subsidiá-la. Neste ponto, o fundos públicos são convocados como margem estratégica de incentivo, movimentados juntamente a criação de instituições internacionais capazes de legitimar e difundir a dinâmica que a economia americana refundava.

¹⁷ Presidente dos EUA entre 1945 e 1953.

Cabe aqui uma reflexão cruzada: os desenvolvimentos anteriores, ainda no começo da modernidade positivista, já presumiam o eixo de participação do Estado como gerador de condições materiais e de legitimação ao inferirem seu papel de cérebro do organismo social? Ou é possível dizer que a criação prática de mecanismos institucionais foi a real responsável pela efetivação desse projeto moderno? Partindo de uma filiação inegável ao segundo postulado, afirmo que o desenvolvimento não emerge como propósito moderno real até a consolidação de seus projetos no interior da economia globalizada. É sua encarnação como política de continuidade que registra a vitória do paradigma no âmbito das elites gestoras. E com essa superação (carregada de todas as consequências que a compõem) que estrutura a falência de um modelo de Estado interventivo *socialmente preocupado*, substituído pela imagem e *práxis* de um Estado interventivo *economicamente envolvido*.

A modernização no levantamento de dados, a implementação de uma constante vigilância no campo monetário e de investimentos complexificou o sentido da intervenção e da ideia de crescimento. A racionalização adicional de órgãos de mercado (como a criação da OMC, em 1993) apresenta o custo das demandas políticas ligadas a esta ideia. Os novos ciclos de aceleração e a preocupação intermitente com o crescimento econômico transferiram a matemática hiper-calculada para a noção de desenvolvimento renovada no pós-guerra – um transplante simbólico que converteu o segundo em um modelo quantitativo e marcado por índices dos mais variados (de inflação ao de Desenvolvimento Humano). É em tal contexto, portanto, que o levantamento sobre fatores como mortalidade infantil, índice de envelhecimento, abrangência de saneamento básico, alfabetização e número de homicídios são colocados no mesmo patamar: descritores do tipo e do estágio de desenvolvimento dos países vinculados a comunidade internacional.

2.4. Desenvolvimento e Ciências Sociais

A principal questão semântico-simbólica que gira em torno do desenvolvimento como promessa e prática incide nos modos pelos quais pensamos a mudança social no sentido de um rompimento da ordem ou da fragilidade das sociedades do passado – como uma recusa à memória ou uma revisão da mesma.

Se há uma relação profunda entre as proposições políticas do Estado no pós-guerra e os debates epistemológicos dentro das ciências sociais no século XX o desenvolvimento na forma de mudança social está nela. Pensemos por um instante: desde a fundação das filosofias da história e da concepção clássica de investigação sobre o mundo social temos discussões sobre as formas e os caminhos pelos quais as sociedades humanas tem mudado – sobretudo no sentido dos planejamentos macroeconômicos internos ao estudo sobre o capitalismo. A escola alemã deixa claro seu interesse (seja em Hegel, Marx ou Weber) na compreensão dos processos constituintes da história ocidental das mentalidades e as consequências e causas destas. É nesse sentido que os temas dentro do invólucro da mudança social, de sua faceta de acumulação e alteração das estruturas produtivas, conectam-se para formar uma teia de sentidos econômico-políticos: uma interpretação de larga escala dos processos de comportamento e de vivência do homem recente.

Hegel e Marx tem suas responsabilidades iniciais nesse caminho. Entendendo a dinâmica do processo histórico como movimento (ideal ou material) das ações coletivas humanas, eles fundam as falas sobre história como sequência de encadeamentos de eventos, tomando dos gregos a ideia de mudança e a aplicando-a em seu sentido social e estrutural. Marx não transforma simplesmente a concepção de Heráclito (“tudo flui”) ou a perspectiva reformada de Aristóteles (de um mundo impulsionado por um motor imóvel): ele as redimensiona, baseado no hegelianismo invertido, atribuindo ao tempo e aos movimentos do poder social, um teor de causalidade e consequência indissociáveis.

Ainda que o positivismo tenha participado deste mesmo composto de ideários da mudança da realidade social (como veremos a frente), é importante ressaltar que os debates sobre a economia e os processo de enriquecimento já

estavam sendo profundamente debatidos pelos antecessores do materialismo histórico em um embate teórico que convocará David Ricardo, Adam Smith, Thomas Malthus e Jean-Baptiste Say, conduzindo o pensamento filosófico alemão a desdobrar os meandros das crises sociais com antecedência relativa e maior profundidade (HUNT, 2005).

Por outro lado, a leitura da mudança no sentido de evolução cumulativa da organização, racionalidade e adaptabilidade do homem enfrentou hibridismos. Temos, no século XX, como que de contrabando das reflexões de Nietzsche e da antropologia mais crítica e interpretativa que nasce também de Max Weber, uma visão relativista e não-matemática da transformação como sistema não linear, mas, ainda assim, a configuração de um esquema de acúmulos e adesões, pautado no entendimento de que somos melhores em relação a dado passado de precariedades – um dilema que volta constantemente às discussões científicas. O rival deste argumento atesta uma linearidade oposta (mas ainda uma linearidade): a de que decaímos nos controles de nossa própria modernização, “involuindo” a estágios mais caóticos e tensos da existência como coletivo global.

Somando a essa equação as digressões teóricas que falam da *diferença* como elemento de mudança discutível, temos um novo problema, também inspirado na filosofia nietzscheana (e que afetou de diferentes modos as ciências humanas): a mudança social passa a ter um caráter qualitativo inviolável, protegido em si mesmo pela luta interminável pelas leituras livres e não rotuladoras da mudança como transição nem para o melhor, nem para o pior. A reflexão sobre a instabilidade das valorações do mundo e o caráter crítico-radical destas filosofias derivadas (que fundarão o desconstrutivismo, a arqueologia de Michel Foucault e a sociologia de Jean Baudrillard, para citar alguns exemplos) marcarão a mudança (e o desenvolvimento) como estruturas frágeis e modelos limitados de compreensão.

Em resumo, na disputa entre avaliações cumulativas e interpretações diferenciais e qualitativas, a teoria social atrelou-se a segunda (para a qual a mudança é uma questão relativa, de *qualidade*, não de *quantidade*) em detrimento de todos os vínculos e apoios que o senso comum político e gestor vem conduzindo a partir da epistemologia do primeiro tipo – já que, para o

discurso político o número, o passado, a acumulação de realizações, parece parte do capital que sustenta os grupos de poder. As consequências e a avaliação desta separação precisam entrar no campo do debate sobre ideias e ideários que facilmente transitam entre os campos.

A longa dependência do Brasil, em seu passado colonial, do planejamento da metrópole, somada ao tipo específico de ocupação territorial que aqui vivenciamos e que estava reconhecidamente presa a um projeto de extração contínua das riquezas, poderiam ser argumentos básicos para o entendimento de nossa visão de desenvolvimento. Comparando nossas tensões econômicas duradouramente agrárias e a adesão muito posterior do país ao quadro de modernização no sentido europeu do termo fica evidente a juventude dos projetos de desenvolvimento nos termos também europeus-ocidentais.

Com a vinda da Família Real Portuguesa, como veremos mais a frente, os esforços neste caminho de racionalização institucional foram redirecionados: por exemplo, através da participação nos mercados internacionais e redefinição do papel do Estado. Ainda assim, como é possível imaginar se afastarmos o romantismo anacrônico, a noção de desenvolvimento enquanto alteração da *qualidade de vida social estava muito distante* da premissa das elites gestoras portuguesas.

Mais tarde, quando a segunda metade do século XIX confirma o eco de nossa independência política, onde, sob o governo de D. Pedro II inicia-se uma série de intervenções modernizadoras, como a instauração de linhas telegráficas, a criação da primeira linha férrea e reformas educacionais de modelo francês. Esta marca de imitação indica os primeiros passos efetivos de inscrição no projeto moderno e, ainda que partes da agenda das elites do Império, implica na reformulação do sentido da entidade estatal.

Ao longo dos fins do século XIX, já dada a República, e dos anos 1910 e 1920, a mudança seguirá para a formação de uma cultura da burocracia, de uma ampliação dos projetos de urbanização e catalogação das transformações de infraestrutura. A história cruzará os anos seguintes na formação de um

corpo racional efetivo no governo Vargas. Levará, dessa forma, mais de um século, desde a consolidação da independência, sob o movimento do desenvolvimentismo industrializante de Kubistschek para que o Brasil, já convertido em uma Estado de aspirações racionais-burocráticas desde os anos 1940, crie a agilidade de crescimento exigida dentro do jogo produtivo do capitalismo internacional do pós-Guerra.

Temos, no país, dois grandes períodos em que essa premissa desenvolvimentista ganha significados e contornos mais claros, para além da meta de reestruturação nacional. Primeiro, os anos 1970 virão repensar o projeto e a ideia de desenvolvimento nos termos *regionais*, alocando as preocupações administrativas e toda a imaginação pública no exercício de transpor as diferenças das regiões brasileiras em direção a uma organização econômica coordenada, que levasse em conta os desafios pontuais de cada cenário. Em seguida, nos anos 1980 (com o agravamento das limitações dos projetos anteriores) a compreensão de que o desenvolvimento merecia dimensão e redesenho *local* veio como síntese tanto de questionamentos de planejamento e execução, como de uma pulverização política que ganharia terreno nas dinâmicas de *municipalização* dos recursos e atribuições do Estado na microesfera das cidades. (LIMA, 2011).

Essa rápida síntese de períodos e rupturas é apenas uma ilustração simplificada dos caminhos complexos pelos quais o Estado como máquina de composição das definições – com capacidade para tal – ganhou formas. As referências ao modelo brasileiro de desenvolvimento prestam-se exatamente a teia acima mencionada: teoria e política articularam diálogos de variada proximidade e abrangência, construindo um campo poroso no entendimento dos projetos. Respeitando nossa viagem cronológica inicial, vamos ao segundo governo Vargas: sua leitura estruturada de Estado burocrático é a porta inicial das conjecturas renovadas da racionalização necessária às promessas e realizações do moderno. É no fim dos anos 1940 e começo dos anos 1950 que o projeto de articulação da máquina já encontra autonomia razoável diante do patriarcado artesanal das lideranças políticas tradicionais. A partir deste momento, estão fincadas as bases para as transformações promovidas – e idealizadas no plano de um projeto ressignificado – de J.K.

Nossas iniciativas interpretativas - levadas a cabo desde o século XIX no tom da luta pela definição nacional – incorporam o Estado como veículo de mudança já muito cedo – característica profundamente relacionada com o autoritarismo latente nos primeiros momentos de reflexão política no Brasil.

A base da relação entre Estado e desenvolvimento cruza os intérpretes clássicos sob duas matrizes fundamentais (ainda que estas subdividam-se): de um lado o entendimento de um envolvimento do Estado como interventor estruturante, do outro, como o mediador entre forças produtivas e interesses de uma elite sempre com pretensões a inserção no cenário internacional. Algumas vezes estas visões se confundem. Outras vezes a gradação entre uma e outra assume um detalhismo considerável. Tentemos, aqui, ao menos, observar algumas delas.

É com os clássicos autoritários, como Alberto Torres, Oliveira Vianna ou Nestor Duarte, que o Estado assume um papel de intervenção multisetorial, atuando na sociedade civil com todas as responsabilidades de gerir suas descontinuidades e romper com suas fragilidades. Oliveira Vianna institui uma ideia de Estado nacional que não funcionaria sem o desenho de uma máquina controladora, ilimitada e vertical, parte do plano de mudança e estabilidade que a virada do século almejava – por meio das vontades da classe agrária abalada. No entendimento de Vianna (1999) apenas um mecanismo estatal determinado e centralizador poderia dar bases a uma realidade liberal futura (na forma de uma sociedade civil menos regulada). A historiografia epistemológica e cultural de Sérgio Buarque emprestará ao Estado um passado de estruturas parciais, montadas sob a memória de uma identidade ibérica e dúbia (no sentido das alterações entre planos de transformação do território colonial e uma cultura da aventura, da negação do trabalho). Ainda que observando a colônia, Buarque dá pistas para a compreensão de um passado de inventivas e desafios de tratamento da mudança. O historiador compreende o andamento da formação social dos aparelhos estatais na direção de uma base intermitentemente afetada pelo patrimonialismo – e mais do que isso, incorpora uma teoria parcial do poder que atesta os graves impactos de uma histórica filosofia do Direito Privado sobre a elaboração de uma noção de Público tensamente deficitária.

Será o marxismo questionador de Caio Prado Júnior o primeiro a rever a lógica de dependência e metamorfose do Estado mercantilista, produzido como entidade sobrevivente nas transições sistemáticas que a economia (primeiro colonial, depois imperial e republicana) ensejava e levava a cabo. Nesse sentido o Estado pradiano é um lócus de poder e ação de classes exploradoras em constante negociação – menos marcadas pelas rupturas drásticas que a Europa vivenciara e mais devotadas a manutenção de um “esqueleto político” que pudesse abrigá-las.

O teor interpretativo de Gilberto Freyre inseriu na temática da intervenção o caráter *regionalista* em uma revisão aguda e crítica de um Euclides da Cunha. No acesso da pesquisa sobre nosso passado cultural e envolvido em sua própria parte do campo político, Freyre articula uma leitura do Estado (e de uma sociedade) cegos à marca das regiões e suas singularidades ontológicas. A história, para o sociólogo pernambucano é a prova das manifestações múltiplas de uma cultura imbricada e híbrida, que reagiu e reage às pressões globalizantes com teimosia e substância. Para ele o Estado parece compor uma força capaz de adestrar os conflitos sociais e harmonizar o conteúdo dos mesmos, atribuindo à memória e ação presente uma forma pacificadora e “democrática” (tomando em conta que Gilberto Freyre marcava-se por um otimismo histórico conhecido, pautado em uma leitura democrática contraditoriamente limitada na prática).

A primeira metade do século XX conjura, portanto, uma mixórdia de interpretações abalizadoras do Estado como ente de resolução ou como ferramenta definitiva da estruturação social. Nessa prateleira de avaliações clássicas nosso passado e nossa formação processual estão implicadas na longa e tenaz ausência deste corpo causador, desta força de propensão que aparentemente (fazem eles pensar) não existia nem em nossa forma colonial, nem nas tentativas reformadoras de um Estado imperial independente, nem na nova velha ordem que a República Velha tentara instaurar. Tal ausência será preenchida ou pela fraqueza de instituições aossadas pelo privado ou pelo instável combinação de conflitos de classe de poder que, em suma, são apenas formas diversas da mesma elite agrária que lentamente moderniza-se.

É nesse íterim que a revisão do papel da máquina pública ganha nuances de uma sociologia da civilização nacional. Ora retratada como

letárgica, ora observada em sua dependência para com o planejamento de forças burocráticas, ora vista como massa controlada por classes à caça de uma economia de mercado. Marxismo, historiografia clássica e uma antropologia cultural à brasileira, competiam no começo do século como modelos variantes de explicação das possibilidades e necessidades políticas de um Brasil ainda titubeante na determinação de seu projeto nacional.

A segunda metade do século trará a ampliação do debate marxiano atrelada a elevação de uma ciência política renovada. De um lado, Raimundo Faoro colocará o debate do poder como foco da observação de nossas instituições. Do outro, a escola de Florestan Fernandes terá a responsabilidade de refletir o materialismo histórico nos termos de uma nação agrária em processo de industrialização e urbanização.

Para Faoro (2001) o passado de ingerências das classes dominantes de grandes latifundiários abrirá largo precedente para um sistema de poder de elites ainda pouco racionais em um pano-de-fundo sem grandes oposições de movimentos organizados. Mais tarde, o coronelismo regional ou o mandatário padrão do sudeste cafeeiro se converterá na elite modernizadora carregada de estruturas tradicionais de mando; em uma anulação contínua dos acessos da sociedade civil semi-analfabeta e desprovida dos meios de organização e educação das primeiras.

Para Fernandes, a tardia revolução burguesa brasileira se dará às custas do Estado continuamente disputado por elites mercantis e forças retrógradas. Seguindo a esteira do materialismo crítico, o autor reconstrói a história econômica de Caio Prado na observação de uma máquina pública que funda-se junto ao estabelecimento de uma burguesia nacional comprometida com a acumulação capitalista. É com Fernandes que a base teórico-crítica das relações entre Estado e sociedade civil serão pautadas, a seguir, como uma análise incisiva dos dramas históricos de constituição de uma revolução burguesa com traços patrimoniais. A compreensão do Estado como agente da mudança será observada, pelas ciências sociais oriundas deste debate, com desconfiança. A história de estruturações da máquina pública e as relações desta com trajetórias que remontam ao espaço colonial colocarão a interpretação do desenvolvimento sob um crivo de interesses limitados a elites renovadas.

Estas linhas interpretativas configuram algumas das dicotomias que mais tarde recortarão os diálogos e oposições. De um lado, uma compreensão do Estado como desenvolvedor de elementos fundamentais para o abandono de condições rurais no país – ideias-mãe da lógica desenvolvimentista. Do outro, um conjunto de críticas ao patrimonialismo que irá, direta ou indiretamente, fornecer subsídios para críticas ao poder público como poder de favorecimentos e tradicionalismos – uma realidade estatal que carecia, como enfatizarão os discursos, de uma *modernização administrativa*, cujos princípios serão abraçados pelas propostas neoliberais.

2.5. Desenvolvimentismo e região

A ocupação física e imaginária de territórios humanos tem sido debatida nas ciências sociais a partir de dois eixos clássicos: através de uma antropologia das resistências, orientada por uma forte curiosidade acerca da formação e manutenção de *processos identitários*; e por meio de um exame multifacetado da dinâmica das cidades, caracterizado, especialmente, por antropologias e sociologias urbanas. Em meio a isso, a ciência política continua organizando esforços transversais, em ambos os campos, na compreensão de rupturas e encadeamentos nas ideias de *cidadania* e no exame intermitente de políticas públicas com impacto regional, como forma de compreender aspectos do mesmo problema: como grupos e poderes sociais se relacionam na definição do espaço público-regional?

O resumo acima é menos que uma síntese simplista e parcial das questões que articulam espaço e construção social do mesmo. A intenção geral aqui é, tão somente, ilustrar de forma inicial um conjunto de perguntas e problemas aos quais esta tese se filia. Organizada dentro de um arcabouço de literatura especializada a presente pesquisa é fruto de intensos “recortes” que, espero, não deixem de lado a teia intrincada de inquietações que os inspiraram. Há, obviamente, uma história de mudanças e configurações subjacentes a tudo isto. De modo que contextualizações são necessárias a fim de que se entenda o lugar e o peso da região, e do estado, como partes de um *corpus* discursivo mais jovem – mas nem por isso recente – encarnado na noção de *desenvolvimento*.

No Brasil, das décadas de 1960 até os dias de hoje a noção de “desenvolvimento” sai da esfera abstrata das aspirações ideológico-discursivas para o ambiente também conflituoso das ações públicas. Sem querer afirmar que este desenvolvimento, como interesse do Estado, seja exclusivo deste período é importante frisar o *corte* que essa ideia vivencia com o processo de industrialização brasileira e como, com o tempo, ela se tornará base dos discursos políticos, criando um imaginário de noções técnicas e de promessas transformadoras sem o qual a linguagem do poder atual seria muito diferente.

O Ceará, como território demarcado por forças político-administrativas tradicionais e vinculadas primeiro a posse do gado e da terra, e depois a empreendimentos de indústria, experimentou um redimensionamento de sua definição na emergência de uma *modernização do atraso* (NOBRE, 2009), projeto estruturado pela elite surgida na educação racionalizada e empresarial do eixo sul-sudeste no Brasil. Aqui, o desenvolvimento ganhará sentido discursivo tanto no plano da mudança econômica como no da mudança burocrática: a modernização do Estado estava em pauta. A história da modernidade e da modernização no estado estão cruzadas com projetos políticos de inserção, de transfiguração da realidade econômica e de apropriação do agrário como primeiro mundo a converter. É nesse sentido que expressões como *sertão*, *semiárido*, *campo* e *interior* ganham importantes significados. Elas estavam presentes quando da inauguração do debate sobre mudança para o Nordeste e foram operadas, ao longo das décadas do século XX, como centros conceituais da ideia de *desenvolvimento regional* no mesmo. O caso cearense enquadra-se assim, como uma das múltiplas realidades onde o desenvolvimento dependia da capacidade inicial de modificar aquelas realidades em ruralidade, alterando o panorama de sua economia e, conseqüentemente, de suas arestas políticas e econômicas (MARTINS, 2008).

A modernização emerge como projeto federal, entre 1950 e 1970 e elabora um todo de proposições regionais nos quais o Ceará será inserido. O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), criado em 1959, ilustra a vontade política de alocar o território nordestino no capitalismo racionalista que a industrialização do Sudeste liderava. Ou a ruralidade nordestina era convertida em uma produtividade agrária de tipo empresarial ou

o projeto nacional de industrialização sofreria penalidades e atrasos. Esse espírito de comodificação do trabalho e da produção engendrou um tratamento público à região que atravessará os governos militares e desembocará em uma cultura política de intervenção pautada no investimento e na disputa entre planos da União e interesses de elites tradicionais locais. Sob inúmeros aspectos o desenvolvimento encarava um desafio: a vitória necessária sobre antigos modelos de política; entraves aos intentos do mercado em expansão e da conversão capitalista brasileira.

A mesma história recente também registra, contudo, que essa dinâmica de disputa encontrou formatos diferentes nos estados, assumindo ora um caráter de embate direto entre o local e o federal (como no caso da Paraíba), ora encaixes e reencaixes de interesses de ambas as partes, em uma espécie de adaptação das forças locais ao novo jogo nacional (como no caso cearense). (ISMAEL 2005). Essa relação diferente entre poderes e forças, alterou também o modo pelo qual o desenvolvimento virá a se popularizar com discurso. No meio de ambos, a ideia de validação das ações federais e o uso político das obras e mudanças se tornará parte da cultura e da imaginação política – que articulava, em especial após o regime militar, a mudança econômica com a garantia de permanência das elites na aceitação popular. Com o fim definitivo do regime militar e a ascensão de outras elites, os contatos entre Estado, mudança econômica e legitimação colocará todo o conteúdo da modernidade em um novo prisma – pontuado, por sua vez, em um ciclo de valorização que vai do Estado interventor a capacidade de gerar desenvolvimento e do desenvolvimento a existência de condições racionais próprias de um Estado modernizado.

A ideia de desenvolvimento convoca, assim, a noção de Estado como instrumento de sua existência e execução. Desbravar algumas das características da segunda, como tentaremos a seguir, é redesenhar os caminhos de formação da primeira. Em outras palavras e desafiando a compreensão por meio de uma simplificação: *entender o que o Estado faz é entender o que ele é*. A ideia de que o Estado é causador e planejador do desenvolvimento não é nova, como, discutido. Ainda assim, entender parte

desses elos ainda se faz necessário, como instrumento de nova síntese: as das relações conceituais entre mudança social e estratégias de validação do poder.

Não é novidade, no conjunto de debates da Teoria Social, que o Estado se converte como uma máquina pautada pela *legitimidade*. As produções clássicas da filosofia e sociologia sugeriam ou afirmavam diretamente este signo. A ciência política, herdeira das concepções de ambas, discute os desdobramentos e mesmo a veracidade completa desta afirmação (GUNTHER 2003, MONTEIRO, 2003), mas não a ignora. Talvez porque a discussão sobre legitimidade incorpore uma conturbada disputa do castelo teórico da própria concepção de política e de democracia. A ideia de que o poder é exercido não pela simples aplicação da força – ao contrário, a violência é símbolo de seu desaparecimento (ARENDRT, 2004) – mas por um conjunto de aceitações e atribuições da sociedade para com um ou mais líderes considerados dignos, capazes ou, de uma maneira ainda mais ampla *autênticos*, permite e leva aos diversos estudos de formação da esfera do Estado moderno e de sua consolidação. Ainda nos clássicos gregos, o ideal platônico-socrático de uma República perfeita era fundado em uma metáfora de estirpes de metal sabidamente falsa.¹⁸ O mito fundador da desigualdade nada mais era do que a fabricação do *aceitável*, da lógica que permitiria explicar as desigualdades indômitas que atravessavam o mundo antigo e que também atravessariam a feição de uma cidade ordenada.

Na era moderna, após tantas reflexões contratualistas e uma longa herança que misturará liberalismo e iluminismo, a legitimidade ressurgirá como uma ontologia racionalizante e teológica: como *Espírito Absoluto* em Hegel. O historicismo da “teodicéia” hegeliana propõe compreender o passado e o processo de formação como a caminhada do Divino, levando a composição de uma ideia de Estado e do poder legitimada não apenas pelo senso do religioso e pelo arrebatamento para com a verdade do mesmo, mas através da validação do *vivido* – cujo sujeito, neste caso, é a própria Humanidade. O holismo e a grandiosidade da proposta de Hegel transforma o poder legítimo em uma reverência necessária para com o conjunto gigantesco de fatos

¹⁸ Vide *A república* de Platão e o diálogo entre Sócrates e Glauco.

acumulados, de experiências transpostas pela História. A legitimidade do poder seria uma legitimidade transcendente – rumo ao não-humano e rumo ao passado.

A tradição alemã seguinte colocará as inversões conhecidas ao modelo hegeliano, mas ele não será esquecido. Mesmo quando Marx destrói as inerências da legitimidade ao apontar a carga ideológica na qual ela tem se sustentado, ainda que ele registre a longa batalha que se trava fora dessa ontologia (batalha que na verdade a sustenta) e coloque o material como base da discussão sobre poder e controle, é com o socialismo científico surgido de sua obra que a legitimidade voltará à baila como produto da História. A ideia de uma “classe revolucionária” estimulou, durante décadas, o pensamento da legitimidade datada da burguesia (se observarmos, por exemplo, os longos debates sobre a necessidade da consolidação do capitalismo para a futura tomada de poder parte das classes trabalhadoras). Do mesmo modo, criou a ideia de uma classe legitimamente capaz de reverter a própria existência da luta e dos sistemas de opressão: em Marx, o proletariado é dotado de uma autenticidade e de uma perspectiva histórica que lhe dá todos os direitos futuros sobre a mudança social. E ainda que esta compreensão dos movimentos políticos seja fruto mais de uma interpretação do passado do que uma “profecia”, ela organizou o pensamento social da esquerda no mundo, criando uma leitura de legitimidade paralela e oposta a definição hoje hegemônica do conceito – que deve seu formato à contribuição de Max Weber.

A noção de múltiplos nexos causais para o surgimento e consolidação da legitimidade tem nos trabalhos de Weber uma descrição sintética: fruto do carisma, da tradição e de versões racionais da prática do poder, a dominação não existe sem ela. É a partir daí, mas como já dissemos, sem abandonar o largo debate que o marxismo incorporou, que o debate sobre as dimensões do legítimo chegarão à sociologia política, a ciência política e aos estudos diversos da cultura do político. O reconhecimento de uma legitimidade pautada sobre diversas bases traz para a Teoria Social um novo conjunto de questões. Que agentes a disputam? Como é seu processo de formação dentro de uma sociedade? Quais as mudanças pelas quais passa, no contexto das alterações

do cenário cultural e econômico dos grandes Estados e das formas de poder neles?

No fim dos anos 1990, o trabalho do sociólogo espanhol Manuel Castells (2003) se juntará a elipse de discussões sobre o Estado moderno e a chamada “Era da informação”. Evitando o debate cultural sobre “modernidade” e “pós-modernidade”, este autor conjura outro conjunto de problemática para a compreensão das crises e desenvolvimentos sociais do Ocidente desde aos anos 1970. Como vimos antes, neste mesmo trabalho, as temáticas discutidas por este autor incluem o Estado e as diversas premissas sobre seu destino e papel recente do mesmo na conjuntura cultural e tecnológica de um tempo de múltiplas redes virtuais e comunicativas. Uma das respostas que Castells organiza diz respeito ao lugar instável do poder estatal no cenário das megacorporações transnacionais e no palco de uma imprensa rica na noticiabilidade do escândalo político. Seja no primeiro caso, onde está em questão o monopólio e a centralidade da Máquina Pública, seja no segundo, onde as formas de acessá-la e geri-la, bem como os agentes envolvidos no processo, sofrem choques interno e externos constantes, temos uma semiconclusão polêmica: o Estado perde território e se desarticula frente à uma crise de legitimidade.

A legitimidade do Estado-nação como agente gestor de uma sociedade está mesmo em xeque? Quando medimos sua (in)eficiência em se opor a outras forças sociais (CASTELLS 2003, BAUMAN, 2002), quando examinamos a dependência de sua operacionalização mediante um largo apoio externo (GIDDENS, 1991), a resposta tende a ser sim. Não obstante, a afirmação cria mais dúvidas sobre o papel e o funcionamento de suas instituições formadoras, fazendo com que, ou por meio de um exame de suas competências ou por meio de uma análise de suas reações diante da sociedade, voltemos a ideia de legitimidade como local privilegiado para o entendimento do contexto em debate. Quais os caminhos e sujeitos ligados à formação da legitimidade?

No caso do Estado brasileiro e de sua formação, pautada nos embates ideológicos primeiro da Independência, depois da República e em seguida nas diversas reestruturações vividas no século XX – e que têm em comum o histórico de clientelismos fortíssimos e de um patrimonialismo ainda latente –

lidamos com uma máquina que apenas recentemente encontrou um caminho de racionalização burocrática na democracia. Para os clássicos da questão, essa juventude democrática está cercada, sem dúvida, pela marca da *ratio* incompleta, constantemente assombrada pela cultura de um “capitalismo dependente”. Nesse contexto, instituições capazes de vencer a incerteza presente na estrutura moderna da política, criando parâmetros de confiança e autenticidade em um torneio simbólico de aparições públicas, se fazem cada vez mais necessárias. Mas quais os dispositivos políticos deste processo de conquista de uma legitimidade funcional? Quais os meandros de sua criação e desenvolvimento no campo do publicado? Como podemos entender sua dinâmica, seu movimento e seus propósitos mais específicos?

2.6. A Era das Mudanças e as raízes da modernização no Ceará

Aqui caminhamos por um exercício de representação dos personagens do campo da política. O papel dos partidos no jogo de captação da legitimidade passa por elementos como histórico de formação, personalidades fundantes e linguagem usada. É válido dizer que cada um desses elementos interfere na luta por reconhecimento partidário – que vai além de reconhecimento *jurídico* –, uma vez que os partidos políticos tem se convertido não apenas em grupos de ideias ou em grupos unidos por interesses específicos, mas também como “legendas identitárias”, grupos interligados a determinados imaginários e passados reconstruídos, bem como de “bandeiras” e sentimentos do momento. No Brasil, a história dos partidos corre juntamente com a história da formação de meios novos de publicização e a relação entre ambos os processos não pode ser ignorada.

Com a extinção do “bipartidarismo” brasileiro no começo dos anos 1980, a atuação pública dos partidos políticos começou a longa caminhada de obtenção de credibilidade e visibilidade. Atuando em bases locais e se espalhando pelo território brasileiro, partidos reformulados (como o PMDB, fundando em 1980, a partir de diversos signatários do MDB), partidos antes considerados ilegais (como o PCdoB) e novas iniciativas partidárias (PDT, PT e

mais tarde PSDB), surgiram das ruínas ideológicas do regime militar para compor os quadros novos do espectro político. Em sua maioria, esses partidos se valiam de ideários críticos, de algum modo vinculados ao marxismo ou a uma defesa da urgente racionalização capitalista brasileira (como mais tarde fariam de maneira mais direta o Partido Progressista e o Partido da Frente Liberal). Essa divisão, que irá ficar mais e mais confusa com o avanço dos anos 1990, era um dos elementos de identificação presentes nos espaços e estratégias publicitárias do período. Nesta época, a popularização da TV e a ampliação da relevância do Horário Eleitoral Obrigatório (criado pela lei 4.737 de 15 de julho de 1965, juntamente com o código eleitoral) com a difusão desta mídia, articularam o novo momento de divulgação política. Cabe lembrar que, diferente da época em que o rádio se configurava como única via de difusão massiva, os anos 1980 e 1990 trarão o contexto de multipartidarismo e de constante complexificação dos matizes ideológicos dele proveniente. Neste período, as grandes emissoras brasileiras de TV – Rede Globo (com sede no Rio de Janeiro), Sistema Brasileiro de Televisão (SBT, de São Paulo), TV Manchete (Rio de Janeiro), TV Cultura (São Paulo, sendo a única TV pública, mantida pela Fundação Padre Anchieta desde 1969) e TV Bandeirantes (São Paulo) tinham abrangência nacional e programação diária, capaz de sustentar um sistema de recepção (na forma de expectativas e hábitos) por parte de um grande público. Em um primeiro momento as vantagens da TV se assemelhavam às do rádio, em termos de difusão informativa entre camadas iletradas da população, ainda que o aparelho televisor em si, como outrora fora o rádio, ainda não tivesse se convertido em um bem de consumo geral, uma vez que o poder aquisitivo da população vivia duros golpes com a inflação (MARTÍN- BARBERO, 2001).

Mas as facilidades de consumo de alguns eletrodomésticos viria com o plano real e o controle inflacionário (já no ano de 1994). Assim, o aparelho de TV entrou nos anos 1990 com mais força nas casas de uma grande quantidade de pessoas que antes não dispunham de condições para sua aquisição e manutenção. Com essa mudança conjuntural, o propagandismo eleitoral dos fins dos anos 1989 até meados da década de 1990 cresceu em um contexto de “nova mídia”. A TV colorida, que chegou ao Brasil nos anos 1970, já começava

a dar seus sinais de popularização, trazendo mais um elemento semiótico para o reconhecimento nacional dos partidos: as cores diferenciadas, como símbolos adicionais de uma identificação específica. Mais tarde, o dinamismo da cor será usado como marca de partidarismo, visível não apenas no corpo dos materiais publicitários como na composição das indumentárias dos personagens políticos. A dimensão da cor ganhará importância cada vez maior, sendo registrada ainda na campanha de 2002, cujos *jingles* estimulavam a diferença partidária através dela. “A onda é verde e amarela, ela não é vermelha” ou a “mudança é azul”, ambas da campanha de José Serra, claro discurso de oposição à imagem petista¹⁹.

Nos primeiros anos do novo milênio, o Partido dos Trabalhadores modifica sua estratégia de aparição pública. A contratação de publicitários de renome, como Eduardo Mendonça (que mais tarde também atuará na campanha de Cid Gomes para o governo do Ceará em 2006) e Eduardo Freiha será o primeiro passo na inversão do processo de identificação nova. Os velhos símbolos continuam em voga (a estrela, o vermelho, a sigla), mas as frases mais específicas da linguagem sindical são lentamente deixadas de lado em detrimento de uma linguagem menos determinada, pontuada por expressões como transparência, combate à pobreza e eficiência administrativa. A busca pela ampliação da base eleitoral ao que parece levou o PT a administrar novos imaginários, tratando a questão da ética e da luta contra à desigualdade como marca registrada de seu panteão moral. O *slogan* “você também é um pouco PT”, criado para a campanha presidencial que elege Lula em 2002, é um dos exemplos²⁰ desta busca por alargamento da imagem pública. Junto a ela, segue a tentativa de composição da imagem e do papel do político. O momento é extremamente definidor de um campo de embate emergente, situado na relação competência-ética; espaço onde cada grupo envolvido travará longa disputa discursiva, exaltado suas estratégias e auto-imagens como forma de ação e reação.

¹⁹ Disponíveis em http://www.youtube.com/watch?v=_UFmfcTAS54&NR=1 e <http://www.youtube.com/watch?v=RhxYIbVfVQs&NR=1>

²⁰ Outros vídeos: <http://www.youtube.com/watch?v=luDPj3cmdBk&feature=related>

No Ceará, a aliança entre o projeto empresarial e a conversão da economia industrial como forma de aceleração do desenvolvimento também humano – no sentido de um Estado reforçado por um capitalismo solucionador (MARTINS, 2008) dará a Tasso Jereissati um sobrepoder político durável. Como figura de destaque social pela participação de seu governo no combate à mortalidade de infantil, Tasso desenha um retrato deste ideal de empresariado competente e de Estado apoiado por um quadro internacional de discursos de legitimação.

A vitória eleitoral de Tasso Jereissati em 1986 repercutiu (porque também foi assim elaborada) como ruptura com o universo tradicional e emergência de uma nova elite de gestão modernizadora, capaz de sustentar-se no tempo.

As eleições de 1986 significaram a ascensão política de uma nova elite no Ceará, a qual, em pouco tempo, viria a adquirir expressão nacional: o grupo liderado por Tasso Jereissati. Naquela ocasião, foram conduzidos aos governos dos três principais Estados nordestinos candidatos comprometidos com a superação de práticas políticas clientelistas: Valdir Pires, na Bahia, Miguel Arraes, em Pernambuco, e o próprio Tasso Jereissati, no Ceará. Contudo, apenas nesse último Estado consolidou-se o domínio político do novo grupo, na medida em que Tasso conseguiu eleger seu sucessor e reeleger-se, garantindo a supremacia de um partido político também novo, o PSDB, ao qual se filiou em janeiro de 1990, e do qual viria a ser presidente.
(GONDIM, 1995).

O surgimento e empoderamento de Tasso e seu grupo, deu-se, assim, em uma hora de transição, com usos referidos de uma luta simbólica, além de econômica:

A constituição da hegemonia eleitoral e política da ala tassista ocorreu numa conjuntura de redemocratização, com o fim do regime militar e o enfraquecimento dos seus aliados regionais, como os ditos coronéis do Ceará. Nesse contexto de busca de direitos perdidos, maior liberdade de expressão e outros, havia a necessidade dos governantes passarem a mostrar projetos que não apenas fossem aceitos pelos eleitores, mas que englobassem “projetos coletivos”, ou seja, que tivessem apelo popular, já que a prática da política pela força estava sendo esgotada na imagem retrógrada dos antigos governantes.
(BANDEIRA & SILVA NETA, 2008)

Luta que por sua vez representava, pelo menos em seu começo, uma série de pactos sociais entre grupos de interesse, movimentando setores comunicativos e universos de linguagem diversos:

(...) a eleição de Tasso Jereissati estabeleceu um pacto político que englobou uma aliança com representantes das alas nacionalista e desenvolvimentista da tecno-burocracia. Simbolicamente, a convergência entre Tasso Jereissati e Ciro Gomes, além da aproximação pessoal, selou um pacto entre representantes orgânicos das duas classes (ABU-EL-HAJ, 2003)

Cabem aqui três referências relevantes a esse respeito.

Em primeiro lugar o Ceará vivenciaria uma reforma pública no modelo de sua gestão: agregando estruturas tipicamente privadas no sistema de regulação e organização da coisa pública. Essa inversão – em oposição ao contexto anterior de ingerência e desordem fiscal – proporcionou a adequação do Estado à padrões renovados organizados no palco internacional, impondo reformas fiscais e administrativas que tenderiam a racionalizar a ação pública (NOBRE, 2009). Reordenação contábil, reforma das pastas do estado, fusão de órgãos estatais e novo modelo de tratamento do funcionalismo público colocaram Tasso e seu grupo em conflito com antigas representações e com inúmeros setores políticos, prejudicados pela mudança ou reticentes quanto a suas consequências.

Negando a referência do nordeste dependente e atrelando-se a um tom progressista burguês, Tasso brandirá a racionalização como instrumento de ascensão de imagem, além de prática endógena. Ainda assim, por meio de um teor tecnocrático como parte da herança do autoritarismo que o antecedeu, seus governos minimizarão a importância da política participativa e do diálogo com inúmeros grupos. Amparado pelo eleitorado e defensor de uma máxima centralização do poder decisório, sua gestão veio a reproduzir uma cultura estatal da burocracia, afeita ao teor inquestionável das decisões e reforçado pela cooptação de lideranças comunitárias (BRASIL, 2003; GONDIM, 1995).

É nesse caminho que nos tomamos um segundo ponto: esse mesmo governo assume, a partir dessa pauta de racionalização e controle, um sistema

de reordenação e readequação da imagem do político, transformando-se em um governo de marca publicitária, massivamente engajado em sua própria exposição e popularização (BARREIRA, 2002), ainda que, contraditoriamente, transite entre a prepotência do discurso e a indisposição ao debate com núcleos internos e com a cultura política de seu próprio tempo. O paradoxo de alteração e conflito com essas esferas e com o universo mais amplo de organizações e movimentos sociais, não apenas do primeiro governo das Mudanças, como também com a ascensão de Ciro Gomes como sucessor, registrará um trânsito de imagens negativas e embate pela popularização positiva da gestão e de seus personagens. De um lado, o caráter empresarial imbricado na proposta de Tasso, reforçará a negação da política dos acordos e a instrumentalização de espaços de debate na própria imprensa. Por outro, a busca pelo contato com a população na forma de construção positiva de si, levará estes governos a integrar uma nova cultura da publicidade, orientada para a ação de transformação como ideário a valorizar.

O Ceará vivencia, assim, nas décadas de 1980 e 1990 uma reconstrução econômica e a retomada dos interesses do empresariado urbano vinculado ao capital industrial do sudeste do país. Junto a redemocratização e a insatisfação dos grandes investidores nacionais frente a um Estado insular e despolitizado, temos essa emergência e recuperação da participação social, ainda que a partir de elites comerciais e do segundo setor. O estado do Ceará passa então, pela ressignificação dos valores políticos e dos capitais-de-imagem relacionados as personalidades no poder. O grupo de jovens empresários do Centro Industrial do Ceará (CIC) virá representar não simplesmente um segmento burguês alojado no Nordeste e ideologicamente estimulado à racionalização, como também um coletivo de figuras emblemáticas do imaginário político em desenvolvimento, que sugeria um novo tempo de produções e de transformações para uma população há muito familiarizada com o Estado como entidade distante. Mas ao contrário do que pode parecer, essa referência é mais ao esforço de produção de uma alegoria – o político interessado, o político próximo, o político “do povo” – do que uma confirmação de sua realidade. Esta, tem mais implicações e detalhes. (CARVALHO, 1991)

A terceira marca fundamental de qualquer análise sistemática desse período, parte, portanto, do reconhecimento de seu impacto inicial. É importante a percepção de que a “Era das Mudanças” implicou na ascensão de partidos como PSDB e PMDB no estado, no momento da redefinição dos partidos no país, assim como a renovação da cultura estatal – que à sombra da redemocratização não negava, como já dissemos, elementos centralizadores e autoritários. Tal importância se dá pela cumulativa experiência de gestão e prática pública que ambos os partidos deixarão, de um modo ou de outro, para o cenário das décadas seguintes. Observando o funcionamento e as análises do período, é possível apontar que os governos de Tasso e Ciro dimensionaram a importância da relação do Estado com organismos internacionais, que mantêm como carta de requisitos um equilíbrio administrativo e um compromisso de discurso nos mesmos moldes dos que aqui desenvolvidos naquelas gestões. A premissa final é a valorização de um Estado moderno e modernizador, não somente em termos usuais e cotidianos como na *publicização* do modelo, rendeu a tal período o estatuto de pioneiro, criando vínculos e renovadas revisões por parte dos olhares de instituições externas e, por que não dizer, do senso comum político local. Vários autores (BARREIRA, 2002; CARVALHO, 1991; COSTA, 2003; LEMENHE, 1996) concordam que a ascensão do grupo político de Tasso e Beni Veras representou uma mudança considerável na cultura política do estado. Mas é notório perceber que a efetivação deste impacto está também na herança do tratamento do público e do publicado, uma percepção cada mais arguta e especializada em disseminar a imagem positiva dos feitos, em um contexto de aprimoramento dos meios técnicos de massificação da informação. Tanto o governo Lúcio Alcântara, como a gestão de Cid Ferreira Gomes representam o contato com esse novo jogo de artefatos de divulgação das realizações executivas.

Em 2000, ainda no terceiro governo de Tasso, a criação da ETICE (Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará), que tinha como missão “ser um instrumento de fortalecimento da governança e da cidadania, por meio da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)”, assumindo inúmeras competências na forma de estruturação de instrumentos comunicativos para o

governo. Durante toda a década a estruturação e difusão do conjunto de páginas (websites) oficiais do governo articulam a inauguração de um período de discursos *on line*, ligados a uma nova plataforma de exposição, integrada entre uma proposta oficial de gestão da informação e transparência e um espaço de publicidade das realizações. Durante essa mesma década e na transição entre os governos do PSDB e PSB, o Ceará assistiu a criação de um novo aparato com fins de definição – uma nova linguagem oficial capaz de estabelecer critérios de *fato* aos informes públicos, a emergência de um novo modelo de saber-poder, de um novo enquadramento de ditos e de afirmações categóricas. Como um novo lugar de falas autorizadas, de saberes “socialmente confiáveis”, os websites governamentais surgirão como parte de meios simbólicos (e técnicos) de *produção da definição* no ‘Novo Ceará’.

O jogo de forças conjurado e operado por Tasso durante os anos 1980, estabeleceu, assim, além de relações de expectativa entre empresariado e Estado, um movimento de adaptação aos novos recursos de comunicação. Tasso agregou um aparato de diálogos e acessos ao grande público, tanto no sentido de de tecnologias materiais (como rádio e TV), como nos termos de uma tecnologia política (como estruturas renovadas de discurso, que faziam uso da democracia, da necessidade de afinamento das funções do Estado ou mesmo, como já dissemos da produção de uma imagem cultural próxima das linguagens “populares” – o *galego*²¹).

Para os fins da emergência desse discurso-e-prática, a “Era Tasso” repercutiu no país como uma onda de aprimoramento dos esforços racionalizantes no Ceará, atuando não apenas como uma fala interna e eleitoral, mas servindo, ao longo dos anos, como instrumento e capital político para o próprio Tasso dentro do Congresso e dentro do PSDB.

É possível explorar seu discursos em duas fase claras: primeiro, no que ele tinha de contra-hegemônico, de periférico no que diz respeito a figuração política dos coronéis tradicionais. Era o discurso que defendia a participação ampla de setores da sociedade dentro das decisões e da operação da máquina

²¹Palavra ligada a origem gálica ou a fisionomia branca, loira, etc, a palavra ganhou mais significados no Ceará (até como referência a um tipo de vendendor ambulante). Ainda que a indicação seja ao quanto tipo físico de Tasso, não é de descartar que a polissemia local torne o adjetivo como algo não-técnico, cotidiano.

pública, atrelada e aconrada no domínio hermético de grupos industriais e agrários mais antigos. Esse discurso é o discurso que atrairá, na campanha de 1986, grupos políticos de esquerda e movimentos sociais dos mais diversos, em uma tentativa de formação de bloco crítico ao *establishment* cearense.

É neste contexto que os "jovens empresários" cearenses conseguem que o seu projeto político seja aceito como representante dos interesses gerais da sociedade: moralizar apolítica, acabar com o atraso e a miséria. Tal projeto, apesar de não negar o seu caráter capitalista, permite uma camuflagem dos interesses antagônicos das diferentes classes sociais no processo de desenvolvimento capitalista. As partes conflitantes seriam não os trabalhadores e a burguesia, mas "o povo", tendo como porta-voz os "jovens empresários", versus um grupo que encarna os "males universais" de uma determinada ordem social: no caso do Ceará, os "coronéis" e, num segundo momento, os funcionários públicos "corporativistas". Vale ressaltar que a forte presença de um estado patrimonialista e de uma massa de trabalhadores ocupados no setor de serviços ou como autônomos, muitas vezes em atividades não capitalistas, torna difícil a emergência de luta de classes, como mostrou Francisco de OLIVEIRA (1987) para o caso da Bahia (NOBRE, 2009)

Abordar esse primeiro discurso dessa forma, contudo, é um exercício limitado. É necessário acrescentar à equação o passado político de Tasso, como membro de uma família de empresários e políticos, cuja formação no sudeste agregou a sua leitura política uma visão liberal que, embora recusasse o contexto estrutural do coronelismo, não reconhecia ou se afiliava aos projetos sociais mais à esquerda do espectro político. Assim, o *discursotassista* deste momento apareceu com grandes filtros dos interesses movimentados por ele e seu grupo.

(...) o referido grupo empresarial "capitaliza" os rituais de seu tempo, aglutinando intelectuais, alguns setores organizados dos movimentos sociais e partidos políticos tradicionais e de oposição. Em termos de expressão de classe, a burguesia parece ter recuperado sua identidade na face percebida como dinâmica e carregada de futuro (BARREIRA, 1994)

O segundo discurso surge nos anos 1990. E, guardadas as limitações desta separação, que privilegia apenas um punhado dos aspectos em jogo ele

representava uma tônica menos democrática ou, pelo menos, estabelecida como uma noção de democracia representativa, onde o grupo de poder e sua burocracia não precisavam e nem poderia estabelecer canais de diálogo com as demandas políticas de outros grupos organizados. Os movimentos sociais e os partidos de esquerda (como o Partido dos Trabalhadores, o Partido Comunista do Brasil e o Partido da Democracia Trabalhista) foram afastados dos espaços de diálogo. A tônica era a de uma racionalização interna, sem intervenções, voltadas para a consolidação do já mencionado projeto de refinamento e organização técnica dos aparelhos fiscais e do funcionalismo público. O papel do Estado estava reformado no que diz respeito à uma força de resoluções práticas e executoras, próximo das exigências da economia nacional-paulista e internacional à *americana*.

Aqui a dinâmica das alianças merece uma observação que vai além do superficial. Presentes no corpo dos idealizadores e operadores políticos de Tasso, estavam grupos *desenvolvimentistas*, *nacionalistas* e ligados propriamente ao empresariado (ABU-EL-HAJ, *Op. Cit.*)²². Esta tríplice relação virá atravessada por rompimentos que culminarão na hegemonia efetiva destes últimos ao longo dos anos 1990, uma vez que os interesses específicos da economia afastaram os nacionalistas do quadro decisório.

Os empresários defendiam uma política econômica que ampliasse o horizonte de investimentos privados enquanto os nacionalistas apoiavam a permanência do Estado tanto na economia como nas reformas sociais. Inevitavelmente os dois caminhos eram predestinados a secessão (*idem, ibidem*).

Este era um cenário de produção do moderno em seu sentido mais econômico, industrial e expansivo. Ele apresenta como dado o fato de que aquelas eram alianças que, além de representarem acordos entre empresários e as classes médias urbanas, ecoavam os movimentos econômicos no país,

²²Os primeiros, vinculados ao entendimento do Estado com centro propulsor das estruturações sociais e de uma economia planificada; os segundos tendo como foco o reforço e proteção da indústria nacional frente aos interesses do capital estrangeiro e os terceiros, ligados pela condição específica de serem grandes proprietários de empreendimentos no Brasil.

onde a busca pela aceleração industrial e a garantia de manutenção de um crescimento sustentável deste setor eram o mote dos discursos e da inventiva empresarial no campo político. Sob mais de uma perspectiva, o Ceará encarava o enlace de um debate epistemológico-econômico fundado na questão: *como estabelecer novos marcos produtivos a partir de um contexto de poder tradicional? De que modo agregar uma legitimação extensa, capaz de validar um projeto que canibalize suas etapas anteriores com o objetivo de fortalecer os interesses últimos de um segmento empresarial em transição de alianças?*

A “Era Tasso” foi pontuada por uma ampla transição de capitais políticos – da elite agrária à empresarial familiar, da empresarial familiar ao defensores do capital aberto e internacionalizado, passando por segmentos intelectuais racionais, por propostas de decomposição de um modelo sócio-político clientelista, até a presença de um patriciado urbano misto e híbrido, assessor e ao mesmo tempo timidamente demandante de reformas e mudanças. No decorrer de sua existência prática, os personagens representantes de um eco de desenvolvimento atrelado aos poderes locais, se viram vencidos pelas concessões e alianças renovadas com o *modus operandi* da globalização modernizadora e Tasso, ícone do período, deixou bases para sua racionalização desprovida de fóruns junto à sociedade civil. Para preencher essa lacuna, a cultura política que ganhou forma nos anos 1990 e 2000 criou um sistema de imagens e uma linguagem de publicidade que tornaria-se patente no espaço regional. Longe de ser pioneiro neste ponto, os governos das mudanças pelo menos criaram um novo conjunto de códigos disponíveis ao imaginário no Nordeste: o de apresentações da modernização e da mudança como elemento perpétuo nas falas do estado e do Estado.

Capítulo Terceiro

Imagens políticas e publicidade informacional: estratégias e escolhas do discurso da mudança

"A Internet tem certamente reativado as bases de um público igualitário de escritores e leitores. No entanto, a comunicação mediada por computador na web pode reivindicar inequívocos méritos democráticos apenas para um contexto especial: ela pode minar a censura de regimes autoritários que tentam controlar e reprimir a opinião pública. No contexto de regimes liberais, a ascensão de milhões de salas de chat fragmentados em todo o mundo tende à fragmentação de audiências de grande massa, politicamente focadas em um grande número de públicos e questões isoladas." (Habermas, 2006).

3.1. Comunicação como sistema

Para Baudrillard (2007) a comunicação e a sociabilidade contemporâneas se fazem cada vez mais por meio de *simulacros* – instâncias de reordenação das imagens e das identidades culturais. O mesmo autor também menciona que o caos resultante de uma hiperprodução das imagens e das linguagens no século XX tende a erodir o saber como aventura cognitiva, criando imensos labirintos de sentido dentro dos quais os sujeitos e agentes políticos atuam ou pensam atuar. Em outras palavras, a massa de signos com que somos bombardeados a todo instante por um campo midiático que só cresce, tem apartado os atores sociais de uma consciência cultural acerca de inúmeros aspectos da vida presente – entre eles o poder. A rápida disseminação não apenas de informações, mas também de novas estéticas e imensas quantidades de objetos virtuais a elas associados, tem movimentado esta apartação.

A velocidade das implicações tecnológicas não é, para o autor, nova forma de *presentismo* – tendência comum nas ciências sociais em enfatizar o mundo atualmente vivido como único portador de revoluções e crises. Para Baudrillard a modernidade acelerada é fruto de uma singularidade histórica: a conversão de novos aparelhos e sentidos eletrônicos em uma nova *cultura da informação* e em novos *sistemas de objetos*.

Já em Bauman, a crítica aos elementos constitutivos de uma nova ordem social precisa ser entendida como uma crítica a liquefação das relações – um processo de múltiplo sentido que se configura como a perda de durabilidade e confiança. Para o sociólogo polonês o mercado cultural de comunicação de massa evidencia uma solidão inerente ao afastamento dos espaços públicos reais, bem como uma satisfação imediata das necessidades por meio de uma tradição de consumo e acesso instantâneo ao social coisificado pela indústria cultural do ciberespaço. Novas redes de construção cognitiva tem desafiados os indivíduos a traduzir as relações sociais por meio de tecnologias e modelos que não existiam vinte anos atrás. A implementação da internet como *locus* da realização das vontades e de exposição da *persona* incutiram nova problemática ao campo das ciências sociais contemporâneas: quais os instrumentos e processos que movimentam a mercantilização do eu na era da fibra ótica e das “redes de relacionamentos”?

O termo “mídias sociais” tem sido replicado em uma velocidade gritante. A despeito da aparente redundância da expressão e de sua ambiguidade semântica, ela é outro signo de destaque no movimento político e econômico que tem a rede mundial de computadores centraliza. Sistemas de distribuição de informação em tempo real tem se popularizado de tal forma que notícias do outro lado do mundo tem cruzado o que antes era o “centro midiático” da imprensa, quebrando barreiras locais e chegando às pessoas sem passar pela intervenção ou seleção dos meios de comunicação locais. Mortes de celebridades, desastres naturais e o acompanhamento de movimentações políticas – como as ocorridas no Egito e países vizinhos no começo de 2011 – passaram a não depender mais de veículos institucionais para serem conhecidas e replicadas como *informações*. A despeito disso, a mecânica da confiança ainda produz resistências e uma informação ainda não é tomada como fato com grande facilidade. Em mundo de velocidades abruptas, o papel institucional parece sofrer um deslocamento: de provedor de conhecimentos específicos ele tem se convertido em legitimadores de informação, construtores do *fato*.

Junto a isso, as leituras clássicas sobre o lugar do Estado no processo histórico de acumulação de capitais e de transformações culturais vêm sendo atualizadas por estudos que colocam o universo tecnológico não apenas como

produto da organização econômica, mas, sobretudo, como *dínamo* de suas ordenações. A premissa da organização de uma “sociedade em rede” (CASTELLS, 2009) pode ser tomada aqui a fim de percrustar o campo de inovações culturais que surgem nos últimos trinta anos. Ela implica em um recorte de análise sobre os encontros e afastamentos que um conjunto de mudanças tem provocado no panorama dos governos. Entre eles, a popularização da internet é apenas o princípio. Além dela e junto a ela estão uma aceleradíssima modificação da comunicação – com o advento e também difusão da fibra ótica, do sinal de TV digital, das tecnologias GSM e de conexão em banda larga, das modalidades 3G e 4G destas, do intenso e inequívoco processo de aquisição de capitais nestes setores, como inversão e complexificação da dinâmica do capital produtivo e financeiro (ANATEL, 2011; COSTA & QUINTELA, 2009).

3.2. Notícia e desenvolvimento: política e sistema perito.

A seleção de notícias no presente trabalho segue um princípio de recorte de exposição. Selecionei, a partir do *corpus* mencionado, alguns materiais representativos das leituras e análises diretas. Desse modo, cada notícia aqui apontada, constrói relação com outras, formando um todo sistematizado de falas que animam a reflexão sobre seus formatos. É como uma seleção de trechos de um sujeito pesquisado: recortamos uma lógica que nos aparece depois da longa leitura, da comparação, do exame mais criterioso de seus conteúdos e propósitos aparentes. Assim, as notícias presentes aqui são fragmento de um material maior, cuja exploração plena tornaria, talvez, lento o diálogo e a compreensão do panorama.

Fundamental dizer também que a noticiabilidade governamental não é uma simples listagem de informação, como veremos. Ela, organizada em blocos de atuação das secretarias, pontua ações setoriais, específicas,, mas reverte o capital simbólico, o valor simbólico das ações publicizadas para o Estado e o governo como máquina unificada – já que é ao “Governo do Ceará” que as valorizações de cada política remetem. Ainda assim a setorialização da informação (e da ação) parecem indicar uma aceitação ou acomodação da divisão da notícia como forma de foco dos universos modificados. Dito de outro

modo, a notícia separada reforça a ação pública específica e especializada – com todas as cargas positivas que a especialização tende a conjurar (aprofundamento, cuidado, aparente dedicação, etc). Tomemos um exemplo:

Governo lança Ronda do Quarteirão no distrito de Croatá

Qui, 11 de Março de 2010 14:46

O distrito de Croatá, em São Gonçalo do Amarante (Região Metropolitana de Fortaleza) passa a contar, a partir de sexta-feira, 12, com Programa Ronda do Quarteirão. Esta será a quarta área do município de São Gonçalo a contar com a proposta de policiamento comunitário elaborada pelo Governo do Estado. A solenidade de lançamento da nova área acontece às 18 horas e contará com a presença do titular da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), Roberto Monteiro.

O Ronda do Quarteirão já existe na sede do município de São Gonçalo do Amarante, e nas localidades de Taíba e Pecém. Serão oito homens que farão o percurso na viatura equipada, dentre outros mecanismos, com câmeras, sistema de monitoramento via satélite e um computador que permitirá aos policiais saber, por exemplo, se algum suspeito possui mandado de prisão em aberto.

Atualmente 2.627 homens, entre praças e oficiais, compõem o Ronda do Quarteirão em 23 municípios do Estado. Com a implementação no distrito de Croatá o programa passa a contar com 210 áreas em todo o Ceará. O serviço de policiamento comunitário já serviu de modelo a polícias de outros dez estados, como o Rio Grande do Sul e Bahia.

No dia 19 de março, uma semana depois do lançamento do policiamento comunitário em Croatá, será a vez da população do município de Quixadá, distante 160 quilômetros da Capital, ter o Programa Ronda do Quarteirão. Desta forma o Governo do Estado cumpre o compromisso de implantar, em toda a região metropolitana e nos municípios com mais de 80 mil habitantes, o Ronda.

Ronda em números

106 – Total de áreas em Fortaleza

210 – Número de áreas em todo o Estado

23 – Total de municípios atendidos pelo Programa Ronda do Quarteirão

Serviço – Lançamento do Ronda em Croatá acontece às 18 horas do dia 12, na praça do distrito, situada às margens da BR-222

A implementação de uma política de segurança em dimensão local, dentro de municípios específicos e nomeados, remete por fim a centralização do Estado como um todo, como agente unificado. O Ronda do Quarteirão, política presente nas falas do governo Cid Gomes desde sua primeira campanha, em 2006, surge aqui como um elemento de apresentação tanto pontual (sobre municípios) como geral (sobre o governo): “Dessa forma, o Governo do Estado cumpre o compromisso de implantar em toda a região metropolitana e em todos os municípios com mais de 80 mil habitantes o Ronda [do Quarteirão]”. Cabe lembrar o ícone de usos como este, uma vez que “Oportunamente, o discurso político busca explorar momentos de

insegurança e de aumento da criminalidade no “tempo da política” (BARREIRA, 2012).

Retomemos o primeiro elemento: esta prática de centralização das ações, de estabelecimento de uma memória do Estado como agente criador, é comumente retomada ao longo de muitas das notícias, em um demonstrativo de padrões escolhidos de construção do texto. Para esclarecer a determinação de uma tipologia da notícia, seria relevante compreender a relação das mesmas com a realidade social do mundo agrário no Ceará. Assim, cada referência à ação pública reporta-se também a uma definição de espectro amplo, onde a realidade convoca tanto problemas a serem resolvidos como uma prática de resolução padronizada. Cada política, cada programa e cada apresentação dos mesmos lida com um micro-imaginário que o próprio texto noticiáístico conduz.

Demarcar a notícia como “discurso de desenvolvimento” é limitar inutilmente a análise. O que estabelece esse tipo de mecanismo comunicativo como objeto válido de análise é a observação de seu campo de exibição e distribuição. Os sistemas e portais de notícia vem, historicamente, se construindo como nichos específicos e essa separação auxilia na compreensão de que a notícia é uma *ferramenta utilizada pelos agentes de publicação*. Elas atraem públicos específicos e estabelecem um sistema de comunicação contínua com os mesmos. No caso dos sites do Estado, a notícia ocupa também o lugar de *transparência institucional*, ou seja, um *serviço* cultural encarado como prática oficial. É dessa forma que a análise da notícia precisa compreender a atuação do texto informativo como extensão da prática comunicativa de um site como um todo.

A atividade de pesquisar o político encontra na compreensão deste como sistema de códigos e definições a dinâmica de uma *exterioridade* - somos, por mais que formados nos jargões do campo, externos em seu jogo. É a partir desta perspectiva, de reconhecimento ou auto-demarcação de uma exterioridade dos mecanismos culturais do Estado, que opto por me definir. Ainda que a posição da formação em ciências sociais precise ser levada em conta (por sua relação com conceitos e conhecimentos interligados ao poder e a esfera do Estado moderno) seria ingenuidade tomar essa proximidade como

chave mestra de inserção nos rituais, memórias e singularidades do campo político. O distanciamento, enquanto sujeito partícipe das práticas cotidianas da realidade estatal não confere prioridade ou privilégio interpretativo, mas seu reconhecimento busca registrar e retomar os contextos de produção de sentido da política como realidade objetificada como cultura - e como tal, movimentada por esoterismos, delimitações e cifras próprias de seu uso como orientação social em conflitos próprios a ela.

O formato de produção da exterioridade em discussão pauta-se na prática de um texto polido, cifrado, aberto nas informações, mas sem detalhes de sua produção. Tomemos novo exemplo:

12 órgãos e tecidos são doados em apenas um dia

Qui, 11 de Março de 2010 14:11

O dia 10 de março de 2010 foi um dia para ficar na história da Central de Transplantes do Estado. Data de duas grandes doações. Duas famílias decidiram pela doação. Uma foi a da empresária Marcela Montenegro, vítima de violência na noite da última terça-feira (08). A outra família é de uma jovem de 24 anos, de Sobral, vítima de intoxicação. No total, 12 doações de órgãos e tecidos. Com isso, aumenta para 146 o número de transplantes este ano no Ceará.

Ano a ano o Estado vem registrando recordes. Primeiro foi em 2007, com 618 transplantes realizados, superando os 446 feitos em 2006. Em 2008 novo recorde, com a marca de 739 transplantes. No ano passado esse número foi vencido. O Ceará fechou 2009 com 767 transplantes. A meta de Secretaria da Saúde do Estado é chegar aos 1000 transplantes por ano.

Para obter esse resultado, ajudando a salvar mais vidas, vem investindo em capacitações e equipamentos. Na aquisição de quatro eletroencefalogramas digitais, a Sesa está investindo R\$ 223 mil, recursos do Tesouro do Estado. Os novos aparelhos vão ajudar no diagnóstico da morte encefálica. Só depois da morte encefálica, os órgãos e tecidos são retirados para transplante.

Assessoria de Imprensa da Sesa:

Selma Oliveira – 85 3101.5220

Notícias como a anterior as ações, números e discussões são apresentadas como *fatos em si* do que é relatado. Aqui não há fotos legitimadoras de equipamentos, não há *links* para fontes dos dados, não há descritor de *como* os dados foram produzidos. Como notícia e como notícia oficial, ela é fechada no que diz respeito ao modelo de sua existência informativa: quer dizer, não sabemos se o que está dito é real, não somos levados a provas e detalhamentos deste real, mas somos induzidos, pelo

caráter de sua fonte e pela objetividade de sua quantificação, a dar crédito ao discurso.

Entender a ação estatal como um *sistema perito*, também reforça a dupla impressão de confiança atribuída e exterioridade familiar posta. Se por um lado falamos de um saber ligado a um mecanismo determinado de informações e procedimentos não explicados, mas validados por sua tradição de eficiência, por outro testemunhamos a aparente familiaridade com que as ciências sociais tendem a tratar sua existência. - seja por uma proximidade produzida, seja por uma proximidade presumida, à caça do poder legitimador da perícia relacionada a esses aparelhos.

Isso posto, vamos ao centro da questão: o ponto que discutiremos aqui, nesta análise, pode ser resumido do seguinte modo: pelo menos no caso do governo do estado do Ceará, a notícia se *vincula ao desenvolvimento na medida da exposição das ações públicas*. A notícia é, nesse contexto, um canal de listagem de elementos políticos – seja na forma de descrições de ações do executivo, seja na forma de apresentações de eventos e acontecimentos ligados ao estado. Ela assume espaço próprio, como já mencionado na construção do *website*, e é armazenada de forma a criar uma estrutura temática – onde cada Secretaria possui um sistema de noticiamento –, mas também na forma de sínteses gerais – com um *feed* (um canal ou conjunto de notícias organizados em lista) específico que aglutina as notícias como um todo.

Nesse contexto, o discurso informativo da notícia realiza uma operação que poderia muito bem ser denominada *personificação institucional*: as notícias estatais, no caso cearense, fazem uso da impessoalidade parcial como base da elaboração de verdades irrestritas e desprovidas de avaliação. Cada micro-texto traz ou uma ausência de personagens ou uma construção de referência aparentemente nula de uma figura do Executivo buscando afastar a relação direta entre tais agentes e a auto-avaliação do texto citado. Na sequência de seus aspectos, o texto informativo contém os marcos de uma ação pública, registra, em tese, um fato nulo, supostamente dotado de sentido apenas por aquele que o lê. Essa marca ou linha de produção editorial segue uma ordem que distancia os agentes envolvidos em sua produção, protelando a avaliação

do conteúdo e ocultando – ou, nos dizeres de Bourdieu (1990), *recalcando* – a escolha e seleção da notícia como ação avaliativa e valorativa por si mesma. Ambas as definições textuais, ressaltam a valorização da entidade “Governo do Estado” como agente neutro, catalizador de ações e provedor de mudanças, desligado – pelo menos em sua dimensão mais visível – das forças políticas e do jogo político no qual elas se processam.

A trajetória da gestão do PSB no Ceará pode ser identificada como sendo baseada em uma resignificação do regional, a partir do interesse de elaboração de uma nova identidade política? O que é possível inferir, a partir do material de notícia e das descrições oficiais dos personagens ligados ao Estado – governador, secretários e líderes do governo na Assembleia – é que há uma sucessão de informes que procuram espelhar uma noção de desenvolvimentismo *assistencial*, próprio de obras ofertadas para o atendimento de demandas básicas e de interesses difusos da população. O reforço das obras, o claro teor de autorreferência aparentemente próprio desta fórmula discursiva, é apenas o primeiro dado que sustenta a afirmação. Arelados a ele, temos a própria organização dos setores de assessoria e comunicação, articulados de modo a produzir um mar de documentos (do ponto vista “arqueológico”) de rápida leitura e baixa definição. Informes, links de eventos, registros de alteração de obras e lançamento de programas e descrição.

Os *sites* e páginas políticas em questão – em especial o do governo estadual e o do Partido Socialista Brasileiro – também incluem um dinamismo ditado pela urgência dos currículos gestores: a ampla aglutinação de feitos, de ações, de atividades, de produtos políticos no sentido de execuções diversificadas das proposições programáticas em jogo.

A referência ao contexto socialista e a mudança social organizada, aparecem nos ditames do PSB como parte de sua descrição. Essa definição, ressurgem nos discursos de figuras do partido, em contextos diversos, evocando a filiação e missão publicada pelo mesmo. O histórico específico da legenda é apontado como elemento fundante das ações do mesmo. A própria imagem de Cid Ferreira Gomes se converte, nesse espaço de publicação e definições de personagem, como a do gestor “competente”, ideologicamente ambivalente,

ligado por sua história política a uma herança de empresários do norte do Estado e por suas alianças contemporâneas a um discurso de renovação da administração pública ligada por meio da “substituição” política e da oposição à clássica gestão psdbista – que mesmo tendo sido subvertida e já deixada de lado pelo rompimento de Lúcia Alcântara com o partido no começo dos 2000, ainda estava viva nos elos destes com uma política de continuidade. Assim, ainda que vinculado na prática a alianças múltiplas com Tasso Jereissati e a dinâmica de seu papel no PSDB – bem como ao empresariado local, historicamente aliado e representado pelo movimento tucano –, Cid Gomes vai, aos poucos, produzindo-se como personagem singular, signo de uma nova ordem de proposição e cor política – cuja *materialidade* acaba por desaparecer do quadro de discussão.

Quando o tema é o desenvolvimento interiorizado e as práticas de intervenção estatal a ele associadas, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e a Secretaria de Planejamento (SEPLAG) guardam a margem específica de diversos materiais relevantes. Ali, concentradas como uma listagem que serve de histórico de ações, os noticiamentos incorporam uma revisão da lógica do regional. Aceitando a divisão clássica do Ceará, em categorias que mais representam setores de administração macrorregional do que propriamente diferenças ambientais definidas completamente, os informativos tratam de expor os sertões e suas dificuldades práticas mediante uma efetiva narrativa fragmentada das ações setoriais (incentivos fiscais, políticas de provimento infraestrutural, etc). Assim, a infraestrutura e a divulgação intermitente de programas de amplo período (como créditos fundiários, seguros como o Garantia Safra e similares) tem um destaque e recorrência na seleção dos noticiamentos. Junto a eles, a divulgação de estatísticas favoráveis à ações anteriores de órgãos do Executivo, bem como de eventos organizados pelo mesmo – como a assinatura de convênios rurais, e outras ações dentro dos parâmetros de uma transparência democrática presumida – representam, aparentemente, a maior parte das informações construídas em torno da máxima divulgação positiva dos movimentos da máquina pública.

As notícias articulam (e reforçam) setores de intervenção que vão desde o investimento em obras sistemáticas de apoio a produção rural (como uma nota sobre inauguração do Centro de Produção Comunitária do Leite Caprino²³) até registros de falecimento de personalidades ligadas ao universo simbólico da regionalidade (como a morte do inventor do biodiesel, o professor Expedito Parente²⁴). Essa amplitude temática parece elaborar o espaço de notícia como um eixo informativo e convoca para o mesmo uma aura de preocupação generalista acerca do tema que aborda. Em outras palavras, os campos temáticos presentes no sistema de noticiamento das Secretarias (e do Governo estadual em seu maior espectro) reforçam sua legitimidade na construção de páginas de conteúdos diversificados e produzidos de modo a estarem, essencialmente, interrelacionados.

A descrição das ações da SDA no cumprimento de suas funções de assistência e intervenção no desenvolvimento das áreas rurais do estado, é pulverizada, nos noticiamentos, na forma de práticas diversas. Ainda assim, elemento como a noção de *investimento* são recorrentes e pautam a publicização típica que percorre o corpo de notícias do governo como um todo:

²³ Ter, 30 de Agosto de 2011 14:47

²⁴ Ter, 13 de Setembro de 2011 15:31

SDA investe mais de R\$2 milhões em ações sustentáveis

Sex, 23 de Dezembro de 2011 13:01

Foram assinados 40 convênios com prefeituras e associações para o desenvolvimento de ações de convivência com o semiárido

As práticas de convivência agrícola com o semiárido visam desenvolver ações de implementação de tecnologias alternativas com equilíbrio dos recursos naturais, solo e água. Para incentivar essas técnicas de preservação, a Secretária do Desenvolvimento Agrário (SDA), por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Codaf), nesta quinta-feira (22), assinou 40 convênios com associações e prefeituras, liberando recursos no valor de total de R\$ 2,53 milhões para implantação desses projetos.

Um dos exemplos de práticas de convivência com o semiárido, é a mandalla. Ela gera renda e ocupação de mão de obra, além de reduzir o desmatamento, as queimadas, a degradação do solo e o assoreamento dos rios. É um sistema de nove círculos concêntricos, formados ao redor de uma fonte d' água e divididos em seis deltas (fatias). O agricultor pode plantar 52 tipos de culturas, entre verduras, frutas, grãos e hortaliças. Também utilizar para a criação de peixes, aves e gado.

Durante a solenidade o secretário do Desenvolvimento Agrário, Nelson Martins, entregou simbolicamente quatro certificados referentes a implantação das mandallas no valor total de R\$ 55.400, beneficiando 55 famílias. Os recursos são oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, do Tesouro Estadual e da administração direta. Para o coordenador da Codaf, Itamar Lemos, é preciso transmitir esta nova cultura de plantação, sem desgaste o solo. " O recurso chegou no tempo oportuno no período de operações de preparo, antes da plantio e das chuvas", afirmou.

De acordo com o secretário adjunto da SDA, Antônio Amorim, os projetos de convivência com o semiárido são de grande relevância para manter a produtividade, sendo um desafio na recuperação do solo. " O agricultor deve trabalhar sem desmatar, mas mantendo".

Aproveitando a ocasião, também foram entregues recursos para reforma e implantação de cinco casas de farinha no valor de R\$112 mil. Mais de 94 famílias de associações localizadas nos municípios de Cascavel, Fortim, Icapuí e Maracanaú, beneficiaram-se com as ações. Uma casa de farinha é equipada com triturador de raiz, prensa manual de cestos, triturador de massa prensada, forno de ferro, uniformizador, tanque móvel, balança e termômetro.

O investimento como adjetivação da prática institucional ganha reporte na explicação dos processos, programas e de suas vantagens. Esse sistema de informações, sob o crivo pedagógico na linguagem não-técnica, é reforçado pela presença do sujeito-conhecedor: o próprio secretário, sua aparição como ator dentro da atuação da Secretaria, atualizam a validade da prática, reforçam o lugar de produção do Estado em seu papel de escolha das aplicações de capital, em jogo de contínua legitimação internalizada.

A isso se amarra a referência racional das atuações. A tradição de exposição do padrão racional como fórmula do moderno no Estado (ELIAS, 1998b) é pautada na existência da *vinculação* dos aparatos públicos. O tempo, como elemento extra da consciência interna da instituição de seu papel de ação *processual*, aparece encurtado, contudo: a gestão é o limite do tempo, a curva do interesse de sua existência como sistema que proporciona o

planejamento e a dimensão de execução dos planos centrais, como na notícia a seguir.

SDA e vinculadas discutem planejamento do ano

Qua, 04 de Janeiro de 2012 11:48

Serão planejadas as ações para 2012 e avaliado o desempenho das metas de 2011

Nos dias 05 e 06 de janeiro, no Centro de Treinamento da Ematerce, a partir das 09h, será realizado seminário de planejamento das ações do ano de 2012 do Sistema Estadual de Agricultura, da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e vinculadas. Durante o seminário, também ocorrerão oficinas de avaliação de desempenho das ações de 2011, destacando os resultados alcançados e as dificuldades para este ano.

Segundo o secretário do Desenvolvimento Agrário, Nelson Martins, o objetivo é definir as estratégias para a realização dos projetos. Nelson ressaltou algumas políticas públicas que serão priorizadas neste ano, como a universalização do abastecimento d'água e a expansão da educação no campo. Para alcançar as metas, a SDA pretende organizar uma estrutura de execução das ações.

Também de acordo com Nelson, o objetivo maior da secretaria é trabalhar dentro do Plano Brasil sem Miséria para erradicar a pobreza. Dessa forma, as ações estarão voltadas para essa finalidade. "Deveremos ampliar o crédito no meio rural, envolvendo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o crédito fundiário e o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura Familiar", explicou.

De acordo com Cristiano Goes, coordenador de Planejamento e Gestão, cada coordenadoria e vinculada irá atualizar o seu plano de ação, avaliando os resultados e colocando novos desafios para serem implementados em 2012. "Serão vistas as dificuldades e potencialidades". Goes ressaltou que pretende se unificar as ações de todo o sistema, partindo de um planejamento conjunto, socializando as informações.

A Secretaria é o braço especializado em todo o quadro de desenvolvimento no espaço do interior rural e, ainda que integrada a um sistema mais amplo de políticas, representa o Estado no teor de um conhecimento direcionado e do potencial decorrente de sua capacidade de agregar resoluções a quadros antigos de ausência, administrando a modernização agrária e sua face *industrial* contemporânea – marcada pela maximização produtiva como elemento de sua práxis direta e de sua publicidade.

SDA inaugura primeiro Centro de Produção de Leite caprino do Ceará

Ter, 30 de Agosto de 2011 14:47

O município de Banabuiú recebe o centro com o tanque de resfriamento de leite, produzindo 2100 litros por semana

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) inaugura, na próxima quarta-feira (31), o primeiro Centro Comunitário de Produção de Leite Caprino do Ceará. O evento acontecerá às 16 h na comunidade Lagoa da Serra, com a presença da coordenadora Geral de Incentivo à Produção e Consumo de Leite do MDS, Zorilda Araújo, e do secretário da SDA, Nelson Martins.

Serão entregues também 48 kits de higienização de ordenha a 48 produtores de leite de cabra. Com investimento superior a R\$ 34,6 mil, o equipamento já está em funcionamento, contemplando 48 produtores de leite caprino da Associação Comunitária Lagoa da Serra. Sendo o primeiro do Ceará nesta modalidade.

De acordo com a técnica do Programa Leite Fome Zero na SDA, Giseli Moraes, o centro de produção de Banabuiú produz 2100 litros de leite caprino por semana e a expectativa é atingir 3 mil litros semanal. Giseli destacou que a ideia da SDA é apresentar o equipamento aos caprinocultores de outros municípios e fomentar a produção de leite caprino no Estado. "O Centro de Produção visa fortalecer a organização e produção dos caprinocultores", frisou.

Na mesma data, Nelson Martins e Zorilda Araújo se reunirão com produtores e visitarão o ponto de distribuição de leite caprino em Quixeramobim e a unidade demonstrativa de produção do leite caprino dos produtores inseridos no Programa Leite Fome Zero, em Banabuiú.

Se observarmos com atenção, a presença do ator especialista continua na exposição da racionalidade exigida pelo contexto perene de sabedoria científica. O "Segundo [personagem-conhecedor]..." ou "Para [personagem-conhecedor]" mantém a regulação das atividades no eixo da segurança, instaurando a perspectiva *perita* e apelando para ela (nos termos de Giddens [1991]): sistemas de saber não-questionáveis no plano de sua competência no controle dos riscos.

O espaço perito segue na valorização da atuação pública: a estatística, o controle dos dados sobre real, a valência da atividade regulada ganha a dimensão da preocupação ampla: a agricultura como universo completo e os pequenos agricultores como personagens a serem apoiados. Neste ponto, a imagem do governador, dentro do processo de uso de conhecimentos técnicos revela o interesse institucional não em simular um saber específico do qual trata o mundo referenciado, mas em posicionar a personagem pública do governo como *próxima* do sistema a ser afetado, *interessado* e envolvido com a realidade além do Estado, no sentido de uma *humanização do poder de intervenção*.

A referência à participação dos agentes políticos nos cenários de ação do Estado está dividida em dois polos típicos. De um lado materializa-se como a criação de personalidade em atividades impessoais, conferindo validade ao momento descrito. De outro, surge como descrição da agenda política de secretários e governadores, desenho básico do *modus operandi* oficialmente publicizado das figuras em destaque, especialmente em sua relação de deslocamento e presença regional (notícias seguintes):

Assembleia debate implantação da siderúrgica

Secretário Eduardo Diogo participou da sessão

A Assembleia Legislativa dedicou o primeiro expediente desta quarta-feira, dia 21, ao debate sobre a implantação da Usina Siderúrgica do Ceará. A sessão foi presidida pelo deputado Roberto Cláudio, presidente do Poder Legislativo, e contou com a presença dos deputados Antônio Carlos, líder do Governo, Sérgio Aguiar, Manoel Doca e Beth Rose, além do secretário do Planejamento e Gestão, Eduardo Diogo, e do gerente de Relações Institucionais da Companhia Siderúrgica do Pecém, Ricardo Parente.



O secretário Eduardo Diogo destacou, inicialmente, a consistência do projeto da siderúrgica, que se consolida por uma grande aliança envolvendo a iniciativa privada e o setor público, "com a liderança firme e exemplar do governador Cid Gomes, que participou de cada etapa desse projeto para chegarmos a esse momento". O secretário salientou ainda a importância do tripé de parceiros formado pela Companhia Vale, a maior mineradora do mundo, a Dongkuk, maior compradora de placas de aço do mundo, e a coreana Posco.

Eduardo Diogo assegurou que o Governo do Estado está preparando a infraestrutura, a logística e a mão de obra para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Destacou ainda que o Governo está preocupado com a qualificação da mão de obra que vai ocupar as vagas de emprego proporcionadas pelas empresas do Complexo do Pecém. O secretário da Seplag destacou iniciativas como a construção de Escolas de Ensino Profissionalizante e o Centro de Treinamento Técnico Corporativo no Pecém. "Formaremos toda a mão de obra que seja demandada pelos empreendimentos, com foco na siderúrgica e refinaria", afirmou.

Para o gerente de relações institucionais da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), Ricardo Parente, o projeto é de "extrema magnitude", com investimentos da ordem de US\$ 4,7 bilhões. O dirigente disse ainda que a chegada do empreendimento ao Ceará foi possível graças à implantação da infraestrutura necessária, com empenho pessoal do governador Cid Gomes e sua equipe, citando o secretário Eduardo Diogo, "que teve participação efetiva e grandiosa nesse projeto", reforçou. Durante a sessão, o dirigente da CSP fez uma apresentação sobre as etapas de funcionamento da siderúrgica, que produzirá 3 milhões de toneladas de aço por ano. Atualmente, segundo o dirigente, 200 funcionários trabalham na CSP, sendo 83% do próprio estado. Quando entrar em operação, a empresa terá 14 mil vagas de empregos, sendo quatro mil diretos e 10 mil indiretos.

O presidente da Assembleia, Roberto Cláudio, destacou que a siderúrgica é a realização de um sonho secular com enorme potencial econômico e social. Para o presidente em exercício da Comissão de Indústria, Comércio, Turismo e Serviço da AL, deputado Sérgio Aguiar, um dos autores do requerimento que propôs o debate, juntamente com os deputados Beth Rose, Manoel Doca e Daniel Oliveira, destacou que o empreendimento representará uma mudança na face da economia cearense.



Ações incentivam pequenos agricultores cearenses

Qua, 28 de Dezembro de 2011 11:52

Foram entregues tratores, mandalhas e casas de farinha entre outras ações para o desenvolvimento da agricultura familiar

Cerca de 30% das famílias cearenses dependem da agricultura. Pensando nelas, o Governo do Estado lança cada vez mais projetos para o desenvolvimento agrário, principalmente no que diz respeito ao pequeno agricultor. Nesta terça-feira (27), o governador Cid Gomes e o secretário do Desenvolvimento Agrário, Nelson Martins, fizeram a entrega de 104 tratores para beneficiar 6.450 famílias que dependem da agricultura e ainda lançaram o programa Hora de Plantar 2012, que garantirá cerca de 3,7 mil toneladas de sementes para agricultores familiares.



Nos cinco últimos anos, 500 tratores já foram entregues aos pequenos agricultores, nos quatro cantos do Estado. "Precisamos aumentar a renda e a produtividade dessas famílias. Só assim poderemos superar mais uma vez a produção de safra", disse Cid Gomes. Em 2011, a produção da safra já foi quatro vezes maior que no ano anterior. Outra medida que vai ajudar a melhorar as condições das famílias agricultoras é a isenção de pagamento de ICMS sobre produtos para a merenda escolar advindos da agricultura familiar.

Esse é o terceiro projeto São José em andamento no Estado. O último foi em 2009, e teve investimento de US\$ 100 milhões. No São José III, serão investidos US\$ 200 milhões do Banco Mundial e US\$ 100 milhões do Governo do Estado. Segundo Cid Gomes, "o Estado não se preocupa somente com a subsistência dessas famílias, mas também com a geração de renda e melhoria de condição de vida". De 2007 a 2011, foram entregues 1.568 ações do projeto, para 108.637 famílias com um investimento de mais de R\$ 131 milhões.



No programa Hora de Plantar 2012, cerca de 250 mil agricultores receberão sementes e mudas de planta durante o ano. "Temos uma grande preocupação com o pequeno agricultor. O programa Hora de Plantar é um conjunto de ações que sintetiza isso", afirmou Cid. Serão R\$ 17 milhões para a distribuição de sementes de feijão, milho, arroz, sorgo, algodão, mamona, gergelim, girassol e amendoim, além de mudas como de cajueiro-anão, mandioca e urucum.

Durante a solenidade, agricultores presentes receberam as chaves dos tratores, onde foram entregues também certificados, kits de higienização de ordenha e irrigação, casas de farinha e agrícolas, além de casas digitais. "Nesses cinco anos, o desenvolvimento agrário foi muito bem atendido. Consolidamos o pacto federativo, estamos ampliando ainda o AgroAmigo, com a entrega de mais de 100 motos para facilitar a liberação de crédito para o agricultor, e ampliamos também a vacinação contra a febre aftosa. No ano que vem, passaremos a ser uma zona livre da febre", comemorou o titular da SDA.

Prestigiaram o evento o secretário da Fazenda, Mauro Filho; senador José Pimentel; o deputado federal, José Nobre Guimarães; os deputados estaduais Sérgio Aguiar, Dedé Teixeira e Rogério Aguiar; o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) Francisco Sombra; e demais prefeitos e autoridades do Estado.

Coordenação de Imprensa do Governo do Estado

Como é possível ver na notícia, outros personagens também são evocados. Quando integrantes da agência estatal, reforçam o vigor da prática descrita e posicionam a ação dentro do contexto mais amplo das atuações da máquina. Quando extraídos da sociedade civil afetada pelos programas descritos, emergem como figuras beneficiadas, mas sem rosto (como acima) ou sabedorias locais que atestam a necessidade urgente que aquela ação está solucionando (como na notícia a seguir).

Projeto de irrigação entrega quintais produtivos

Qui, 14 de Julho de 2011 19:59

Os quintais contribuem para a segurança alimentar e para o aumento de renda familiar

Com um investimento de R\$ 39 mil, associações de 13 territórios rurais do Ceará foram beneficiadas cada uma, com um quintal produtivo. A entrega ocorreu, nesta quarta-feira (13), durante audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado, para apresentação e debate da pauta de reivindicação do movimento Grito da Terra 2011.

A entrega faz parte do Projeto de Irrigação na Minha Propriedade da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA). Para a criação de cada quintal, é investido cerca de R\$ 3 mil, quando há uma fonte d'água para irrigação. Segundo Nelson Martins, secretário do Desenvolvimento Agrário, o valor total deste convênio é na faixa de R\$ 5,2 milhões. "Já estamos autorizando mais R\$ 3,6 milhões que dá cerca de 1.200 quintais", afirmou.

Para a agricultora Francisca Ivaniza, o projeto é uma esperança de melhoria de vida para a comunidade em Canindé. Na Associação das Produtoras e Agricultoras Rurais do Targino, 8 pessoas usarão o quintal para o plantio de laranja, acerola, entre outras frutas. Segundo Francisca, presidenta da associação, o objetivo é investir para mais adiante participar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). "Esperamos que dê certo para ampliar e futuramente vender para a merenda escolar", disse.

O Projeto Quintais Produtivos é destinado a financiar a aquisição de insumos e equipamentos agrícolas para pequenos projetos agrícolas de até 0,25 há. O objetivo é contribuir para a segurança alimentar da família rural e possibilitar o incremento da renda familiar, através da venda dos excedentes. No local, admite-se a produção de diversas modalidades agrícolas como fruticultura, horticultura, avicultura e grãos.

3.3. Espaços e sentidos

Mais um personagem que também merece destaque é o território, elaborado como *data* nas notícias, mas discutido aqui como produção simbólica por parte da fala pública. A descrição regional dos programas e práticas de intervenção segue a rotina de demarcar espaços de transformação. A máquina pública é apresentada como instrumento de aprimoramento geral do espaço territorial, incutindo novos equipamentos simbólicos ou físicos e reforçando seu valor de uso social. Há uma sistemática elaboração discursiva

que estimula a manutenção desse valor, por meio de novos noticiamentos, que sem caráter de análise ou autoanálise das ações técnicas, reverberam o caráter positivo das ações.

Tomadas em seu conjunto, as notícias buscam desconstruir a ligação política de sua produção, em formatos de exposição “puros”, elencando os instrumentos do poder público sem fazer ligações diretas entre os grupos de gestão e o Estado como mecanismo de transformação. Essa lógica não duradoura e não se converte em uma regra final, ainda que se pautem como um dos desenhos centrais da estratégia de fala do sistema de noticiamento.

Aqui, materiais que elenco como definidores desta prática de “descolamento” e sua contra-parte. No primeiro os informes são impessoais e afastam-se da definição do grupo político. Neste caso, a ideia de investimentos no espectro rural ganha o formato de uma ação técnica, entrelaçada a todo o aparato burocrático sem rosto ou cor. No segundo, nomes e identificações retornam, planificando a identidade do Estado na do Governo. Um contínuo uso da duplicidade, da identidade e de sua ausência como parte dos usos e estratégias – como veremos mais, a seguir.

Regularização fundiária beneficiará mais de 253 mil famílias no Ceará em dois anos

Qua, 30 de Setembro de 2009 13:33

O Governo do Ceará está realizando a maior e pioneira política de cadastramento de imóveis rurais e regularização fundiária do País, beneficiando a agricultura familiar do estado. As metas são arrojadas, ao abranger 141 municípios, área de quase 13 mil hectares de terras, com o cadastro de aproximadamente 220 mil imóveis e beneficiando 253.000 famílias. O investimento será de R\$ 48 milhões em 2009 e 2010.

Foram executados os programas Transposição do Rio São Francisco e Projetos Especiais do Governo Estadual, beneficiando 15 municípios, com entrega de 25.620 títulos. Estão em execução os programas da Transnordestina e Gestão Territorial, abrangendo 21 municípios, com previsão de entregar de 58.768 títulos. Está em fase de licitação o Programa Territórios da Cidadania, que abrangerá 85 municípios com estimativa de entregar 66.911 títulos.

Com os títulos de terra em mãos, os agricultores e agricultoras podem ter acesso aos agentes públicos de financiamento da produção agrícola, ampliando e variando sua produção, bem como melhorando a qualidade e aumentando a produtividade dos produtos cultivados. Pequenos agricultores e agricultoras de municípios da região do Cariri, como de Jati, Brejo Santo, Barro, Penaforte, Porteiras, além de Quixeramobim, Lavras da Mangabeira e Crateús, já tiveram acesso a agentes públicos de financiamento de produção, como o Banco do Nordeste e Banco do Brasil, além de assistência técnica especializada.



Encontro foi realizado na Seplag com a presença do Secretário Nacional de Irrigação

Dirigentes da Secretaria Nacional de Irrigação, Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e do Departamento Nacional de Obras Contra Secas (DNOCS) estiveram reunidos na manhã desta terça-feira, dia 13/09, com o secretário do Planejamento e Gestão, Eduardo Diogo, o procurador geral do Estado, Fernando Oliveira, o secretário dos Recursos Hídricos, César Pinheiro, o presidente da ADECE, Zuza Oliveira, e o presidente da COGERH, Francisco Teixeira.



O objetivo do encontro, realizado na Sala de Reuniões da Seplag, foi conhecer e discutir o Programa Nacional de Irrigação Pública para o Semiárido, com foco na atração de investidores para definição de Parcerias Público Privadas para os perímetros irrigados já existentes ou a serem criados no Estado.

A reunião foi aberta pelo secretário Eduardo Diogo, destacando ter sido o encontro programado na semana passada, quando esteve em Brasília, participando de reunião com o presidente da Codevasf, Clementino Coelho. O secretário Nacional de Irrigação, Ramon Rodrigues, explicou, inicialmente, que a necessidade de elaboração do Programa nasceu de uma reunião da presidente Dilma com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, quando a Presidente recomendou a criação de um programa para fortalecimento do setor.

A assessora da Área de Infraestrutura e Desenvolvimento Integrado da Codevasf, Ana Bárbara Teixeira, fez a apresentação do Programa, detalhando os eixos que o compõem, voltados para a melhoria dos perímetros já existentes, conclusão daqueles em andamento, implantação de novos e, numa visão de futuro, promover estudos de perímetros para formação de uma nova carteira. Ana Bárbara apresentou ainda os recursos destinados à agricultura irrigada, os objetivos estratégicos e o plano de ação.

Após um debate sobre a participação do Ceará no programa, o secretário Eduardo Diogo definiu com o grupo os próximos passos. Na próxima segunda-feira, dia 19, haverá encontro envolvendo gestores do DNOCS e Adece, abrindo o diálogo com os investidores para a formação de PPPs dos perímetros irrigados. Posteriormente, será realizado, na Seplag, um seminário com a participação de todos os atores envolvidos no processo.

Notícia de 13 de setembro de 2011 (SEPLAG)

As notícias incorporam formas de redesenho dos cenários existentes, mas distantes. Elas reforçam a noção de todo contínuo, herança da compreensão da *nação* como terreno material e simbólico de disposições políticas. Dessa forma, a notícia estatal, ainda que ligada a outros interesses (como a descrição de um programa ou agenda) acaba por referenciar essa conexão, instaurando em seu texto um memorial fragmentado dos conjuntos de acontecimentos e características referentes a dadas localidades.

O território a se transformar não é, contudo, apresentado em seu todo. Ele aparece como fragmento já aperfeiçoado, como elemento claramente modificado ou em vias de melhoria. Esse tom de apresentação, quebra o cenário e o apresenta aos poucos, em núcleos de civilização proporcionados pela dimensão estatal interventora. Essa partição do mundo descrito, pontuado em eventos e micro-territórios de ação, conta histórias extremamente circunscritas do contexto afetado. A de se presumir que essa é a dinâmica da

síntese do relato da notícia, de sua estrutura comunicativa – se existisse um limite usual de caracteres, palavras ou outra forma de medição textual para a ação de fala em questão – o que não existe, tomando a heterogeneidade das notícias no portal.

Canindé recebe 13ª. Oficina Regional do PPA



Encontro reuniu Governador em exercício, secretários estaduais e prefeitos

A décima terceira oficina regional de elaboração do Plano Plurianual Participativo e Regionalizado (PPA) 2012 – 2015 foi realizada nesta quinta-feira, dia 14, no município de Canindé, com a presença do governador em exercício Domingos Filho, dos secretários Eduardo Diogo, do Planejamento e Gestão, e Evandro Leitão, do Trabalho e Desenvolvimento Social, dos secretários executivos Iraguassu Teixeira Filho, do Compam, e Paulo Roberto, da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado. Estiveram presentes também a presidente da Aprece, Eliene Brasileiro, prefeita do município de Senador Pompeu, e o prefeito do município anfitrião Cláudio Pessoa.



O governador em exercício Domingos Filho enfatizou a importância da participação das comunidades dos municípios que formam a região para ajudar a planejar os investimentos do Estado para o período de 2012 a 2015. “O Governo está aqui para pensar a região coletivamente. Quem verdadeiramente conhece as necessidades, os desafios e os investimentos a serem feitos nos sertões de Canindé é o povo dessa região, que aqui vive e trabalha”, pontuou Domingos Filho. Lembrou que quando se faz um planejamento plural, com a participação coletiva, se acerta muito mais. “Sua opinião é fundamental para sua região”, reforçou o vice-governador em exercício.

Para o secretário do Planejamento e Gestão, Eduardo Diogo, a elaboração do PPA Participativo e Regionalizado precisa ser visto como um processo de constante aperfeiçoamento, lembrando que no próximo ano o Governo voltará ao Interior do Estado para apresentar à população os encaminhamentos dados às demandas apresentadas nas oficinas regionais.

A presidente da Aprece, Eliene Brasileiro, disse que os municípios precisam estar cada vez mais próximos da Controladoria Geral do Estado e Controladoria Geral da União, “para que a gente possa vê-las como parceiras”. Eliene manifestou sua satisfação de ver a Carta dos Municípios, documento elaborado pela Aprece com a participação dos prefeitos cearenses, integrando o material de discussão do PPA. O prefeito Cláudio Pessoa, de Canindé, afirmou que o Governo está proporcionando uma grande oportunidade para que “todos nós possamos estar juntos para fazer um planejamento dentro da nossa realidade”.

A oficina regional do PPA em Canindé foi realizada no Centro de Treinamento da Paróquia, com a presença de 160 participantes, representantes dos municípios de Caridade, Canindé, Paramoti, Itatira, Santa Quitéria e General Sampaio.

Notícia de 19 de julho de 2011 (SEPLAG)

A elaboração do espaço do interior (interior como o oposto do grande centro, da capital; interior que na verdade é *exterior* no sentido político), dimensionado em sua esfera de marcação urbano-rural, passa alguns signos. O campo, nessa perspectiva, é assumido como espaço social não ignorado, mas não exaltado, para onde os recursos (advindos da SDA e de políticas hídricas) acalentam problemas naturais e resolvem sistemas de ruptura com a eficiência – política de irrigação, sistemas de crédito agrário, apoio técnico aos

sistemas produtivos da pecuária, etc. Do outro lado, na urbanidade das cidades interioranas (atreladas a Secretaria das Cidades), o centro de atenção é deslocado, com frequência, para a invenção ou criação, o aparelhamento do moderno no sentido não somente de resoluções de dilemas com o natural, mas na direção do atendimento de *projetos* de transformação de perspectiva futura acerca de necessidades com a ordem social – políticas de moradia, centros de ensino, novas instalações de saúde, sistemas de saneamento, etc. A efetivação do Estado como ator social caminha, portanto, ao lado da criação de um sistema de atividades que tende a uma separação entre *inovações* e *manutenções* – um quadro de prioridades imagéticas onde parte das falas liga a preocupação social de áreas historicamente pensadas no plano de suas implicações naturais e outra repercute a tentativa de inserção do estado, por parte do Estado, na lógica modernizante das novas necessidades produzidas no plano global.

A estrutura de noticiamento estatal pode ser observada a partir de cinco dimensões centrais, baseando-nos no direcionamento dos conteúdos do material em questão. Em primeiro lugar temos a divulgação das obras infraestruturais - inauguração de prédios, instalações, aparelhos públicos, manutenções, etc. Em segundo, as notícias relacionadas a inauguração ou situação de programas e políticas específicas - saúde, habitação, segurança, educação e similares. A terceira classe de comunicações se refere a atuações ou agendas de figuras públicas do Executivo. A quarta seção envolve atividades referentes aos demais poderes do Estado e sua relação com o Executivo. Na quinta classe de notícias se encontram as falas sobre atividades da sociedade civil que, de algum modo, encontram espaço de interesse nas publicações do Governo.

Essa separação não é produzida por meio do sistema de publicação, que dispensa *tags*(mecanismos de referência e listagem, palavras-chave de uso cada vez mais frequente tem tempos de internet de ampla produção de conteúdo) e outras ferramentas de classificação comuns na produção de notícias *online*. Produzidas sem uma separação visível, as notícias ganham um elo de diversidade temática que tanto incorpora um desafio a toda análise

quanto organiza uma abrangência de conteúdos capaz de gerar um valor específico no campo dos capitais informativos.

É nesse sentido que a análise nos leva a uma separação imaginária, que perde o sentido se não compreendida como uma aproximação heurística das singularidades do texto informativo e virtual. Observadas em separado, por meio de qualquer tentativa atomizada de leitura, as notícias dizem pouco sobre o contexto de escolhas das mesmas. Observadas no panorama do sistema de publicações, contudo, elas assumem significados *objetivados*, presentes na extensão de um circuito semiestruturado de exposição.

A atualização das agendas e ações pessoais do serviço público é caracterizada por identificações em narrativas pontuais, sem grandes contextualizações, marcando uma simplificação dos cargos, atribuições e tomadas de decisão. O próprio campo decisório ou de definições das participações dos agentes não aparece aqui, orientando uma leitura particularista dos eventos narrados; reiterando processos de aparecimento político e de representação estatal como um elenco tecnocrático e neutralizado. Secretários e governador assumem uma posição nivelada nas descrições, atuando como partes indeléveis da entidade "gestão". A ênfase contínua nas agendas do governador e dos cargos políticos em questão é visível no conjunto das exposições deste tipo. Outro elemento a se destacar envolve a memória simplificada dos eventos descritos, desprovida de um sistema de referência visto no formato de notícia comum na web. Esse desligamento, presente também em outras categorias analisadas ganha no quadro das agendas um aspecto de individualização das ações e atuações dos agentes, imprimindo ao sistema de exposição uma considerável carga a-histórica presumida.

As inaugurações e audiências públicas recebem destaque e são recorrentes na atualização das presenças dos sujeitos. Elas marcam a validade das próprias inaugurações e eventos de publicação das decisões ao referenciar a presença de títulos políticos e de administração, ao mesmo tempo em que legitimam o capital político dos sujeitos como "atuantes" e "presentes". A dupla validação se alastra pelos noticiamentos reforçando não apenas aparições individuais (levando mesmo em conta a mudança de titulares nas pastas), mas

reiterando a presença da gestão e a atribuição de importância cíclica que a duplicidade parece tentar produzir.

Tanto para Charaudeau (2006) como para Elias (1998) o produto na exposição política é parte do jogo de posições e demandas dos sujeitos engajados em seu bojo. Tomando ainda a proposição teórica de Bauman (2002) que há, na estrutura e figuração composta pelos personagens políticos modernos, uma distinção positiva entre ação e discurso, podemos perceber que a atualização das agendas trabalha ou quer trabalhar menos como memória das práticas e mais como a cauterização de uma atividade pouco detalhada e pouco historicizada.

Não é novo dizer (mas talvez seja útil reforçar) que a realidade agrária no Brasil, no Nordeste e, a seu modo, no Ceará, tem sofrido intervenções modernizadoras no mesmo passo da acomodação de um Estado racionalizado, fruto de embates antigos e parciais pela burocratização da máquina (antigos porque vividos há pelo menos oito décadas e parciais por concentrarem-se na esfera federal muito mais do que nas instâncias estaduais de modo homogêneo). Divergências quanto aos sucessos e fracassos desta modernização pontuam nossa literatura política. Ainda assim, sua existência, mesmo que como ficção teórica ou projeto longe de completar-se, acena para um dinamismo dos imaginários acerca da transformação dos espaços regionais precisamente nos ciclos tardios de valorização da participação dos estados no pacto federativo (mais ou menos reverenciado, dependendo da década: é possível dizer que só nos anos 1990, por meio dos ecos das eleições de 1985 e Constituição de 1988, a regionalização ganha mão dupla – não apenas como projeto federal de significação do local, mas como participações das várias esferas estaduais no plano das decisões nacionais).

Por sua vez, o Ceará encampa suas próprias dinâmicas de valorização do interior entre as décadas de 1980 e 1990. A transição política aqui experimentada, bem como uma nova face do Estado no âmbito local terão papel nessa nova economia simbólica do território na medida em que as regiões sertanejas serão tomadas como espaço privilegiado de referência à

necessidade de mudança – ou seja, é aqui, sob outro prisma, que uma indústria da exposição da desigualdade ganha novo corpo.

Em 2010 a Secretaria de Desenvolvimento Regional dá seguimento a políticas e planejamentos da gestão anterior. Reeleito, Cid Gomes continua a tratar a descentralização de algumas estruturas públicas, mantendo, contudo, o foco de investimento no crédito e na infraestrutura agrária. As ações realizadas e divulgadas pela secretaria ilustram essa continuidade.

As relações com o país e com o governo federal são marcadas já no começo do ano, seja na forma da descrição de uma posição do estado no panorama nacional do desenvolvimento, seja como elogiosa exposição da imagem ampliada do Ceará por meio de programas aqui desenvolvidos. Tomemos um caso, relatado pela assessoria de comunicação da SDA²⁵:

²⁵ Curioso que, em alguns casos, a fonte de *assessoria de imprensa* é citada em determinadas notícias. A ideia de um órgão coligado, uma subcordenadoria de imprensa é antiga e faz parte do modelo típico do Estado moderno desde, pelo menos, os anos 1930. Mas aqui ela aparece de modo recortado e nem todas as Secretarias discriminam uma assessoria nos seus noticiamentos.

Mais um município é contemplado com o Programa de Regularização Fundiária

Sex, 15 de Janeiro de 2010 20:02

Programa desenvolvido pela SDA, através do Idace, é referência em todo o Brasil.

O município de Catunda, a 216 km de Fortaleza, foi o primeiro deste ano a realizar audiência pública para apresentar à população o Programa de Cadastro e Regularização Fundiária do Instituto do Desenvolvimento Agrário (Idace), da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA). A audiência aconteceu na manhã de hoje (15), na câmara municipal.

Muitos proprietários das terras locais estiveram presentes para esclarecer as dúvidas sobre o processo que passará a ocorrer em suas propriedades. A empresa que ganhou a licitação para a realização da medição das terras já está instalada no local com uma equipe treinada e, hoje mesmo, deu início ao trabalho.



Segundo Francisco de Assis Bessa, superintendente do Idace, o Ceará é o único estado do Brasil com um programa desse tipo em desenvolvimento. "Somos referência quando o assunto é regularização fundiária. O Governo do Ceará está dando uma oportunidade aos gestores dos municípios cearenses de tornarem seus territórios totalmente medidos e informatizados, sem custo algum", ressaltou Bessa.

Antônio Amorim, secretário adjunto da SDA, reforçou a importância do apoio das prefeituras para a concretização plena da regularização. "Além do pequeno proprietário, que receberá um título de terra, as prefeituras também saem ganhando, já que o sistema agilizará muitos processos relacionados às terras". Hoje, Quixeramobim é o único município que já se encontra totalmente regularizado. Porém, o Idace já iniciou as atividades em outros municípios. A meta é regularizar todos os municípios cearenses. Em 85 deles, os primeiros passos já foram dados.

Em 2009, o Idace realizou o cadastro georreferenciado de 34.746 imóveis rurais, a concessão de 21.047 títulos de propriedade de terras, o que beneficiou 24.204 famílias, em 18 municípios.

Regularização

O Programa de Regularização tem como objetivo permitir o cadastro e regularização dos imóveis rurais, com a emissão do certificado da área de terra a seu titular. O sistema permitirá a criação de um banco de dados com todas as informações armazenadas num "software" livre, onde poderão ser obtidas as informações da malha municipal, hidrografia, ferrovia, rodovia, unidade de conservação (área de preservação), terra indígenas e quilombos.

O programa consiste em fazer o levantamento de todos os imóveis de cada município e é uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do Incra.

Assessoria de Comunicação – SDA

As declarações de investimento e associação das potencialidades do estado no que diz respeito a economia são destacadas como instrumentos de reforço da atuação e do poder das relações com a esfera federal. A cada momento, atravessando políticas diversas e acordos diferentes, a SDA incorpora o papel de lembrança dos vínculos entre estado e união como aliados na intervenção

SDA investe no programa Biodiesel do Ceará

Qua, 20 de Janeiro de 2010 16:33

Cerca de R\$ 12.850.000 serão aplicados ao programa

Entre os programas previstos para o crescimento da agricultura familiar no Estado em 2010, o Biodiesel do Ceará merece destaque por incentivar a produção de oleaginosas em vários territórios cearenses. No total, a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) pretende investir R\$ 12.850.000,00 no apoio à produção, beneficiamento, processamento e comercialização.



Dessa forma, 31.824 agricultores serão beneficiados pelo programa, que só com o subsídio à comercialização fará um investimento em torno de R\$ 315.000,00. Além disso, o Governo do Estado dará garantia de compra ao preço mínimo de R\$ 1,00 por quilo para mamona em baga ou girassol.

Segundo o secretário Camilo Santana, o Ceará é capaz de crescer bastante na área de produção de oleaginosas, como mamona, girassol e algodão, independente do produto final a que elas se destinem. "Nós apoiamos o programa porque acreditamos na potencialidade do Estado em relação a esse tipo de produção", explica Santana.

Assessoria de Comunicação – SDA

Kelvia Alves

(85) 3101-8137

Junto a relação estado-região está o claro e já mencionado tratamento de auto referência do governo (espécie de auto-congratulação e posicionamento dentro do que ocorre), especialmente no que diz respeito ao conjunto de ações de intervenção na "qualidade de vida" rural. Essa ênfase, esse destaque ao cotidiano modificado retorna como linguagem fortalecida e valorizada pela personagem do secretário, como personagem-que-sabe e como porta-voz dos porquês governamentais. A participação da secretaria como agente de intervenção ganha destaque no sentido das falas e das proposições intermitentes da ação. A cada detalhe do ocorrido, o texto retoma essa participação, reforçando sua validade, seu conjunto de necessidades, de presença.

O abastecimento de água, a política de solução de um problema básico para o mundo moderno, são comuns. É ressaltado uma dupla importância: a memória do problema, persistente e sobrevivente, governo após governo, e a

atuação maximizadora da atual gestão, participe deste episódio de mudança naquela localidade e naquela população. A notícia novamente serve de ilustração:

Sistema de abastecimento de água é inaugurado em Tauá

Ter, 09 de Fevereiro de 2010 14:58

Cerca de 14 famílias contarão com água tratada em casa.

Antônio Amorim, secretário adjunto, inaugura sistema de abastecimento com moradores de Campo Preto

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) inaugurou, hoje pela manhã, o sistema de abastecimento de água da Associação Comunitária dos Produtores Rurais Israel Teixeira Cavalcante, na comunidade de Campo Preto, município de Tauá. O secretário adjunto da SDA, Antônio Amorim, esteve presente para selar a inauguração e conversar com os moradores da localidade sobre os benefícios que a obra levará à região.



A obra, com tempo de execução em 90 dias, teve investimento do Governo no valor de R\$ 45.405,21. Ao todo, serão 14 famílias beneficiadas com água tratada em casa. O número, apesar de parecer pequeno, é apenas uma pequena parcela do total de famílias que o Governo, por meio da secretaria, está atendendo com os sistemas de abastecimento de água e outras melhorias do Projeto São José. No total, 180 comunidades, em 44 municípios estão podendo conhecer uma nova realidade no meio rural, com infra-estrutura básica para o desenvolvimento de várias atividades que possam gerar renda.

"O investimento que o Governo está fazendo nessas comunidades refletirá na melhoria básica da condição de vida de vocês, moradores rurais", ressaltou Amorim. O secretário aproveitou a oportunidade para lembrar aos moradores a importância da manutenção das obras, que deverão contribuir para futuros projetos da comunidade.

Assessoria de Comunicação - SDA

Kelvia Alves

3101-8137

A construção dos personagens e das exposição das necessidades sanadas pelas políticas são elaboradas junto com o contexto de inovação estrutural que a própria ação providencia – ou seja, a descrição das figuras dos agricultores e moradores do interior só se completa na produção de um ambiente, de um representação das condições de pendência que a realidade social cria e o Estado “quita”. Trata-se de uma espécie de câmbio de peças, um desenho onde o destaque do protagonista dependa dos usos de sombra, da profundidade inerente que chama o olhar para a perspectiva, sinalizando para

um realismo da imagem, que, no caso do texto, é transportado para a totalidade do informe e para a tradição instituída da repetição de seu modelo.

Comunidade é beneficiada com abastecimento de água

Qua, 10 de Fevereiro de 2010 19:08

A realidade de mais uma localidade do interior do Ceará acaba de ser transformada. Os moradores de Miranda, no município de Parambu, agora podem contar com água tratada dentro de suas casas. A mudança se deve à instalação do novo sistema de abastecimento de água, que foi construído pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA).



Os moradores da Associação dos Pequenos Produtores de Miranda receberam, ontem à tarde, a equipe da SDA, representada pelo secretário adjunto, Antônio Amorim, além de técnicos da Ematerce e a vice-prefeita, Keyly Noronha. Juntos, eles realizaram a inauguração da obra. Amorim aproveitou a ocasião para lembrar que analisando superficialmente, a chegada de água nessas comunidades pode até parecer uma obra pequena, mas, na realidade, ela representará uma grande mudança na vida de cada morador. "Imaginem quantas horas de trabalho levando água em latas na cabeça vocês poderão reverter para outras atividades", frisou o secretário.

A instalação do novo sistema de abastecimento faz parte do Projeto São José. Ao todo, a obra custou R\$ 67,803,12 e beneficiará 24 famílias.

Assessoria de Comunicação - SDA

Kelvia Alves

3101-8137

Na notícia anterior a ideia de transformação é dividida, desse modo, em dois pontos determinantes: por um lado atravessa a determinação geográfica, identificando e fornecendo contexto, cobrindo o informe de realidade objetiva – ou, para ser mais conclusivo, *objetivada* –; por outro abrindo margem para o detalhismo pontual de uma abstração do feito – onde a fala do secretário adjunto, amparada pela presença descrita dos técnicos, leva a uma reflexão de impactos e potencialidades da ação.

Esse resumo reflexivo do poder do feito, destacado por seu caráter de destaque (“frisou o secretário”) antecipa as realizações que virão da política em questão, acentuando seu alcance na forma de uma continuidade natural e autônoma de seus benefícios.

O reforço a esses benefícios também se dá por meio da quantificação dos mesmos. O uso de uma referência matemática é recorrente, atrelando ao desenho do cenário um sentido de validade modernizadora, mas ocultando, ao

mesmo tempo, a quantificação negativa (os ausentes, os não-afetados, o sentido de totalidade dentro do qual a quantificação positiva incide):

Programa Hora de plantar é lançado em Sobral

Qua, 10 de Fevereiro de 2010 19:47

Agricultores de 17 municípios poderão contar com as sementes.

Centenas de agricultores lotaram o auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobral



A chuva que caiu na manhã desta quarta-feira (10) em Sobral parecia dar as boas-vindas às sementes do Programa Hora de Plantar, que começaram a ser distribuídas aos agricultores pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA). O secretário adjunto, Antônio Amorim, esteve presente ao lançamento do Programa, no auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobral e iniciou a entrega dos grãos.

Ao todo, 120 toneladas de sementes alimentares, como arroz, feijão e milho, 12 toneladas de oleaginosas, como girassol e mamona, 27 mil mudas de cajueiro anão e 300 kg de sorgo forrageiro serão entregues aos agricultores de 17 municípios do território de Sobral. São eles: Cariré, Reriutaba, Varjota, Coreaú, Frecheirinha, Moraújo, Massapê, Meruoca, Senador Sá, Graça, Mucambo, Pacujá, Alcântaras, Forquilha, Sobral, Groaíras e Santana do Acaraú.

Em todos estes municípios, serão 8.000 agricultores beneficiados. Somente em Sobral, esse número chega a 1.500. Os pequenos agricultores, público a que se destina o Hora de Plantar, recebem as sementes do Governo do Estado e, somente após a primeira colheita, pagarão apenas 50% do valor do foi retirado.

O lançamento do Hora de Plantar em Sobral marcou a finalização do início de distribuição das sementes em todo Ceará, que havia começado pela região do Cariri. Os números do Programa ainda estão em fase de conclusão, já que as sementes continuam sendo entregues aos agricultores. Porém, a previsão da SDA desde o início da distribuição é fornecer 4.138,95 toneladas de sementes, 30.000 m³ de mandioca, 1.500 toneladas de colmos sementes de cana-de-açúcar, 715.000 mudas de cajueiro anão precoce e 5.000 raquetes de palma forrageira, o que irá beneficiar cerca de 136.674 agricultores de base familiar em todo Ceará.

Assessoria de Comunicação - SDA

Kelvia Alves

Mas as notícias não contemplam apenas ações específicas ou diretas, tratando também dos espaços de reconhecimento das realidades a enfrentar. Contudo, essa escolha é cuidadosa e trata questões como a seca de modo a que a contextualização das dificuldades seja mais balanceada pela descrição dos esforços estatais. A seca e suas implicações locais são um exemplo. Ela retorna como lembrete de que o Ceará é um território de enfrentamento de crises naturais. A contextualização de programas públicos – neste caso o São José²⁶ – está presente. Não apenas descortina-se como instrumento explicativo

²⁶ Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará – PCPR – criado em 2002, entre o último governo de Tasso Jereissati e o governo de Beni Veras, com o objetivo de “Apoiar os

como é um signo de reação do governo, remontado no tempo, como ação contínua.

A seca em Tauá

Qui, 27 de Maio de 2010 16:54

Câmara municipal realiza sessão especial para discutir o assunto.

Um total de 1.500 sistemas de abastecimento de água já foram inaugurados desde o início da gestão do Governador Cid Gomes. Outro feito do atual Governo do Estado foi a conquista de 300 mil vagas do Programa Garantia Safra, o Ceará abocanha uma fatia de 43% do total de vagas do Programa, que atende todos os estados do Nordeste, além de Minas Gerais.



A secretaria do Desenvolvimento Agrário(SDA) projeta, desenvolve e executa, diariamente, em todo o Ceará, ações que visam promover a convivência dos agricultores com o semi-árido. De acordo com o secretário Amorim, a ideia é deixar o homem do campo cada vez menos dependente das fenômenos climáticos como a estiagem ou enchentes.

Em 2010, o Ceará está sendo castigado por uma seca que já provocou a perda de 57% de toda a sua safra de grãos. A estimativa de safra traçada pela SDA, no início de 2010, era de 1,4 milhão de toneladas, mas até agora a produção só chegou a 802 mil toneladas. Em alguns municípios a situação é mais crítica, como é o caso de Tauá. Localizado no Sertão dos Inhamuns, o município registra 90% de perda da sua safra.

Para discutir medidas emergenciais, prestar contas, ouvir e tranquilizar os agricultores, a Câmara Municipal de Tauá (CMF) realizou uma sessão especial na noite de ontem(25), que contou com a participação do secretário Amorim, do prefeito municipal, Odilon Aguiar, representantes do Banco do Nordeste do Brasil(BNB) e do Banco do Brasil, da Secretaria Municipal de Recursos Hídricos, Defesa Civil e vereadores.

Presidentes de associações, sindicatos rurais e os próprios agricultores lotaram o auditório da CMF. Na ocasião, Amorim explicou e tirou todas as dúvidas sobre o Garantia Safra. Ele revelou que se até o próximo dia 15 de junho, todos os municípios inscritos no Programa estiverem adimplentes, a liberação da primeira das quatro parcelas de R\$ 150 será antecipada para o mês de agosto.

Segundo o secretário, existem 5.182 produtores tauasenses inscritos no seguro, além disso 37% da população rural local está aposentada. "Esse quadro é muito importante para amenizar os danos causados pela seca. Mas o nosso intuito é continuar investindo em políticas públicas que aliviem permanentemente esse drama", destacou, acrescentando que a SDA já construiu 40 mil cisternas de placa e irá construir mais 63 mil. Além disso, a secretaria já licitou mil kits horosazonais para agricultores que trabalham com áreas irrigadas, cada kit reduz em até 73% o consumo de energia elétrica na atividade.

Conforme Amorim, o objetivo da SDA é universalizar o acesso a água no Ceará, principalmente através do Projeto São José, que já garantiu um financiamento de US\$ 303 milhões do Banco Mundial, que começará a ser aplicado a partir do próximo ano. "Além da água, investiremos na implantação de projetos produtivos que utilizam tecnologias como a revitalização dos poços, retenção de água nos roçados, captação in situ e curvas de nível", finalizou.

Assessoria de Comunicação da SDA - Jully Gomes

pequenos produtores e grupos comunitários, através de suas associações representativas, criando oportunidades de geração de emprego e renda no meio rural."

A administração dos entraves naturais, bem como a recorrente preocupação em destaca-los à luz da intervenção produz um novo personagem: a relação tensa entre a seca como problema intermitente e os recursos públicos para seu combate. Essa relação-personagem, esse corte de sentido, que implica um desafio perene ao Estado, é exposto ao longo do sistema de noticiamentos como uma fragmentação resolvida de modo pontual, mas não menos auto-valorizada por conta desta pontualidade. A seca, nesses termos, implica mais em signo de necessidade constante de intervenção do que como inimigo simbólico do Poder Público. Sua existência é calamitosa, ainda que sequencialmente validada como embate engrandecedor do conjunto e das disposições dos feitos. O abastecimento de água aparece como exemplo dessa insistente luta reformulada pela comunicação:

“Na última sexta-feira(19), o secretário adjunto da SDA, Antônio Rodrigues Amorim, esteve nos municípios de Ararendá e Independência, onde inaugurou sistemas de abastecimentos de água nas comunidades rurais. Ao todo, o Governo do Estado investiu R\$ 392.000 na segurança hídrica desses municípios”. (22/02/2010)

As notas notícias abaixo também ilustram o movimento de apresentação das ações no campo. De descrições de programas de crédito a fornecimento de aparelhos, o governo estabelece uma relação de provimento que os informes adjetivam de alguns modos. Em primeiro, como o uso da imagem-referência, espécie de garantia prática que torna-se comum no uso desses recursos comunicativos. Depois, enfatizando, constantemente, a ideia de *beneficiados*: aqui desdobra-se as personagens atendidas, o imenso e difuso campo de pessoas e sujeitos cujo rosto ou identidade não podem sempre ser comportados, dado o amplo espectro das políticas propostas e levadas a cabo. Os *beneficiados* são o panteão de valorização das *realizações governamentais*, cuja principal face pensaremos a frente.

Governo do Estado entrega 46 tratores no Cariri

Sex, 04 de Junho de 2010 12:02

A ação acontecerá a partir das 10 horas, no Parque de Exposições Pedro Felício Cavalcanti, no Crato.

O Projeto São José realizará mais uma grande ação no Cariri. Neste domingo (06), o secretário do Desenvolvimento Agrário do Estado, Antônio Amorim, entregará 46 tratores que beneficiarão 2.674 famílias de 25 municípios da Região. A ação acontecerá a partir das 10 horas, no Parque de Exposições Pedro Felício Cavalcanti, no Crato, onde serão liberados os equipamentos que representam um investimento da ordem de R\$ 3 milhões e 305 mil.



Os beneficiados fazem parte de associações comunitárias de agricultores. Além dos tratores, a SDA promoverá a capacitação dos produtores, que serão instruídos a utilizarem as máquinas sem provocar erosão do solo e a implantarem novas tecnologias nas práticas agrícolas.

A principal alternativa de convivência da agricultura com o semiárido possibilitada pelo uso do trator é a captação "in situ". A tecnologia consiste na técnica de preparo de solo, associada à captação e armazenamento da água da chuva por meio de sulcos, favorecendo a retenção da umidade no perfil do solo por mais tempo, com melhor aproveitamento pela plantas.

A técnica conserva o solo, gera mais disponibilidade de água para as plantas, aumentando a resistência às estiagens, para tanto é indispensável o uso de máquinas e implementos agrícolas. A expectativa da SDA é que a entrega dos tratores amenize a situação difícil dos agricultores cearenses gerada pela estiagem desse ano.

Assessoria de Comunicação da SDA – July Gomes (85) 3101.7631

A noção de *benefício* incorpora parte do rito repetido da apresentação da ação pública. O benefício é tomado e retomado, pensado e repensado como uma instrução sobre o valor de cada política. Esse já sugerido caráter instrutivo está aqui reforçado pelo desenho das conjunturas, dos apoios externos, das alianças com a esfera federal. Ele dá ao sistema da fala um poder de conexão, um movimento em nítido destaque na direção de uma imagem de profundidade das ações – como ações não só de impacto severo e claro, mas também como partes de um esforço de acordos e relações que o governo providencia (e evidencia). Assim, o benefício, descaracterizado como responsabilidade e delineado como virtude do Estado, esclarece que sua existência reporta-se a capacidade de desdobramento e articulação deste em unir forças no desempenho de suas funções práticas e positivas.

MDA e BNB ampliam programas para desenvolver a Agricultura Familiar no Nordeste

Ter, 03 de Junho de 2010 16:48

Dois acordos de cooperação fortalecer as ações nos Territórios da Cidadania no Nordeste.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e o presidente do Banco do Nordeste (BNB), Roberto Smith, assinaram hoje, terça-feira, 3, em Fortaleza, durante solenidade com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dois acordos de cooperação que vão fortalecer e dinamizar ações voltadas para o desenvolvimento econômico dos Territórios da Cidadania no Nordeste e um terceiro que visa reforço para o programa Agroamigo.



Dentre as principais atividades a serem reforçadas pelo acordo estão o apoio à elaboração de planos de desenvolvimento econômico e de negócios às cadeias produtivas dos empreendimentos da Agricultura Familiar; disponibilização de assessoria técnica aos empreendimentos rurais e entidades associativistas para elaboração e acompanhamento de projetos, estudos e planos de investimento. O objetivo deste trabalho de assessoramento técnico é organizar o sistema produtivo local, facilitar o desenvolvimento de negócios e dar orientação para o acesso ao mercado consumidor.

Ao MDA compete a responsabilidade de viabilizar a participação dos agentes de desenvolvimento do Banco do Nordeste nos Colegiados Territoriais - fórum regional onde prefeituras, Estados, Governo Federal e sociedade civil organizada discutem as políticas públicas voltadas para o Território - que vão definir os projetos a serem implantados na cadeia produtiva local.

Ao BNB compete disponibilizar os recursos e agentes necessários para viabilizar as visitas de assessoramento técnico na elaboração e acompanhamento dos projetos a serem desenvolvidos pelos agricultores familiares e suas entidades representativas. O termo de cooperação terá vigência de 24 meses podendo ser prorrogado por igual período.

O segundo termo de cooperação a ser assinado tem como objetivo reforçar e aprofundar o programa que busca ampliar e qualificar o acesso das mulheres trabalhadoras rurais a programas de financiamento do Pronaf, além de orientar sobre acesso a crédito dentro do programa Agroamigo.

O terceiro termo será assinado entre a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA), que vai repassar ao BNB R\$ 2 milhões para a compra de 200 novas motocicletas para os agentes de crédito do Programa Agroamigo. Os veículos destinam-se à visitação dos técnicos às propriedades rurais.

Programa Agroamigo

Lançado em 2005, o Programa Agroamigo tem como objetivo oferecer microcrédito rural ao grupo B do Pronaf, voltado para o atendimento de famílias que possuem rendimento anual de até R\$ 6 mil. O programa oferece orientação aos agricultores(as) sobre modalidades de crédito disponíveis e adequação destes créditos ao perfil sócio econômico da atividade produtiva familiar.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário oferece suporte financeiro para a aquisição do meio de transporte (motocicleta) que é utilizado pelos assessores técnicos para visitar as propriedades rurais. Nesta parceria já foram adquiridos 600 veículos. Outras 200 motocicletas deverão ser adquiridas com a assinatura do termo de parceria desta terça-feira, totalizando 800 veículos disponíveis para o transporte dos técnicos nas visitas às famílias.

Na solenidade será celebrada a assinatura simbólica do contrato de número um milhão dentro do Programa Agroamigo, totalizando um investimento de mais de R\$ 1,3 bilhão. A maior parte (mais de 60%) destes investimentos foram aplicados em financiamentos no semi-árido nordestino. Somente no período 2009 e 2010, 46% dos contratos foram assinados por mulheres como titulares. Cerca de 76% das aplicações são voltadas para a pecuária (caprinocultura e produção de leite). Os valores médios do microcrédito passaram de R\$ 963,00 em 2005 para R\$ 1.775,00 em 2010.

Fonte: MDA

Leite de cabra no Ceará

Qua, 16 de Junho de 2010 14:48

Artigo do secretário Amorim publicado na edição do dia 12/06/10 do jornal "O Povo".

Artigo

Leite de cabra no Ceará

[Antonio Rodrigues Amorim](#) - 12/06/2010 02:00



O projeto de incentivo a produção e consumo de leite de cabra do Ceará é um dos destaques da atual gestão da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado (SDA). Começou a ser executado em agosto do ano passado e já é exemplo de sucesso, sendo um dos responsáveis pelo fortalecimento da cadeia produtiva do leite nos dois municípios em que está atuando: Horizonte e Pacajus. Nessas cidades, o Governo do Estado compra o leite dos pequenos produtores e distribui para as pessoas carentes que estão em situação de insegurança alimentar como gestantes, crianças de até seis anos e idosos.

Com o sucesso do Programa Leite Fome Zero, que é executado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e também compra e distribui leite bovino no Ceará, a SDA resolveu investir na mesma metodologia para também impulsionar a produção do leite de cabra. Com o crescimento da produção nos municípios já atendidos, o Programa será estendido para Horizonte e Pacajus.

Concomitantemente, outro município que está sendo beneficiado com a distribuição do leite de cabra é Quixeramobim, que recebe a cota diária de 500 litros, sendo este leite produzido nos municípios de Quixadá, Banabuiú e Choró. A distribuição também atende outros municípios do Região Baixo Jaguaribe, como Quixeré, Limoeiro do Norte, São João do Jaguaribe e Russas. Após a implantação do Leite Fome Zero (Cabra) em todos os municípios previstos, a quantidade total do leite para consumo do público alvo será de 2800 litros leite/dia para o ano de 2010.

São ações como essa que incrementam a cadeia produtiva da caprinocultura leiteira no nosso Estado, beneficiando produtores, através da garantia da compra e o consumo por cidadãos com vulnerabilidade nutricional. É o Ceará partindo na frente e mostrando que pequenos pecuaristas estão organizando, produzindo cada vez mais e contribuindo para amenizar o problema da fome no semi-árido. Essas experiências bem sucedidas ganharão visibilidade no XIV Seminário Nordestino de Pecuária, o já consagrado Pecnordeste. Iremos mostrar o que há de bom aqui, disseminando ideias e tecnologias que devem servir de exemplo em todo o nosso País

ANTÔNIO RODRIGUES AMORIM

Secretário do Desenvolvimento Agrário do Ceará

Essa relação do benefício e a incorporação das ações como praticas de realização do Estado, leva-nos a ideia de *feito*. O feito, pensado aqui como um conceito artesanal, para os fins de nossa discussão, pode ser interpretado como o núcleo de toda publicação de ação pública: é a divulgação curricular de um ato do Executivo, exposto como troféu e ritualmente valorizado ao longo de suas narrativas-notícias. Ao longo do trabalho, o feito reaparecerá como instrumento de apresentação e como espécie muito particular de um capital político em potência. A cada feito – ação divulgada ou realização em andamento – o papel do Estado é reafirmado e redimensionado, funcionando

como uma atualização de suas prerrogativas e poderes de definição da sociedade, do território, de suas necessidades e do que é passível de se considerar como transformação. Um sobrepoder de delimitação e significação sem muitos concorrentes.

Os feitos são visíveis na dinâmica das estratégias práticas de exibição eletrônica nos sites. O teor informativo do governo aparece já nas listagens e índices explicativos dos temas abordados. Antes mesmo de observarmos os textos, é possível notar a presença de uma apresentação informativa na divisão das notícias por secretarias, datas e *tags*. O texto sem autoria individual descrita, por sua vez, reforça a oficialidade impessoal da narrativa e remarca o feito como algo impessoal, ligado, no máximo, à gestão. As notícias falam como que a partir de um vácuo, ocultando a estrutura de sua própria seleção e fomentando a impressão textual de uma comunicação sem vínculos definitivos e, portanto, apta a transitar por quaisquer temas e espaços, alimentada pela legitimidade presumida do conhecimento racional e *neutro*. Assim, ainda quando rompe essa lógica e atesta a personalidade da gestão e do governo, o feito já estabeleceu um signo de imparcialidade sobre si mesmo – como que válido uma vez que aparentemente “a parte” do campo. Um estatuto hábil de reprodução de seus valores tanto pela imagem política como pelo distanciamento contraditoriamente sugerido.

Como veremos no capítulo seguinte, a produção ampla e intrincada da imagem governamental-estatal cruza mais de um caminho de fala e contra-fala; por meio de novas tecnologias (no sentido técnico, mas também *político*). As novas *redes sociais*, como tecnologias de comunicação, intercalam um figurino renovado para o modo de praticar a notícia. Esse modo, esse espírito de propagação de conteúdos, será novo veículo do *feito*, de todo esse aparato de ditos sobre obras.

Capítulo Quarto

A transformação da intimidade política e o massificação dos feitos

Entre 2006 e 2012, a cultura de apresentação do Governo sofreu alterações consideráveis, levando em conta mudanças do cenário comunicativo recente. Uma transição de linguagens e uma recriação dos formatos de descrição dos feitos apareceram para estabelecer um cenário de estratégias diferentes. Como intimidade e sigilo podem conviver com a necessidade política de exposição e transparência? De que modo os feitos aparecem no quadro dessas conexões?

4.1. As redes sociais e a metamorfose do noticiamento público

Outras perguntas cabem no contexto específico das chamadas *redes sociais*, sistemas de interação on line surgidos e desenvolvidos nas duas últimas décadas. São as redes sociais expressões da indústria cultural, renovada por novos tipos de massificação simbólica? A ideia de indústria cultural, nos termos de Adorno (2007) remete a uma histórica composição de produtos e imaginários aderentes, instruídos e compreendidos como partes do modo moderno de comercialização, onde a cultura da apropriação massiva tende a ser ampliada ao universo dos bens imateriais e dos serviços contínuos, ligados à fruição, a identificação pessoal, à aceitação em grupos de interesse e/ou apreciação ou à demarcação de novas fronteiras de gosto. A internet inseriu, na primeira década do século, um refinamento dessa prática ao integrar um hábito empresarial de registro de consumidores à uma nova modalidade de “identidade” em rede.

As primeiras redes sociais *on line* datam dos anos 2000 e tem entre elas serviços como *MySpace*, *Orkut*, *Badoo*, *Twitter*, *Linkedin*, entre muitas outras. Sua adequação às novas exigências de um mercado publicitário deu-se rápido: mediadoras de publicidade em meio a assuntos de ordem pessoal, essas

ferramentas comunicativas vem sendo replicadas e reinventadas a cada ano, organizando em torno de si um série de novas práticas culturais e um tipo inerente de capital vinculado a fama, reconhecimento, seguidores e contatos: uma ainda instável moeda socialde valor incerto e interno.

O modelo de difusão recente da informação – ancorado na posse crescente de meios de comunicação de massa por indivíduos e grupos não relacionados aos veículos tradicionais de controle da notícia, vem instruindo o Estado a reorganizar sua presença. As redes sociais, funcionando como sistemas de adesão a essa nova ordem de publicação de informes, tem sido, então, instrumentalizadas por órgãos públicos em ritmo acelerado. Citaremos, para pensar a realidade do governo no Ceará, duas delas.

O Executivo cearense faz-se presente no Facebook desde 11 de Fevereiro de 2011, mantendo uma página de relações de acesso público (uma *fanpage oficial*: qualquer usuário da rede pode conectar-se a ela, se desejar). O modelo de exposição das informações segue o padrão do FB: caixas de informes abertas a comentários e a marcações positivas (“like”/“curtir”), organizadas em ordem cronológica (as mais recentes no topo da página, as mais antigas em seu rodapé). Cada caixa informativa contém um *link* para a notícia relacionada e mantida no portal do Estado, gerando um mecanismo interligado e centralizando o foco da informação ainda no site principal do governo.

Além do acesso simples, como sempre, no que diz respeito a esse tipo de sistema on line, as atualizações do Facebook são enviadas para as páginas pessoais de todos os usuários “assinantes” da página pública. Há um padrão de uso ou um tipo de declaração implícita e explícita da permissão de participação: os usuários são convidados a compartilhar (difundir) a informação postada, comentá-la ou marcá-la (ainda que a dinâmica já descrita do Facebook só permita marcações *positivas*).

O controle exercido via política editorial lembra a dinâmica de uso consentido e sob vigília, anti-característico da Internet da década (LEMONS, 2010). Por outro lado a participação de usuários da rede é registrada nos próprios códigos de interação da rede social, permitindo mesmo uma análise

das valorações da informação-ação pública (assinalada pelo número de *likes*, comentários ou compartilhamentos que cada conteúdo tende a receber).

Entre fevereiro de 2011 e janeiro de 2012 a participação era quase nula. Poucas notícias recebiam um único *like* e não havia registro de compartilhamento em nenhuma das mesmas durante o período. Lentamente a dinâmica muda neste mesmo ano. Em 20 de dezembro o governo divulga a informação de que sua *fanpage* é a mais *curtida* (com número de likes da página, indicando a quantidade de assinantes da mesma e não associados a conteúdos específicos) dentre as demais *fanpages* de outros governos estaduais. Mais de 15.000 usuários assinados contra cerca de 12.000 do estado de São Paulo (o segundo do “ranking”). Ao longo de 2012 e no começo do ano de 2013, o número de assinantes subiu para 22.000 *likes*, mantendo a página como a página governamental mais acessada entre os governos estaduais (ainda que, como discutiremos, o número de assinaturas seja pouco expressivo para os padrões da internet brasileira – a título de comparação, o site do Globo Esporte, programa esportivo televisivo, soma mais de 3 milhões de assinantes no mesmo período) (dados de março de 2013), mas expressivo no comparativo com páginas estaduais (a TV Verdes Mares, afiliada da Rede Globo no Ceará, possuía cerca de 5.000 *likes* no mesmo ano).

A modelagem do noticiamento em rede segue o sistema de referência dos conteúdos centralizados do governo. A gestão dessa informação, articulada em uma rede de repetições usa o Facebook como plataforma renovada e janela extra, mas não sem agregar ao mesmo o mesmo estilo específico de *informe* – a saber, o resumo pontuado e fragmentado da ação pública em cada história.

O *Twitter* assume outra vertente de atuação, ainda que as opções comunicativas sejam semelhantes. Pela dinâmica da rede social, os seguidores (usuários que assinam a página vinculada do Governo) são atualizados de semelhante modo: sua *timeline* recebe cada nova atividade postada na conta pública estatal, intercalando uma sequência mais ou menos fluída de informes (dependendo do dia ou mês, o fluxo de atualizações é mais ou menos constante). De modo muito parecido com o Facebook o *Twitter* sistematiza a prática de fala-sobre-a-ação em um ritmo acelerado e em um espaço curto. O limite de 140 caracteres por *tweet* e a utilização já corriqueira dos *encurtadores*

de URL²⁷ são contornos deste formato de rapidez. Por outro lado e fazendo o exame minucioso das diferenças, o formato unilateral desta rede (que não permite comentários associados a cada postagem) cria um mecanismo de ações sem marcas externas e redireciona a responsabilidade da valoração da informação para os *Retweeets* (RTs), organizando uma economia própria de relevância na Internet que, para os fins de nossa análise aqui, pode ser entendida a partir de três afirmações: 1) a prática de ações públicas publicadas sem distintivo ou interação reproduz uma lógica anterior no campo da difusão política: a da TV, que direciona e introduz os informes em mão única; 2) a reprodução das informações via RT “manual” (o ato de replicar a notícia, editando-a; opção de qualquer usuário) é uma das raras exceções a regra da “pureza” do dito público, permitindo, ainda que de modo a não associar diretamente informação e opinião externa, a aplicação de signos de ação, de reflexão sobre a fala estatal²⁸; 3) a cultura de republicação dos noticiamentos ainda é incipiente e também raramente dotada de diálogo, mantendo intactas as regras usuais estabelecidas pelo mercado de informação das redes.

A economia simbólica destas pequenas estruturas – pequenas no sentido de sua abrangência ainda limitada – é referenciada pela contradição do Estado enquanto máquina diretiva (seja na teoria, seja na prática de nossa história política) e a imagem democrática, cuja exigência pela transparência é uma constante. Assim, a modernização dos meios de exposição vai ganhando vincos de exposição listada – e como lista, desprovida ou pouco provida de adjetivações ou descrições: as coisas são simplesmente ditas, uma depois da outra, com raras e não raro prejudiciais questionamentos externos. O esforço ou ao menos o aparente esforço da elaboração de tais listas está na clareza dos atos listados; mas trata-se, “arqueologicamente” falando (FOUCAULT, 1998) de uma clareza da objetividade sem descrição, de uma voz reiterada apenas por si mesma.

²⁷ Protocolos/serviços que trocam os extensos endereços de websites por versões menores, em combinações de caracteres articuladas a uma espécie de redirecionamento, gerando assim, links menores, passíveis de serem utilizados em uma mídia de espaço limitado.

²⁸ Alguns aplicativos (como os para o sistema operacional IOS) listam os tweets de resposta a qualquer tweet publicado. Ainda assim, além do limitado uso deste tipo de programa, o mesmo não adere o comentário à página de sua produção, fazendo do twitter um ambiente mais isento de valorações externas a cada notícia repassada pela instância pública.

Essas informações nos colocam, mais uma vez, diante do quadro cultural da prática pública de noticiar os feitos de maneira massiva, aberta e oficial. O presente capítulo, visa, no entanto, retornar as notícias usuais, desta vez da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), com o objetivo de perscrutar os motes de tratamento do desenvolvimento a partir da lógica de auto-imagem que o Estado gera por meio de uma secretaria simbolicamente coordenadora.

4.2. Entre sigilos e expressões públicas

O caráter independente da notícia não indica uma independência temática. Acumuladas ou organizadas em torno de *campos* de fala, ou de interesses de comunicação específicos, elas são a interpretação desorganizada do acontecimento pontual e flutuam, como mensagens individuais, no horizonte sem diálogo da estrutura virtual do governo. A mecânica por trás de sua indexação e ordenação leva a conclusão de que a agenda de publicações parece desligada de um débito com a continuidade. É esse aspecto, essa descontinuidade compromissada com uma narrativa constantemente atomizada, que merece especial atenção, dados seus paradoxos – afinal, como é pulverizada, se é intercalada em um espaço temático próprio? Como é fragmentada, se objetiva uma exposição dos feitos da personagem institucional da qual deriva?

Publicadas sem sequência obrigatória as notícias tem como única fidelidade às atividades da secretaria onde são vinculadas – com exceção daquelas, como já dissemos, postadas na página inicial do governo. Expressões de seus feitos “pessoais” (no circuito de ação das próprias secretarias), elas retomam narrativas temáticas, estabelecendo tópicos e subtópicos de interesse público, produzindo cortes próprios de sentido.

Que cortes são estes? Quais os subcampos e temas instrumentalizados no pacote de relações criados dentro do noticiamento? A observação específica das notícias da Secretaria de Planejamento (SEPLAG) dão pistas para uma compreensão mais direcionada do plano discursivo-racionalizante interno na fala do Executivo. Há ali, no índice de relatos, uma produção reiterada dos instrumentos mais elementares que parecem fomentar a base de

orientação dos enunciados: em outras palavras, o sistema que gera as falas desta secretaria em particular estão relacionados com o peso político de um organismo de direção e planificação. Não é uma questão de determinar a importância *real* da Secretaria na disposição e na intervenção das ações da máquina como um todo, naturalmente. É uma questão de observar a composição dela como um personagem de legitimação, uma força de estruturação do que é dito, na medida do poder simbólico que caracteriza sua posição no sistema de documentos.

Não é nova a compreensão de que o governo é, na teoria social, um mecanismo de contradições de acesso: ou seja, tem em sua produção histórica a necessidade de reportar aos poderes que engendram (seja a vontade geral dos liberais, seja as classes dirigentes nas correntes mais instrumentalistas do materialismo histórico), assim como organiza sistemas de segredo e proteção das informações. É máquina de gerenciamento, mas também máquina estratégica, com todas as dependências de ambos os modelos (DREIFUSS, 1993).

Para todos os efeitos, o Estado moderno assumiu as limitações e os conflitos próprios desta condição dupla na medida em que sofreu transições de gestão, partindo de um formato controlador e centralizado para formas cada vez mais republicanas. Na Europa, essa conversão, essa metamorfose nuclear que é herança das revoluções na Inglaterra do século XVII e na França do século XVIII, criou o sentido de governo para o âmbito de uma estrutura estatal mais comunicativa, ainda que não tenha tirado dela a face de monólito. As reformas e redimensionamentos democraticamente inspirados pelos movimentos revolucionários apenas realocou os dispositivos e as chaves de controle à informação para grupos sociais mais diversos. É válido dizer, que atrelada a elevação da ideia de *cidadania* a responsabilidade de prestação de contas das máquinas públicas foi ampliada, mas o estatuto de confiança, o modo pelo qual o poder comunica e para quem ele comunica, continuaram limitados a elites burocráticas, a representantes das classes de poder, a instituições paralelas capazes de pressionar os agentes dentro dos labirintos governamentais (ordens de advogados, grupos religiosos, organizações comerciais de vulto). De um lado, a elevação de valores democráticos como

nova filosofia moderna. Do outro, o signo presente de um refinamento da máquina bélica, das instituições de vigilância (que são a raiz prática das táticas de sigilo) e das reações à complexificação dos demais Estados, como inimigos potenciais. Estavam iniciadas as corridas tecnológicas e gerenciais da competição estatal contemporânea.

A história dessa padronização começa cedo. A organização de novos corpos burocráticos no modelo de Estado absolutista, em meados do século XVI, já dependia de um sistema de escribas e homens contábeis, mas também de um quadro rigoroso de funcionários envolvidos com temas militares e controle de pessoal. A centralização do poder e a administração igualmente centralizada das tributações desenvolveu na França, por exemplo, um senso de rigor estatístico e uma prática calculista para assuntos de estratégia, de mensuração e defesa (STRAYER, 1972). A configuração moderna da observação dos potenciais inimigos internos e externos plantou a semente de práticas conspiratórias, ainda vagamente pensadas como uma estrutura sólida. Uma realidade ainda mais antiga, se pensarmos a política medieval como um rascunho dos mecanismos de destruição de oposições e oposições imaginadas. Dos ataques sistemáticos e internos a instituições rivais no século XIV – das quais os Templários são exemplo, mas o papado também é²⁹ – para uma transição racional mais integrada, presente no período napoleônico (ELIAS, 2001), o Estado francês criou uma forma de agir e reagir que tencionou as práticas do Ocidente, incentivando avanços técnicos e exigindo adequações por parte de todos dentro do jogo. (HOBBSAWM, 2009).

A história militar da Europa Ocidental nos serve, assim, como acesso para compreender como o sigilo e a intimidade do poder concentraram-se, para, mais tarde, entrarem em conflito com um desenvolvimento oposto mais lento e mais precário – o das instituições de participação popular, primórdios dos quais nasce a faceta expositiva, pública e comunicativa dos governos. Os séculos XVIII e XIX serão o palco dessa gênese “dialógica”. As aspas são necessárias, naturalmente. O papel político das revoluções foi o de negociar permissões e controles da máquina pública por parte de facções já associadas

²⁹ Refiro-me ao ataque a ordem de Jacques De Molay, no começo do século XIV e a cisão do papado quando em 1378 é eleito o papa francês em Avignon. Ambas ações com participação e interesse do Estado, na figura do rei.

a contabilidade e ao fluxo de capitais que cruzava o mercado europeu. A ascensão da República na França e gradual garantia de gestão das leis às classes proprietárias na Inglaterra, obrigaram à máquina pública a reformular suas bases de informe. Se antes os diários oficiais nacionais eram pouco mais que gazetas sobre guerras e notícias pontuais de acontecimentos no estrangeiro, eles passariam aos poucos a transformar-se em mecanismos de registro das decisões governamentais e das pautas políticas³⁰.

Por seu turno, o século XX garantiu um agravamento dos sistemas de controle da informação na medida em que propiciou motivos políticos e condições técnicas para toda uma cultura do sigilo (CEPIK e EISENBERG, 2002). As duas grandes guerras revelaram os esquemas de ação e as possibilidades de fracasso e sucesso mediante um tratamento tático da informação. A criação e difusão do computador e dos sistemas de criptografia nos anos 1950, durante a gélida tensão entre EUA e URSS, permitiram novas jogadas e novas estratégias nesse mesmo âmbito de segredo e contra-segredo.

Na mesma medida, a reestruturação democrática com a ascensão dos movimentos sociais em todo o mundo ocidental clarificou o papel das assessorias de imprensa e da cultura do “fale conosco”. Essas dinâmicas foram institucionalizadas tanto no campo dos mercados, que passaram a ficar mais atentos às demandas futuras de consumo, como no espaço das disputas governamentais, apoiadas pela expectativa de sucessos eleitorais duradouros.

Mesmo com o fim da Guerra Fria, a modernização dos modos de ser e ver dos Estados nacionais do Ocidente na forma de sua racionalização e reaparelhagem, teve como segunda etapa um estreitamento das tecnologias de difusão e seleção da segurança. O método norte-americano de tratamento da informação entra neste ponto da história estatal como parte do aprimoramento das técnicas de inteligência e contra-inteligência que se transformarão em um novo paradigma global. Em paralelo o desenvolvimento da publicidade pública correrá na direção de redesenho do discurso político como ação visual, reforçada pelos novos artefatos de mídia. No momento em que o controle e o uso da informação tornam-se uma ciência prática de enunciados e jogos

³⁰ História do Diário Oficial Francês (Journal Officiel) disponível em <http://www.dila.premier-ministre.gouv.fr/qui-sommes-nous/historique-dila.html>

materiais muito complexos, o Estado torna-se personagem de um conto de oratórias: o que ele faz é o que ele fala, ainda que ação e promessa não tenham sido convertidas em sinônimos. A melhor forma de entender essa relação em emergência é a ideia de *feito*.

4.3. O feito e a organização da imagem

Para os fins deste trabalho o *feito* é um conceito que aponta para as ações descritas e evidenciadas pelo Executivo como importantes intervenções na realidade social e em seus problemas imediatos – é, desse modo, a transcrição simbólica de uma ação politicamente dotada de valor presumido. No sentido das ações noticiadas do Estado, ele ganha sentido como diálogo e anteparo de uma imagem de planejamento, porque registra ações interventivas que tem algum custo de organização e execução. O feito, portanto, reescreve a dinâmica da intimidade estatal – uma intimidade que enfim é sigilo, característica histórica dos governos. Ele é como uma forma de exposição e contabilidade de sua racionalidade: cada ação, cada mudança praticada pelo Executivo é um eco de sua capacidade de fazer, de sua organicidade e potencial de estruturar os recursos públicos na forma de realizações *úteis*. Ainda assim, os feitos não explicam-se, meramente como descritores de ações isoladas (como abertura de postos de saúde) ou de um conjunto de coordenações prévias (como programas de crédito agrário): eles visam atestar a personagem-Estado, sua dinâmica de interlocução prática, seu reinado de ação e possibilidades de ação – como já dissemos, como uma espécie de currículo-vitrine.

PIB do Ceará registra crescimento de 3,1% em 2009

Qui, 11 de Março de 2010 17:40

O crescimento do ano passado contribuiu para que PIB do Estado chegasse aos 1,96% do PIB nacional.

O Produto Interno Bruto (PIB) cearense teve um crescimento de 3,1% em 2009 em relação ao ano de 2008. O resultado ficou acima do PIB nacional que apresentou decréscimo de -0,2%. Os resultados do PIB do Ceará somaram R\$ 60,79 bilhões,

em dados preliminares, o que significou um PIB per capita de R\$ 7.385,00. Para o País, os valores são R\$ 3,1 trilhões, referente ao produto interno bruto em valores correntes, e R\$ 16.417 de PIB per capita, em valores preliminares. Com esses números, o Ceará alcança a marca de 1,96% do PIB nacional. Os dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) foram apresentados na tarde desta quinta-feira, dia 11.

"O Ceará tem que buscar obstinadamente um crescimento sempre maior que o do Brasil. Isso porque contamos com cerca de 4% da população brasileira e o PIB ainda está aquém do que deveria ser. Mas, felizmente, graças aos investimentos que visam o desenvolvimento do Ceará, conseguimos ampliar o PIB do Estado para 1,96% em relação ao PIB nacional. Isso é um avanço que demonstra que estamos indo no caminho certo para reduzir diferenças econômicas e sociais históricas", avalia o governador Cid Gomes.

O item de alojamento e alimentação mostra uma tendência de crescimento no desempenho da atividade turística, com ampliação dos postos de trabalho formal. O Ceará recebeu, no ano passado, 2,4 milhões de pessoas, registrando aumento de 14,6% em relação a 2008. A demanda hoteleira foi de 1,3 milhão, com crescimento de 16,9% sobre 2008, gerando uma taxa de ocupação de 62,8%, índice 9,7% superior ao do ano passado. A indústria também registrou uma taxa positiva de 1,1%. Dos quatro segmentos do setor, somente a indústria de transformação apresentou variação negativa de 3,6%. As maiores variações positivas foram verificadas em Eletricidade, Gás e Água (7,7%) e Construção Civil (4,4%). Já a agropecuária cearense apresentou um declínio de 9,0%.

Segundo a secretária do Planejamento e Gestão, Desirée Mota, "foram importantes a ampliação do crédito, salários com ganhos reais, as medidas anti-crise do Governo Federal, com redução de impostos, bem como as ações do Governo do Estado, como a redução de impostos". O secretário da Fazenda, Mauro Filho, reforçou a importância da sequência de medidas adotadas pelo Governo, que tem deixado as pessoas com maior poder de compra e o parcelamento do pagamento de tributos pelas empresas.

Para a economista do Ipece, Eloisa Bezerra, "o ano de 2009 vai ficar marcado na história econômica do Estado do Ceará por conseguir resultados positivos, mesmo com a crise internacional e uma frustração na produção agrícola, registrando crescimento no Produto Interno Bruto (PIB), expansão no volume de vendas varejistas, construção civil em alta, recorde na geração de emprego, novos investimentos".

11.03.2010

Assessoria de Imprensa da Seplag

Luiz Pedro (luizpedro.neto@seplag.ce.gov.br / 85 3101.4508)



Na notícia acima, o texto é acompanhado por uma imagem aparentemente sem relação. Mas economia e qualidade de vida são colocadas

sob um mesmo prisma: a criança, demarcada em um lugar de lazer, como garantia de uma sociedade que alcança estas metas. As notícias observadas ao longo desta pesquisa, instrumentalizam modelos e ideias diversas, mas algumas destacam-se.

Por exemplo, o padrão de reificação da tecnologia e de seus impactos. O tecnológico é uma coisa, uma estrutura, uma operação, uma benfeitoria. O acesso a bens de produção, a infraestruturas e a sistemas de financiamento atrela uma cadeia de recursos capazes de transpor as dificuldades temporais das populações em tese atendidas. Mas junto a isso, a esta esforçada produção de sistemas de atendimento propalados, declarados, a notícia preenche de silêncio os diálogos de aprovação e reprovação, o sentido de resposta dos sujeitos afetados pelos feitos. As falas desses sujeitos desaparecem ou aparecem raramente. Imbuída de um mecanismo de validação por meio da aura da práxis, de utilidade, a informação mantém vazias as locuções de reação (ou seja, o lugar simbólico e textual no qual os demais sujeitos, que não os agentes estatais, emitiriam juízos sobre o que acontece).

A expropriação da fala que é parte do mecanismo da notícia é parte do quê? Quais os elementos que os textos mostram e que apontam, de algum modo, o contato com essas zonas de silêncio? A resposta mais pontual e direta para isso, advinda de um exame do discurso como fenômeno há muito observado pela Teoria Social, remete a um exame das noções de *autor* e da máxima anulação de sua existência no plano da socialização: a *desautorização* a qual somos remetidos ao nos deparar com o mundo do não-dito ou do dito sem validade. Desautorização que é, justamente, essa negação da autoria e não só da autoridade.

A construção de cada um dos métodos de visualização (desde a notícia até a referência das ações públicas) passa pela já mencionada autoria institucional: a secretaria pode estabelecer-se a autoria do texto (e não apenas do feito). Da mesma forma, personagens centrais são convocados e nomeados no sentido de validação e valorização do executado ou daquilo que será realizado. Mais de uma vez, indivíduos isolados ou representantes de grupos sociais afetados surgem com falas complementares e validadoras. Nesse mesmo caminho, contudo, o passo no qual a totalidade dos sujeitos afetados

pelas intervenções estatais desaparecem no corpo dos textos informativos está marcado aqui, na consideração de seleções práticas de conteúdo.

Tais seleções, incorporadas como registros tipicamente parciais e recortados classificam as notícias como janelas de conteúdo mantidas pela plena adesão – como se todos concordassem com o dito ou narrado. Em outras palavras, o modelo de *desautorização* (que nesse caso ganha um significado de *negação de autores*) dá ao texto informativo um caráter de substância objetificada e, assim, inquestionável. Não há, no diálogo do texto, rejeição alguma, questionamento algum, retomada alguma. Trata-se, sobretudo de uma petrificação contínua do ocorrido ou do projeto, isolado, no limite do discurso, como uma inspeção vaga sobre aquilo sobre o qual se fala; uma vigilância falsa, mas ainda assim registrada, sobre o poder inerente de uma ocorrência cujas testemunhas escassas reforçam a verdade do dito justamente por serem escassas.

Em um exemplo deste movimento, tomemos o tema da estiagem:

Governador e Prefeitos discutem medidas contra efeitos da estiagem

Qua, 12 de Maio de 2010 16:41

A média de chuvas neste ano foi pelo menos 15% inferior que a média histórica.

O governador Cid Gomes se reúne, nesta quinta-feira (13), às 11 horas no auditório do Palácio Iracema, com prefeitos cearenses. O objetivo do encontro é discutir medidas para o enfrentamento dos efeitos da estiagem nos municípios. Da reunião participam também os técnicos da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA). A média de chuvas neste ano foi pelo menos 15% inferior que a média histórica, segundo a Funceme.



De acordo com o chefe do Gabinete do Governador, Almircy Pinto, além de atender a uma solicitação da Associação dos Prefeitos do Ceará (Aprece), a iniciativa demonstra a preocupação do Governo Estadual em capacitar e preparar os municípios para o recebimentos dos recursos do Seguro Safra. "O Seguro Safra é fundamental para proteger os agricultores em épocas de seca", destaca. No Estado, dos 172 municípios inscritos, 96 ainda não pagaram nenhuma parcela ou estão com parcelas atrasadas. Aqueles municípios que não regularizarem sua situação até o próximo dia 15 de maio poderão ficar sem os recursos do Seguro. Almircy Pinto adiantou ainda alguns municípios estudam a possibilidade de decretarem estado de emergência.

Mais:

O Seguro Safra é um fundo formado por recursos dos agricultores (1%), municípios (3%), estados (6%) e União (20%). As verbas previstas destinadas ao Ceará nesse último período serão de R\$ 174 milhões, que deverão beneficiar mais de 290 mil agricultores.

Coordenadoria de Imprensa do Governo do Estado

A notícia remete aqui a uma autoria vaga, mas dotada de personagens que, no texto, desempenham todos os papéis, menos o de autores do *comunicado*. Eles são externos e isentos, no que ela busca provocar, ainda que dotados de lugar e sentido: “a iniciativa demonstra a preocupação do Governo Estadual”.

As teorias de formação apontam para os conflitos latentes na formação do Estado interventor – sem deixar a centralidade da história colonial de lado (HOLANDA, 1999) e o longo trajeto do *patrimonialismo* a ela associado. Assim, a expressão do planejamento estatal, como prática específica da modernização e racionalização instituídas com o século XVIII, estabelece o progresso e a lógica da organização social como fundamentos da existência dos órgãos diversos, de uma divisão do trabalho público voltada para a centralização. No caso brasileiro, a dinâmica de apoio dos grupos sociais mercantes e das classes *lucrativas* (FAORO, 2001) impõe um modelo de burocracia conservadora que fará do poder público uma força de contenção e um aparato anti-liberal duradouro. Essa contradição fundamental, que não funciona como unanimidade interpretativa – já que existirão leituras que ligarão o liberalismo à americana ao desenvolvimento do corpo de funcionários e do Estado como apoiador daquele – serve-nos para examinar uma fenda da história estatal. Essa fenda, essa lacuna diversamente abordada, é a origem do racionalismo como instrumental da máquina em meio às transformações práticas do mercado, da produção, da circulação de bens e recursos e das forças produtivas em seu aspecto pleno. Assim, mesmo sabendo da pluralidade interpretativa do tópico, ligo-me a esta vertente para observar o passado circunscrito que ela examina.

Para Faoro (*idem, ibidem*), nosso Estado e seu corpo burocrático emergem, ainda no período colonial, como locais de poder contínuos e duradouros, funcionando não apenas como provedor das condições de avanço da economia mercante, mas também como lugar de oposição a inovações e à ascensão da economia liberal como um todo. Tal resistência criava-se por meio de um sistema de favores, cargos, empregos, pensões e centralizações legais, que estimulavam a dependência de grupos sociais enriquecidos pelo comércio

internacional, assim como pela escravidão e por modos arcaicos de gestão da produção.

A manutenção dessa centralidade gestora estava ligada não apenas a relação pragmática e dependente entre colônia e metrópole: dava sustentáculo à uma cultura da segmentação do poder que era uma cultura de aliados – dito de outro modo: ali estavam as bases de um clientelismo antigo, reforçado pela porosidade entre o público e o privado escolhido pela Coroa.

Com o passar dos séculos e a garantia da independência política, o Brasil assistiria a sequência e herança desse modelo – aparado e ressignificado no decurso de outras forças e tendências. O século XX, produzido como eco de um republicanismo frágil, fará do planejamento uma retomada das forças conservadoras e liberais antes em disputa. Assim, cento e trinta anos depois da chegada de D. João VI, o Estado Novo incutirá uma relação de racionalidade renovada: invertendo a lógica da prioridade e dando margem para a entrada no liberalismo relativo, ainda que apadrinhando pelo Estado-criador, pelo Estado-estruturador (CARVALHO, 2004).

Entre a Era Vargas e as primeiras estruturações do Plano de Metas, no fim dos anos 1950, os ritmos do planejamento mudaram: consolidação do mercado interno, reforço das estruturas cambiais e uma política de infraestrutura capaz de atrair investimentos estrangeiros são o espelho de um projeto modernizador em termos brasileiros.

O histórico de exposição estatal no Ceará remete a uma dinâmica de publicações recentes, voltadas sempre a instauração de uma imagem das gestões que as organizaram. De forma simplista é possível dizer que a centralidade do marketing político, redescoberto nos termos modernos na “Era Tasso”, não é suficiente para explicar esse *continuum*: a operação da auto-imagem pública no Ceará precisará, com o passar das décadas de 1990 e 2000, de recursos técnicos que apenas a última cuidou de fornecer efetivamente, na forma da difusão da Internet. Não porque a TV já desempenhasse essa força, mas porque as novas ferramentas de rede imprimiram acessos mais duradouros e de caráter imediato a ação de apresentar.

Como dito antes, para os fins deste capítulo, a Secretaria do Planejamento do governo Cid é o objeto primário da análise – mais uma vez,

na forma de seu noticiamento. Ela representa, oficialmente, o braço organizador da gestão, assumindo publicamente esse caráter de coesão, de integração e de ênfase na planificação como identidades institucionais.

Vários aspectos das estratégias de exposição já foram mencionados no capítulo anterior. Cabe-nos aqui pensar um pouco mais sobre alguns deles e descobrir, sob sua superfície, a existência de outros. O primeiro crivo, nesse sentido, não poderia deixar de ser a auto-imagem estatal na produção de seus *elencos*, as personas comunicadas que desempenham o papel de referenciar os feitos, liga-los a gestão ou personalizar, sob determinadas regras, a ação estatal como *ação governamental*,

Cid Gomes recebe vice-presidente do BID

Os secretários Bismarck Maia e Eduardo Diogo participaram da reunião

O governador Cid Gomes recebeu nesta terça-feira (11), no Palácio da Abolição, a visita de cortesia da vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Julie Katzman. Durante o encontro, Cid destacou a importância da parceria do Banco para os vários projetos em execução no Estado e o interesse de reforçar sempre essa parceria. "A nossa parceria com o Banco é antiga e nós queremos que essa relação perdure por muitas décadas", definiu Cid Gomes.



Estiveram presentes na reunião o secretário do Turismo Bismarck Maia, o secretário do Planejamento e Gestão Eduardo Diogo e o assessor especial de assuntos federativos Danilo Serpa.

11.10.2011

Coordenadoria de Imprensa do Governo do Estado

Novamente, a figura do governador é a primeira a ser mencionada. É a primeira porque, da forma como é representada no conjunto de materiais, ele destaca-se como uma “raridade valorizada”, aparecendo, curiosamente, pouco nas narrativas (no contexto, vale lembrar, das notícias da SEPLAG). Quando surge, surge como uma fala que quer determinar o valor do informe. Sua citação é um movimento de afirmação que fecha o conteúdo básico do comentário, dando apenas espaços para adendos. A fala aparece, portanto, como agregador dos temas e como palavra de encerramento. A confirmação do personagem-de-governo é posta, ainda que outros elementos distraiam sua

produção (a foto descontraída, a menção a outras figuras antes de qualquer referência ao mesmo).

Junto ao governador está o próprio Governo. Como já mencionamos (no capítulo anterior), ele é invocado em momentos de despersonalização da máquina e da gestão, fazendo às vezes de Estado sem rosto. A Secretaria é alocada como sua representante, mas ainda de modo a manter o tom institucional da cena.

Abaixo, algumas notícias que apresentam essa prática

Governo apresenta PPA 2012/2015 para deputados



Secretário Eduardo Diogo fará a apresentação do documento

O Governo do Estado, por meio da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), apresenta nesta terça-feira, dia 4, na Assembleia Legislativa, o Plano Plurianual Participativo e Regionalizado (PPA 2012/2015). O secretário da Seplag, Eduardo Diogo, a convite do presidente da Assembleia, deputado Roberto Cláudio, fará a apresentação do documento, às 10h30min, no Plenário 13 de Maio, para análise e votação dos deputados. A entrega do documento foi protocolada na Assembleia na manhã da última sexta-feira, dia 30, cumprindo prazo legal estabelecido pela Constituição.

O PPA 2012/2015 começou a ser elaborado este ano nas secretarias estaduais e nas 17 oficinas regionais de planejamento, entre os meses de junho e julho, percorrendo as microrregiões do Estado, ouvindo sugestões e propostas de 6 mil cearenses que estiveram presentes aos encontros regionais. A novidade na elaboração do PPA Participativo e Regionalizado, coordenada pela Vice-Governadoria e Seplag, foi a implantação de um blog interativo, mais um canal de comunicação entre o Governo e a sociedade cearense (www.ppaparticipativo.ce.gov.br).

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no artigo 165 da Constituição Federal de 1988. O PPA declara as escolhas pactuadas com a sociedade e contribui para viabilizar os objetivos propostos na consecução dos resultados almejados. O Plano Plurianual estabelece a alocação de recursos para um período de quatro anos.



Novo contrato deve ser de US\$ 600 milhões

O Governo do Estado, por meio da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, iniciou na manhã desta sexta-feira, dia 15, entendimentos com representantes do Banco Mundial no Brasil para a assinatura do acordo da operação SWAp III. O secretário da SEPLAG, Eduardo Diogo, anunciou, durante a reunião, que a disposição do governador Cid Gomes é fazer a terceira etapa da operação no valor total de 600 milhões de dólares.



Eduardo Diogo acrescentou que a disposição do Governo é iniciar a nova etapa dentro do prazo mínimo possível. A missão do Banco Mundial deverá estar de volta a Fortaleza no próximo mês de novembro, quando deverá ser validada a proposta do projeto SWApIII para ser assinada.

“Ficamos à disposição de vocês para construir os novos passos desse acordo”, acrescentou o titular da SEPLAG, destacando a importância das conversações com o Banco Mundial. “Para nós do Governo do Estado é importante não apenas manter essa aliança, mas aperfeiçoá-la e aprofundá-la”, enfatizou Eduardo Diogo.

Participaram também do encontro o secretário adjunto da SEPLAG, Philippe Nottingham, o Diretor Geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, Flávio Ataliba, o coordenador Técnico-Financeiro da SEPLAG, Mário Fracalossi, e a assessora da Operação SWAp no Governo do Estado, Cristina Medeiros.

O Banco Mundial esteve presente com o gerente do projeto SWAp no Banco Mundial, Tomas Kenyon, o assessor da Gerência do Projeto, Cristian Quijada Aqua, e os especialistas Clarisse Dall Aqua (Salvaguardas Sociais), Gumars Platais (Meio Ambiente), Isabel Rocha Pimenta (Saúde) e Regis Cunningham (Sênior em Gerenciamento Financeiro).

Durante a reunião, os representantes do Banco Mundial fizeram observações sobre o desempenho do Ceará na segunda etapa da operação. Para o secretário Eduardo Diogo, o recurso é importante “mas não menos importante é a crítica para melhoria das ações”, pontuou. O papel da SEPLAG, a partir das avaliações técnicas da equipe do BIRD, é aperfeiçoar esses resultados nas setoriais.

O governo é o executor das mudanças, mas ainda é o personagem provedor das racionalidades, das acelerações e dos atendimentos de prazo. Ele configura-se como um agente de uma inteligência social, que participa, junto com organismos internacionais (como o Banco Mundial), nacionais (como a SUDENE) ou locais (como a Assembleia) de projetos integrados, enfatizando sua integração nos comunicados. Como antes, os números, o valor, a dimensão dos acordos e a máxima amplitude dos mesmos por meio de dados e comparações cria vínculos entre a máquina sem face e a ideia de eficiência e abrangência relacionada ao quantitativo.

A SEPLAG tem o papel enfatizado, o que remonta a outra característica recorrente: o tratamento da auto-imagem setorial. Mas, junto a isso, a percepção, no caso da SEPLAG, de seu papel de centralização tecnológica – demarcação de um campo simbólico sobre a qual a secretaria atua, como um tipo de inteligência ou racionalidade a que todo símbolo presumido de

racionalização se conecta. O que nos leva às notícias que movimentam o espírito do “tecnológico”:

Cinturão Digital beneficiará 85% da população urbana do Ceará

O CDC é a maior rede pública de banda larga do Brasil. O ministro Aloizio Mercadante definiu o Cinturão como exemplo da rodovia do futuro.

“O Cinturão Digital do Ceará é um exemplo da rodovia do futuro”. A afirmação foi feita pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Informação, Aloizio Mercadante, nesta quinta-feira (3), durante a inauguração do Cinturão Digital do Ceará (CDC) no auditório do Palácio da Abolição. O governador Cid Gomes ressaltou o pioneirismo do Estado na viabilização da banda larga para todo o Ceará e que o investimento feito, no valor de R\$ 58 milhões (verba federal e estadual) logo será absorvido pela economia gerada pela transmissão de dados e pela diminuição de despesas de telefonia ocasionadas pelo CDC.



A solenidade foi transmitida em videoconferência com o Hospital Regional do Cariri, em Juazeiro do Norte, com o posto de fiscalização de fronteiras de queimadas, em Tianguá, e com a Escola Estadual de Educação Profissionalizante Dona Creusa do Carmo. As conferências foram realizadas com o objetivo de mostrar alguns dos serviços públicos que serão beneficiadas com a implantação do Cinturão.

No Hospital Regional do Cariri, foi possível acompanhar, ao vivo, uma ultrassonografia obstétrica, demonstrando um dos muitos procedimentos que poderão ser realizados a distância. “É um avanço para a saúde básica, e até mesmo na realização de cirurgias. Evita o deslocamento desnecessário de pacientes em busca de um diagnóstico que pode ser realizado através de videoconferência”, explicou o secretário da Saúde, Arruda Bastos.

Outro empreendimento público que será incrementado depois do CDC é a fiscalização de postos da Sefaz. Serão instalados quatro scanners fixos e um móvel para agilizar o monitoramento de cargas. Durante a conferência, foi demonstrado o escaneamento de cargas de caminhões no posto de fiscalização de Tianguá, o primeiro em operação. Além da visualização da carga, poderá ser feito simultaneamente a pesagem dos veículos em movimento, com acerto de 95%. Na prática, isso viabilizará a diminuição de sonegação e o transporte de cargas ilegais.



Todas as escolas públicas estaduais terão acesso à banda larga e uma demonstração foi feita ao vivo direto da Escola Profissionalizante Dona Creusa, em Fortaleza. "É um novo caminho para o conhecimento, iremos romper os limites da sala de aula", disse o Ministro. "Saímos à frente no desenvolvimento das economias. Estamos diante da infraestrutura mais moderna de banda larga do país, que vai agilizar bastante o Plano Nacional de Banda Larga", comemorou o Ministro.

De acordo com o Governador, a implementação do Cinturão será realizada em duas etapas. "Na primeira etapa, estamos interligando os equipamentos do Governo. Num segundo momento, iremos ampliar o

acesso à população, abrindo licitações para provedores de internet, dando acesso à banda larga e em contrapartida, disponibilizarem um preço reduzido à população", garantiu Cid Gomes.

O CDC constitui de uma infraestrutura de 2.600 km de fibra óptica conectando 92 cidades, com cobertura inicial instalada na sede de 53 municípios, o que corresponde a 85% da população urbana do Estado. A determinação do governador Cid Gomes de dar ao CDC a importância de projeto estratégico para o Estado, levou à construção de uma rede de transmissão de dados pioneira e que já é vista como modelo para outros estados. O Cinturão permite a conectividade dos cidadãos em alta velocidade. Serviços públicos serão beneficiados com aplicações de telemedicina, educação a distância, monitoramento de cargas nas fronteiras, câmeras de vigilância, entre muitos outros.

Também estiveram presentes na solenidade o presidente da Assembleia Roberto Cláudio; o senador Inácio Arruda; os secretários da Ciência, Tecnologia e Educação Superior René Barreira; do Planejamento e Gestão, Eduardo Diogo, e da Fazenda Mauro Benevides Filhos; o presidente da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (Etice), Fernando Carvalho, e os deputados federais Ariosto Holanda, Domingos Neto, Chico Lopes, Artur Bruno e José Guimarães.

03.11.2011

Coordenadoria de Imprensa do Governo do Estado

Casa Civil (comunicacao@casacivil.ce.gov.br / 85 3466.4898)

A validação tecnológica, junta a invocação do governo federal como agente de apoio e garantia dos informes. O retorno de convocação de personagens icônicos, que reforcem o valor-do-feito, também está presente.

Cabe uma reflexão sobre esse retorno, no caso do planejamento. As figuras-chave surgem aqui como uma exposição da multiplicidade de relações entre poderes e instâncias, tornando o conteúdo um eixo, um nexo de seriedade a se presumir. Nesse sentido, a política é relembada como vínculo entre forças e representações, ainda que em um simbolismo pontual, desprovido de continuidade ou desprovido ainda de referência à sociedade civil. A política das personalidades emerge como mapa da figuração necessária – dos agentes necessários para enfatizar a pluralidade de participações e aceites oficiais no tema abordado.

O tópico é expandido quando a relação entre planejamento e ciência entram na pauta de temas da Secretaria. O tom de desenvolvimento da ideia de que este é um assunto que cabe à SEPLAG, na medida de seu papel na compreensão da economia aparece e reaparece nos momentos de descrição da participação do governo em espaços também plurais (onde outras instituições, internas ou externas ao Executivo, estão presentes).

4.4. O Estado no Ceará: elenco e dramas simbólicos

O lugar de fala do Executivo é de um tratamento do espectro técnico do Estado que referencia seus movimentos de “mecanização” da realidade social nos discursos sobre problemas e metas. Essa mecanização, orientada por uma tradição discursiva da formalidade oficial (onde cabe ao governo o domínio do saber numérico e plenamente pragmático), regula e descentraliza (retira de foco) a dimensão política e todos os elementos de escolha que a participação também convoca. Aqui o não-dito também retorna: quem são as agências envolvidas no plano mais amplo? Quais os personagens a que elas estão relacionadas?

As notícias frequentemente expõem uma didática seletiva: ora explicam ao leigo o contexto do feito, ora ignoram dados-base, cobrindo o conteúdo da aura perita que percorre o modelo de afirmação aqui inspirado. Essa escolha (que, como tudo o mais acima, está expresso nos exemplos de notícia abaixo), é paralela a outro não-dito complementar: em que sentido esse feito é relevante: quais os capitais simbólicos presentes nesses encontros? Aqui, uma vez mais, o sigilo é parte da validade: como dirigir-se a públicos difusos, a uma sociedade civil difusa, sem informar o que não pode ser informado aos demais atores políticos? Como contar o que interessa abertamente se o que interessa pode pôr em risco a realização (dados os detalhes de interesse)? A resposta, ao que parece, reside em uma *pasteurização* dos comunicados, homogeneizando a estrutura das falas e tornando os conteúdos informativos dentro de uma superficialidade rápida.

Secretário lembra importância do índice de felicidade da população



Declaração foi feita no Encontro Economia do Ceará em Debate

Ao participar da solenidade de abertura do VII Encontro Economia do Ceará em Debate, o secretário do Planejamento e Gestão, Eduardo Diogo, declarou ser importante a discussão entre a teoria e a prática, reunindo setores da academia e dos poderes Executivo e Legislativo, "para que efetivamente, ao final desse encontro, possamos fortalecer a melhoria da qualidade de vida dos cearenses, com as políticas públicas". O titular da Seplag disse ainda que "a discussão deve levar em consideração o índice de felicidade da população, quando vivemos um momento muito especial. É preciso consolidar os anos de realizações com a liderança do governador Cid Gomes".



O evento foi realizado no Complexo de Comissões da Assembleia Legislativa com a presença de secretários, servidores públicos e professores das universidades. Além do secretário Eduardo Diogo, estiveram na mesa principal do evento o deputado federal Artur Bruno, representando o presidente da Assembleia, deputado Roberto Cláudio, o secretário da Cultura, professor Francisco Pinheiro, o professor Almir Betancourt, representando o secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e o diretor geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, Flávio Ataliba.

Governo tem encontro com representantes de Agência Francesa



Objetivo é promover estudos para acordo de cooperação

O Governo do Estado, por meio das secretarias do Planejamento e Gestão (SEPLAG) e da Fazenda (SEFAZ), iniciou entendimentos com representantes da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para firmar acordo de cooperação destinado a execução de projetos de abastecimento d'água, saneamento e tratamento de esgoto. O secretário Eduardo Diogo, da SEPLAG, informou a orientação do governador Cid Gomes para as novas linhas de crédito e disse considerar positivo estudar essas possibilidades, principalmente com recursos para o meio ambiente.



O secretário executivo da SEFAZ, Marcos Coelho, destacou o equilíbrio fiscal do Governo do Estado, o que é fundamental para a captação de recursos externos. Acrescentou que o pagamento da dívida está em dia, com baixo comprometimento. Disse ainda que a equipe técnica da SEFAZ está à disposição para assessorar a SEPLAG no encaminhamento de projetos a serem propostos.

O coordenador Técnico-Financeiro da SEPLAG, Mário Fracalossi, informou que o Governo do Estado possui muitos projetos na área sócioambiental, que precisam avançar, principalmente na Região Metropolitana de Fortaleza. Adiantou que as áreas de mangue precisam de intervenção para preservação por conta da pressão imobiliária. Disse ainda que o Governo desenvolve, com apoio do Banco Mundial, o projeto do Geopark do Araripe, "Recentemente o Estado filiou-se à Associação Internacional de Montanhas Famosas, tendo sido incluídas, além da Chapada do Araripe, os Monólitos de Quixadá, Serra de Guaramiranga e Serra da Ibiapaba", informou Fracalossi. Em todas essas regiões serão necessários investimentos para o desenvolvimento econômico, com sustentabilidade ambiental.

Participaram também o secretário adjunto da SEPLAG, Philippe Nottingham, e os dirigentes da AFD, Gérard Larose, diretor, Jean Claude Pires, diretor-adjunto, e Laure Schalchli, gerente de projetos. Equipes técnicas do Governo e da Agência farão os estudos e análises das possibilidades de acordo de cooperação para apreciação do governador Cid Gomes.

A relação entre os vários espaços institucionais permanece no centro das exposições do noticiamento. Ela é acompanhada dos elementos já citados, dos

conteúdos de valor e contínua atrelando os personagens clássicos da rede governamental em um panteão de significado: o planejamento também como um conjunto de relações e contatos.

O uso dos nomes e de material fotográfico segue como uma ênfase no factual. Em cada conjunto de matérias nas quais um evento relevante é apresentado (e cujo relevância é afirmada pelo lugar que ocupa) temos a fotografia como instrumento de realidade, de apresentação revisada ou de ratificação simbólica do ocorrido. Aqui, o *feito* é reencenado como ações-projeto, como um futuro realizado no agora através da participação ritual e do ritual de organização interna e presente no planejamento como ideia.

Por seu turno, a linguagem narrativa, explica as vinculações e constrói a publicação com um teor de esclarecimento, mas também com marcas de valorização dos elementos “estratégicos” da ação estatal. O movimento discursivo é produzido sobre uma tensão invisível, que é construída entre o fato e seu valor: as cenas narradas nas notícias da SEPLAG constantemente espelham o sentido linear da modernidade como ideia. O tecnológico é uma constante personagem paralela, cuja existência é sempre recoberta de dinamismo, organicidade e propósito. O tecnológico (em termos de materiais ou em termos de treinamentos) é deslocado pelos substantivos, como *demanda*, *experiência* e *desempenho*. Eis a substância desta parte da fala. A SEPLAG incorpora a responsabilidade de viabilizar os elos entre esses elementos e internalizar tais práticas no governo.

A noção de “demanda” presente nos textos, reitera o papel “fornecedor” do Estado, instruído como máquina de provimento. O “planejamento constante” entra nesta esfera, ampliada como propósito do Estado como gestor dos recursos do provimento. Mas mais do que isso, reforça a existência de uma demanda externa, que confirma a validade da prática e torna o projeto uma forma viável de ação.

Secretário Adjunto destaca aperfeiçoamento constante

Philippe Nottingham abriu Curso de Formação de Gestores de TIC

Ao abrir a primeira turma do Curso de Formação de Gestores de TIC, na manhã desta segunda-feira, dia 3, o secretário adjunto da Secretaria do Planejamento e Gestão, Philippe Nottingham, destacou a importância da iniciativa numa área em constante evolução. “As tecnologias se apresentam de uma forma muito dinâmica”, reforçou Philippe, lembrando que se trata de uma área muito estratégica, “porque a tecnologia da informação está nas principais ferramentas de funcionamento do Governo”, reforçou o secretário adjunto da Seplag. Philippe salientou que “a nossa capacidade de gestão é básica e precisa estar em constante aperfeiçoamento, para a efetividade das ações do Estado”, reforçou.



A Escola de Gestão Pública, órgão vinculado à Secretaria do Planejamento e Gestão, é a responsável pela realização do curso, uma demanda da Coordenadoria de Estratégias de TIC da Seplag. A diretora da EGP, Lena Neiva, externou a satisfação de estar num espaço de desenvolvimento das pessoas, iniciando um curso de 130 horas com 13 módulos para as pessoas que fazem a gestão de TI do Estado. Após a abertura, a coordenadora de Estratégias em TIC da Seplag, Lícia Viana, falou sobre a Visão Geral das Políticas de TIC do Estado.

O curso será ministrado até março de 2012 por professores universitários e profissionais do Governo e da iniciativa privada, com larga experiência nas melhores práticas de Governança de TI. O objetivo é promover a capacitação em Governança Corporativa de TI, para o melhor desempenho das suas atividades institucionais, alinhando à estratégia de negócios, norteados pelas metodologias e modelos de Governança de TI, bem como pelas políticas, normas e padrões do Governo do Estado.

As ações ligadas ao tema da tecnologia perfazem, por fim, uma estrutura de solidez e confirmação da estrutura discursiva moderna da ação. Juntam-se ao quadro palavras como *desempenho*, *aperfeiçoamento*, *efetividade* e *evolução*. A matriz conceitual em voga gira em torno de um eixo de consentimentos utilitários, movidos segundo uma lógica de produção da ação e do planejamento *estratégico*.

Neste ponto é conveniente observar a naturalização – dentro e fora da ciência política e das ciências econômicas e dentro e fora do discurso estatal – dessas expressões e das compreensões a que elas levam. A máquina pública, como *máquina*, é elaborada e reelaborada no sentido de um agente calculada, para o qual o numérico, o progressivo, o acumulativo e a eficácia são estruturas de execução; e a política, o desdobramento participativo no planejamento é pontual, limitado às nomenclaturas documentais e ao universo fronteiro de participações institucionais.

É fundamental ainda acrescentar mais um tópico a este mapa. As notícias da SEPLAG incorporam um padrão de exposição que aponta para o *encontro formal*, a *reunião*. As fotografias e os espaços descritivos dos encontros entre figuras oficiais e sob o manto de temas definidos, registram essa imagem como central no discurso produzido pela secretaria. Ela é, sob todos os aspectos, um signo em elaboração e uma forma de tratamento do tipo de *feito* da SEPLAG: a racionalização do planejamento e da gestão das ações mais amplas na esfera estadual do Estado.

Assim as reuniões aparecem, sucessivamente, como ritual – além de prática, símbolo. Elas inundam as referências de notícia, esclarecendo (construindo) esse sentido de *fazer* institucional e agregando nele o peso e os capitais simbólicos da participação de figuras ou aparelhos chave. Eles estão lá, presentes e essa presença comprovada, registrada e formalizada pelo texto de informe é uma continuidade na produção do planejamento em seu caráter de vitrine, de relatório e de acomodação do que o imaginário político administra como representante da ideia de planejar e gerir.

Cada um desses pontos nos devolve ao imaginário central em discussão: as relações entre Estado e desenvolvimento na SEPLAG são embebidas em uma aura de relação e conexão. Elementos como tecnicidade e racionalidade são recobertos por esta presença da imagem do encontro, quebrando a ideia geral da gestão individual – em termos de imagem. Ao longo da leitura dos textos, da travessia por meio de uma rota de exposições-fragmento, encontramos essa dicotomia em um ato de economia simbólica – os investimentos estatais são entendidos sob a racionalidade do Plano Participativo e Plurianual Regionalizado (PPA) e suas ações moduladas por reuniões de decisão, mas a lógica estatal permanece reforçando, antes de mais nada, a razão e seu corolário de ideias diretas. É como se, para os efeitos de uma cultura das notícias, a ideia de decisão vivesse esse recorte entre as forças em jogo e a racionalidade que as alimenta – uma vez que cada agente apresentado, institucional ou individualizado é sempre apresentado como racional, funcional e oficial, para os fins de validação do feito de planejamento. A intimidade vai, dessa forma, sendo reconstruída: as decisões formais, as reuniões relatadas que as produzem, são, em sua imensa maioria, elaboradas dentro de espaços de poder fechados, limitados a representações executivas e

relações entre órgãos públicos. Mas essa intimidade, esse fechamento íntimo aparece aqui como instrumento público. Sua publicação, a publicação da intimidade, é ferramenta maior na concretização de uma imagem política daquilo que é técnico, encerrado em códigos e poderes que não estão abertos a todos, mas que precisam ganhar o apoio difuso da cultura para ter poder. Ou seja, especialmente ainda no caso deste tipo, os noticiamento agem como um sistema *perito*, que funda-se na exposição controlada daquilo que é capaz de executar.

Secretário participa de reunião na Sudene

Eduardo Diogo representou o Governador Cid Gomes

O secretário do Planejamento e Gestão, Eduardo Diogo, participou na última quinta-feira, dia 10, representando o governador Cid Gomes, da 13ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O encontro, que ocorreu no edifício sede da autarquia, em Recife, foi dirigido pelo presidente do Conselho Deliberativo da SUDENE, o Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, com a presença do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.



A reunião contou com a participação de governadores e representantes dos estados do Nordeste e do Estado de Minas Gerais, além do presidente do Banco do Nordeste, Jurandir Santiago. Dentre os temas discutidos durante a reunião, ganharam destaque: as diretrizes e prioridades dos Fundos Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) para 2012.

Durante o encontro, o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, anunciou que o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) poderá ser usado para o fomento de novos empreendimentos. Na ocasião, o ministro também defendeu maior autonomia da Sudene, através da transformação do referido fundo em um fundo financeiro - ao invés de simplesmente um fundo contábil, forma como ela funciona hoje. O ministro estimou que o FDNE poderá, em um prazo de dez anos, ser um fundo de R\$ 35 bilhões. Para o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, "esses fundos poderão se tornar autônomos nos próximos anos".

O FNE é administrado pelo Ministério da Integração Nacional e operacionalizado através do Banco do Nordeste. A partir de agora, micro, pequenas e médias empresas, com receita operacional bruta de até R\$ 2,4 milhões e agricultores, terão acesso ao crédito. O objetivo é que os grandes empreendedores tenham acesso a, no máximo, 20% do fundo, enquanto micro e pequenos ficarão com pelo menos 51%.

Ao Banco do Nordeste coube a apresentação dos resultados decorrentes da aplicação das regras aprovadas pela Resolução Condel nº 030, de 29/04/2010, que trata da liquidação de dívidas pelo equivalente financeiro do valor dos bens penhoráveis, e da proposta de alteração nas condições de renegociação.

Instituições como a SUDENE, o Banco do Nordeste e o Ministério da Integração Nacional ilustram aqui essa convocação das figuras para o complemento da imagem – colocando a análise tanto junto ao uso do icônico, como junto a centralidade da imagem-de-reunião. Duas notícias, por fim, completam a ilustração que procuro convocar aqui. Elas expressam a reunião

como uma *reunião de personagens*, onde o grau do icônico do encontro assume a marca final da personalização:

Seplag realiza encontro com Escritórios de Planejamento

Objetivo foi promover nivelamento e integração

Técnicos das equipes dos Escritórios de Monitoramento de Projetos da Rede Estadual de Planejamento do Governo estiveram reunidos na manhã desta quinta-feira, dia 20, para um encontro de nivelamento e integração. O evento teve como local o auditório da Escola de Gestão Pública e foi aberto pelo secretário adjunto da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), Philippe Nottigham.



Após a abertura, o professor Facundo Barbosa, da Fundação Getúlio Vargas, fez palestra sobre Experiências de Implantação de Escritórios de Projetos. O coordenador de Planejamento, Orçamento e Gestão da Seplag, Marcos Medeiros, fez o nivelamento do panorama atual apresentando os avanços e desafios do processo de fortalecimento da Rede Estadual de Planejamento.

Técnicos das secretarias da Justiça e Cidadania, Infraestrutura, Desenvolvimento Agrário e Saúde falaram sobre as experiências de implantação e avanços nos Escritórios de Monitoramento de Projetos. No final, houve uma dinâmica de integração na qual os grupos contribuíram com sugestões para fortalecer o processo de implantação e implementação dos EMPs.

Participaram do encontro técnicos das secretarias das Cidades, Desenvolvimento Agrário, Saúde, Trabalho e Desenvolvimento Social, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Cultura, Justiça e Cidadania, Esporte, Planejamento e Gestão, Infraestrutura, Recursos Hídricos, Segurança Pública e Defesa Social, Turismo, Educação Básica e Pesca e Aquicultura, além do Conselho Estadual de Políticas do Meio Ambiente.

Grupo “Novos Líderes” participa de reunião na Seplag

Os participantes estiveram reunidos com o secretário Eduardo Diogo

Jovens empresários cearenses, integrantes do grupo “Novos Líderes”, estiveram reunidos na manhã desta terça-feira (23/08) com o secretário do Planejamento e Gestão, Eduardo Diogo, abrindo a série de encontros que a Seplag promove com representantes de diversos segmentos da sociedade. O objetivo do encontro, realizado na Sala de Reuniões da Seplag, foi escutar a percepção que os participantes têm do Governo, além de colher sugestões e ideias para que possam ser trabalhadas para implementação. “Estamos fazendo os ajustes para o período de 2012 a 2014 e nessa missão é muito importante essa interlocução com a sociedade”, acrescentou o titular da Seplag.



Durante a apresentação, Eduardo Diogo mostrou o organograma com todos os 64 órgãos e entidades do Governo do Estado, bem como o organograma da Seplag, detalhando as competências e principais ações de cada coordenadoria. Falou também sobre o processo de elaboração do Plano Plurianual Participativo e Regionalizado (PPA), que envolveu mais de 6 mil participantes. Destacou também, dentre outros assuntos, a importância dos instrumentos de planejamento e o crescimento dos investimentos do Estado no primeiro mandato do Governador Cid Gomes, que deve chegar a 2014 com um volume superior de R\$ 10,5 bilhões.

A presidente do grupo “Novos Líderes”, Ticiania Rolim, enfatizou a importância da iniciativa do secretário Eduardo Diogo em dar aos participantes a noção do funcionamento da máquina do Governo. Para o empresário Edson Queiroz Neto, “o encontro servirá como o pontapé inicial para que possamos ser parceiros do Governo nas ações para melhorar a qualidade de vida dos cearenses”.

Por que, enfim, falar de *massificação dos feitos*? Essencialmente estamos discutindo neste ponto o tom de exposição que o planejamento representa, na nova dimensão da intimidade – e nas contradições de seu novo uso. É esse caminho traçado pela temática do planejamento na recriação da publicidade-intimidade, que regula os modos de uma “indústria” simbólica do feito. O feito, a realização ou ação que o Estado configura, aparece, aqui, não como os *resultados do planejamento*, mas no *próprio planejamento* como *realização*. A reunião, sua imagem replicada e reproduzida em notícias que buscam divulgar os afazeres da secretaria, faz o papel de protagonista nesta peça e neste rito.

As notícias acumulam-se em um turbilhão de repetições desta máxima do encontro – e do encontro personalista. Os “novos líderes” ou os representantes técnicos dos escritórios de planejamento, estão aqui porque demonstram um tipo recorrente de personagem: a figura que existe por um destaque enfatizado pelo próprio texto, em um exercício de produção do “ilustre”. Tais ilustres personagens recriam o ciclo de valorização dos encontros, em uma cadeia de retroalimentação simbólica bastante visível.

Em tempo: a intimidade redefinida do Estado na esfera estadual não está desprendida da história particular das forças políticas no Ceará. Ela emerge dentro da cultura já mencionada da modernização regional e, para ser mais direto no caso dos últimos seis anos, emerge da cultura de valorização e estruturação da modernidade como tema, ferramenta, pano-de-fundo e sustentação valorativa das realizações políticas (reais e imaginadas).

Capítulo Quinto

Notícia, documento e contexto – ferramentas para uma sociologia do texto em rede

Tomando o histórico considerável de debates teóricos e políticos sobre o "papel do Estado" na ordem de ações públicas e na ordem social em si mesma, nos voltamos a pergunta de "como, tomando o caso do Ceará como instância da máquina estatal, o poder público, na forma do Executivo, se define e define suas "funções"? Dito de outros dois modos: Quais as estratégias pelas quais o Estado confere sentido a sua ação institucional? ou, pensando a sua dinâmica moderna de retomada do desenvolvimento como matriz de fala legitimadora, "como o Estado busca se definir, se limitar e se mapear no campo dos noticiamentos que faz de si mesmo?".

O presente capítulo funciona como uma retomada metodológica de toda a discussão feita até aqui. O motivo de estar no fim da exposição tem a ver com um entendimento específico da pesquisa: ela é fruto de um trajeto de observações e interpretações, cujo itinerário final nos leva a perceber os necessários desvios da viagem. Mas indo além da metáfora: a (re)construção metodológica que aqui rascunho é influenciada pela leitura de que o objeto-texto, o discurso de notícia e todos os seus estatutos, abrem portas para um corte no tratamento dos objetos em sociologia. Um corte direcionado a nossa visão de campo de pesquisa, de sujeitos pesquisados e de amparos teóricos. Procuo, aqui, cavar algumas trincheiras práticas para o debate sobre a política e suas formas de apresentação discursiva, mas, também, para o debate da sociologia como uma ciência das representações e das falas.

5.1. Desenvolvimento e documento virtual

A premissa do desenvolvimento como papel estatal se atrela a uma referência dupla. De um lado, a modernização legitimadora dos agentes políticos que buscam reproduzir sua permanência na esfera do poder através

da confirmação dos planos de ação imaginariamente presumidos para a continuidade do projeto moderno - seja ele qual for, no contexto dos discursos do momento - é uma forma de garantia da centralidade do Estado enquanto agente de incentivo por meio de ações de infraestrutura. Do outro, a racionalização administrativa, particularmente convocada no Ceará por um rompimento com antigas formas de administração agrária e por uma caça à vocação econômica nos anos 1980, impõe novo ritmo de esclarecimento das ações de quadros de funcionários, elaborando uma justificativa perene da existência da máquina por meio de um desenvolvimento interno e constante da mesma - que vai desde a exposição pedagógica de sua estrutura até a constante publicidade das atividades desempenhadas pela figura do governador.

Dessa forma, o desenvolvimento se atrela como um parâmetro de definição do Estado, mas não o esclarece em si mesmo. É patente perguntar, sob o crivo da história comparativa das esferas políticas em jogo, quais as formas pelas quais esse desenvolvimento é tomado e qual é, essencialmente, o lugar do Estado na promoção do mesmo - e na de seus silêncios e lacunas. Como, no correr de uma releitura da atividade econômica do estado cearense e dos incentivos necessários a seu desenvolvimento, o poder público tem construído e operado sua própria imagem?

É aí, nesta câmara de relações inexatas e atualizadas de forma veloz, que o documento se pauta como esfera da memória e do “congelamento”. Se as autodefinições públicas do poder ou as configurações gerais deste acerca do território regionalizado não são objetos *per se*, e sim subjetividades políticas em uma disputa constante e rápida por espaços de controle da hegemonia, a memória documental se veicula como o substrato verdadeiramente público do fenômeno. Tomando ainda o formato técnico desse processo, desse empreendimento, nos tempos da *web* e de sua nova numeração simbólica – de uma *web 2.0*, baseada nos sites para uma *web 3.0*, baseada em redes de perfis – nos damos conta de três características que afetam essa dimensão do documento estatal: 1) ele se tornou *massivo*, não apenas ao se portar à multidões indistintas, mas por ser produzido como informação *massiva, ampla e alto grau de reprodução*; 2) ele ganhou instabilidade – não há garantias de

sua permanência, ele pode ser retirado, apagado e não há bancos fixos ou oficiais para sua salvaguarda – o que nos leva a 3) falamos de um objeto que pode ser operado para além das estruturas de sua produção, com uma chancela variável, uma vez que ele pode ser *replicado*, mas as condições de sua legitimidade enquanto verdade oficial se perdem no processo dessa reprodução (como a validade de *qualquer informação* na rede).

Cada um desses elementos coloca a dinâmica da definição estatal e de sua investigação – em campos singulares de trabalho. Mas como o desenvolvimento expressa-se dentro de um universo de *documentos* tão específicos?

A virtualidade dos documentos aqui analisados propõe uma reflexão sobre o estatuto inicial dos mesmos. É conveniente afirmar que tratam-se de uma espécie de oralidade formal (no sentido de uma comunicação imaterial em princípio), cristalizada em um tipo diferente de materialidade e pronta para a materialidade convencional (porque pode ser impressa). O caráter dúbio da notícia disposta na internet prevalece: ele é documento físico em potência, difundido e sob posse pública uma vez que ofertado na *World Wide Web*. Em suma, ele começa como uma fala potencialmente *editável* ou mesmo afeita à fácil deturpação em sua circulação, uma vez que sua legitimidade não encontra-se na sua produção inicial (carimbo, marca d'água, papel timbrado), mas no local de sua exposição (literalmente o *sítio*, o *site*).

Aqui registra-se o elemento primário de uma etnografia das *interwebs*: a validade dos produtos documentais sobrevive na validade dos locais de fala. Ainda que sistemas de autenticidade sejam desenvolvidos desde os anos 2000, na forma de códigos de confirmação (portados pelo documento e verificados no site-fonte) o problema da validade e confirmação de origem permanece como a pergunta “como entender o sentido do discurso oficial sem verificar o sistema que o gera e alimenta?”. Traduzida como uma necessária atenção para com a maneira pela qual os discursos são organizados em seu “lugar de origem” no conjunto de diálogos e monólogos da Rede.

Como vimos, entre os fins dos anos 1990 e o meio da primeira década do novo século, a participação acelerada dos governos na internet na forma de auto exposição e vigilância levou a uma reprodução do campo político para

espaços antes ocupados por ciência e negócios (as vias da nova “internet”). Junto do campo, veio seu elemento fundante: a legitimidade e os modos de legitimação, transferidos (ou melhor: replicados) da mídia impressa e televisiva para os ambientes virtuais; primeiro como que adicionados às novas vitrines eletrônicas, depois partes de um complexo sistema de participação discursiva gestado pela adesão de inúmeros grupos (partidos políticos, movimentos sociais, etc) e pela relativa popularização dos meios de acesso ao novo cenário da “rede mundial de computadores”.

A oficialidade documental, portanto, depende do território virtual, de seu lugar de elaboração inicial, de modo dramático. E a estruturação desses lugares, dessa espacialidade da informação em rede, confere ao corpo do documento de Estado um teor de dependência (porque limitado a suas fronteiras, como já dissemos) e ao mesmo tempo de sistema controlado – uma vez que é o Estado o senhor pleno da manutenção ou da destruição da notícia, do documento, da fala. Os documentos recebem esse signo de validade, portanto, quando observados e conferidos mediante esse lugar de natividade: as páginas onde sua existência pode ser confirmada pelo poder da instituição falante-produtora.

Em qualquer medida a internet possibilitou uma vasta reprodutividade do texto e do dito (CEPIK e EISENBERG, 2002), estabelecendo um panorama de rede e de acesso informativo a conteúdos antes limitados a arquivos físicos. Ainda assim não tornou igualmente simples a replicação das validades. Somando isso a uma prática de descarte, visível no desenvolvimento de sites oficiais em cada troca de gestão (não importa se em esfera federal, estadual ou municipal), nos colocamos diante de uma ação de fala política que mantém o sentido de sua oficialidade em linhas muito restritas.

A descartabilidade das informações se revela na existência de acessos claros a materiais produzidos por gestões anteriores. Mesmo em casos em que a gestão seguinte tem algum sentido de continuidade política, como no caso da gestão de Dilma Rousseff, sucessora do governo Lula, os documentos virtuais são realocados ou apagados na medida das reestruturas ministeriais, para citar um exemplo. No Ceará, a transição do governo do PSDB para o PSB redefiniu os sites estatais, indo além de uma troca de azul para verde na caracterização

estética do mesmo: a maior parte do passado e das informações de realização anteriores desapareceu, apagando o acesso público dessa memória burocrática.

Esse esvaziamento reforça o controle da legitimidade. É necessário lembrar que o endereço oficial do governo do estado, no Ceará, bem como o de qualquer governo local ou regional no Brasil, é o mesmo, independente da gestão. A mudança de administração, portanto, tende a revogar os espaços do dito, “tomando posse” da condição de fala e produzindo, deliberadamente, esquecimentos.

5.2. A notícia

O reconhecimento da notícia enquanto um elemento próprio de fala, como um tipo de *ação*, convoca uma outra dimensão da observação. Sua especificidade exige o exame de dois pontos. Em primeiro lugar como um tipo de comunicação que exerce o poder de atestado de *fato*, de narrativa do real. Segundo, por tratar-se, essencialmente no caso estatal, de um pauta cronológica, uma espécie de *biografia institucional* – uma biografia *autorizada* ou uma *autobiografia*.

A noção do *fato*, de acontecimento testemunhado e narrado, dinamiza a análise dos noticiamentos na medida em que mescla as ideias de ação e estrutura. Se por um lado estamos diante de uma prática de sentido, de escrita, de comunicação e exposição, do outro, encontramos na notícia estatal um senso de replicação do institucional, uma estreita aproximação na instauração da licitude de fatos transcorridos, de um anteparo ao espírito de intervenção e ação que a máquina pública incorpora e reafirma. Nessa linha de análise, a notícia como fato contado é uma *ação* no que diz respeito a sua elaboração prática (alguém a escreve, alguém a edita, alguém a pública), mas o desaparecimento inegável de seu autor – que em determinados momentos é uma secretaria, uma assessoria; mas em tantos outros é o Estado sem nome – transmuta sua produção social em algo que é *estrutural* ou sistemático: uma linguagem, um intento deliberado, ligado a outras publicações e a outras formas de fala e contexto. O fato, a realidade concreta representada e refeita

na comunicação é, portanto, parte de um projeto de exposição, não fragmentado ou, pelo menos não fragmentário (sendo a fragmentação não uma naturalidade de sua forma, mas, no máximo, uma contingência de seu desempenho como texto autônomo em aparência).

O outro ponto é ainda mais vasto; uma vez que a autobiografia executada na notícia não é representação simples do Estado-personagem, mas sim de seus feitos, de suas produções. Essa distinção, diferenciada na base do significado de instituição, implica que a notícia compõe uma mitologia de acessos e recortes; uma espécie de espelhamento que permita adjetivar o público e seu sentido moderno. É aqui, como elemento de prática comunicativa em um ambiente de capitais políticos, que insere-se, com a notícia, um *sistema de produção da definição*.

Tal sistema começa por seus meios e suas forças produtivas: a imagem, a formalidade da fala, a capacidade de difusão eletrônica de um aldo; a validação dada pelo nome do Estado no cabeçalho do *sítio* (que não destrói o desaparecimento do autor, apenas reforça-o, na medida em que desloca para outro lugar o poder legitimador e o personagem que o cria), a reedição e retomada dos conteúdos e temas, a constante referência aos números e ao potencial transformador como encarnação dos segundos. Na sequência deste modelo, a cadeia de noticiamentos é incorporado a toda a dinâmica de *publicação* estatal – como o conjunto documental que é. As ferramentas e práticas de destaque, a exploração de formas de interação de imagens (literais ou discursivas) impõe uma racionalidade interna a estes meios, fazendo-os parte do processo moderno que é promessa da máquina governamental há décadas.

Para Foucault (1999) a linguagem é significada pela ruptura na qual se insere. Se essa ruptura é indiciada como a modernização, como é o caso do Brasil e do Ceará desde meados dos anos 1960, podemos antever na inscrição das notícias esse jogo de reforços e acordos racionais. O racional sustenta e cobra sentido de sua afirmação, de sua garantia. Esse sustentáculo e sentido surgem em elementos tais como realizações, obras visíveis, programas integrados cujos resultados são expostos, contratações, ordenações de sistemas antes desarticulados, etc. A racionalização expressa-se, de tal forma,

como orientação dos recortes e produção do novo, do ordenado, mas, sobretudo, do controle – essa ruptura com a instância flexível do passado tradicional.

O aprofundamento de Foucault segue caminhos mais explícitos de confirmação do discurso como operação simbólica das identificações estratégicas do passado. Se o passado é fonte da legitimidade, mas também é o ângulo da negação – a cada novo passo de aumento do valor do presente, mais o simbólico do antes perde capital, em uma transação de silenciamentos, de esquecimentos do caráter processual das mudanças – a ruptura moderna do desenvolvimento como tarefa precisa canibalizar os modos pelos quais os modelos anteriores se perpetuaram; e ela faz isso, discursivamente pelo menos, por meio da elevação de personagens e projetos que transmitam ordem, ainda que nova e diferente.

São esses os pontos que nos ligam a observação intertextual da notícia. A compreensão de seu estado de diálogo involuntário, de referência sequencial, mas não dependente de outros conjuntos simbólicos de validação e confirmação, assim como a instrumentalização de sua produção imagética – no sentido de signos e objetos metafóricos – constituem um aparelho de exposição que pede análise. As adjetivações que ele projeta ou recebe (*clareza, minúcia, vagueza, publicitário, técnico, político*) são a ponte por meio da qual acessamos o circuito de valores que repercutem no modelo de discurso que aquelas mesmas notícias sustentam.

Repor e descrever as adjetivações implícitas, motivadas mais pela análise do que pela existência determinada do que é analisado, é um exercício que também cobra conceitos. Para os fins deste trabalho, o arcabouço de instrumentos envolve dois fundamentos básicos, no que diz respeito a espinha deste círculo temático (a noticiabilidade e suas expressões estatais).

O primeiro conceito elementar é a noção de *habitus*, convencionalmente mantida sob o crivo de aplicações pessoais, de disposições interligadas ao comportamento do indivíduo em sua participação nos contextos sociais que são os campos. No caso do texto de notícia o *habitus* repercute e administra as estratégias repetidas, obedecendo a um mercado de valor-notícia que o Estado incorpora de modo parcial, ao “imitar” um sentido de valorização do que é

realizado tal qual uma mercadoria na prateleira. Isso merece mais explicações, mas, por enquanto, o *habitus* é nosso conceito-de-acesso a dinâmica de repetições e disposições de fala que o texto de notícia envolve.

O segundo conceito é extraído de outra escola, mas ainda assim, não pode ser desligado do exame das codificações culturais das relações modernas na Teoria Social e nos espaços em que esta observa ação e agência. A ideia de *sistema perito*, que Giddens explora e articula, tem um notório potencial indireto: interpretar o mecanismo do saber e de sua validade, com base no caráter cifrado de sua produção real; transição pela qual a notícia passa – e a política também. Por que, como já dissemos o modo pelo qual a informação vaza e é replicada obedece a sistemas cujo funcionamento real não compreendemos ou não nos é esclarecido – o nós aqui é válido para todos aqueles que acessam a informação pública. Mas isso não é limitado a dimensão técnica do problema: o tom de sistema codificado vale para as regras de uso do político na mesma ação de publicar que é a notícia de Estado.

O uso dos dois conceitos pode parecer desintegrado, dados os passados singulares de cada apropriação, mas é preciso observar que a premissa que os recorta é unificadora: uma ferramenta de análise que separa a prática de conhecimento como algo socializado, socializador e, ao mesmo tempo, dotado de codificação e exclusão: o sujeito social não é socializado de modo homogêneo, atribuindo a sociabilidade um plano de ranhuras, de encaixes, de feixes estruturadores dos sentidos na cultura.

5.3. Digressão: dos sentidos de contar histórias no Ceará

A prática comunicativa, o ato de fala ou, se vamos nos ater a uma linguagem teórica mais leal ao corpo de debates desta tese, *o ritual discursivo*, incorpora, em suas facetas, uma gama de curiosidades para as ciências sociais. Se vista de perto, a história das disciplinas que compõem a área reverberam em um conjunto sólido de tentativas de compreender a realidade social por meio do texto. Desde a fundação de suas inquietações mais básicas, a sociologia fez uso do texto, do material relatado, como instrumento de sua reflexão básica. E se é possível alegar que Marx ou Durkheim beberam de

estudos estatísticos e exames de movimentações econômicas para além da textualidade, é ainda mais prático afirmar que os documentos escritos constituíram a espinha dorsal de suas formas de apropriação e redefinição de seus objetos. A narrativa estava lá, nas etnografias consultadas pelo segundo ou nas longas listas de historiografia movimentadas pelo primeiro. O texto permitiu conceber um sentido de unidade e um começo metodológico para a produção de um saber que buscava concretizar a experiência do abstrato.

Mas este apontamento não é simplesmente instrumento de justificativa ou de legitimação do presente trabalho: ele revive uma historicidade das reflexões sobre nossos modos de lidar com o histórico, por meio do relato e, construir, a partir daí, uma postura de atualização sobre o dito anterior, sobre seu eventual tom sacro em superação. É como se, ao manter-se sempre direcionado a uma ruptura com sua fundação, o saber sociológico buscasse uma significação nova para o ato de contar a história.

No Ceará, porque também no Brasil, o passado e sua existência tem permanecido fragmentado graças a uma realidade de instituições históricas (e historiográficas) fragilizadas: sua responsabilidade de memorial é partilhada com esforços privados (como o Instituto do Ceará) e por meio do corpo de universidades em suas limitações de estrutura. Nosso mecanismo público de registro, preservação e, sobretudo, difusão do passado e dos processos é representado por uma história entrecortada de museus colocados em segundo plano, deixados como *entretenimento secundário*³¹. E se é verdade que tal sistema existe e persiste em estados como Rio de Janeiro ou São Paulo (não sem dificuldades) ou ainda (para citar o Nordeste) em Pernambuco ou Bahia, é perceptível também que o Ceará não acompanha os mesmos passos de produção de um aparelho de história. Nossa tradição intelectual não é desprezada pelo pensamento social brasileiro: José de Alencar, Araripe Júnior, Capistrano de Abreu e Tomás Pompeu são apenas alguns dos nomes clássicos que permeiam o imaginário da *intelligentsia*. Contudo, sem deixar de lembrar o vínculo desses nomes com o Sudeste, mas sem pressupor que isso seria o único elemento causal de sua notoriedade, é importante que

³¹ “Mal cuidados, museus “escondem” história do Ceará”, Jornal O Povo, 15/09/2013.

Disponível em

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2013/09/14/noticiasjornalcotidiano,3129508/mal-cuidados-museus-escondem-historia-do-ceara.shtml>

destaquemos as desestruturas (ou não-estruturas) dessa aparelhagem como indício do significado das posições do Estado diante da prática de comunicar. E, se o leitor percebeu que estão misturados aqui historiadores formais e ficcionistas, é porque essa mesma aparelhagem cultural, nos termos trabalhados neste estudo, tem vínculos, antes de mais nada, com os exercícios intelectuais que reveem passado e promessa de futuro como imaginários: reais ou não os discursos parecem ter o poder de sedimentar seus conteúdos criando formas que são, ironicamente, reprodutoras do não-dito e confirmadoras de seu poder. Em outras palavras, a condição histórica do Ceará, no tratamento da comunicação do passado ou da referência ao presente, tem como elo de ligação a política imaginante (que produz fatos) e seu caráter de universalização por meio da definição pela fala e da definição pelo silêncio (da fala quando um documento oficial, um boato sobre a oposição, uma crítica ao governo federal ou um elogio ao mesmo; do silêncio quando uma negativa em falar dos limites do que é realizado, quando da negativa de debater politicamente ações públicas ou quando assume decisões de gestão à revelia de movimentos sociais organizados).

No século XIX, com as sucessivas crises econômicas e as alternadas tentativas de fundar uma industrialização precária, o Ceará produziu um sistema de dominação que aturdiu a prática comunicativa. A imprensa, representada por iniciativas empresariais ou por grupos operários (para citar apenas duas faces) existia como mesa de discussão tímida (graças aos poderes constituídos) ou limitada (pelo grau de analfabetismo regional). Nesse vácuo de fala pública, de fórum discursivo impresso, o discurso migrava para a praça, para uma existência de embate que, quando muito, levou, já no século seguinte, a destituição de Nogueira Acioly. Foi esse o cenário no qual amadureceu um coronelismo sem necessidade de voz, onde o controle político não tinha como precedente ou base uma legitimação intelectual de grande forma.

O fim dos anos, 1920 já recortados pelas novas disputas no seio da República e das forças que um dia criarão o Estado Novo, assistiam a uma emergência midiática diferente. O jornal *O Povo*, movimentado intelectuais contrários às elites agrárias demarcadas, representa esse novo momento. Não se trata de negar a influência histórica de jornais também críticos como *Ceará*

Socialista, *A Voz do Graphico* e *O Combate*, mas de atestar a antiguidade de um meio de comunicação e de pensar sua fundação como parte da fundação de um cenário. Um cenário elaborado em torno do redimensionamento do campo de escrita e de leitura, avivados pela emergência de uma burguesia em desenvolvimento. Pensando desse modo, nos atemos ao sentido de uma nova configuração de escritores-leitores, de um sistema de comunicados e consumo de notícias.

As transformações das décadas seguintes, após os anos 1930, agravarão a realidade desse sistema de escrita e dividirão, aos poucos e de maneira tímida, o poder de debate político. Ainda que com o advento do rádio e, mais tardiamente, o da TV, o cenário de impressos cearenses é um caminho necessário para compreender a transição de uma fragmentação e efemeridade dos discursos públicos falados para a produção de uma memória discursiva mais permanente – mesmo que tal permanência seja vaga, dados os limites técnicos da preservação e da já mencionada cultura museógrafa rarefeita no estado. Em cinquenta anos, os movimentos de estruturação desses mecanismos caminhará a passo lentos, administrados pela emergência e aparição de uma industrialização real e pela urbanização dela decorrente. O Ceará – mais precisamente Fortaleza, assistiria uma mudança no modelo de reporte e publicização dos acontecimentos, direcionado para o consumo de notícias e para o embate discursivo mais aparelhado – com participações de leitores em seções de periódicos e com a difusão de espaços de opinião dentro dos mesmos. Ali, pontuados personagens da sociedade civil passaram a compor uma mesa de falas e proposições, trazendo pautas e convocando reflexões em meio a quadros sempre mais espaçosos de fatos narrados sem autor.

É possível dizer que a prática de historicizar e remontar passado e presente tenha acompanhado o conjunto de mudanças técnicas como consequência das novas demandas de consumo informativo? A resposta para essa pergunta é uma armadilha: de um lado, o determinismo limitado da atribuição material a todo universo de mudanças nos ritos da prática; do outro o extremo oposto da reusa em reconhecer as relações entre o inventado e o curso social de opções de invenção. Em terceiro lugar, a posição ambígua: a tentativa de síntese que afirmaria que a força da produção comunicativa no

Brasil e no Ceará estavam entrelaçadas com a especificidade técnica, induzindo, em contrapartida, inovações a cada nova demanda simbólica (assim, o impresso, o rádio e a TV não apenas teriam influenciado a criação de espaços de fala e contação, como também teriam sido gerados e estimulados pelas contínuas buscas por alcance e resposta do rito de reportar e relembrar). Talvez o corte necessário a essa análise nos leve para um passo de quebra menos apaziguador ao reconhecer e defender que os sistemas simbólicos de comunicação, pelo menos no Ceará, articularam-se com um mercado de forças políticas muito mais do que com um capitalismo modernizador. Entre os anos 1880 e 1920, a *Belle Époque* configurou espaços fechados para o discurso (com a necessidade de letramento, apenas as elites compunham das armas práticas e simbólicas para participar efetivamente dos debates da política, mesmo quando esses eram orais e presenciais). A raridade dos movimentos sociais no começo do século XX atesta uma condição de dominação e hegemonia dos proprietários de terra e de seus representantes. Entre os anos 1920 e 1960 a lenta conversão do mundo urbano cearense atraiu novas iniciativas de imprensa e consolidou algumas das bases de um palco de falas. Ainda assim, temos aqui um labirinto de desenvolvimentos parciais quando o assunto é a ampliação da esfera pública da comunicação política. Nas décadas do regime militar veremos uma digressão a mais, representada pelo controle dos meios de comunicação e da presença de vigilância intelectual mesmo no ambiente universitário. Por fim, a emergência da modernização industrial (ainda nos 1970, mais sobretudo após o fim da Ditadura) arejou a comunicação, levando ao patamar de negócio. Os grupos políticos ligados a Tasso Jereissati, carregando a promessa de transformação estrutural, cuidaram também de erigir um sistema de comunicação privado que aplicou-se ao tom dos mercados do sudeste brasileiro. Esse capítulo recente nos devolve à questão inicial: o cenário comunicativo, especialmente em sua faceta massiva, migrou através das elites centralizadoras, negando, inúmeras vezes, o sentido de mudança competitiva que a mídia traçou nos grandes centros econômicos. Nossa comunicação dependeu de fatores materiais e criações contextuais, mas o fez dentro dos limites de um poder político constantemente nuclear e familiar. Em outros termos: o cenário de nossa historização não pode ser compreendido

fora do campo de articulações simbólico-materiais que a própria política instaura, reforça e verbaliza.

A cada nova formação ou figuração de eventos e contextos o sentido de contar histórias ganhou elos e novas extensões sem, contudo, abandonar sua formulação privada e de gestão do saber (e as condições pensadas até aqui, no quadro da comunicação de imprensa, não nega a existência de outras – como o ambiente intelectual já mencionado ou ainda o difuso universo das comunicações do cotidiano, difíceis de serem apreendidas em qualquer pretensão de totalidade).

5.4. A notícia no Ceará

O espírito de um sistema de noticiamento regional já estava presente, como vimos, na constituição de uma rede de imprensa privada. A década de 1990 já assistia, assim, a expansão de uma prática da informação setorizada e empresarial, acompanhada por tímidas incursões das comunicações de algum modo públicas como a TV Ceará (de base estatal) ou a Rádio Universitária e a Imprensa Universitária (segmentos da Universidade Federal do Ceará) para citar alguns exemplos.

É nos fins desta mesma década que o primeiro *site* do governo do estado do Ceará é criado, ainda na gestão de Tasso (mais precisamente em 1998). Inicialmente como um pequeno sistema de informes sobre a estrutura do governo mais tarde seguirá a tendência dos sítios institucionais criando uma dinâmica de micro-textos com notícias sobre eventos, atividades e ações públicas.

Durante toda a primeira década de 2000, os sites governamentais expandiram suas funções, organizando-se em torno de documentos públicos sob a ideia de *transparência* de suas ações e realizações. A tendência encontrou no noticiamento uma estrutura fixa para séries de informes dotados de conexão com a base documental mais difusa na aparelhagem do *site*. Distribuídas em listagens correntes e atualizadas diariamente, as notícias *linkavam* elementos diversos e ordenavam o sentido de fala, fosse na esfera federal (www.brasil.gov.br), fosse nos espaços estaduais (www.sp.gov.br, www.rj.gov.br, www.df.gov.br, entre muitos outros).

A contínua valorização da notícia como conteúdo dos sites governamentais se transformará em padrão da nova mídia institucional. Ali, naquele movimento de informatização dos informes, surgia uma expressão pública diferenciada da notícia: voltada sobretudo e continuamente, para os temas e tópicos do governo, em uma gama de ações repetidas e reinseridas não como éditos, mas como uma cronologia do executivo³².

No estado do Ceará, essa valorização incidirá e irá mesclar-se com a retomada do processo de *modernização* dentro do governo Cid Gomes. Por “retomada”, aqui, neste ponto, nos referimos a um processo que poderia ser especialmente classificado como uma forma de *industrialização do simbólico* (ALVES, 2011). A ideia de que a cultura também é modificada e massificada nos termos de uma lógica produtiva pode ser aplicada a cultura política... É mais útil, contudo, seguindo essa premissa com o cuidado de não mecanizar conceitos, tratar tal processo, como uma *modernização simbólica*, uma vez que, a transformação a que me refiro é a de uma apropriação revivida, no discurso político, das imagens e contornos de poder que a modernidade representa.

Assim, no caso da gestão Cid Gomes, podemos dizer que os marcos visuais que cruzam sua campanha e seus primeiros anos, pontuam um diálogo com o moderno no que ele tem de promessa de desenvolvimento. Do programa de governo ao quadro das publicações internas, passando pela publicidade televisiva de 2007, temos um amplo leque de discursos que reiteram a tecnologia, o controle social e o aprimoramento técnico de inúmeras esferas do governo. Todos signos de um remodelamento da lógica modernizadora dos anos 1980 – com o cuidado estético e prático de não colocar-se como *continuidade* daquela força política, produzindo elos de associação com o governo federal e a imagem de Lula.

É nesse contexto que a reforma e reorganização do *site* governamental acontece. A manutenção da antiga dinâmica de noticiamentos, já existente antes, será completada pela realocação das secretarias e, por conseguinte,

³² Esse mesmo sistema não será, é importante dizer, limitado a apenas este Poder. Legislativo e Judiciário administrarão seu próprio conteúdo de notícias. Ainda assim, para os fins do presente trabalho, a dinâmica do Executivo será a única diretamente analisada, dadas as relações entre o estatuto do mesmo e suas relações com sua história de narrativas (como veremos a diante).

das listagens de notícia a elas ligadas. Nos primeiros anos, essa administração do sistema de informes será, como veremos, alterada em pequenos espaços, dando segmento a um máquina de exposição cujo impacto (medido no sentido das intervenções dos internautas) só poderá ser imaginado mais tarde, quando as ferramentas de participação on line serão ligadas ao sistema, inserindo-o na nova cultura interativa do mundo das *redes sociais*.

5.5. Os instrumentos primários de uma análise da notícia estatal: a etnografia do texto e o *habitus* da publicação

Observando mais de perto um dos segmentos desta exposição podemos entender os ritos que os permeavam, já que é na notícia digital que a condição de conexão entre textos é cada vez mais *relacional* e intercalada. A Secretaria de Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Planejamento e Gestão falam sobre dois eixos de descrição do Estado: um “externo”, mediando as relações entre governo e uma dada realidade em recorte (o interior, o mundo agrário, o desenvolvimento local, a zona rural cearense, as demandas produtivas deste contexto) e um “interno” (a produção do planejamento, a máquina pública como agente que se autoavalia, o sentido de observação sobre as estratégias de ação, uma tentativa de metalinguagem sobre o Estado a partir de sua racionalidade). Esses eixos, quando analisados através de suas notícias e de seus sistemas de apresentação, dão algumas pistas sobre o formato mais amplo que os contém.

Os temas no centro das notícias aqui analisadas envolvem quatro grandes grupos (que, não é custoso dizer, servem como *tipos ideais*[WEBER, 2004]): os que registram *benefícios* a grupos e localidades; as notícias de racionalidade (que conferem evidência de planejamento); os informes de ação (que contam sobre o que será realizado e como fazer uso da ação); e os destaques de análise (que incorporam estatísticas e estudos sobre a realidade tratada ou de interesse).

Entender o *habitus* como um conjunto de saberes, disposições e marcas de ação socialmente produzidos e utilizados nos vários jogos da existência social é parte do exercício de se acessar a lógica de um conceito que une *sociedade e indivíduo* sob um esquema de relações “estruturadas e

estruturantes”. Esse primeiro movimento de compreensão teórica precede as manipulações metodológicas do *habitus*, pois permite, mais explicitamente, um maior cuidado na operação das afirmações e buscas – ou, dito de outra forma, sugere uma referência menos mecânica e mais contextual de uma ferramenta como esta.

A partir daí a estruturação dos *campos*, como lugares sociais e, ao mesmo tempo, como estruturas conceituais de relação, troca, dependência, luta e criação, se dá como novo passo da problematização de uma Sociologia das sociabilidades e das relações de força. O que Bourdieu (1992, 2002) propõe quando se refere a um estudo dos poderes simbólicos implicados nos espaços sociais de geração, difusão e confirmação de hábitos inculcados e disposições projetadas? Para responder a esta pergunta, ainda que de forma provisória e sob a segurança de um “*grosso modo*”, é preciso observar a relevância da história e da defesa do arbitrário no discurso do autor.

Podemos começar pensando que Bourdieu (idem, ibidem) elabora um quadro esquemático profusamente reconfortante para uma leitura “neoclássica” das necessidades sociológicas: uma base conceitual sólida (resistente à variações empíricas e, portanto, enraizada na preocupação metodológica de linhagem durkheimiana), uma estrutura auto-crítica de suas preposições (fundada no perspectivismo weberiano, sempre preocupado com os limites das afirmações e coma variabilidade das imputações) e uma tentativa de leitura econômica de espaços e dados não-econômicos, no sentido *lato* de “economia” (em um desdobramento dos estudos de Marx sobre capital e poder). Mas, para além dessa ação de rastreio das influências e dos diálogos tecidos pela teoria bourdieuziana, convém se referir a uma ordenação crítica, produzida não apenas pelo mesmo, mas também por outros autores, no contexto político da França na segunda metade do século passado – falo de uma crítica da história regulada, dos processos de formação social lineares e da leitura do mundo político a partir de bases estáveis. Ainda que, nascida na crítica ao modelo de Sartre de interpretação – e de seu existencialismo “individualista”, para o qual o individuo construa o sentido do mundo – Bourdieu se debruça sobre a variabilidade dos sentidos humanos para construir uma filosofia social – e posteriormente uma sociologia – do relativismo histórico e da dúvida dos princípios gerais.

É esse esquema misto que pode proporcionar, para todos os efeitos aqui observados, uma ferramenta prática de compreensão do discurso como ação. O discurso informativo-político dos noticiamentos reverbera em um teia de textos e micro-textos que instituem um padrão e uma economia muito próprios. Os tipos de notícia a que me refiro recaem aqui: são formas de controle de disposição e expressam conjuntos de mapas comunicativos. É possível articular as repetições observadas e dizer que a notícia comporta-se (é construída) dentro de diferentes posições e disposições no campo da fala pública. Nesse ponto, o *habitus* precisa ser entendido além de engessamentos amplos – ele é, sobretudo, um produto de interesses e contextos pluralizados.

Se é verdade que a preocupação fundamental em Bourdieu é para com a estruturação de uma sociologia do poder, no sentido da organização do mesmo nos campos, por meios do *habitus*, a compreensão de Lahire (2003) dos caminhos da formação dos esquemas de disposição se aproxima mais de uma revisão das trajetórias individuais, no sentido de uma apropriação, por parte das pessoas, de conjuntos simbólicos e práticos de *ação e crença*. Dizer isso significa classificar, em um primeiro momento, a intenção do autor: o registro e análise das formas simbólicas *nos indivíduos* e em suas histórias de vida, inserindo o poder como parte do jogo. A perspectiva de Lahire sobre o próprio Bourdieu é a crítica do suposto vácuo existente na concepção deste último no que toca as explicações e maneiras pelas quais as disposições são engendradas pelos atores sociais.

Por que não dizer que os próprios textos são também, nesse sentido, “atores sociais”? Eles incorporam, a sua maneira, um composto de ação – no cenário virtual das comunicações. Observar a notícia sob este crivo permite entender que cada conjunto de informes tem uma forma de expor e de deslocar-se no amplo mundo das falas políticas.

A pergunta de Lahire “como e em que medida as disposições se agregam (ou são agregadas) aos conjuntos interpretativos das pessoas?” fundamenta a primeira parte de sua proposta de uma Sociologia “em escala individual”. Atravessando a crítica a teoria bourdieuziana, o autor sugere que as dinâmicas particulares de inculcação e significação de aspectos da realidade implicam na prioridade de se observar as formas de *socialização*, partindo delas para compor o quadro dos esquemas “sensoriais” de entendimento do mundo

enquanto esquemas sociais dos sujeitos. Ao não se deter em examinar lógicas de campo *a priori*, Lahire parece se negar a trabalhar sob a ótica de uma revisão clássica, fundada na inspeção e reconstrução teórica das distinções estruturais, sem negar, contudo, a existência dessas distinções. Tomando Bourdieu e suas considerações metodológicas mais gerais, o autor envereda pela defesa de uma classificação e sistematização dos princípios norteadores dos indivíduos, das máximas que se sobrepõem às disposições mais fracas nos mesmos.

O *habitus*, no autor, ganha prioridade em sua pluralidade reconhecida. Lahire cuida de demarcar as variações do vivido de cada sujeito como os produtores dos invariantes comportamentais que constroem para ele e para os outros uma face de estabilidade de sua personalidade – coerência capaz de gerar legitimidade e aceitação social. Uma Sociologia das disposições – de suas afirmações e de seus “usos” – esbarra, podemos pensar, portanto, na exigência metodológica de se reunir informações e dados suficientemente palpáveis acerca não apenas da vida dos pesquisados, mas, como já foi explanado, dos eixos de socialização responsáveis pela instituição deste *habitus* plural.

A busca pelo entendimento do *habitus* é a busca por entender os mundos sociais e a regulação variada dos mesmos na instauração de conhecimentos, interdições e práticas politicamente valorizadas ou desvalorizadas. Para fundamentar e promover essa investigação o *habitus* é também pensado e procurado no campo empírico como o resultado de mudanças menores e maiores: estruturações novas ou sinais de possibilidades de intervenção dos sujeitos na grande estrutura das sociabilidades. Podemos dizer, nesse sentido, que o *habitus*, ferramenta conceitual por excelência, não se limita a fornecer ao pesquisador um “norte” metodológico: convoca, ainda, um certo *poder de fala*, uma certa facilitação na afirmação e classificação dos movimentos dos agentes no mundo. E isto ocorre, especialmente, mas não unicamente, nas aplicações mais mecânicas da noção.

O *habitus* ganha, no caso da notícia, o padrão da estratégia discursiva. Ele está presente na elaboração dos textos e fala, também, das disposições *institucionais*, das formas de diálogo que o poder cria no tratamento das coisas

“do mundo”, recriando e reforçando sua própria imagem – a imagem do Estado executor – em cada exposição de suas realizações concretas ou abstratas.

Como parente próximo da ideia de *arqueologia* nos termos de Foucault, procurar o *habitus* no discurso é uma forma de caça às continuidades e descontinuidades de um tipo de fala – mas uma caça em tempo e termos menos abrangentes talvez, do que os sugeridos pelo autor de *Microfísica do Poder*. Uma caça dirigida as estruturas conjugadas de descrição, repetição e apresentação que os enunciados informativos representam.

5.6. O sistema perito

A Modernidade, para Giddens (1991), é uma complicada relação entre confiança e risco, entre projetos e incertezas. O avanço das instituições modernas sobre o mundo ocidental implica em uma condição social em grande parte incontrolável, de longa imprevisibilidade em seus meandros, muito embora trabalhe para a conquista de maiores garantias sobre o mundo natural e social. Essa aparente contradição da modernidade é apresentada por Giddens como sendo um circuito da geração do saber moderno. Quanto mais se tenta abarcar o mundo, mais os saberes produzidos reintroduzem o imprevisível. Quanto mais confiança se tenta engendrar mais cálculos de risco são feitos e mais representações de risco são gestadas no seio das sociedades.

O desenvolvimento dos “sistemas peritos”, a elaboração de regras gerais e reproduzíveis de manipulação das coisas do mundo e a difusão comercial de novas estruturas de produção (mais uma vez, material ou simbólica) definem os contornos de outras relações modernas; relações que buscam vencer os tons da desconfiança e que, com isso, ampliam os conflitos específicos, criando mais incertezas na medida em que exigem mais fé.

Isso pode ser apresentado, por exemplo, nos movimentos de desencaxe que Giddens expõe. Esses movimentos só podem ser entendidos completamente com a adição de outro conceito. Diz o autor, ao falar de sua noção de *reencaixe*:

Com esse termo me refiro a reapropriação ou remodelação de relações sociais desencaixadas de forma a comprometê-las (embora parcial ou transitoriamente) a condições de tempo e lugar (idem, *ibidem*: 83).

Ele continua, descrevendo a dinâmica mais larga desse processo de confirmação ou negação de estruturas:

Quero também distinguir o que devo chamar de *compromisso com rosto* e *compromissos sem rosto*. Os primeiros se referem a relações verdadeiras que são mantidas por, ou expressas em condições sociais estabelecidas em circunstâncias de co-presença. Os segundos dizem respeito ao desenvolvimento de fé em fichas simbólicas ou sistemas peritos, os quais, tomados em conjunto, devo chamar de *sistemas abstratos*. Minhas teses serão de que todos os mecanismos de desencaixe interagem com contextos reencaixados de ação, os quais podem agir ou para sustentá-los ou para solapá-los; e de que os compromissos sem rosto estão vinculados de maneira ambigualmente análoga àqueles que exigem a presença do rosto (idem, *ibidem*: 83, 84, grifos do autor).

Os compromissos firmados no mundo moderno, entendidos no contexto dos desencaixes e reencaixes, atravessam novas formas que organizam “pacotes” variados de confiança e suspeita. Em comparação com o pré-moderno as sociedades modernas têm novas formas de estabelecer o contato, entre outras coisas reinventando o conceito de *estranho*. Giddens invoca Simmel para lembrar que na modernidade as interações com pessoas estranhas são bem mais comuns e aceitas do que em formações pré-modernas, especialmente porque envolvem contatos efêmeros, transitórios. Ao mesmo tempo, o “desenvolvimento de fé” nos sistemas abstratos é uma exigência para a continuidade dessa cadeia. Obviamente, como ele expressa, não estamos falando de contextos que aceitam passivamente essas reformulações, mas de conflitos que apontam para a apropriação ou reação a essas ordens – de maneira bastante variável ao redor do globo.

Não é difícil imaginar as relações desses conceitos com o discutido aqui. Em primeiro lugar porque todo o campo que atravessamos incorpora tipos

muito especiais de *compromissos sem rosto*, de referências e relações cujos interlocutores não são fáceis de identificar. Uma impessoalidade que atrela-se e, por que não dizer, alimenta-se da velocidade e das regras culturais ainda indefinidas da política digital (virtual?);

Em segundo lugar porque, como já sugeri, a política comunicativa comporta-se nos termos de um sistema perito: é celada, codificada e potencialmente produz efeitos práticos sobre aqueles que não compreendem plenamente sua produção. Esse caráter é, consideravelmente mais importante no presente recorte, por três motivos: a) essa condição perita é uma condição de existência que merece ser observada, uma vez que registra a criação de um distanciamento entre produtor e público. Qual a compreensão de uma prática por parte de quem não conhece seus interiores? b) observar a condição e estrutura tática dos discursos como elemento de poder – quais as estratégias de consolidação da imagem-de-perícia?; e c) a necessidade de entender em que medida, produzimos, em sociologia, uma leitura dos elementos modernos quando em contato com o discurso de sua preservação – lugar social de legitimação da modernidade.

O primeiro ponto implica o lugar no qual trabalhos de pesquisa em sociologia precisam ser também colocados. A presunção normativa desta afirmação tem motivo: a condição perita dos objetos em política indica que existe um espaço social (dos receptores) dotado de regras e ausências próprias. Ao colocar-se fora de uma *etnografiadireta do Estado* e de suas estruturas internas, a observação caminhou por uma condição parcial de receptor, vivenciando algumas de suas lacunas. Não se trata de artificializar a condição do leitor de notícia – sabemos que a pesquisa coloca o pesquisador em seu próprio local social – mas de reconhecer que os afastamentos maiores de pesquisas atreladas apenas ao universo do segredo estatal deixam de lado inúmeros elementos da perspectiva dos sujeitos sem acesso a esses espaços e campos. Em outras palavras: as notícias estatais representam uma relação de claro-e-escuro com o público. Mesmo sem levarmos em consideração seu alcance real ou imaginário, elas tem uma condição qualitativa de separação e essa condição precisa ser observada a fim de que se entenda os recursos disponíveis a quem as lê e o que significa a economia desses recursos.

O segundo elemento a que faço referência foi, talvez, o mais discutido até aqui. Os modos pelos quais esse campo de perícia que é a comunicação estatal estabelece as formas de exposição é um rico material. Em um sentido maior, ele orienta a definição das coisas sociais e o faz amparado por silêncios, imagens e semânticas que permitem seu trânsito. Não está em jogo aqui uma gramática política virtual – a relação é de uma cultura dos gestos discursivos (e entendamos “gestos” de modo muito amplo), o que requer, por sua vez, uma etnografia dos textos.

A dimensão etnográfica conecta, assim, ao terceiro caminho que destaco. Durante os últimos quatro anos me permiti imergir em um sistema muito complexo de falas, exposições e imaginações políticas – um exercício de vivência com limites, óbvios. Ainda que não seja possível “viver entre os nativos” quando o assunto é o texto, arrisco-me a afirmar que há uma imensa possibilidade de observações flutuantes na esteira de suas publicações. Um modo de vivência que clama pela descrição etnográfica ou, ao menos, por uma disposição etnográfica. E a modernidade retorna neste ponto como contexto maior das “tribos” “nações” de sentido que a internet produz diariamente. Porque, efetivamente, falamos de uma realidade de transformações que gerencia sua própria leitura das transformações: a modernidade tem recursos para garantir uma metalinguagem durável e fundamental para as ciências sociais, ligadas a sua existência, produzir distanciamentos reflexivos para entender essa dinâmica. Distanciamentos que, ironicamente, concretizam-se na aproximação intermitente com os lugares nos quais a fala moderna sobre o moderno acontece. Lembra uma máxima comunicativa:

O objectivo declarado de qualquer órgão de informação é fornecer relatos dos acontecimentos significativos e interessantes. Apesar de ser, evidentemente, um propósito claro, este objectivo é, como muitos outros fenómenos aparentemente simples, inextricavelmente complexo. O mundo da vida quotidiana - a fonte das notícias - é constituído por uma superabundância de acontecimentos (...)São esses acontecimentos que o órgão de informação deve seleccionar A selecção implica, pelo menos, o reconhecimento de que um acontecimento é um acontecimento e não uma casual sucessão de coisas cuja forma e cujo tipo se subtraem ao registo. (WOLF, 2004).

A duplicidade conceitual que emerge até este ponto dá pistas sobre o universo dos textos como espaço de trabalho, inquietação e questionamento. Os textos surgem como práticas sociais, mas também essencialmente produzidos sob o prisma de regras, códigos e indicações (de sentido, de tom, de relevância, de valor). A noticiabilidade (*idem, ibidem*) aparece, aí, como um valor-do-que-é-dito ou como valor potencial e desejado pelos meios de produção do texto. Nesse caminho, a preocupação sociológica volta-se para os meandros de significado cultural, para as teias implícitas de um jogo de ideias que não é meramente linguístico.

A hermeutica que está em andamento aqui é alavancada, portanto, pelo reconhecimento de que falamos de ações sociais carregadas de modos de existência, de repetição e de silenciamentos, uma vez que dizem respeito a uma política de promessas, de imagens generalizadas. Falamos necessariamente de *redes*, porque os textos de internet são processados, linkados e estabelecidos dentro de ordens e lugares que, ainda que virtuais, não são irrealis. Suas fronteiras, suas identificações e o mundo de agentes que atravessam esse território replicam e referendam os códigos enquanto as próximas ondas de discursividade ainda estão vindo. Ao observarmos a dinâmica das redes sociais, por exemplo, nos damos conta desses mecanismos ágeis e dessa população de signos em constante atividade e mutação.

Fazem parte, portanto, dessa etnografia de *habitus* e sistemas peritos alguns detalhes simples, como a atenção para com o efeito de *redirecionamento* produzido pelo site do governo do estado do Ceará – que encaminha todos os acessos coligados para sua página inicial, não importa o link usado pelo usuário; assim, se o site procurado é o da UECE ou da FUNCEME, o usuário é obrigado a acessar primeiro o site principal e, só então, após um novo *clíc*, encontrar o subsite relacionado. Temos aqui uma estratégia de centralização, de acúmulo de *pageviews* (importante estatística digital sobre o número de visitas diárias a uma página), de demarcação de caminhos de acesso, de controle do simples ato de pesquisa e deslocamento pelo terreno virtual.

E a notícia, em especial essa notícia digital, retorna, amplificada como objeto social, porque traduz o espírito e a mitologia de usos do discurso institucional. Ela gera ou apresenta uma parte considerável de um sistema de produção da definição, pois dá a chance de visualizar a prateleira de referências visuais e narrativas do personagem-Estado, do personagem-Governo. Ela abre portas semióticas, mas também históricas de elementos em uso e para uso futuro – elementos imateriais cuja materialização na forma de fala e texto garantem, como já dissemos, sua permanência e reprodução.

Em suma, uma tentativa de sociologia da notícia é uma tentativa de sociologia do conhecimento em movimento; uma tentativa de apreender, ainda que provisoriamente, os conteúdos e modos de ser e fazer de uma comunicação – que sedimenta, nas próximas comunicações, modelos e estatutos visíveis, mas nem sempre imediatos, claros ou expostos. O duplo conjunto de ferramentas, trabalhados aqui e ao longo de todo este trabalho, procura inventariar esta realidade parcial e discutir os potenciais de fazê-lo.

Considerações Finais

O trabalho aqui produzido é, propositalmente, marcado também pelo “ensaísmo”, se por ensaísmo entendermos, o leitor e eu, a contínua observação dos diálogos e contradiálogos teóricos que o campo da sociologia política fecunda, explora e articula ao abordar temas como Estado, desenvolvimento e público. É uma visão do panorama histórico de um grande número de ideias e propensões; de disposições e práticas discursivas que guiam a ordem das falas e das estruturas de fala no que podemos chamar de modernidade. Falando sempre de e por meio da mecânica complexa do discurso sobre a “totalidade”, avanço no sentido de desnaturalizar nosso próprio exercício de minimização da amplitude das falas abertas – falas que se referem a muitas coisas, indo além de campos empíricos com limites claros. Exercício nosso, de cientistas sociais, cada vez mais propensos a entender a realidade dentro da esfera de nossos empirismos legitimadores e de nossos campos onde dominamos ou pensamos dominar as perícias do vivido pós-pesquisa. Compreendo e defendo que é assim, na contracorrente de nossas epistemologias do profundo, que insisto na arqueologia das falas amplas, classificadas em seus vazios ou em suas limitações. É uma aventura contrária: tomar o discurso sobre o todo como parte a ser analisada e como parte que analisa. Tarefa árdua também da sociologia do conhecimento: captar as variações e os ruídos que as afirmações do poder (vazadas ou não do saber sociológico) reproduzem no próprio campo de exame filosófico-social onde habitamos, nós, constantes pesquisadores do simbólico.

O desenvolvimento tornou-se uma metáfora planejada. Se ainda não o é planejado nos moldes das vontades e anseios da modernidade dos séculos XVIII e XIX, o é, cada vez mais, como significante, como palavra. Ele representa os anseios não realizados de uma modernidade *performática*. No estado do Ceará, talvez como amostra do que ocorre no Brasil, essa modernidade atuada, pintada e esculpida como ideia, remonta o desenvolvimento por conta de um longo trajeto de reposições de capitais práticos da política – indo da tradição ao futuro racionalizado das propagandas

de Estado. A *era das mudanças*, tema tão debatido e clássico para a sociologia cearense, deixou ecos ainda em diálogo: uma sucessão pautada em reatitudes entre empresários, classes urbanas e partidos de esquerda. Mas desta vez o quadro traz os silêncios de indefinições que não são locais: a estabilidade econômica pós-plano real e a última década de novos projetos sociais abrangentes e eleitoralmente significativos tem confundido a face das legendas partidárias e de suas auto-imagens. Quais as novas faces da política? Encerrada fora deste ciclo de definições, por sua vez, a sociedade civil encara um sistema perito de produções de conceitos, projetos e definições sobre o Estado e ela mesma. Ainda que participe, de várias formas da produção política e ainda que longe de configurar uma personagem amorfa, fica a pergunta sobre sobre real relação com todo um mundo de publicações nem sempre *interativas* de fato, apesar das expectativas sobre a Internet e a “cibercultura”.

Desde os anos 1980, o Ceará enfrentou uma lógica nova no que toca os usos da política e da imagem. E nesta virada de década, essa herança de estratégias de sentido e esse imaginário retroalimentado por anos, reapareceu na gestão Cid Gomes como – e já sugerimos isso antes – uma linguagem. Uma linguagem para definir o Estado e uma linguagem para definir o que ele faz e deve fazer – como um sutil (ou nem sempre sutil) manual normativo de condutas imaginárias e executoras.

A proposição clássica (de Lévi-Strauss, mas não apenas dele) de que a política implica em relações culturais muito semelhantes ao universo das mitologias religiosas tem, arrisco-me a dizer, três signos: o poder como centro temático; a criação de uma memória valorativa e positiva, difusa no imaginário comum; e a consolidação de uma espécie de *sistema bárdico*³³, no qual os feitos das personagens centrais são repassados e romantizados em tons

³³ O bardo ou menestrel era a típica figura medieval das artes nômades e da contação de histórias. Cantor, músico e bobo, ele representou um lugar social de oralidade, tradição e comunicação em épocas nas quais os recursos impressos ainda eram limitados a uma elite eclesiástica. Para os fins desta tese, bárdico é um adjetivo para um ato comunicativo, difusor, mas também simbólico e mítico. É assim que defino essa propriedade da política como mitologia.

diversos, mas, de algum modo, ligados a consagração de um ou mais acontecimentos – quando não de uma *Era*.

Essa hipótese teórica cria uma necessidade de recursos de observação e o presente trabalho buscou concentrar-se em ferramentas para refletir sobre o terceiro signo acima descrito – um signo de imaginários, de modos de registro, de operação de temas, assuntos e histórias.

A produção social do Estado e do governo – em suas existências como máquina, como poder, como instrumento de inteligência e definição – inquieta as ciências sociais no que elas tem de efetivamente teórico: a pesquisa sobre uma realidade institucional concretiza-se como abstração, porque o Estado é também coisa simbólica. A ideia de legitimidade é um exemplo dessa existência alegórica. O que é legítimo, para todos os sentidos práticos, é um aura de cultura, tradição ou *carisma*(WEBER, 2004).

Assim, o desfecho temporário de meu exercício de observação começa no entendimento de que os esforços da política cearense tem forte conexão com uma história recente de novas legitimidades. Na micro-história do estado, o desempenho da modernização era parte desse jogo de aprovação interna (para a população local) e externa (para grupos sociais e econômicos, bem como para instituições nacionais e internacionais). Ao longo de trinta anos, o Ceará produziu uma gama de novos signos do que é a máquina pública, do que ela *deveria ser* – um movimento de produção com doses de um anti-tradicionalismo instituído. Essa formação de ideário atravessou processos eleitorais, mudanças na economia e até mesmo a perda de poder da esfera estadual (com a municipalização do controle dos recursos). Ainda assim, ele inverteu lógicas antigas em certas instâncias e as manteve em outras (como ainda pretendo discutir mais a frente). De qualquer forma, no longo trajeto de recuperação dos sentidos de uma política de redemocratização e “modernização conservadora”, o Ceará foi um palco onde o governo repensou imagem, identidade cultural e composição dos discursos sobre si, enquanto falava de futuro, de progresso, de desenvolvimento. Um desenvolvimento marcado pela necessidade de criar as bases de uma realidade industrial moderna e pautado na consolidação de uma sociedade dotada de aparelhos funcionais para a resolução de “dramas sociais” diversos. É precisamente

nesse acervo de proposições, realizações afirmadas e planificações classificadas que nos deparamos com um panteão de poderes e estratégias que tendem a remarcar a prática cultural em ambientes políticos que giram em torno da ideia do moderno e de suas múltiplas industrializações (materiais, simbólicas e mistas).

É possível dizer, *grosso modo*, que as alianças entre um empresariado já não tão novo e uma classe urbana-intelectual que engloba militantes de esquerda, figuras acadêmicas e profissionais liberais de inúmeras esferas contribuiu para a formação de um grupo político que vem, também com posicionamentos e alianças no âmbito federal, conquistar independência prática e imagética do grupo tassistista original. Ainda assim, convém pensar que no caso cearense esse processo não vem ocorrendo facilmente ou mecanicamente e o que observamos aqui são alguns dos passos culturais dessa tentativa: um conjunto de ritos e novos mitos, produzidos por novos recursos, devorando velhas fórmulas para criar novos personagens, incluindo um novo personagem-governo.

Dessa maneira, a intersecção entre política e comunicação chama a pesquisa para passagens estreitas, uma vez que o turbilhão de conteúdos e formas advindas de um noticiamento massivo, nos coloca diante de uma realidade superpovoada de objetos. Faz sentido, assim, que as considerações últimas do presente trabalho sejam sobre a prática sociológica diante da especificidade desse modelo renovado (e híbrido) de discurso político contemporâneo.

O tratamento do problema de analisar um discurso começa no estatuto da aproximação: o discurso é, nos termos sociológicos básicos, um *campo*, um lugar de acontecimentos a investigar? Como tratar e estabelecer uma reflexão contínua sobre esse objeto que é, em primeira instância, imaterial, não-palpável, distante de qualquer vivência imediata, esquivo ao diálogo (porque é afirmativo), imune à seduções ou subornos da imagem do pesquisador real?

Retorno ao problema inicial para desnudar suas consequências. Para todos (ou quase todos) os efeitos, fiz uso da compreensão de que as ciências sociais tratam do discurso e, mais precisamente, do *texto*, desde sua fundação. As pesquisas clássicas e as deduções a que elas levaram tinham como

materiais básicos o texto (ainda que o texto de pesquisa, ainda que o texto historiográfico, ainda que o texto etnográfico, lidavam com a produção característica do texto *feito por outros*). Somado a isso, a sociologia comunicativa, impressa nos trabalhos documentais de Norbert Elias (1994^a, 1994b, 1998, 2006) e a arqueologia de imaginários de Michel Foucault (1999, 2001) estabeleceram um par de ferramentas que, como apresentado antes, criou em mim o entendimento da *vida social* do discurso e da expressão escrita. Em suma, uni, para os propósitos de uma epistemologia necessária, os subsídios para o tratamento de um objeto usual, mas pensado sempre como pouco usual.

Esse objeto, cuja encarnação presente é, de fato, a *notícia*, carrega graves contornos de código. Lidar com esses códigos a partir de fora, de fora de seu mundo de regras e produção, buscando entender justamente essa externalidade, essa visão de quem não tem acesso aos meandros da produção do dito, assume ares de uma cartografia da publicidade política – com todas as limitações que uma cartografia assim possui, espécie de navegação de cabotagem³⁴ que é.

Lidar com o noticiamento estatal, é assumir, além dos obstáculos da imaterialidade do texto, as complicações de um sistema de produção de signos fechado, perito, administrado e validado na medida mesma de um afastamento do público leitor (porque o segredo é a base de todo recalque da arbitrariedade das verdades sociais, como sugere Bourdieu [1996]). Aliás, o estatuto de segredo do Estado, o estatuto de apartação dos meios de produção do que se faz dentro dele, constitui, em si, outro paralelo desses desafios de construção do objeto e de operação do mesmo.

Mas voltemos por um instante a noção de vida social do texto. Ela é importante – e aqui defendo sua importância – porque ela está dotada, pelo que percebo, de um sentido de relação. Ela é a relação que é produzida entre textos, para a fabricação de definições sobre o mundo. Os textos conversam entre si e isso é mais do que uma referência à língua, nos termos de Saussure (2006). Isto indica uma proximidade do objeto por excelência de uma sociologia

³⁴ Navegação próxima à costa. A metáfora se refere a uma visão que nem vislumbra os interiores da terra, nem os limites do alto mar.

do conhecimento: as condições nas quais ideias são estabelecidas artesanalmente, em longos períodos de tempo. Não é uma questão de generalização afável, que atribui a todo conjunto de textos esse poder. Aqui, procurei examinar uma série de formas de expressão política e acabei me deparando com um possível meio de produção da definição.

Por que “possível”? Por que o discurso político engendra-se no tempo e nas respostas. A presente pesquisa foi atrelada a entender parte do processo de instauração dessa relação, mas seu fim precisa ser um objeto seguinte (um estudo de recepção, um conjunto prático de buscas pelas consequências das notícias). Ainda assim, julgo possível afirmar que os desenhos de uma lógica produzida para definir, para ditar o que é o Estado e qual é seu papel, pode ser sentida nessa família de textos.

A notícia, em seu universo de segredos, de lacunas, de informações protegidas por seu valor político ou material, é uma porosidade decidida (no sentido de uma contenção do que deve ou não passar) – ainda que não seja possível falar, a partir daqui, de um amplo quadro conspiratório que racionaliza *toda* a informação. No máximo, é possível deduzir a intencionalidade em racionalizar e criar padrões informativos; é possível conceber que o noticiamento estatal não é o produto desconexo de informações diversas. Há padrões na publicação dos informes, como vimos. E, se os padrões não são suficientes para observar essa intencionalidade, penso que o esforço público do Executivo cearense em acessar uma maior gama de canais modernos, nos últimos quatro anos, seja um reforço à tal tese.

De que tese, afinal, estamos falando? Se no primeiro momento chamo a atenção para essa relevância sociológica do texto (em uma insistência quase militante da necessidade de incorporar métodos e escopos à sociologia que tento realizar) é porque me aproximo da descrição dos elementos fundamentais defendidos até aqui. A saber: a modernização dos meios de comunicação estatais tem levado a um par de interesses, que começa na legitimação da própria modernidade e termina na “glamourização” das realizações do governo *por meio da manutenção do controle da afirmação e da definição*.

A defesa da modernidade aparece na valorização de seus instrumentos simbólicos (a razão, o calculável, a mudança, a perícia, a tecnicização). O

glamour dos feitos é o ponto mais central: ele existe na medida em que o agravamento do processo de defesa do moderno torna-se um modelo, um arquétipo, um instrumento de ratificação das ações de um governo historicamente embasado na ideia de modernizar. A glamourização é criada, assim, na conexão fortíssima entre o poder técnico da imagem (fotográfica ou narrada) e o poder político da autenticidade de um *site* público sob a aura do “oficial”.

Como dito, entre os anos 1980 e 2000, a realidade cearense foi inundada por projetos modernos e de modernização, alicerçados na clássica oposição entre jovens empresários e antigos coronéis. O balanço virtual dessa batalha arquétipica registra uma reforma nos mercados simbólicos do imaginário político local, mas também dirige nosso olhar para o plano maior da política no Brasil: fruto de uma redemocratização

Como vimos rapidamente, a chamada Era Tasso redefiniu relações com o marketing político e com o uso de novos recursos de comunicação eleitoral (NOBRE, 2009). Mas o corte de mudança do imaginário foi mais longe ao elevar à categoria central o debate sobre o Estado como ator racionalizado dos processos, como força de mudança local – um modelo interpretativo criado e recriado de modo retroativo pelas propagandas políticas durante todos os mandatos de Tasso e Ciro Gomes.

As aproximações e a experiência de movimentar essa arqueologia de sentidos políticos esclarece, por mais que neguemos, como sociólogos ou como sujeitos políticos, nossa naturalização diante do *documental*. Uma naturalização que carece de rompimento na medida de seu papel e lugar de poder e de meio de produção de poder. A reação diante dos discursos públicos ainda precisa de observações mais cuidadosas uma vez que as próprias ciências sociais estão, aparentemente, cada vez mais inseridas no jogo das publicações (da imprensa ou da própria academia), como agentes de legitimação de verdades interessadas, afirmações de amplo impacto ou como meros instrumentos de um entretenimento pontual movido por um mundo da comunicação hipertextual, onde os falantes são detentores do *tema importante* ou do *tema curioso*.

Encravado em uma condição imaginária tradicional, preservacionista e muitas vezes folclórica, o Ceará ganhou contornos de modernidade técnica e “competitiva” a partir dessa nova ordem de símbolos e falas – herdadas pelo novo momento de Cid Gomes e seus aliados. Mas não estamos falando de mudança inerentemente positiva: o novo quadro cruzou o antigo e instaurou-se (ou vem instaurando-se) como uma ordem controladora, que caracteriza e legitima práticas sob a bandeira quase invencível – em termos de valor – do desenvolvimento. Este, que tornou-se fala central de todo discurso político e econômico no século XX, com oscilações de critérios e significados, dada a polissemia produzida. Desenvolvimento ainda que, no caso cearense, é também reprodução de ideias nacionalizadas e antes importadas dos EUA e da Europa, em uma longa esteira de fabricações de imagem. O desenvolvimentismo e o neodesenvolvimentismo que colocam o Estado como protagonista da mudança e da estabilidade, ainda vivem, contudo, em um espaço de informações centralizadas. O acesso às formas públicas de produção da definição ainda não é discutido, porque convenciou-se, em parte do senso comum, que a máquina executiva é o porta-voz das falas oficiais da sociedade, pelos anos determinados de um mandato. Enquanto isso, no campo das produções de símbolos, de informes e de saberes oficiais, lacunas, não-ditos e expressões convenientes aos produtores continuam sendo veiculados sem concorrência política oficializada e institucional. É como se, para os efeitos de nossa memória e de nossa narrativa política, os oradores fossem incubidos de deter todas as palavras reais, todas as preces efetivas, todas os segredos do passado e do presente, todas as promessas e elaborações de futuro.

BIBLIOGRAFIA

ABU-EL-HAJ, Jawdat. "Classe, poder e administração pública no Ceará". In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (orgs.). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v. 1. P. 83-106.

_____. "Ceará e o dilema desenvolvimentista brasileiro". In: **Políticas Públicas e Sociedade**. Fortaleza: UECE, 2003-. Semestral. Conteúdo: ano 3, n. 6, jul/dez, 2003. p. 11-22.

_____. "Da "Era Vargas" à FHC: transições políticas e reformas administrativas". **Revista de Ciências Sociais /UFC**, volume 36, número 1/2. 2005. Economia e política. Fortaleza/ CE, UFC. p.33-51.

ADORNO, Theodor W.; ALMEIDA, Jorge M. B. de. **Indústria cultural e sociedade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1985.

ALVES, Elder Patrick Maia. **A economia simbólica da cultura popular sertanejo-nordestina**. Maceió: EDUFAL, 2011.

ANATEL. **Crescimento das comunicações móveis (1990-2007)**. Brasília, 2007a. Disponível em:<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>. Acesso em 22 de março de 2012.

ARENDT, Hannah. **Da Violência**. RJ. Vozes. 1994.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**, 4. ed. Petrópoles, RJ: Vozes, 1997.

AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira**. São Paulo: EdUSP 1971.

AZEVEDO, Fernando. **As ciências no Brasil**. São Paulo: editora Melhoramentos, 1963.

BACHELARD, Gaston. **A Terra e os Devaneios da Vontade – Ensaio sobre a Imaginação das Forças**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BACHELARD, Gaston. **O Ar e os sonhos: ensaio sobre a imaginação do movimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BANDEIRA, Robson Torres; SILVA NETA, Maria Enésia."Tasso x Virgílio: mudancismo no Ceará" in **IV Encontro Economia do Ceará em Debate – IPECE**, 2008.

BARREIRA, César. **Crimes por Encomenda, Violência e Pistolagem no Cenário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

_____. **Questão de segurança** – políticas governamentais e práticas policiais. Rio de Janeiro:Relume-Dumará, 2004.

_____.; RUSSO, Maurício Bastos, "O ronda do quarteirão: relatos de uma experiência" in **Revista Brasileira de Segurança Pública vol. 6, nº2, São Paulo: 2012**.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo (Org.) ; LEMENHE, M. A. A. L. (Org.) . **Além das fronteiras: região, políticas públicas e dinâmicas institucionais**. São Paulo: Terceira Margem, 2001. v. 01.

_____. “Modernização Política e Questão Social - Diagramas do Poder Local” in **Cadernos CRH** Vol. 7, nº 20, 1994.

_____. “Representações sobre a política entre lideranças populares: limites e potencialidades de uma ferramenta conceitual” in **Sociedade e Estado** (UnB. Impresso), v. 24, p. 767-796, 2009.

_____. **Ritual e Símbolo na Política**. Cadernos CERU, v. 2, n.7, p. 9-35, 1996.

BARROS FILHO, Clóvis. (org.) **Comunicação na Pólis. Ensaio sobre mídia e política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa , Portugal: Edições 70, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. **O mal estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa** / Howard S. Becker; tradução, Maria Luiza X. de A. Borges; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007

BELLO, José M. **História da República: 1889-1930 (síntese de quarenta anos de vida brasileira)**. 4. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952.

BENEVIDES, Mário Henrique Castro. **Guerreiros Imaginários? A interpretação de Euclides da Cunha acerca da figura do jagunço**. In mimeo, 2007.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar** São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BITELLI, Marcos Alberto Sant’Anna. **O direito da comunicação e da comunicação social**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 12 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

Boletim Regional. Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional, 2011.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3ª ed. Sao Paulo: Cia. das Letras, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Editora Perspectiva, 1992.

_____. **As regras da arte**, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- _____. *Lições da Aula*, São Paulo, Editora Ática, 1994.
- _____. **O Poder Simbólico**, Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1989.
- BRAGA, RUY. **Por uma sociologia pública**. São Paulo: Alameda, 2009.
- CALDEIRA, Teresa, **A presença do autor e a pós-modernidade na antropologia**, Novos Estudos, CEBRAP, julho/1988.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**, 4.ed. São Paulo: Editora USP, 2003.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Publifolha (Coleção *Os pensadores*), 2000.
- CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. (Col. novas buscas em comunicação, v. 10) 3. ed. São Paulo: Summus, 1986.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- CARONE, Edgar, **A República Velha – instituições e classes sociais**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CARVALHO, R. M. V. A. . **A Nova Burguesia Cearense - Discurso regionalista e Luta pela Hegemonia**. Anais da Fundação Joaquim Nabuco, Recife, v. II, 1991.
- _____., R. M. V. A. **Vargas e o problema da conciliação entre liberdade e igualdade**. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 35, n.210, p. 32-35, 2004.
- CASCUDO, Luis da Câmara,. **Dicionário do folclore brasileiro**. 2.ed., rev. e aum. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol 1, 2 e 3. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1987. CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio; SILVA, José Borzachiello (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico, 2. Ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007.
- CEPIK, Marco; EISENBERG, José. **Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. (Humanitas)
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**, São Paulo: Editora Contexto. 2006.
- CLIFFORD, James, **A experiência etnográfica: antropologia literatura no século XX**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- COHN, G. . **INTRODUÇÃO A MAX WEBER**. Classicos do Pensamento Político, Petrópolis, p. 7-22, 1993.
- COHN, Gabriel (Org.). **Max Weber**, 7. Ed. São Paulo: Ática, 2008. (Grandes Cientistas Sociais)

- COMTE, Auguste. **Discurso sobre o Espírito Positivo**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- COSTA, Liduína Farias de Almeida. **O sertão não virou mar: Nordeste, globalização e imagem pública da nova elite cearense**. São Paulo: Annablume; Universidade Estadual do Ceará, 2005.
- COSTA, Márcio Andrade; QUINTELLA, Rogério H. Rev. "O setor de telefonia móvel do Brasil após o SMP: as estratégias das operadoras e a convergência fixa-móvel" in **Administração Pública** vol.43 no.1. Rio de Janeiro Jan./Feb. 2009.
- CRUZ COSTA, João. **Contribuição à história das idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1979.
- DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma Introdução à Antropologia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- DAGNINO, E. e TATAGIBA, L. **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.
- DAGNINO, Evelina. (Organizadora). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. SP: Paz e Terra, 2002.
- _____. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DREIFUSS, René. **Política, Poder, Estado e Força - uma leitura de Weber** São Paulo: Vozes, 1993.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ECO, Humberto. **Apocalípticos e integrados**, 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. (Debates: 19)
- _____. **Interpretação e Superinterpretação**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**, 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. (Debates; 52)
- ELIAS, Norbert. **Ensaio e escritos**. Vol I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- _____. **Mozart: Sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002.
- _____. **O Processo civilizador**. Volume I. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.
- _____. **O Processo civilizador**. Volume II. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.
- _____. **Os Alemães**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

- FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 7ª ed., 1983.
- FACÓ, Rui. **Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda Boa Ventura, 41** – Niterói. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**, 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FERNANDES, Florestan. **Sociologiano Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FERREIRA Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI : odicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Posigraf, 2004.
- FERREIRA, Assuero. “Estado e Economia no Brasil: 1930-1964 – Fundamentos da construção de um capitalismo urbano-industrial periférico” in **Revista de Ciências Sociais**, nº1/2, vol. 36, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2004.
- _____. **Arqueologia do Saber**. São Paulo: Vozes, 1999.
- _____. “O que é um Auto”r in MOTTA, Manoel Barros da, **Michel Foucault: Ditos e escritos**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001a.
- _____. **Por trás da fábula** in MOTTA, Manoel Barros da, **Michel Foucault: Ditos e escritos**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001b.
- FRANCO, Maria Sylvia C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1997.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**, São Paulo: Ática, 1974.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, LCT, 1989.
- _____. **O saber local**. Petrópolis, Editora Vozes, 2003.
- _____. **Obras e Vidas: o antropólogo como autor**, Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2002
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1990.
- _____. **Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e réplicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 2008.
- _____. **Comportamento em lugares públicos**. Rio de Janeiro: Ed Vozes, 2011
- GOMES, Neusa Demartini. **Formas persuasivas de comunicação política – propaganda política e publicidade eleitoral**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. SP: Paulus, 2004.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. “Ética, política e planejamento nas encruzilhadas da pós-modernidade”. **Revista de Ciências Sociais** (Fortaleza), Fortaleza, Ceará, v. 28, p. 65-81, 1998.

_____.O dragão e a cidade: lendas do Ceará. *Museologia e Patrimônio*, v. 2, p. 13-23, 2009

_____.**Os “governos das mudanças” no Ceará: um populismo weberiano?** Caxambu: ANPOCS, 1995.

GRUZINSKI, Serge. **A Guerra das Imagens: de Cristovão Colombo a Blade Runner (1492-2019)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUIMARÃES, Valéria. “Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX” in **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 323-349 – 2007.

GUNTHER, Richard; MONTEIRO, José Ramón. “Legitimidade Política em novas democracias” in **Revista de Opinião Pública**, Vol. 9, nº1. Campinas, 2003.

HABERMAS, Jurgman. “Political Communication in Media Society: Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on Empirical Research”, **Communication Theory**, Volume 16, nº4, pp.411-426, International Communication Association, 2006. Acessado em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2885.2006.00280.x/full>

HABERT, Nadine. **A década de 70 – Apogeu e crise da ditadura militar**. 3ª ed. São Paulo: editora Ática, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

_____.**Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich;**A fenomenologia do espirito ; Estetica : a ideia e o ideal ; Estetica : o belo artistico e o ideal ; Introducao a historia da filosofia**. Sao Paulo: Abril Cultural, 1974.

HOBSBAWM, E. J.. **A eradasrevoluções: Europa1789-1848** . 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____.**A erados extremos: o breve século XX** . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____.**Era das Revoluções: 1789-1848**. Paz e Terra: São Paulo, 2009.

HOLANDA, SérgioBuarquede. *Caminhos e fronteiras*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

_____. *Raízes do Brasil*, 26. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HOSELITZ, Bert – **Aspectos Sociológicos do Crescimento Econômico**, ed. Fundo de Cultura: 1964.

http://sistemas.anatel.gov.br/smp/administracao/consulta/acompanhamento_estacoes/tela.asp?CodTopico=2440&CodArea=31&CodTemplate=413&CodMenuServico=43. Acesso em: 2 jan. 2011.

<http://www.dila.premier-ministre.gouv.fr/qui-sommes-nous/historique-dila.html>

<http://www.journal-officiel.gouv.fr/informations-jo/en-savoir-plus.html>

IANNI, Octávio. **Estado e capitalismo**, 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IANNI, Octávio. **O ciclo da revolução burguesa**. Petropolis, RJ: Vozes, 1984.

Ismael, Ricardo. **Nordeste: A Força da Diferença - Os Impasses e Desafios na Cooperação Regional**. 1. ed. Recife: Massangana, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2000.

KAPLAN, David e MANNERS, Robert A. **Teoria da Cultura**. Rio de Janeiro, ahar, 1972.

KEINERT, Tânia M.M. **Administração pública no Brasil. crises e mudanças de paradigmas**. São Paulo: Annalume - Fapesp, 2000.

KISIL, Rosana. **Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil**. São Paulo: editora Global, 2001.

LEMENHE, M. A. A. L. (Org.) ; CARVALHO, Rejane Maria Accioly Vasconcelos (Org.) . **Política, cultura e processos eleitorais**. Fortaleza: Konrad Adenauer, 2006. 277p

_____. Cultura política e processos de legitimação. In: Beatriz Maria Alasia de Heredia. (Org.). **Continuidades e rupturas na política cearense**. 1ªed. Campinas: Pontes Editores, 2008, v. , p. 15-37.

_____. Imagens e símbolos de uma disputa eleitoral. In: Maria Auxiliadora Lemenhe: Rejane Vadconcelos Accioly Carvalho. (Org.). **Política, Cultura e Processos Eleitorais**. Fortaleza: Konrad AdenauerStiftung, 2006, v. , p. 171-189.

_____. Tradição e poder no Ceará: a família Bezerra de Menezes. In: Beatriz Maria Alasia de Heredia. (Org.). **Continuidades e rupturas na política cearense**. 1ªed. Campinas: Pontes Editores, 2008, v. , p. 39-66

_____. Um enredo de conflitos em três atos: o PSDB e as eleições presidenciais. In: Beatriz Heredia, Carla Teixeira, Irllys Barreira. (Org.). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2002, v. , p. 189-216.

_____. **Família, tradição e poder**. São Paulo: Annablume, 1995.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**, 7.ed. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LEORNARDI, Victor Paes de Barros. **Entre árvores e esquecimentos: história social dos sertões do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 1996.

LEVY, André et al. **Psicossociologia; análise social e intervenção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo. Ed.34, 1999.

LIMA, João Paulo Eufrazio de. **Blogueiros : critérios para o estudo de comunidades discursivas globais e locais**. Dissertação (mestrado) -

Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Fortaleza-CE, 2008.

LIMA, Marcos Costa. **Região & desenvolvimento do capitalismo contemporâneo: uma interpretação crítica**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: teoria e política**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**, 3. Ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. (Espírito Crítico)

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

LYRA, Rubens Pinto (org.). **A ouvidoria na esfera pública brasileira**. João Pessoa: ed. Universitária/UFPB; Curitiba: ed. Universitária/UFPR, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**, 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

_____. **Sociologia da Cultura**. São Paulo: editora Perspectiva, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ. 2001

MARTINS, Wilson. **A Palavra Escrita**. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1957.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1975.

MATHEUS, Letícia Cantarella. **Comunicação, tempo e história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

MATOS, Heloiza. **Modos de olhar o discurso autoritário no Brasil - (1969-1974): O noticiário de primeira página na imprensa e a propaganda governamental na televisão**. Tese de doutoramento. ECA/USP, São Paulo, 1989.

MATTELART, Armand e NEVEAU, Érick. **Introdução aos Estudos Culturais**. São Paulo, Parábola editorial, 2004.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **A Guerra Total de Canudos**. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. "Gênese do imaginário social dos sertões: entre história e ficção" in **Revista do Instituto do Ceará - ANNO CXXI - 2007**.

MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. **Sobre Teoria dos Gêneros Literários**. In Mimeo, 1999. Notas de aula.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**, 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MORAES, Walfrido. **Jagunços e Heróis**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Cultura de massas no século XX: espírito do tempo 1: neurose**, 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira**, São Paulo: Editora Ática, 1998.

NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim (Orgs.). **Juízos críticos: Os Sertões e os olhares da sua época**. São Paulo: Nankin; UNESP, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de; **Elegia para uma Re(li)gião**.RJ: Paz e Terra, 3ª edição, 1981.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. **Cidadania e cultura política no poder local**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

OLIVEIRA, Franklin de. *Euclides: A espada e a letra*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

OLIVEIRA, Ricardo de. “Euclides da Cunha. Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo” in **Revista Brasileira de História**, v.22 n.44 São Paulo, 2002.

OLIVEN, Ruben George. **Violência e Cultura no Brasil**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

OLIVEN, Ruben, “Cultura e Modernidade no Brasil”. in **São Paulo em Perspectiva**. vol.15 no.2 São Paulo Apr./June 2001

PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. O voto como adesão. **Teoria e Cultura**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF, v. 1, n. 1, 2006.

PARENTE, J., ARRUDA, J. M. (orgs.). **A era Jereissati. Modernidade e mito**. Fortaleza, Fund. Demócrito Rocha, 2002. p. 107-124.

PASSERON, Jean-Claude. **O raciocínio sociológico: o espaço neo-popperiano do raciocínio natural** . Petrópolis: Vozes, 1995

PEIRANO, Mariza G. S. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995

POMPA, Cristina. **Religião como Tradução** Bauru: Edusc. 2003

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo – colônia**. Brasília: Editora Brasiliense, 1983.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1976.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, **A História do Cangaço**, São Paulo: Global Editora, 1991.

Raymundo Faoro, **Os donos do poder**, 3ª ed., Rio de Janeiro, Globo, 2001,

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1935.

ROLAND, Ana Maria. **Fronteiras da palavra, fronteiras da história**. Brasília: Editora UnB, 1997.

ROMERO, Sylvio. "O Brasil social de Euclides da Cunha". *"In" Realidades e ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios*. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Petrópolis: Vozes/Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979, p. 153-186.

ROSA, JoãoGuimarães. **Primeiras estórias**. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1964.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1989

SAHLINS, Marshal, **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Lingüística Geral**. 2º. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHWARCZ, Lilia M. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. Companhia das Letras, 2000.

SECO, Ana Paula, **História da Educação no Brasil: O olhar dos viajantes Britânicos sobre a Educação (1808 - 1889)**. Campinas, 2004 (Dissertação).

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SILVA, Thomaz Tadeu da.(org.), HALL, Stuart, WOODWARE, Kathryn. **Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, Vozes, 2000.

SIMMEL, Georg. Simmel. Sociologia (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Editora Ática, 1983.

SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macêdo. **A guerra de Canudos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblex, 1959.

SODRÈ, Néelson Wernéck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SODRÈ, Néelson Wernéck. "*Revisão de Euclides da Cunha*" in CUNHA, **Euclides da. Obra Completa**, vol II, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995.

SORJ, Bernardo. **brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**.Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. ; Brasília, DF: Unesco, 2003.

SOUZA, Gabriel Soares, **Tratado descritivo do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971 [1587]).

SOUZA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**, 4. Ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007.

STRAYER, Joseph. **On the Medieval Origins of the Modern State**. Princeton University Press: 1972;

TEIXEIRA, Alberto. **A internet na transparência da gestão pública municipal: a experiência do Estado do Ceará**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

VAINFAS, R.. **América 1492: encontro ou desencontro?**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1992.

VELHO, Gilberto. **Antropologia Urbana: Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. **Euclides da Cunha: ensaio bi-bibliográfico**. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1931.

VÉRON, Elíseo, **A produção de sentido**. São Paulo: Editora Cultrix e Editora Universidade de São Paulo. 1980.

VEIRA, Sulamita. **O Sertão em movimento; a dinâmica da produção cultural**. São. Paulo: Annablume, 2000.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Ática, 2001.

VILLELA JÚNIOR, Marcos Evangelista C. **Canudos: memórias de um combatente**. 2ª ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

_____. . **Economia e Sociedade**. Brasília: Imprensa Oficial, 2004.

_____. . **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.